

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Fluminense



RELATÓRIO DE GESTÃO 2018



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Fluminense



SUMÁRIO

		PALAVRA DO REITOR	7
	CAP 01	VISÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO	10
CAP 02		PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	16
CAP 03		GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	35
	CAP 04	RESULTADOS DA GESTÃO	46
CAP 05		ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	68
	CAP 06	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	111
	CAP 07	OUTRAS INFORMAÇÕES	134

Relação de Tabelas do Documento

Tabela 2.1 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.....	28
Tabela 2.2 – Número de atendimentos da Ouvidoria no ano de 2018.....	32
Tabela 3.1 – Análise do Risco em relação à Impacto e Probabilidade - Fonte: MP (2017).....	36
Tabela 4.1 – Relação entre o recurso destinado para o PNAE e o utilizado pelo IFF para aquisição de gêneros alimentícios.....	54
Tabela 5.1 – Despesas com Pessoal, Custeio e Investimento	71
Tabela 5.2 – Valores empenhados por Unidade Executora.....	72
Tabela 5.3 – Principais Elementos de Despesa do Grupo Pessoal e Encargos Sociais.....	72
Tabela 5.4 – Principais Elementos de Despesa do Grupo Outras Despesas Correntes.....	72
Tabela 5.5 – Principais Elementos de Despesa do Grupo Investimentos.....	73
Tabela 5.6 – Execução Orçamentária e Financeira do recurso extra recebido	73
Tabela 5.7 – Evolução do Quadro de Pessoal do Instituto Federal Fluminense.....	76
Tabela 5.8 – Força de Trabalho do IFFluminense por Tempo de Serviço, Faixa Etária e Sexo.....	76
Tabela 5.9 – Distribuição dos servidores por deficiência.....	77
Tabela 5.10 – Quantidade de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos	80
Tabela 5.11 – Quantidade de funções gratificadas ocupados por servidores efetivos.....	80
Tabela 5.12 - Quantidade de função comissionada de coordenação de cursos ocupados por servidores efetivos.....	80
Tabela 13 - Campus x Modalidade x Investimento x N° Servidores.....	82
Tabela 5.14 – Quantidade de processos de contratações efetivados em 2018 por unidade.....	87
Tabela 5.15 – Evolução das despesas executadas e pagas por modalidade	87
Tabela 5.16 - Gastos com contratação de mão de obra terceirizada em 2018	90
Tabela 5.17 - Gastos com investimentos em 2018.....	90
Tabela 5.18 – Custo por Programa de Governo.....	102
Tabela 5.19 – Custo por Ação de Governo	103
Tabela 5.20 – Custo por Unidade Gestora Executora.....	103
Tabela 5.21 - Custo por Unidade Orçamentária.....	103
Tabela 6.1 – Obrigações Contratuais – Composição - R\$ milhares (ou R\$) R\$ milhares (ou R\$)	123
Tabela 6.2 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante R\$ milhares (ou R\$)	123
Tabela 6.3 – Obrigações Contratuais – Por Contratado R\$ milhares (ou R\$)	124
Tabela 6.4 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição	125
Tabela 6.5 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante	125
Tabela 6.6 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.....	125
Tabela 6.7 – Intangível – Composição.....	126
Tabela 6.8 – Imobilizado – Composição	127
Tabela 6.9 – Bens Móveis – Composição.....	127
Tabela 6.10 – Bens Imóveis – Composição	128
Tabela 6.11 – Bens de Uso Especial – Composição.....	128
Tabela 6.12 – Ajustes Exercícios Anteriores– Composição	130
Tabela 6.13 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos por Unidade Gestora	130
Tabela 6.14 – Restos a Pagar Processados Inscritos por Unidade Gestora - Valores em R\$	131
Tabela 6.15 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados por Unidade Gestor - Valores em R\$	131
Tabela 6.16 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados por grupo de despesa	132
Tabela 6.17 – Execução dos Restos a Pagar Processados por Unidade Gestora	132

Relação de Figuras do Documento

Figura 2.1 – Mapa estratégico do IFFluminense para o período de 2018 a 2022	17
Figura 2.2 – Governança e Gestão	23
Figura 2.3 – Estrutura administrativa de atuação da Unidade de Auditoria Interna do IFFluminense.....	26
Figura 2.4 – Canais de acesso do cidadão	29
Figura 2.5 – Número de usuários e áreas mais acessadas no portal do IFF	30
Figura 2.6 – Número de seguidores e média de alcance do Facebook do IFF.....	30
Figura 2.7 – Número de seguidores por rede social	30
Figura 2.8 – Perfil de seguidores por rede social.....	31
Figura 2.9 – Idade dos seguidores por rede social.....	31
Figura 2.10 – Perfil dos solicitantes do acesso à informação	31
Figura 2.11 – Detalhamento dos pedidos de acesso à informação.....	31
Figura 2.12 – Temas dos acessos à Ouvidoria em percentual	32
Figura 2.13 – Principais mecanismos de transparência do IFF.....	32
Figura 3.1: Metodologia de Gestão de Riscos do IFFluminense	36
Figura 3.2: Mapa de Calor - Ensino.....	37
Figura 3.3: Mapa de Calor - Pesquisa, Extensão e Inovação.....	38
Figura 3.4: Mapa de Calor – Administração.....	39
Figura 3.5: Mapa de Calor – Desenvolvimento Institucional.....	40
Figura 3.6: Mapa de Calor – Gestão de Pessoas.....	41
Figura 3.7: Mapa de Calor – Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas.....	42
Figura 3.8: Mapa de Calor – Comunicação	43
Figura 3.9: Modelo 3 Linhas de Defesa do IFFluminense.....	45
Figura 4.1 - Ampliação das ofertas de vagas em cursos técnicos e superiores (graduação)	47
Figura 4.2 - Percentual de estudantes matriculados em cursos, FIC, Técnicos e Superiores em 2017 e 2018	47
Figura 4.3 - Ampliação do número de estudantes nos cursos de espanhol e inglês do Celiff	48
Figura 4.4 - Cursistas do programa “Educar é pra vida toda”.....	49
Figura 4.5 – Ciclo de Formação Docente.....	49
Figura 4.6 – Taxa de Eficiência Acadêmica.....	50
Figura 4.7 - Taxa de Evasão no IFF nos Anos de 2017 e 2018 – Análise Comparativa (Dados: PNP 2019 V1).....	50
Figura 4.8 – Quantidade de cursos na Pós-graduação.....	50
Figura 4.9 – Números de alunos na Pós-graduação	50
Figura 4.10 – Número de projetos aprovados no Edital 51/2018.....	53
Figura 4.11 – Número de bolsas distribuídas por agência de fomento.....	53
Figura 4.12 - Recursos utilizados PNAE por campus	54
Figura 4.13 – Distribuição de Revistas e Livros em 2018 (em unidades).....	56
Figura 4.14 – Principais ações desdobradas da Política de atendimento ao discente.....	61
Figura 4.15 – Principais ações desdobradas das políticas culturais e diversidade e políticas esportivas	61
Figura 4.16 – Análise Vertical do desempenho institucional no ano de 2018	66
Figura 4.17 - Ciclo de Avaliação do Desempenho Institucional (Fonte: PDI 2018-2022; Adaptado de UCHOA, 2013)	67
Figura 5.1 - Dotação Inicial, Atualizada e Despesas Empenhadas da LOA 2018.....	70
Figura 5.2 – Despesas empenhadas, liquidadas e pagas da LOA 2018	70
Figura 5.3 – Despesas pagas	70
Figura 5.4 – Evolução do orçamento do IFFluminense – Exercícios 2016, 2017 e 2018	71
Figura 5.5 - Valores empenhados da LOA.....	71

Figura 5.6 – Despesas por Grupo	72
Figura 5.7 – Despesas Empenhadas do Recurso Extra por Órgão/Unidade Gestora.....	73
Figura 5.8 – Execução Orçamentária e Financeira Total - Exercício 2018	74
Figura 5.9 – Servidores ativos do IFF por carreira	77
Figura 5.10 – Servidores efetivos do IFF por unidade.....	77
Figura 5.11 – Servidores que ingressaram em 2018, por carreira e níveis.....	78
Figura 5.12 – Evolução da despesa de pessoal	78
Figura 5.13 – Custo direto com despesas de Pessoal Inativo em 2018.....	79
Figura 5.14 – Custo direto com despesas de Pessoal Ativo em 2018.....	79
Figura 5.15 – Custo direto com despesas de Pensionistas em 2018.....	79
Figura 5.16 – Escola de Formação Continuada dos Trabalhadores da Educação (número e servidores capacitados).....	81
Figura 5.17 – Contratações executadas pela modalidade Pregão Eletrônico.....	88
Figura 5.18 – Gastos em Contratações Diretas.....	88
Figura 5.19 – Gastos por finalidade.....	89
Figura 5.20 – Detalhamento das Despesas de Funcionamento.....	89
Figura 7.1 – Fluxo do Tratamento de Determinação e Recomendação do TCU.....	137
Figura 7.2 – Fluxo do Tratamento de Determinação e Recomendação da CGU	139

Relação de Quadros do Documento

Quadro 2.1 – Descrição dos Objetivos Estratégicos.....	19
Quadro 2.2 – Iniciativas Estratégicas do IFFluminense.....	22
Quadro 2.3 – Estrutura da Auditoria Interna do IFFluminense	27
Quadro 3.1 – Análise do Risco em relação à Impacto e Probabilidade - Fonte: MP (2017).....	36
Quadro 3.2: Análise piloto de riscos - Ensino.....	37
Quadro 3.3: Análise piloto de riscos - Pesquisa, Extensão e Inovação	38
Quadro 3.4: Análise piloto de riscos - Administração.....	39
Quadro 3.5: Análise piloto de riscos - Desenvolvimento Institucional.....	40
Quadro 3.6: Análise piloto de riscos – Gestão de Pessoas.....	41
Quadro 3.7: Análise piloto de riscos – Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas.....	42
Quadro 3.9 – Análise Geral dos Riscos à Integridade do IFFluminense	44

Palavra do Reitor

Jefferson Manhães de Azevedo



Podemos caracterizar 2018 como um ano de muitos desafios e conquistas, quando a estrutura multicampi e pluricurricular do Instituto Federal Fluminense foi posta à prova. Assim foi 2018. Tempo de dificuldades, mas de fortalecimento para a instituição.

No aspecto multicampi, iniciamos 2018 com um grande desafio institucional. Preocupava-nos a realidade de um orçamento há dois anos sem reajustes, tensionado diante das inúmeras demandas resultantes de contratos de prestação de serviços reajustados com índices acima da inflação oficial, bem como de um crescente número de estudantes que se confirmava tanto pela consolidação de cursos que ainda não haviam completado seu ciclo de integralização, quanto pelas novas ofertas de vagas no interior de um estado tão assimetricamente desenvolvido e com indicadores educacionais alarmantes.



De acordo com a matriz orçamentária definida pelo Ministério da Educação para 2018, havia uma desbalanceada distribuição do orçamento no Instituto Federal Fluminense, fazendo com que um expressivo número de seus campi, especialmente os em implantação, não ultrapassassem o sexto mês do ano funcionando, visto que seu custeio básico proposto estava pela metade. Por outro lado, outros campi, os mais consolidados e maiores, se mostravam com valores mais adequados para o atendimento de suas necessidades de funcionamento. Isto exigiu da equipe gestora uma decisão de repensar seu modelo de distribuição orçamentária. Exercício árduo, exigente e de não poucos conflitos, mas que permitiu que nossas equipes gestoras e comunidades acadêmicas se debruçassem nos meandros orçamentários e nas particularidades das demandas de cada um dos campi.

Dessa forma, a partir de um olhar generoso e responsável, tornou o todo maior do que as partes. O resultado foi a construção de um modelo de distribuição orçamentária mais equidistante e que se provou ao final do ano fiscal mais justo e adequado. Aliado a isso, também foi neste ano que iniciamos os processos de compra de gêneros alimentícios para as refeições dos estudantes oriundos da agricultura familiar, o que possibilitou alimentação mais saudável, além de acesso a uma complementação orçamentária com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, bem como o fortalecimento dos pequenos agricultores do entorno dos nossos campi.

Assim, chegamos ao término de 2018 com as demandas educacionais básicas atendidas e com um modelo orçamentário que, sem sombra de dúvidas, nos tornou mais institucionalmente coeso e está despertando interesse por parte de outros Institutos.

Mas 2018 exigiu ainda mais e provou que a decisão da gestão de constituir uma Diretoria de Relações Institucionais, que tinha como uma de suas atribuições buscar recursos extraorçamentários junto aos parlamentares, mostrava-se correta, porque permitiu a obtenção de uma expressiva verba de investimento que possibilitou a equipagem e construção de novos ambientes de aprendizagem em todos os campi a partir de um Plano Diretor de Infraestrutura multicampi. Este último sendo resultante de um movimento de planejamento das ações institucionais que teve início em 2016 e consolidou-se ao final do ano de 2018 com a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional em nosso Conselho Superior. Resultante direto de um conjunto de debates e discussões institucionais, o novo PDI torna-se, assim, bússola e norte das ações educacionais e administrativas do Instituto Federal Fluminense para os próximos anos.

Por sua vez, na perspectiva pluricurricular, não podemos deixar de destacar os movimentos institucionais para repensar os currículos dos nossos cursos, especialmente os da Educação Básica. A partir de intensos debates em grupos de trabalhos formados por representantes de todos os campi do Instituto, foram construídas novas diretrizes curriculares, tornando os cursos mais adequados tanto às peculiaridades dos alunos trabalhadores, por meio de itinerários formativos mais flexíveis nos cursos técnicos concomitantes e subsequentes, quanto ao atendimento às novas exigências do mundo do trabalho, presentes e futuras, o que exigiu propor novas estruturas curriculares para os cursos técnicos integrados, a partir de novas referências humanísticas, científicas e politécnicas.

Unidos ao conjunto de ações propostas pelo novo Plano de Cultura, à estruturação dos Núcleos de Atendimento de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas e à ampliação e ao fortalecimento dos Núcleos de Estudos sobre Gênero, Diversidade e Sexualidade e dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, estamos buscando uma formação integral e integradora.

Vale destacar ainda que avançamos também na consolidação do nosso Polo de Inovação Tecnológica que passou a catalisar e disseminar ações inovadoras, o que está permitindo consolidar um ambiente formativo institucional de produção de conhecimento aplicado que se dá no desenvolvimento de projetos tecnológicos, em um estreito diálogo com a sociedade, especialmente com o setor produtivo local e regional, agregando docentes e estudantes de diversos cursos e campi institucionais, especialmente aqueles que atuam nos Mestrados Profissionais.

Essa ação, em afinada relação com a Incubadora de Base Tecnológica TEC-CAMPOS, outros Centros de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, empresas e agentes do poder público, está se consolidando na Região um Ecossistema de Inovação Tecnológica que já apresenta sinais de constituição de uma nova matriz econômica regional lastreada no conhecimento científico e tecnológico.

Esse ambiente, por sua vez, vem provocando um amadurecimento institucional para a oferta do nosso primeiro Doutorado Profissional que, se aprovado, colocará o Instituto Federal Fluminense entre as poucas instituições do Brasil e do Mundo que permitem a um jovem iniciar sua formação profissional em um curso de Formação Profissional Inicial e finalizar seu ciclo formativo no Doutorado Profissional, formando uma nova geração de profissionais densamente qualificados para o desenvolvimento sustentável regional e nacional.

Como visto, 2018 nos desafiou e provocou, e como poderá ser atestado na riqueza de detalhes desse Relatório, conseguimos ultrapassar seus desafios e chegamos ao seu término melhores e maiores e certos de que estamos constituindo uma educação profissional e tecnológica pública, de qualidade, gratuita e socialmente referenciada, formadora de jovens e trabalhadores conscientes de seu tempo histórico e da necessidade de atuação e convívio em seu território.

Campos dos Goytacazes, abril de 2019



CAP 01

VISÃO GERAL
DA INSTITUIÇÃO



O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

O IFFluminense nos termos da sua Lei de criação, constitui-se em autarquia federal, vinculada à Secretaria Tecnológica do Ministério da Educação, que atua na oferta de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, relacionada à educação básica, profissional e superior, nas regiões norte, noroeste e baixadas litorâneas do Estado do Rio de Janeiro, na forma de estrutura *multicampi* e gestão delegada.

De acordo com a Lei nº. 11.892/08, o IFFluminense é uma Instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Possui, nos termos do § 3º, do artigo 3º da referida Lei, autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos à distância, a legislação específica.

Em termos legais, a ação institucional se apoia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº. 9.394/96, cap. III, Artigos 39, 40, 41 e 42, que tratam da Educação Profissional. No Art. 39, lê-se “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

O IFFluminense desenvolve sua ação de acordo com a política emanada do Ministério da Educação (MEC), ao qual está vinculado, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), e tem por finalidades e características, conforme art. 6º da Lei nº 11.892/2008:

- Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da

economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

- Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

- Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Elencam-se, a seguir, os objetivos estabelecidos na Lei de criação, em seu art. 7º e reproduzido no Estatuto do IFFluminense:

- Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- Ministrando, em nível de educação superior, cursos: - superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; - de licenciatura, bem como

programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; - de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; - de pós-graduação *Lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e de pós-graduação *Stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

No movimento de territorialização, o IFFluminense encontra-se em 12 municípios (Figura 1.1), com uma malha espacial que alcança 11 *campi*, somados ainda o *campus* Itaboraí, com obras paralisadas, porém ainda definido como “ em implantação”, um Polo de Inovação, um Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação, além do Centro Administrativo onde atua a Reitoria.



Figura 1.1 - IFFluminense e seu território

Este desenho tem como sede o município de Campos dos Goytacazes, e a atuação *multicampi* se dá nos municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Cambuci e Santo Antônio de Pádua na região Noroeste Fluminense; São João da Barra, Quissamã e Macaé na região Norte Fluminense; de

Cabo Frio na região da Baixada Litorânea, além dos municípios de Itaboraí e Maricá na A representatividade territorial do IFFluminense conta ainda com os polos de Educação a Distância nos municípios de Casimiro de Abreu, Bom Jardim, Porciúncula e Miracema, além de Núcleo Avançado

vinculado ao campus Santo Antônio de Pádua, no município de Cordeiro.

O IFFluminense a partir da sua estrutura funcional *multicampi*, tem os seguintes domicílios, com seus respectivos gestores:

UNIDADE	ENDEREÇO	GESTORES
Campus Avançado Cambuci	Estrada Cambuci-Funil Km 05, Fazenda Santo Antão – Cambuci/RJ	Luiz Alberto Louzada Hosken
Campus Avançado Maricá	RJ 114 – Estrada de Ubatiba, 2.º Distrito – Maricá/RJ	Emerson Brum Bittencourt
Campus Avançado São João da Barra	Rodovia BR–356, Km 181, Povoado Perigoso - São João da Barra/RJ	Valdeir de Souza Julio
Campus Bom Jesus do Itabapoana	Avenida Dário Vieira Borges, 235, Parque do Trevo - Bom Jesus do Itabapoana/RJ	Carlos Antonio Araujo de Freitas
Campus Cabo Frio	Estrada Cabo Frio – Búzios, s/n, Baía Formosa - Cabo Frio/RJ	Víctor Barbosa Saraiva
Campus Campos Centro	Rua Doutor Siqueira, 273, Parque Dom Bosco - Campos dos Goytacazes/RJ	Carlos Alberto Fernandes Henriques
Campus Campos Guarus	Avenida Souza Mota, 350, Parque Fundão - Campos dos Goytacazes/RJ	Christiano Carvalho Leal
Campus Itaperuna	Rodovia BR 356, Km 3, Cidade Nova – Itaperuna/RJ	Michelle Maria Freitas Neto
Campus Macaé	Rodovia Amaral Peixoto, Km 164, Imboassica – Macaé/RJ	Marcos Antonio Cruz Moreira
Campus Quissamã	Av. Amílcar Pereira da Silva, 727, Piteiras – Quissamã/RJ	Aline Estaneck Rangel Pessanha dos Santos
Campus Santo Antônio de Pádua	Av. João Jasbick, s/n, Bairro Aeroporto - Santo Antônio de Pádua/RJ	Arthur Rezende da Silva

Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação	Rua Coronel Walter Kramer, N.º 357, Parque Santo Antônio - Campos dos Goytacazes/RJ	Larissa Cristina Cruz Brum
Polo de Inovação Campos dos Goytacazes	BR-356 s/n, Km 158, Martins Lage - Campos dos Goytacazes/RJ	Rogério Atem de Carvalho
Campus Itaboraí	Rua Izaura Pantoja s/n, Bairro Nova Cidade - Itaboraí/RJ (em construção).	—
Reitoria	Rua Coronel Walter Kramer, N.º 357, Parque Santo Antônio - Campos dos Goytacazes/RJ	Jefferson Manhães de Azevedo

Quadro 1.1 - Endereço das unidades do IFFluminense

Missão, visão e valores

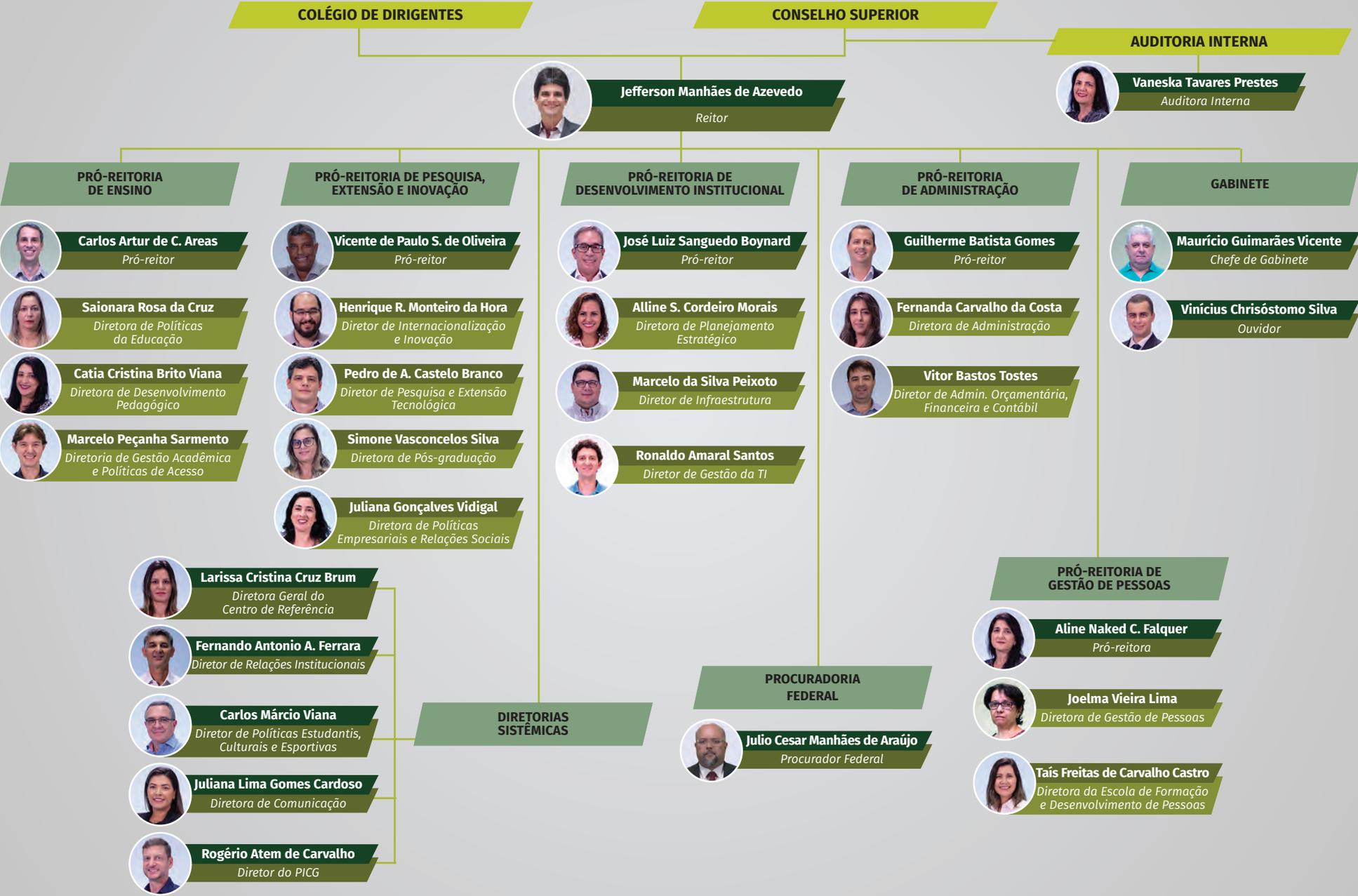
A Figura 1.1 apresenta a declaração da Missão, Visão e Valores no âmbito estratégico do IFFluminense, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI 2018-2022.



Figura 1.1: Missão, Visão e Valores do IFFluminense

Estrutura organizacional

Atualmente, o Instituto Federal Fluminense possui a seguinte organização estrutural e administrativa:



Ambiente externo

Como impacto do ambiente externo, podemos destacar a redução nos recursos destinados ao Instituto Federal Fluminense, a partir de 2015, que provocou ações de organização interna orientadas à garantia da continuidade de seu funcionamento. Por um lado, houve o aumento percentual do direcionamento para o custeio do funcionamento, reduzindo o percentual dedicado ao investimento, por outro lado se buscou recursos que mantivessem o nível de investimento necessário. Ainda assim, a manutenção dos patamares de custeio para funcionamento e investimentos demandou ações orientadas a assegurar o funcionamento de todos os campi e dos programas e ações existentes, a partir de regras claras construídas de forma participativa.

Em relação ao custeio de 2018, a destinação de 57% dos recursos solicitados na matriz orçamentária apresentada pelo Conselho Nacional das Instituições da rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec), fez com que fosse desenvolvida metodologia interna de divisão de recursos. A matriz original é definida a partir do número de estudantes e das características dos cursos que interferem no custo de suas execuções, como carga horária e eixo tecnológico do curso, que se relaciona, entre outros, à necessidade de laboratórios. Como a redistribuição dos recursos estabelecidos com as mesmas regras de desenvolvimento da matriz orçamentária, acarretaria valores insuficientes para manutenção, sobretudo dos campi com menor número de estudantes, foi designada comissão de orçamento, pela Portaria No 599/2018, com a finalidade de determinar a distribuição orçamentária interna do Instituto Federal Fluminense.

A metodologia utilizada para a distribuição dos recursos assegurou a manutenção dos valores das despesas fixas comuns dos campi, considerando o valor executado no exercício 2017, tais como água e esgoto, luz, telefonia fixa, telefonia móvel, serviço de dados, locação de mão de obra (vigilância, limpeza, apoio administrativo e manutenção predial), com a distribuição dos recursos restantes entre os campi, pelo número de estudantes matriculados, no sistema de gerenciamento acadêmico em 2018, consideradas as diferenças e pesos utilizados na construção da matriz orçamentária do Conif. Desta forma, ainda que as despe-



Figura 1.3: Cadeia de Valor do IFFluminense

sas tenham aumento contínuo, sobretudo as relacionadas a contratos e serviços, e que o recurso total tenha se mantido no mesmo patamar, é possível que os campi façam seus planejamentos e controlem suas execuções segundo regras estabelecidas.

A parcela orçamentária que se destina ao investimento também foi atingida pela redução de destinação. Se em 2016 havia na LOA cerca de 7,4 milhões destinados aos investimentos, a necessidade de se deslocar maior parcela de recursos para o funcionamento acarretou redução de investimentos para 2,9 e 2,5 milhões em 2017 e 2018, respectivamente. Considerando-se que vários campi ainda não possuem estrutura completa para atendimento das atividades educacionais, a instituição atuou em duas ações para consecução de seus objetivos e continuidade das ações de investimento: a busca por recursos a partir de emendas parlamentares; a definição de diretrizes, dentro do Plano Diretor de Infraestrutura, que priorizem a presença da estrutura básica em todas as unidades.

A busca por emendas parlamentares de investimento foi a ação desenvolvida para assegurar a manutenção do nível de investimento. Estas emendas somaram 5,2 milhões em 2018, valor semelhante ao conseguido em 2017, enquanto aportaram 400 mil em 2016. Somadas aos recursos da LOA, tais recursos permitiram a contínua ação destinada à aquisição de equipamentos e realização de obras, orientadas à consolidação dos campi.

Cadeia de Valor do IFFluminense

A Cadeia de Valor do IFFluminense (Figura 1.3) é voltada à compreensão e definição, de forma gráfica, do alcance da missão através dos processos de apoio e suporte da instituição e dos resultados de ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil, cultura e esporte entregues aos alunos e à sociedade.

CAP 02

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
E GOVERNANÇA

Em 2018, o IFFluminense aprovou seu Plano Estratégico para orientar sua ação no quinquênio seguinte. O Plano Estratégico é parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional, e tem como função nortear desde o planejamento da oferta de cursos até a organização e gestão de pessoal, bem como infraestrutura. O documento apresenta as perspectivas e os temas estratégicos, bem como o mapa estratégico e o detalhamento dos objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas do instituto.

O Mapa Estratégico do IFFluminense (Figura 2.1) representa, visualmente, as perspectivas e os objetivos estratégicos para os quais serão elaborados programas e projetos. A execução desses programas e projetos contribuirá significativamente para a produção de resultados positivos que conduzam a instituição ao cumprimento das metas e políticas institucionais.

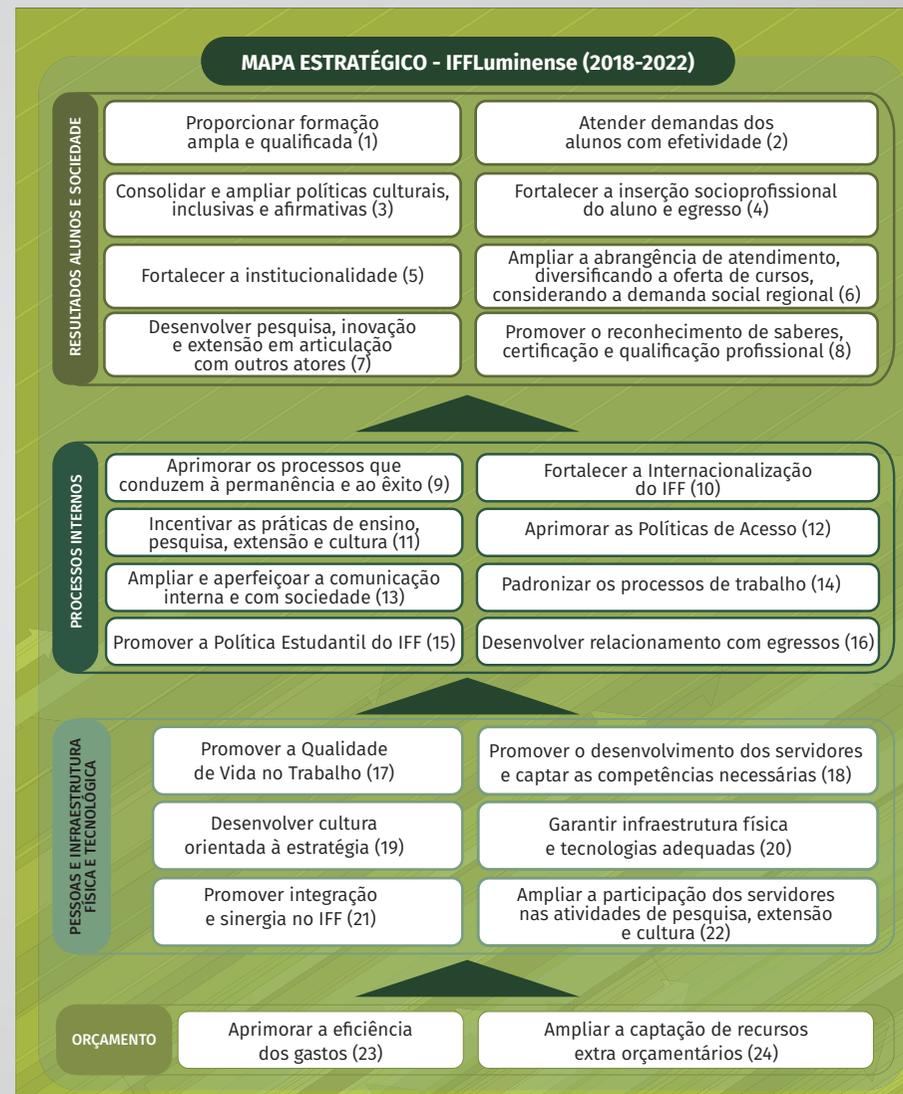


Figura 2.1 – Mapa estratégico do IFFluminense para o período de 2018 a 2022

No Quadro 2.1 são descritos os objetivos estratégicos, abrangendo cada um dos itens do mapa estratégico.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO
Proporcionar formação ampla e qualificada	Proporcionar aos alunos uma formação profissional e cidadã fundamentada no ensino, na pesquisa e na extensão, fomentando sua participação em intercâmbios, atividades científicas, culturais, desportivas e artísticas.
Atender as demandas dos alunos com efetividade	Melhorar e implantar processos que aperfeiçoem o tempo e a qualidade de atendimento aos alunos no que se refere às suas demandas administrativas, pedagógicas e sociais, dentro das atribuições legais do IFF.
Consolidar e ampliar as políticas culturais, inclusivas e afirmativas.	Desenvolver ações que garantam a inclusão social das pessoas com deficiências e em vulnerabilidade social, e voltadas à proteção e promoção de manifestações culturais.
Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso	Estabelecer as condições necessárias para garantir a qualidade do processo de formação profissional dos alunos, por meio de estágios e atividades empreendedoras, favorecendo a inserção sócio-profissional do aluno e do egresso e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.
Fortalecer a Institucionalidade	Fortalecer a imagem do IFF como uma instituição de EPT pública, gratuita e de qualidade. Além disso, propiciar aos seus públicos estratégicos a compreensão da sua abrangência, história e valores, bem como da importância da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
Ampliar a abrangência de atendimento, diversificando a oferta de cursos, considerando a demanda social regional	Qualificar as políticas de acesso, ajustando a oferta de cursos, a organização curricular e os mecanismos de seleção para o atendimento das características fundamentais da instituição.
Desenvolver pesquisa, inovação e extensão em articulação com outros atores.	Nortear uma melhor inserção da instituição nas ações da sociedade que visem incrementar o desenvolvimento socioeconômico do território em que estamos inseridos, tais quais conselhos e grupos de trabalho, bem como a realização de parcerias com vistas a ação direta para a implementação de projetos de desenvolvimento tecnológico, social e ambiental.
Promover o reconhecimento de saberes, certificação e qualificação profissional.	Reconhecer saberes profissionais, certificar e oferecer cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, articulados com todos os níveis e modalidades da EPT e com os diferentes setores da sociedade.
Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito	Aprimorar estratégias de acolhimento e acompanhamento discente a partir do fortalecimento do planejamento e da avaliação das ações pedagógicas.
Fortalecer a Internacionalização do IFFluminense	Expandir a atuação do IFFluminense com parcerias formalizadas com instituições de outros países, a partir da assinatura de Memorandos de Entendimentos (MOU), ou documento equivalente.
Incentivar as práticas de ensino, pesquisa, extensão e cultura	Incentivar a realização de pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, e incentivar atividades de extensão estendendo seus benefícios à comunidade. Além disso, incentivar a realização de práticas culturais e de ensino, modernas, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais.
Aprimorar as Políticas de Acesso	Reestruturar o processo de ingresso em uma perspectiva inclusiva, ampliando o acesso dos públicos previstos em lei e otimizando os recursos.
Ampliar e aperfeiçoar a comunicação interna e com a sociedade	Estabelecer uma relação permanente, estruturada, sistemática e proativa com a comunidade interna e com os públicos estratégicos do IFFluminense, identificando os seus perfis e monitorando seu comportamento para o atendimento de suas demandas.
Padronizar os processos de trabalho	Desenvolver e coordenar projetos e ações de modernização e de simplificação administrativa com vistas ao desenvolvimento de ferramentas digitais de apoio à gestão da instituição, sobretudo, à melhoria da qualidade na prestação dos serviços públicos.
Promover a Política Estudantil do IFFluminense	Implantar e aperfeiçoar programas para assistência adequada ao estudante (PAE), priorizando inclusão, permanência e cidadania dos estudantes, aperfeiçoando as ações existentes.
Desenvolver relacionamento com egressos	Desenvolver ferramentas para avaliação do processo de inserção profissional dos egressos, bem como da continuidade dos estudos. Dessa forma, será possível viabilizar o replanejamento das políticas e estratégias institucionais quanto à oferta de cursos e vagas, o fortalecimento das ações de inserção e a compreensão das percepções dos egressos quanto à formação recebida.
Promover a Qualidade de Vida no Trabalho	Promover a atenção à saúde e à melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e profissional.
Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias	Identificar as competências individuais e institucionais necessárias ao desenvolvimento das iniciativas relacionadas aos objetivos estratégicos e promover ações para a diminuição da lacuna de competências.
Desenvolver cultura orientada à estratégia	Consolidar a identidade institucional e desenvolver a cultura da gestão em rede, da comunicação, da inclusão social, da inserção profissional, da pesquisa como método pedagógico e da inovação.

Garantir infraestrutura física e de tecnologias adequadas	Gerenciar recursos de modo a garantir que a infraestrutura física e de tecnologia da informação (TI), necessárias ao atendimento do Plano de Oferta de Cursos e Vagas e a todos os processos estratégicos, de apoio e finalísticos, estejam constantemente disponíveis, atualizadas e equalizadas.
Promover integração e sinergia no IFFluminense	Aprimorar os canais de comunicação entre as unidades institucionais; buscar promoção de atividades de integração entre os campi; implementar cultura de reuniões institucionais entre unidades, de modo a compartilhar dificuldades em comum e, juntos, buscar soluções.
Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa, extensão e cultura	Ampliar a participação de servidores nas atividades de pesquisa, extensão e cultura, de forma a aumentar a produção, o compartilhamento e a aplicação de conhecimentos de tal maneira que a sociedade possa utilizá-los para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços que contribuam efetivamente para a transformação da sociedade, de forma alinhada às demandas do setor produtivo e do contexto social.
Aprimorar a eficiência dos gastos	Empreender políticas institucionais com foco na gestão sustentável, a partir de ações e projetos que estabeleçam metas para utilização eficiente dos recursos financeiros com a redução do custeio, garantindo a responsabilidade socioambiental da gestão pública.
Ampliar a captação de recursos extra orçamentários	Buscar junto à União, Estados, Municípios, Agências de Fomento ou por quaisquer Entidades Públicas ou Privadas, recursos extras, repassados através da publicação de portarias, emendas parlamentares, outorgas de fomento, para suprir tanto a suplementação do orçamento como para investimentos em instalações e aquisição de equipamentos, bolsas de alunos, material de consumo, dentre outros.

Quadro 2.1 – Descrição dos Objetivos Estratégicos

Prioridades Estratégicas

As iniciativas são as estratégias para atingir os objetivos e as metas definidas, ou seja, definem as prioridades nas quais as ações devem se pautar. A fim de subsidiar a elaboração do Planejamento Estratégico, foram realizadas reuniões de gestores

para definição das prioridades estratégicas que dariam suporte ao alcance dos objetivos estratégicos. O resultado dessas discussões pode ser observado no Quadro 2.2. As ações, projetos, programas e planos descritos no quadro são o elo entre

o plano estratégico e os planos táticos e operacionais. Desta forma, as prioridades estratégicas nortearão a elaboração dos Planos de Ação Anual (PAA) que serão estabelecidos nos campi a partir de 2019.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
Proporcionar formação ampla e qualificada	Elaborar diretrizes para o estudo da expansão da oferta
	Elaborar diretrizes para os currículos de cursos integrados, subsequentes e concomitantes
	Fortalecer o Fórum permanente para discussão das ofertas EJA
	Ampliar a oferta de FIC-EJA
	Estimular a elaboração de projetos pedagógicos que possibilitem um itinerário formativo
Atender as demandas dos alunos com efetividade	Implantar ações para melhoria na qualidade do atendimento nos registros acadêmicos
	Fortalecer a orientação quanto aos fluxos de registro acadêmico
	Fortalecer a orientação aos gestores de ensino quanto a legislação e regulamentos acadêmicos
Consolidar e ampliar as políticas culturais, inclusivas e afirmativas	Implantação dos Núcleos, NUGEDIS, NEABI e NAPNEE, em todos os campi
	Acompanhamento e avaliação da implantação
	Ampliação e fortalecimento dos Núcleos
	Patrocinar a realização eventos de informação e divulgação das atividades dos Núcleos
Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso	Ampliar, nos campi, ações que promovam oportunidades para alunos e egressos
	Fortalecer a articulação com as empresas da região de abrangência
	Fortalecer a atuação dos alunos nas empresas juniores e com a Incubadora de Empresas TecCampos

Fortalecer a institucionalidade	Criar a Câmara de Comunicação do IFF
	Promover ações de comunicação integrada
	Orientar e desenvolver o Planejamento Estratégico de Comunicação para ações institucionais
	Gerir e fortalecer o uso da marca IFF nos serviços e produtos de comunicação (Elaborar e divulgar Manual de Uso da Marca)
	Promover o relacionamento com a imprensa e construção de agenda positiva
	Comunicação da Estratégia Institucional
	Apoiar ações de integração que envolva a comunidade interna e externa.
	Promover campanhas sistêmicas de ingresso de estudantes e servidores
Ampliar a abrangência de atendimento, diversificando a oferta de cursos, considerando a demanda social regional	Implementar os projetos pedagógicos alinhados a identidade institucional
	Prospectar viabilidade das ofertas considerando demanda sociorregional
Desenvolver pesquisa, inovação e extensão em articulação com outros atores	Fortalecimento de ações na busca de parcerias com instituições e empresas
Promover o reconhecimento de saberes, certificação e qualificação profissional	Elaborar projetos pedagógicos que identifiquem os saberes necessários para as certificações
	Estimular a oferta de cursos FIC
Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito	Implementar o Plano estratégico de permanência e êxito dos campi articulados com a assistência estudantil
Fortalecer a Internacionalização do IFFLuminense	Implementação do Plano de Internacionalização do IFFLuminense
Incentivar as práticas de ensino, pesquisa, extensão e cultura	Promover editais contemplando projetos que integrem ensino, pesquisa e extensão
	Promover o Programa de Bolsas Institucionais de Incentivo à Pesquisa, Extensão e ao Empreendedorismo
	Promover os programas desenvolvidos no âmbito da Extensão e Cultura no IFFLuminense
	Fortalecer as ações dos grupos de pesquisa
	Fortalecer os eventos técnico-científicos e culturais institucionais
	Promover o Programa de Apoio à Produção Acadêmica
	Prospectar e ampliar os cursos de pós-graduação
	Incentivar a produção científica - Programa de Apoio à Produção Acadêmica
	Incentivar os projetos que integram ações de pesquisa e extensão
	Consolidação dos Projetos Culturais implantados no IFF
	Patrocinar a realização de eventos de informação e divulgação das atividades dos Projetos Culturais
Aprimorar as Políticas de Acesso	Diversificação dos meios de comunicação para fortalecer o processo de ingresso
	Prospectar viabilidade das ofertas considerando demanda sociorregional
	Fortalecer os estudos de melhorias dos processos de ingresso
Ampliar e aperfeiçoar a comunicação interna e com a sociedade	Implantar, consolidar e divulgar a Política de Comunicação
	Elaboração/Aprimoramento e Manutenção de Produtos/Canais de Comunicação
	Promover a Gestão da Comunicação
	Avaliar/Desenvolver a Comunicação interna do IFF

Padronizar os processos de trabalho	Implantação do Processo Eletrônico Nacional (PEN)
	Atualização do Regimento Geral
	Implantação da Gestão por Competências
	Mapeamento do macroprocessos finalísticos e de sustentação de acordo com a estratégia institucional adotada
Promover a Política Estudantil do IFFluminense	Atendimento especializado adequado no processo de ingresso das pessoas com deficiência com necessidades específicas
	Implantação da política de acessibilidade e inclusão
	Aperfeiçoamento da assistência estudantil
	Implantação e consolidação da política de permanência e êxito
	Aperfeiçoamento do atendimento especializado e multidisciplinar
Consolidação dos Fóruns estudantis e incentivo à participação estudantil nas instâncias deliberativas do IFFluminense	
Desenvolver relacionamento com egressos	Implantação do Programa de Acompanhamento de Egressos
Promover a Qualidade de Vida no Trabalho	Implementação da Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida dos servidores do IFFluminense em conjunto com a unidade SIASS
	Incentivo à integração dos servidores e à prática esportiva através da realização anual dos Jogos dos Servidores do IFFluminense (JICSIFF)
	Implantação do Programa de Preparação para Aposentadoria do IFFluminense
	Promoção da Política de Mobilidade do IFFluminense
	Desenvolvimento de ações de motivação dos servidores no ambiente de trabalho
Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias	Realização de ações de capacitação com base no Plano Anual de Capacitação do IFFluminense;
	Incentivo ao desenvolvimento acadêmico-profissional e à formação continuada dos servidores do IFFluminense;
	Desenvolvimento do Programa de mapeamento das competências
Desenvolver cultura orientada à estratégia	Implantação da Política de Governança do IFF
	Implantação do Plano de Integridade e da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos do IFF
	Aprimoramento do acompanhamento dos Planos Anuais de Ação e Projetos Estratégicos
	Implantação de reuniões estratégicas em todas as unidades para disseminação do PDI
Garantir infraestrutura física e de tecnologias adequadas	Implantação do Plano Diretor de Infraestrutura Física
	Aperfeiçoamento da Gestão e Fiscalização de Obras
	Desenvolvimento do Plano Diretor de TIC
	Gerenciamento contínuo do Plano de Metas e Ações apontado no PDTIC.
Promover integração e sinergia no IFF	Realização de eventos multicampi integradores
	Realização de projetos multicampi integradores

Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa, extensão e cultura	Promover o Programa de Bolsas Institucionais de Incentivo à Pesquisa, Extensão e ao Empreendedorismo no Instituto Federal Fluminense
	Promover programas desenvolvidos no âmbito da Extensão e Cultura no IFF
	Incentivar a apresentação de trabalhos em eventos de pesquisa e extensão externos – Programa de Apoio à Produção Acadêmica
	Incentivar a produção científica - Programa de Apoio à Produção Acadêmica
Aprimorar a eficiência dos gastos	Implantar o Plano de Logística Sustentável do IFF
	Promover padrões de consumo sustentável e estilo de vida ecológico
Ampliar a captação de recursos extra-orçamentários	Fortalecer ações na busca de parcerias com instituições e empresas
	Incentivar a submissão de propostas a editais externos de fomento à pesquisa, à extensão e à inovação
	Fortalecer o relacionamento com os parlamentares da bancada do RJ com o intuito de ampliar os recursos de emendas

Quadro 2.2 – Iniciativas Estratégicas do IFFluminense

Em atendimento ao Art. 14, do Decreto N.º 9.203/17, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense instituiu o seu Comitê Interno de Governança, por meio da Portaria N.º 585/2018, retificado pela Portaria N.º 1607/2018, que conta, na sua composição, com a participação do reitor, pró-reitores e diretores gerais dos *campi*/unidades administrativas. A pró-reitoria de desenvolvimento institucional exerce o papel de secretaria-executiva do Comitê, assim como auxilia na supervisão e no monitoramento da política de gestão de riscos no âmbito do IFFLuminense.

Assim, com o objetivo de avançar na implementação de uma gestão mais eficiente e com resultados mais efetivos à sociedade, o Comitê deve garantir que as boas práticas de governança se desenvolvam e sejam apropriadas de forma contínua e progressiva. Para tanto, o Reitor, Pró-reitores, Diretores Sistêmicos e Diretores Gerais devem considerar, nas suas ações e tomadas de decisão, as políticas e estratégias declaradas no PDI 2018 – 2022.

A responsabilidade pelo estabelecimento da estratégia e da estrutura de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão, manutenção, monitoramento e aperfeiçoamento da gestão no IFF também é do Comitê Interno de Governança.

Cabe aos demais agentes públicos que exercem cargo ou função no IFF, a responsabilidade pela operacionalização da gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão e pela identificação de deficiências e sua comunicação às instâncias superiores.

A Estrutura de Governança do IFFLuminense tem como base a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais e o Estatuto do IFFLuminense, aprovado pela Resolução Nº 40, de 22 de Dezembro de 2017¹, publicada no DOU de 3 de janeiro de 2018.

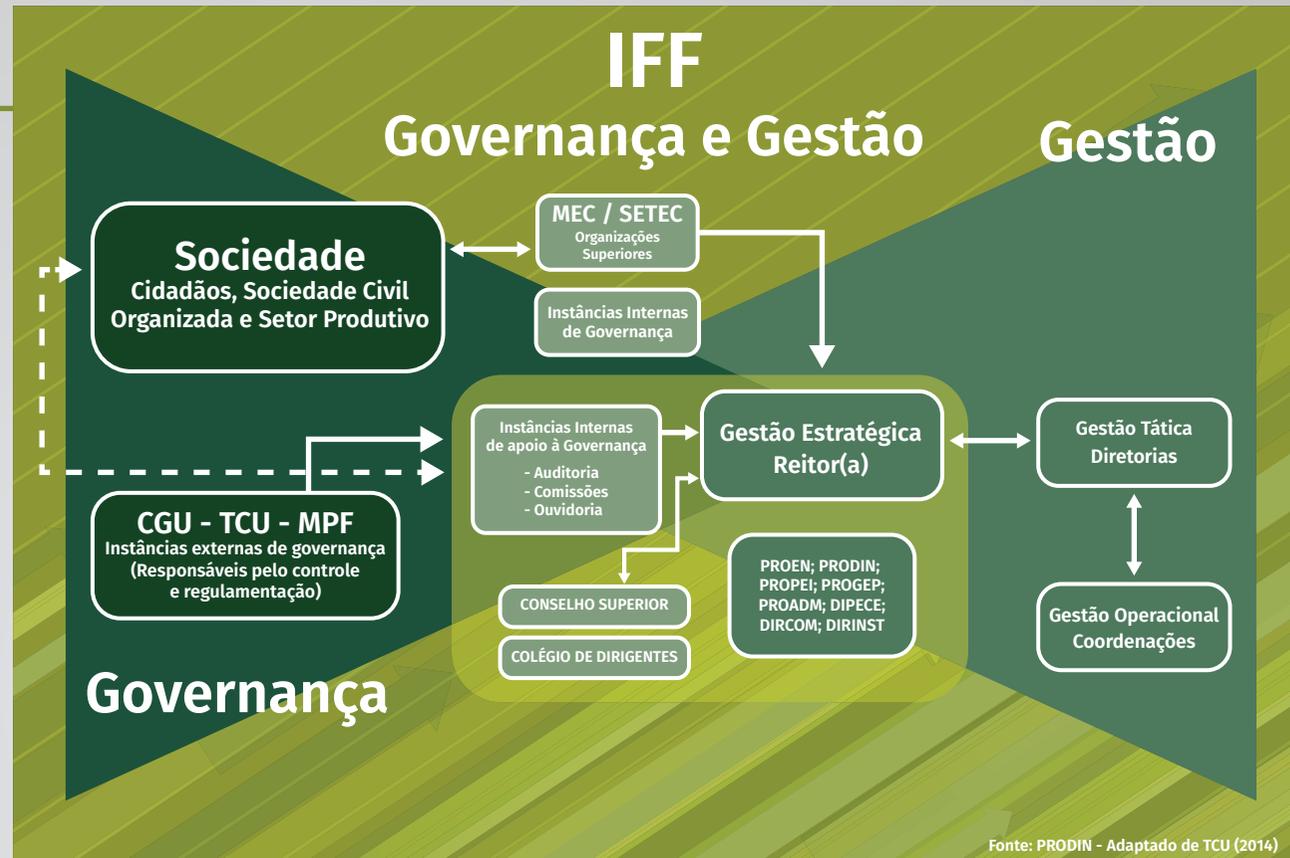


Figura 2.2 – Governança e Gestão

A Figura 2.2 retrata a governança do IFFLuminense e na sequência são descritas as instâncias de governança existentes e de que forma elas apoiam o cumprimento dos objetivos estratégicos da instituição.

- Instâncias externas de governança

São responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes, não estando vinculadas apenas a uma organização. No IFFLuminense contamos com a fiscalização e controle do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal e Controladoria Geral da União.

- Instâncias externas de apoio à governança

São responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança. O IFFluminense conta com a participação de conselheiros externos, representantes da sociedade civil, no Conselho Superior (Consup) e também nos Conselhos de *campus* e na Comissão Própria de Avaliação (CPA). Além da participação social por meio dos conselheiros, o IFFluminense pratica a transparência ativa, divulgando de forma espontânea no seu portal os dados que são de interesse coletivo ou geral com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública, conforme determina a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18/11/2011).

- Instâncias internas de governança

São responsáveis por propor, avaliar e aprovar as estratégias e políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público servindo de elo entre principal e agente. No IFFluminense são instâncias internas de governança a Gestão Estratégica, composta pelo reitor, pró-reitores e diretores sistêmicos, e os órgãos colegiados superiores.

- **Reitor do IFFluminense** – é a autoridade constituída e a Reitoria, como unidade administrativa, atua na condição de órgão executivo nos termos da sua lei de criação. Tendo como principais atribuições o planejamento das estratégias de desenvolvimento da instituição, a organização da sua gestão, bem como a implementação e o desenvolvimento das políticas educacionais e de funcionamento da instituição.
- **Pró-reitoria de Ensino** - à Pró-reitoria de Ensino compete planejar, desenvolver, supervisionar e avaliar a execução das políticas de ensino, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
- **Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação** - Compete à Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação propor,

planejar, desenvolver, articular, controlar e avaliar a execução das políticas de pesquisa, extensão, inovação, pós-graduação e relacionamentos internacionais, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC e MCTIC, coordenar os processos de edição de publicações técnico-científicas e promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

- **Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional** - Compete à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional promover a integração entre a Reitoria e os *campi* e, no plano interno, promover a integração entre as ações das demais Pró-Reitorias, promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional, a sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejar e coordenar as atividades relacionadas à tecnologia da informação e da comunicação; planejar, desenvolver e programar ações operacionais de infraestrutura, assim como coordenar os recursos operacionais de transporte, além de outras atividades delegadas pelo Reitor.
- **Pró-reitoria de Administração** - à Pró-reitoria de Administração compete planejar, coordenar e acompanhar as atividades e as políticas de administração e execução de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Federal Fluminense.
- **Pró-reitoria de Gestão de Pessoas** - Compete à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, na condição de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da União (SIPEC) e como órgão normativo e consultivo da Reitoria em relação à movimentação de pessoal, a aplicação de políticas para capacitação, a alocação de recursos humanos, a progressão funcional, além de benefícios e todas as demais questões legadas aos servidores do IFFluminense.
- **Diretoria de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas** - Compete à Diretoria de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas promover o aprimoramento na articulação de ações fortalecedoras da permanência dos estudantes e da prevenção da evasão escolar, assim como todos os demais

temas relacionados aos interesses do segmento discente do IFFluminense.

- **Diretoria de Comunicação** - Compete à Diretoria de Comunicação gerir as estratégias, políticas e atividades de Comunicação Social no âmbito do IFFluminense; coordenar ações para a implantação e atualização da Política de Comunicação do IFFluminense, bem como zelar pela observância da aplicação de suas diretrizes pelos profissionais de Comunicação Social e Visual da Reitoria e dos campi; promover reuniões periódicas do Fórum dos Comunicadores; apoiar e orientar o desenvolvimento de projetos e eventos ligados à Reitoria, bem como sua divulgação; planejar e direcionar a elaboração e produção de materiais gráficos de apoio institucional sob responsabilidade da Coordenação de Imagem Institucional; planejar e direcionar a elaboração e produção de projetos audiovisuais no âmbito institucional sob responsabilidade da Coordenação de Múltiplos Meios; apoiar e orientar os cerimoniais da Reitoria; planejar e direcionar a elaboração e produção de projetos jornalísticos no âmbito institucional sob responsabilidade da Coordenação de Jornalismo.
- **Diretoria de Relações Institucionais** – Compete à Diretoria de Relações Institucionais buscar o relacionamento com a classe parlamentar para construir novas possibilidades de parcerias e iniciativas de ações acadêmicas e buscar novos recursos; identificar e ampliar as parcerias entre o IFFluminense e os setores público e privado; captar recursos humanos e financeiros; estabelecer parceria, em primeiro lugar, com os municípios onde existem os *campi* do IFFluminense; consolidar-se como interface institucional nas relações e transferências dessas iniciativas; promover maior visibilidade às ações do IFFluminense.
- **Conselho Superior (Consup)** - é o órgão deliberativo e consultivo máximo do IFFluminense e trata de assuntos relativos a políticas institucionais, orçamento anual, prestação de contas, indicadores de desempenho, regulamentos e normas, entre outros.
- **Colégio de Dirigentes** - é um órgão consultivo, presidido

pela Reitora e formado pelos pró-reitores e diretores-gerais dos *campi*. Esse colegiado trata de ações estratégicas de gestão, orçamentária e financeira e sobre relações sociais, de trabalho e de convivência.

- Instâncias internas de apoio à governança

Contribuem para a boa governança no IFFluminense, promovendo a comunicação entre as partes interessadas, monitorando e interagindo junto às áreas responsáveis quanto a possíveis riscos e disfunções observadas no âmbito da gestão da Instituição, considerados relevantes em nível estratégico. Para tal, atuam como instância interna de apoio à governança a Auditoria Interna, Ouvidoria e as Comissões de Assessoramento.

▪ **Auditoria Interna** - é um órgão de apoio à Gestão do IFFluminense, responsável por fortalecer e assessorar a gestão e racionalizar as ações de controle, objetivando contribuir para garantir legalidade, moralidade, impessoalidade e probidade dos atos da administração, bem como prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito do Instituto, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

▪ **Ouvidoria** - é um órgão que tem como finalidade o aprimoramento da Instituição, constituindo-se em um canal de comunicação entre a comunidade e seus dirigentes, primando suas ações pela ética e imparcialidade. A Ouvidoria recebe reclamações, denúncias, críticas, sugestões ou elogios apresentados pelos estudantes, professores e servidores técnico-administrativos do IFFluminense, bem como da comunidade, em geral, encaminhando-as aos dirigentes dos órgãos ou setores administrativos para avaliação e resposta, retornando as respostas dos dirigentes aos manifestantes.

Comissões Permanentes - instância interna de apoio à governança no assessoramento de assuntos específicos. São elas:

▪ **Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD):** formula os procedimentos relativos ao pessoal docente e acompanha a execução desses procedimentos. É composta por docentes do quadro permanente do IFFluminense, instituída por meio

de processo de consulta próprio junto ao campus onde está inserida.

▪ **Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE:** é composta por servidores técnico-administrativos em educação, integrantes do Plano de Carreira, e tem a finalidade de acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a sua implementação no âmbito do IFFluminense.

▪ **Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (CENPEI):** é uma órgão normativo e consultivo, de assessoramento da Reitoria em relação às políticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

▪ **Comissão Própria de Avaliação (CPA):** tem as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, com fito de melhorar as ações e alimentar o planejamento, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

▪ **Conselho de campus:** é um órgão consultivo e deliberativo por delegação do Conselho Superior, no âmbito do *campus*, tem a função de assessorar a Direção Geral, colaborando para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelando pela correta execução das políticas do IFFluminense.

▪ **Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e da Comunicação (CGTIC):** é um órgão colegiado de natureza consultiva e propositiva, é responsável pelo assessoramento e acompanhamento da execução das Políticas de Tecnologia de Informação e Comunicação Institucional do IFFluminense, observada a legislação pertinente, que tem por objetivo promover o alinhamento das ações de TIC às diretrizes estratégicas da instituição, por meio da análise e priorização de projetos.

▪ **Comissão Permanente de Licitação:** é de natureza multicampi tem a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite realizadas pelo IFFluminense.

▪ **Comissão de Ética Profissional (CET):** é um mecanismo de assessoramento institucional que tem como principais atribuições: auxiliar os servidores e os gestores no tema da ética profissional.

Outras instâncias

Contribuem para a boa governança da organização: a gestão tática e a gestão operacional.

▪ **Diretoria Geral dos campi** - Os *campi* do IFFluminense somam, em número, 12 *campi* definidos em portaria do MEC, sendo 11 em funcionamento. São administrados por Diretores Gerais, competindo-lhes a supervisão dos programas relativos às atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão e a gestão das atividades administrativas, por meio de responsabilidade descentralizada por delegação da autoridade constituída, de acordo com os regimes estatutários e regimentais estabelecidos. Sua estrutura organizacional apresenta variações em função do desenho proposto, associado à quantidade de funções gratificadas disponíveis na matriz definida pela portaria SETEC/MEC 246/2016.

▪ **Gestão Tática** - é responsável por coordenar a gestão operacional em áreas específicas. Os dirigentes que integram o nível tático da organização são os agentes públicos que, tipicamente, atuam nessa estrutura. Na Reitoria, compõem a gestão tática as Diretorias ligadas diretamente aos Pró-reitores e Chefia de Gabinete, ligada à Reitora. No *campus*, compõem a gestão tática os Diretores de Administração de Ensino, Pesquisa e Extensão, ligados diretamente ao Diretor geral do *campus*.

▪ **Gestão Operacional** - é responsável pela execução de processos produtivos finalísticos e de apoio. Os coordenadores, servidores da instituição que ocupam cargos ou funções a partir do nível operacional, são os agentes públicos que, tipicamente, atuam nessa estrutura. Na Reitoria, fazem parte da gestão operacional os chefes de setores, ligados diretamente aos diretores e também os coordenadores ligados a estes. Em alguns casos, os coordenadores estão vinculados diretamente aos diretores sistêmicos. Nos *campi*, fazem parte da gestão

operacional os coordenadores, ligados diretamente aos diretores de administração, ensino, pesquisa e extensão. Em alguns casos, os coordenadores estão vinculados diretamente ao diretor geral dos *campi*.

Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Os trabalhos de auditoria do IFFluminense são sistematizados pela Unidade de Auditoria Interna (AUDINT), integrante da estrutura organizacional da Reitoria e vinculada diretamente ao Conselho Superior, nos termos do Art. 15 do Decreto 3.591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002.

De acordo com o art. 25 do Estatuto do IFFluminense, a Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Instituto Federal e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente. Em relação ao arcabouço jurídico em que se fundamentam as atividades da AUDINT, citamos as seguintes Resoluções do CONSUP: n.º 40/2017 (Estatuto), n.º 04/2011 (Regimento Geral)¹ e nº 63/2016 (Regimento da AUDINT)².

Apesar das normas estatutárias e regimentais da Auditoria Interna vincularem a unidade ao CONSUP - órgão máximo da organização administrativa do IFFluminense -, o Regimento Geral do Instituto há de ser modificado, conferindo conformidade com as demais normas.

Além da posição da Unidade de Auditoria Interna no organograma do IFFluminense, o envolvimento do CONSUP na definição dos normativos que regem a atividade da AUDINT é fundamental para garantir sua independência. Nesse sentido, podemos mencionar a aprovação do regimento da Auditoria Interna do IFFluminense (Resolução CONSUP Nº 63/2016); aprovação das decisões sobre nomeação e exoneração do auditor-chefe (Resolução CONSUP Nº 42/2017), entre outras.

1 <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2011/resolucao-no-04-de-03-de-marco-de-2011>
2 <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2016/resolucao-4>

Outrossim, a independência da Unidade de Auditoria Interna, no âmbito do Instituto Federal Fluminense, também pode ser correlacionada ao disposto no art. 21 do Regimento da Auditoria Interna³, no que tange à autorização de acesso a registros, pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes à execução de suas auditorias.

Estratégia de atuação da Unidade de Auditoria Interna em relação aos trabalhos propostos

Para o exercício de 2018, a Unidade de Auditoria Interna adotou como estratégia a abrangência das auditorias realizadas em todos os campi do Instituto Federal Fluminense, contemplando a maioria dos temas previstos no PAINT/2018. Tal estratégia teve como premissa o treinamento/aperfeiçoamento dos auditores que compõem a equipe de auditoria, especificamente em relação ao amplo conhecimento necessário para a condução de temas tão diversos.

Ainda no contexto da atuação da unidade administrativa, os trabalhos de auditoria foram distribuídos por núcleos, conforme evidencia a Figura 2.3, definidos a partir do recorte por proximidade geográfica dos municípios em que atua o IFFluminense, de acordo com o art. 6º da Resolução do CONSUP n.º 63/2016, possibilitando, dessa forma, a alocação de 1 (um) servidor-Auditor para 1 (um) núcleo, confirmando a realização dos trabalhos de forma mais próxima do *campus*, aperfeiçoando, consequentemente, práticas de gestão naqueles locais.

3 "Art. 21 Os servidores integrantes da Unidade de Auditoria Interna, no exercício de suas atribuições, possuem autorização de acesso a registros, pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes à execução de suas auditorias, devendo as unidades administrativas do Instituto Federal Fluminense atender às solicitações de informações feitas pela Unidade de Auditoria Interna e propiciar aos seus integrantes todas as condições necessárias para a realização de suas atividades, em conformidade com o que dispõe o Tribunal de Contas da União."

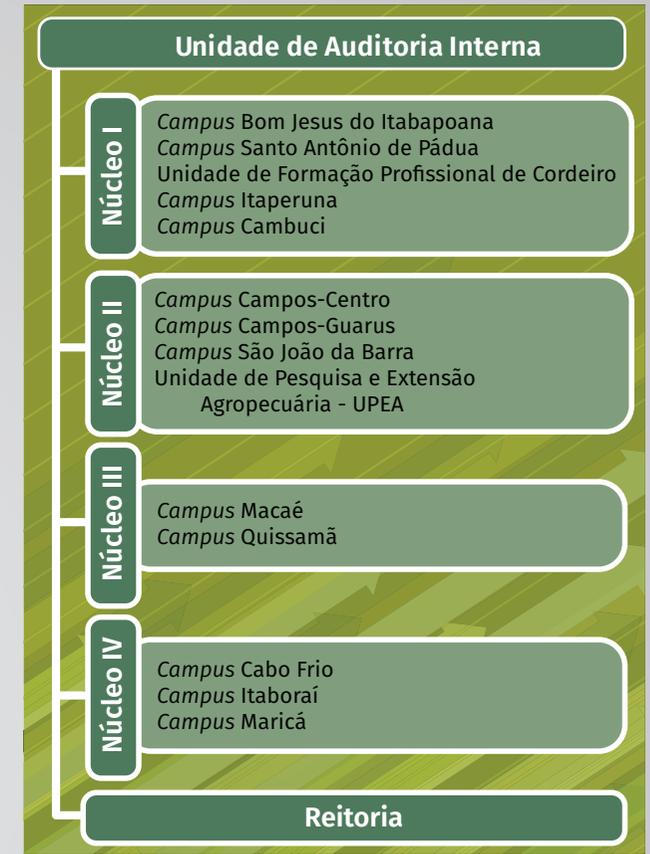


Figura 2.3 – Estrutura administrativa de atuação da Unidade de Auditoria Interna do IFFluminense

Fonte: AUDINT

No entanto, com vistas a preservar a independência dos auditores internos, restou consagrada no art. 20 do Regimento da Auditoria Interna⁴, norma pretendendo evitar que os Auditores Internos desempenhem tarefas de gestão administrativa, próprias de gestores.

4 Art. 20 É vedado à Unidade de Auditoria Interna realizar atos que possam caracterizar participação na gestão do Instituto, como despachos e decisões em processos, bem como participar de comissões de sindicâncias e de processo administrativo disciplinar, dentre outras atividades que sejam incompatíveis com as atribuições da Auditoria Interna, consoante orientação do Tribunal de Contas da União

Em 2018, a AUDINT atuou com 5 (cinco) servidores, conforme evidencia o Quadro 2.3.

UNIDADE	MATRÍCULA	AUDITOR	CARGO / FORMAÇÃO	CH
REITORIA	2162950	VANESKA TAVARES RANGEL PRESTES	Chefe de Auditoria / Direito	40
NÚCLEO I	2229692	ROSANA ALVES GAMA SOUZA DA SILVA	Auditor / Direito	40
NÚCLEO II	2193492	LIVIA LOUZADA DE MORAES	Auditor / Direito	30
NÚCLEO III	1163015	CINTIA DUTRA CIRNE	Auditor / Direito	40
NÚCLEO IV	1812530	HECTOR LUCAS CARDOSO RIVAS JUNIOR	Auditor / Ciências Contábeis	30

Quadro 2.3 – Estrutura da Auditoria Interna do IFFluminense

Fonte: AUDINT

Os auditores internos são lotados na Reitoria, por força do Art. 6º, §7º do Regimento da Auditoria Interna – Resolução CONSUP nº 63/2016, sendo-lhes facultado ter exercício permanente em qualquer dos *campi* que compõe o seu núcleo, mantendo-se, porém, sua vinculação à Unidade de Auditoria Interna.

Cumpra ressaltar que as atividades de auditoria são desenvolvidas tanto na Reitoria como nos demais *campi* do IFFluminense, possuindo cada qual sala reservada, computadores, *scanner*, mesas, armários entre outros equipamentos necessários à realização de suas atividades.

O Auditor-Chefe é responsável pelos trabalhos relacionados à Reitoria - local de lotação e exercício - e também por coordenar, planejar, dirigir, orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades da Unidade. Os auditores internos de cada núcleo realizam auditoria, conforme o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, observando o planejamento inicialmente concretizado a fim de orientar a execução e acompanhamento das atividades.

Emitidos os relatórios de auditoria, damos ciência ao presidente do Conselho Superior (Reitor), via gabinete da Reitoria, e ainda a cada Diretor-Geral do *campus* auditado, bem como aos responsáveis das áreas sob aferição. Assim, as constatações e consequentes recomendações são socializadas com a Alta gestão objetivando viabilizar que a mesma busque soluções eficazes para eliminar as fragilidades apontadas pela auditoria interna, atuando assim no fortalecimento dos controles internos.

As recomendações, porventura, propostas nos Relatórios de Auditoria são classificadas em: implementadas, não implementadas, em implementação, cancelada, sem resposta da área auditada.

Dos trabalhos específicos

O Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União emitiu em 27/12/2018, o Ofício-Circular nº 181, comunicando o Acórdão nº 1178/2018 - TCU Plenário, que teve como objetivo avaliar o cumprimento das normas relativas a transparência na gestão dos recursos públicos no relacionamento entre as fundações de apoio e as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES e os Institutos Federais-IF. A AUDINT recebeu o referido documento em 17/01/2019.

Assim, nos termos determinados pelo referido acórdão, haverá a inclusão nos próximos planos anuais de atividades (PAINT), de trabalhos específicos para verificar o cumprimento pelo IFFluminense dos requisitos relativos à transparência nos relacionamentos com fundações de apoio, bem como o cumprimento pelas fundações de apoio dos requisitos relativos à transparência.

As conclusões dos referidos trabalhos, sobre o grau de implementação dos requisitos de transparência serão informados nessa seção oportunamente.

Da escolha do titular da Unidade de Auditoria Interna

A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da AUDINT é processada conforme disposto no Art. 15, §5º do Decreto N.º 3.591/2000 c/c Portaria N.º 2.737/2017, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, onde esta é submetida pelo Reitor ao Conselho Superior quanto a sua aprovação, e após, à aprovação da Controladoria Geral da União (CGU), para assim indicar o titular por meio de Portaria.

Ainda em relação ao rito, são seguidos nesse processo os entendimentos emanados do Acórdão TCU N.º 3.386/2013 Plenário, que menciona em seu item 9.2.1.2.5. “que o Coordenador-Geral da Audint deve ser nomeado entre os auditores da Ifes (item 137)”.

A titular da Unidade de Auditoria Interna assumiu as atribuições de chefia a partir de 21/02/2018 até o presente momento, tendo sido designada para esta função por meio da Portaria IFF N.º 152/2018, sendo esse ato devidamente aprovado pela Controladoria-Geral da União com base no Ofício nº 573/2018/GAB DS/DS/SFC-CGU, de 16 de janeiro de 2018

Atividades da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares

A partir da publicação da Portaria n.º 1317, de setembro de 2018, foi inserida na organicidade da IFFluminense a figura da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares (CPPAD), com a missão de conduzir sindicâncias e processos administrativos disciplinares (PAD's), voltados à apuração de "... responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas

atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido..." (art. 148, Lei n.º 8.112/1990).

A CPPAD conta com um presidente e membros de todos os campi do Instituto, estando ligada ao Gabinete do Reitor. Acredita-se com sua formação será dado maior agilidade aos devidos processos disciplinares.

A CPPAD é uma estrutura dotada de autonomia e independência,

sendo um órgão integrante da Reitoria, subordinando-se diretamente ao Reitor em todas as matérias administrativas. Atualmente a comissão está em processo de estruturação, aguardando a indicação por parte dos Diretores Gerais dos membros de cada campus. Em sua atuação a comissão se baseia na legislação pertinente, especialmente na Lei n.º 8.112/90, e em materiais de apoio, como o Manual de Processos Administrativos Disciplinares da Controladoria-Geral da União (CGU), visando aplicar o poder disciplinar do próprio Reitor no sentido de apurar faltas disciplinares.

DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO
Total de processos administrativos disciplinares em andamento	03
Total de Sindicância	0
Rito Sumário	0
Total de Investigações Preliminares em andamento	1
Total de Processos Administrativos Disciplinares julgados	0

Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário

Durante o exercício de 2018, não houve instauração de tomada de contas especial. Contudo, foram tomadas medidas administrativas para reparação de valores ao erário, sob os mais variados temas, que apresentamos, em resumo, por meio da Tabela abaixo:

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
218 Casos (Área Pessoal)	R\$ 434.244,72	-	-	-	-	-	-	-
6 casos (SCDP)	R\$ 3.218,13	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 2.1 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Destacamos que para o referido exercício a gestão do Instituto Federal Fluminense identificou e iniciou procedimentos para ressarcimento ao erário relativo a 218 casos específicos da área de pessoal, que totalizaram R\$ 434.244,72, e 06 casos específicos do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens Aéreas (SCDP), que corresponderam à devolução de valores das diárias referentes às viagens não realizadas, que totalizaram R\$ 3.218,13.

Canais de Acesso do Cidadão

Os Canais de Acesso ao Cidadão disponibilizados pelo IFF, para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões e elogios são:

Canais de Acesso ao Cidadão		
	Portal do IFFluminense	www.iff.edu.br
	Telefones de contato	http://portal1.iff.edu.br/conheca-o-iffuminense/contatos
	E-mail	http://portal1.iff.edu.br/conheca-o-iffuminense/contatos
	Atendimento Presencial	Em todas as Unidades do IFF
	Acesso à Informação	http://portal1.iff.edu.br/aceso-a-informacao/sobre-a-lei-de-aceso-a-informacao
	Ouvidoria	http://portal1.iff.edu.br/ouvidoria/apresentacao
	Comissão de Ética	http://portal1.iff.edu.br/aceso-a-informacao/comissao-de-etica-profissional/apresentacao
Redes sociais Oficiais do IFF:		
	Facebook	https://www.facebook.com/iffuminense
	Twitter	https://twitter.com/iffuminense
	Instagram	https://www.instagram.com/iffuminense/
	IFFtube	https://www.youtube.com/user/ifftubeoficial
	Portal do IFFluminense	www.iff.edu.br

Figura 2.4 – Canais de acesso do cidadão

Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento elaborado pela administração pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados pela instituição, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos. A Carta de Serviços do IFFluminense tem por finalidade:

- aproximar a instituição com a comunidade interna e externa;
- divulgar os serviços prestados com os seus compromissos de atendimento para que sejam amplamente conhecidos pela sociedade;
- fortalecer a confiança e a credibilidade da sociedade na administração pública quando esta percebe uma melhora contínua em sua eficiência e eficácia;
- garantir o direito do cidadão para receber serviços em conformidade com as suas necessidades.
- O documento passa por constante revisão e está disponível no Portal do IFF, na aba Acesso à Informação, no seguinte endereço: <http://portal1.iff.edu.br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos-ao-cidadao.pdf/view>

Canais de Comunicação Oficiais

Desde 2014, o IFFluminense vem construindo e implementando a sua Política de Comunicação, estabelecendo diretrizes e buscando um alinhamento estratégico da comunicação em todas as unidades que compõem o Instituto. Os princípios fundamentais da política são:

- I - transparência;
- II - interesse público;
- III - impessoalidade;
- IV - economicidade;
- V - precisão;
- VI - acessibilidade;
- VII - visão estratégica;
- VIII - ética;
- IX - integração;
- X - responsabilidade social.

A Política de Comunicação integra definições e orientações para o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de Comunicação tendo como objetivo principal o de estabelecer uma relação de interação e dialógica com seus diversos públicos. Em consonância com estas premissas, baseiam-se importantes processos, tais como:

Gestão da Comunicação

A diretoria de comunicação é a responsável por definir as políticas, orientações e normas a serem adotadas, em diálogo com o Fórum dos Comunicadores do IFFluminense.

Gestão do Relacionamento com a Imprensa

Interlocução permanente com veículos de comunicação e profissionais de imprensa, com o objetivo de divulgar posicionamentos, políticas públicas, ações e investimentos da instituição, por meio da divulgação de informações, consolidando e reforçando a imagem e reputação no território; Atendimento de assessoria de imprensa, com divulgação de informações com transparência e rapidez para veículos e profissionais de comunicação; Cobertura fotográfica e audiovisual dos compromissos institucionais;

Gestão dos Canais de Comunicação Oficiais

Visa à Comunicação das ações da gestão do IFF para a sociedade, por meio de canais de comunicação geridos pela Dircom, tais como:

- Portal do IFF (www.iff.edu.br): em que são disponibilizadas informações sobre as ações de gestão, ensino, pesquisa e extensão da instituição.

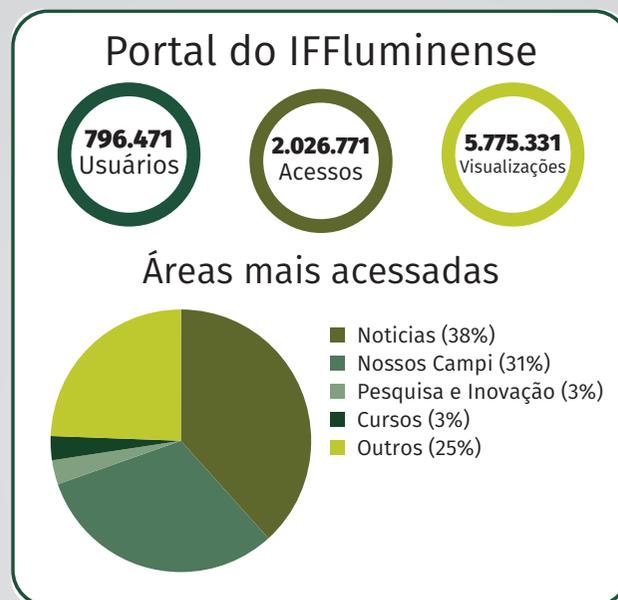


Figura 2.5 – Número de usuários e áreas mais acessadas no portal do IFF

- Portal de Seleções (www.selecoes.iff.edu.br): em que são divulgados todos os editais e fluxos relativos às seleções do Instituto.

- Redes Sociais: em que são publicados conteúdos de: informação, para divulgar informações de interesse público; sensibilização, para promover engajamento dos usuários; interação, para estreitar o relacionamento com a sociedade; orientação, para conteúdos de utilidade pública; e educação, para promover conteúdos sobre temas atuais.

- Facebook (<https://www.facebook.com/iffuminense>)
- Twitter (<https://twitter.com/iffuminense>)
- Instagram (<https://www.instagram.com/iffuminense/>)
- IFFtube (<https://www.youtube.com/user/ifftubeoficial>)

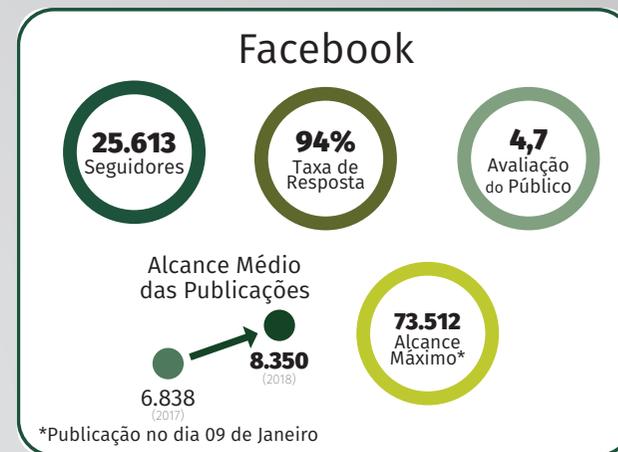


Figura 2.6 – Número de seguidores e média de alcance do Facebook do IFF

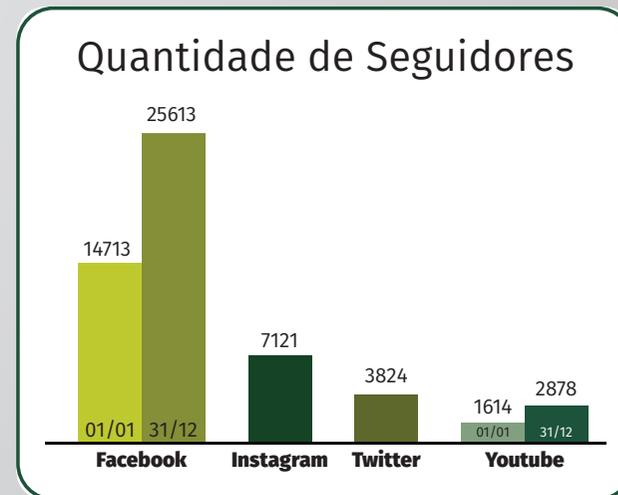


Figura 2.7 – Número de seguidores por rede social

Perfil dos Seguidores (Sexo)

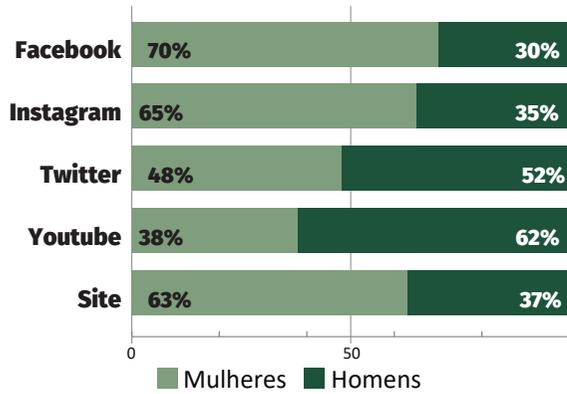


Figura 2.8 – Perfil de seguidores por rede social

Perfil dos Seguidores (Idade)

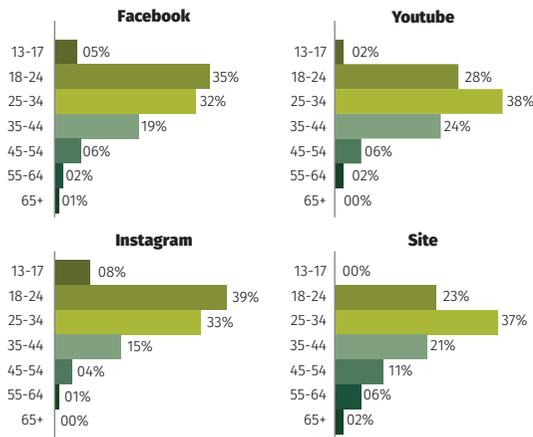


Figura 2.9 – Idade dos seguidores por rede social

Acesso à informação e Resultados de Serviços da Ouvidoria

A ouvidoria é um importante canal de relacionamento com a sociedade e uma ferramenta de avaliação para a gestão, que ajuda a mapear as demandas dos diferentes públicos em relação ao Instituto.

No ano de 2018, foram registrados 156 pedidos de informação no sistema e-SIC e 15 pelo e-mail institucional da Ouvidoria, somando um total de 171 pedidos, enquanto em 2017 foram 174.

Pedidos de Informação



Figura 2.10 – Perfil dos solicitantes do acesso à informação

Desse total de 171 pedidos, 136 tiveram acesso concedidos, onde foram fornecidos dados, cópias de processos, indicação de links de transparência ativa e respondidas questões.

Dados do sistema e-SIC:

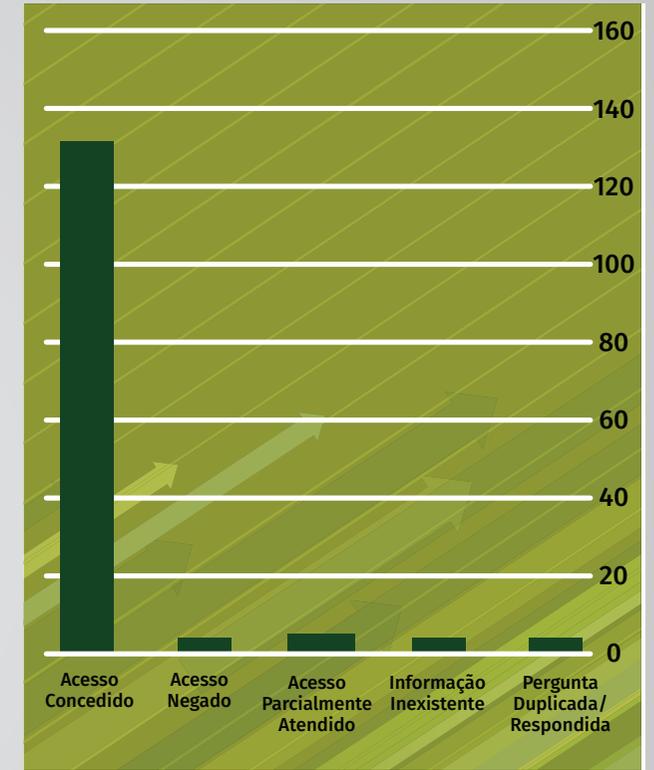


Figura 2.11 – Detalhamento dos pedidos de acesso à informação

Além do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) a Ouvidoria conta atualmente com os seguintes canais de comunicação: protocolo e e-mail eletrônico, Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV) permitindo que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, denúncia, reclamação, sugestão, elogio, além de pedido de simplificação de um serviço prestado pelo IFFLuminense, conforme [Decreto nº 9.094/2017](#). Na tabela a seguir, apresentamos o relatório de atendimento da Ouvidoria do IFFLuminense:

SEGMENTOS	SUGESTÕES	INFORMAÇÕES	DENÚNCIAS	ELOGIOS	RECLAMAÇÕES
Servidores	2	16	3	05	7
Estudantes	10	20	5	02	12
Comunidade Externa	01	135	15	05	8
Total	13	171	23	12	27

Tabela 2.2 – Número de atendimentos da Ouvidoria no ano de 2018

Demonstrativos do relacionamento com a sociedade por meio da Ouvidoria:



Figura 2.12 – Temas dos acessos à Ouvidoria em percentual

Fonte: Ouvidoria do IFFluminense

Mecanismos de Transparência

O portal institucional do IFFluminense (<http://portal1.iff.edu.br/>) procura reunir todas as informações relacionadas aos atos administrativos, estrutura, oferta de cursos e serviços, as quais possam ser úteis e de interesse dos cidadãos. Podemos destacar, na página inicial, links específicos para acesso direto: aos sites de cada unidade que compõe o IFFluminense; aos cursos ofertados em suas diversas modalidades; acesso rápido aos Processos Seletivos e Concursos Públicos disponíveis no Portal de Seleções (www.selecoes.iff.edu.br); notícias e eventos; informações institucionais e administrativas como histórico, estrutura organizacional e principais ações de cada Pró-reitoria/grande área do Ensino, da Pesquisa e da Extensão; agenda do Reitor, dirigente máximo da institui-

ção; órgãos colegiados superiores (Conselho Superior, Colégio de Dirigentes e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), com links para seus respectivos Regimentos, Atas e Resoluções disponíveis no Centro de Documentação Digital (<http://cdd.iff.edu.br/>); as informações para contato com a Ouvidoria, bem como documentos institucionais, tais como Estatuto, Regimento Geral, Organograma, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); e Relatórios de Gestão (prestações de contas de cada exercício).

As portarias, resultantes da decisão do Reitor e dos Diretores-Generais de *campus*, são devidamente publicadas, no Centro de Docu-

mentação Digital (CDD). Os editais de licitações são devidamente divulgados no Portal de Compras Governamentais do Governo Federal. Ainda, os atos de gestão orçamentária e financeira estão disponíveis no Portal da Transparência do Governo Federal. O Sistema Integrado de Gestão (SIG) disponibiliza no portal público acesso aos processos públicos criados no âmbito da instituição, possibilitando acesso ao conteúdo de todo o tipo de informação e/ou processo produzido pelo IF, seja relacionado à área meio ou finalística. No que concerne aos Processos Seletivos promovidos pela instituição, utilizamos o Portal de Seleções, que concentra todos os editais produzidos. Disponibilizamos ainda a agenda diária do Reitor, dirigente máximo da instituição. Por fim, destaca-se que, as transmissões ao vivo de reuniões do Conselho Superior da instituição, podem ser acompanhadas por qualquer pessoa, usando-se o navegador de qualquer dispositivo conectado à internet, buscando-se dessa forma mais transparência nas ações do CONSUP.

A figura abaixo ilustra os principais mecanismos de transparência do IFF.

Mecanismos de Transparência do IFF		
	Portal do IFFluminense	www.iff.edu.br
	Agenda do Reitor	http://portal1.iff.edu.br/reitoria/agenda-do-reitor-jefferson-manhaes
	Portal de Seleções	http://selecoes.iff.edu.br/
	Centro de Documentação Digital	http://cdd.iff.edu.br/
	Portal de Transparência do Governo Federal	http://www.portaltransparencia.gov.br
	Portal de compras governamentais	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
	Publicações no Diário Oficial da União	http://www.in.gov.br/web/guest/inicio
	Plano de Desenvolvimento Institucional	http://portal1.iff.edu.br/aceso-a-informacao/gestao-e-planejamento/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi
	Transmissões ao vivo das reuniões do Conselho Superior	https://www.youtube.com/user/iffubeoficial

Figura 2.13 – Principais mecanismos de transparência do IFF

Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O IFFluminense assume, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, a concepção de avaliação como etapa primordial no ciclo da gestão, que se caracteriza como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando avaliar os objetivos e ações propostas, com vistas a melhorar continuamente seu desempenho sob o olhar de sua comunidade. Para tanto, conta com os resultados da Avaliação Institucional que permitem mensurar a satisfação dos cidadãos-usuários em relação à ação institucional.

A Avaliação Institucional tem a finalidade de identificar o andamento e a qualidade das atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão) e das atividades-meio (gestão acadêmica e administrativa), buscando assegurar a integração de dimensões externas e internas da avaliação institucional, mediante um processo construído e assumido coletivamente. Tal esforço institucional garante a possibilidade de gerar informações para tomadas de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo.

Em 2017, de modo a promover uma ação integrada de avaliação e planejamento, foi utilizado pela primeira vez o Sistema de Avaliação Integrada, incluindo uma revisão e atualização do projeto de Autoavaliação Institucional. Para tanto, fez-se uso de um novo módulo SUAP, desenvolvido em 2017, que suportasse as inovações decorrentes.

A Autoavaliação Institucional compreende uma pesquisa coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFFluminense,

por meio de questionário eletrônico, disponível no SUAP. O universo dos respondentes é formado por todos os discentes, técnicos-administrativos, docentes e gestores.

O instrumento de avaliação apresenta diversos aspectos e indicadores que compõem as dimensões institucionais articuladas às dimensões estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A pesquisa possui um caráter descritivo-exploratória, pois visa gerar conhecimento sobre a opinião de diversos públicos acerca das ações desenvolvidas, gerando subsídios para as políticas institucionais e, ainda, um caráter descritivo, pois envolve a classificação, descrição e interpretação dos dados levantados.

A CPA, prevista no Art. 11 da Lei no. 10.861, de 14 de abril de 2004 e regulamentada pela Portaria do Ministério da Educação N.º 2051, de 9 de julho de 2004 e no Estatuto do IFFluminense. A comissão, eleita no ano de 2017, instituída pelas Portarias nº 1049 e 1050 de 07 de agosto de 2017, com previsão de atualização em 2019, configura-se em um instrumento importante neste processo, que presuppõe a participação coletiva da comunidade interna e externa.

Para atendimento ao objetivo estratégico **Ampliar e aperfeiçoar a comunicação interna e com sociedade** o IFFluminense estabeleceu como ação estratégica a Elaboração/Aprimoramento e Manutenção de Produtos/Canais de Comunicação. Há também, como ação prevista para 2019, a realização de uma pesquisa de satisfação para medir a satisfação do público externo com os serviços prestados.

Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Serviços e Instalações

Serviços

O IFFluminense, em seu planejamento estratégico, estabeleceu o compromisso de promover a acessibilidade aos serviços e atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas, sejam por deficiência ou transtornos. As ações inclusivas vêm sendo desenvolvidas no IFFluminense para que os estudantes recebam os atendimentos especializados desde o momento do acesso, à permanência e conclusão exitosa.

Para garantir o Atendimento Educacional Especializado – AEE –, cada *campus* conta com um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEE, para atender **“os estudantes com necessidades educacionais específicas que se originam em função de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”** e promover ações inclusivas.

Os NAPNEEs foram instituídos por portaria e são compostos por uma equipe multidisciplinar atuando em sala específica e equipada. São compostos por docentes, técnicos administrativos em educação com conhecimentos necessários para atuar nessa função (assistente social, psicólogo, pedagogo, tradutor e intérprete de LIBRAS) e monitores das disciplinas necessárias, designados por portaria e atuando de acordo com a demanda. No ano de 2018, foram realizadas aquisições de equipamentos de tecnologia assistiva para equipar os NAPNEEs.

No ano de 2018, foi aprovado o Programa de Acessibilidade Educacional (PROAE), Resolução que regulamenta o atendimento educacional especializado contribuindo para a democratização do acesso, da permanência e da conclusão do curso dos estudantes referenciados anteriormente, eliminando barreiras informacionais, comunicacionais, atitudinais, físicas e espaciais, e promovendo a garantia do acesso e utilização de todos os espaços nos *campi* do IFFluminense.

Ações inclusivas desenvolvidas pelo IFFluminense em 2018:

- Editais do Processo Seletivo de ingresso de alunos do IFFluminense em LIBRAS;
- Acessibilidade Comunicacional do Portal do IFFluminense, possibilitando às comunidades internas e externas acesso às informações;
- Atendimento especial aos candidatos no momento da realização das provas por meio da Comissão de Processo Seletivo Acessível;
- Realização de Curso de Adaptação Curricular e Terminalidade Específica para os profissionais atuantes nos NAPNEEs;
- Realização de Curso de LIBRAS para comunidade interna e externa;
- Realização de Curso de Português para alunos surdos;
- Realização de Curso de capacitação para Servidores dos NAPNEEs para Adaptação e Impressão Braille;
- Realização de Curso de Desenvolvimento de Crianças Autistas Mediado pelas Tecnologias Digitais;
- Realização de Pesquisa: Diagnóstico qualitativo sobre o acesso, permanência e êxito dos estudantes com deficiência no Ensino Superior do IFFluminense;
- Realização de Atividade de Pesquisa e Extensão: Elaboração de matérias didáticos de exploração tátil para deficientes visuais de matemática, física, química, biologia e geografia.

Instalações

Nos últimos anos e coincidentemente a partir da Lei de criação dos Institutos Federais, a legislação brasileira avançou significativamente a respeito da garantia dos direitos das pessoas com deficiência, passando à condição de tema obrigatório nas definições de projetos e obras no âmbito do IFFluminense.

Essas definições são lastreadas nos principais documentos nacionais referentes a esses direitos, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146, de 6 julho de 2015, e o Decreto Legislativo nº 186, de 2008, que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, por sua vez, define acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Dessa forma, um espaço, equipamento ou seu entorno só pode ser considerado acessível quando possibilita ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa.

No que diz respeito à infraestrutura física da instituição, que tem a prestação de serviço e estudantes como público alvo, para serem consideradas acessíveis, as edificações, seu entorno e seus mobiliários devem atender aos critérios estabelecidos pela Norma Brasileira de Acessibilidade ABNT NBR 9050, reformulada em 2015.

Com essa percepção, influenciada em parte pelos novos arquitetos formados na graduação oferecida pelo próprio IFFluminense, passou-se a adotar nos novos projetos arquitetônicos a preocupação voltada para o conceito de Desenho Universal, que busca que todos os espaços e equipamentos possam ser utilizados por todas as pessoas independente de suas características pessoais, idade ou habilidades. A meta é que qualquer ambiente ou produto possa ser alcançado, manipulado e usado, independentemente do tamanho do corpo do indivíduo, sua postura ou sua mobilidade.

Essa forma de pensar e trabalhar busca evitar a elaboração de projetos especiais e/ou de adaptação para atender às pessoas com deficiências físicas diversas e passou a ser o referencial do IFFluminense, esculpido no capítulo 5 do seu Plano de Desenvol-

vimento Institucional, com objetivos e metas estabelecidos para seu período de execução.

Nesse contexto, o IFFluminense elaborou um Plano de Acessibilidade, que em linhas gerais direciona a presença das facilidades nas especificações dos projetos de novas edificações, enquanto promove a adequação dos espaços físicos considerando dos *campi* mais antigos.

Para isso, foi elaborado um diagnóstico dos aspectos ligados à acessibilidade nas unidades administrativas no âmbito do IFFluminense e, a partir dele, foi definido um plano progressivo de adequação, tendo-se como parâmetro o Manual de acessibilidade espacial para escolas: "o direito à escola acessível", elaborado pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. Os espaços foram avaliados por meio de um questionário, no qual foi avaliada a existência ou inexistência de diversos itens, paudados na NBR9050/2015, NBR16537/16 e no Decreto nº 5.296/04.

A partir do diagnóstico elaborado, foi iniciada, no ano de 2018, a etapa de desenvolvimento dos projetos de adequação. Tais projetos tornam-se complexos por conta da especificidade de cada *campus*, gerando a necessidade de serem realizadas visitas *in loco* para determinação de soluções pontuais para cada caso.

No contexto da atuação da gestão nas duas frentes, novas construções e adequações das existentes e ainda a necessidade de dividir as ações em intervalos maiores que um ano por conta das restrições orçamentárias de momento, foram priorizadas as seguintes ações:

1. Implantação de piso tátil, direcional e alerta, em todos os *campi*;
2. Implantação de barras de apoio nos banheiros de todos os *campi*;
3. Implantação de corrimão, em duas alturas, em todas as escadas e rampas dos *campi*;
4. Garantir que todos os pavimentos dos diversos blocos sejam acessíveis em todos os *campi*, com a construção de rampas, passarelas ou elevadores.

CAP 03

GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES INTERNOS



Gestão de Riscos e Controles Internos no âmbito do IFFluminense

O IFFluminense instituiu, no ano de 2018, a sua Política de Gestão de Riscos e Controles Internos através da Resolução Nº 42/2018¹. O objetivo geral dessa política é a adoção das melhores práticas de Gestão de Riscos e Controles Internos, proporcionando um processo estruturado de gestão de riscos, tendo como base a identificação, a avaliação e o gerenciamento de riscos que possam impactar a consecução dos objetivos institucionais.

A metodologia de gestão de riscos adotada pelo IFFluminense, baseada na metodologia do COSO², é um conjunto de práticas sistematizadas e formalizadas, adotadas para executar as diretrizes e objetivos descritos nos Arts. 4º e 5º da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos do IFFluminense. Abaixo a Figura 3.1 ilustra as seis fases da metodologia.



Figura 3.1: Metodologia de Gestão de Riscos do IFFluminense

Ainda no ano de 2018, previamente à publicação da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos do IFFluminense, foi realizado, sob a coordenação da Diretoria de Planejamento Estratégico, um mapeamento piloto de alguns riscos associados aos principais macroprocessos de cada pró-reitoria e diretorias sistêmicas, contemplando as áreas de ensino, pesquisa/extensão/ inovação, administração, desenvolvimento institucional, gestão de pessoas, políticas estudantis/cultura/esporte e comunicação. Nesse tra-

balho, o objetivo era levantar as primeiras informações que pudessem subsidiar a elaboração da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, difundir e sensibilizar os gestores, no âmbito da Reitoria, acerca da temática gestão de riscos, uma vez que essa ação ainda se encontra em fase incipiente na instituição.

Para identificação, avaliação, resposta e monitoramento aos riscos foi utilizada uma metodologia de gestão de riscos baseada na metodologia do Ministério do Planejamento (MP, 2017)³, que estabelece parâmetros objetivos para avaliação da probabilidade e do impacto de cada risco identificado, conforme a Tabela 3.1.

ESCALA DE NÍVEL DE RISCO	
NÍVEIS	PONTUAÇÃO
RC - RISCO CRÍTICO	13 A 25
RA - RISCO ALTO	7 A 12
RM - RISCO MODERADO	4 A 6
RP - RISCO PEQUENO	1 A 3

Tabela 3.1 – Análise do Risco em relação à Impacto e Probabilidade - Fonte: MP (2017)

A avaliação de cada risco é obtida por meio da multiplicação do valor da probabilidade pelo valor do impacto, resultando em valores que variam de 1 a 25. A partir do resultado da avaliação, os riscos são classificados conforme o Quadro 3.1.

		MATRIZ DE RISCOS					
IMPACTO	Catastrófico	5	5	10	15	20	25
	Grande	4	4	8	12	16	20
	Moderado	3	3	6	9	12	15
	Pequeno	2	2	4	6	8	10
	Insignificante	1	1	2	3	4	5
		1	2	3	4	5	
	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta		
	< 10%	>=10% <= 30%	>=30% <= 50%	>=50% <= 90%	>90%		
	PROBABILIDADE						

Quadro 3.1 – Análise do Risco em relação à Impacto e Probabilidade - Fonte: MP (2017)

Após desenvolver a classificação dos riscos e localizá-los na matriz Impacto x Probabilidade, o IFFluminense definiu seu apetite ao risco, assumindo dois tipos de respostas ao risco: “aceitar” para riscos classificados como pequeno ou moderado e “mitigar” para riscos classificados como alto ou crítico.

As planilhas ilustradas nos Quadros 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 3.7 e 3.8 apresentam os resultados dessa análise piloto e as respectivas matrizes de riscos (Figuras 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 3.7 e 3.8) das áreas de Ensino, de Pesquisa, Extensão e Inovação, de Administração, de Desenvolvimento Institucional, de Gestão de Pessoas, Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas e de Comunicação. Por uma questão de preservação da instituição, a descrição dos riscos foi omitida da planilha, sendo gerenciados a partir do controle interno da instituição.

- Área de Ensino

MACROPROCESSO	OBJETIVO	SUBPROCESSOS	CONTROLES	IMPACTO	PROBABILIDADE	IXP	TIPO DE RISCO	RESPOSTA AO RISCO
Processo Seletivo e Vestibular	Ingresso discente	Elaboração de provas	Atender aos protocolos estabelecidos para evitar o vazamento das questões	4	2	8	RISCO ALTO	Mitigar
		Elaboração de editais	Utilizar o modelo padrão	1	1	1	RISCO PEQUENO	Aceitar
		Comunicação dos editais	Calendário do processo seletivo/vestibular	1	1	1	RISCO PEQUENO	Aceitar
		Realização das provas	Atender aos protocolos estabelecidos para evitar o vazamento das questões	4	2	8	RISCO ALTO	Mitigar
Calendário Acadêmico	Planejar e organizar as atividades acadêmicas	Reuniões internas para elaboração proposta de calendário entre os discentes, docentes e técnicos administrativos	Não existe	3	3	9	RISCO ALTO	Mitigar
		Tramitação da Reitoria	Não existe	2	2	4	RISCO MODERADO	Aceitar
Gestão acadêmica	Gerir, direcionar os procedimentos acadêmicos	Realização de matrícula	Conferência da documentação no ato da matrícula	1	1	1	RISCO PEQUENO	Aceitar
		Trâmites durante o curso	Não existe	2	4	8	RISCO ALTO	Mitigar
		Emissão de diploma	Conferência dos dados	4	3	12	RISCO ALTO	Mitigar

Quadro 3.2: Análise piloto de riscos - Ensino

I MATRIZ DE RISCOS - PROEN					
5					
4		RISCOS Nº 1 E 4	RISCO Nº 9		
3			RISCO Nº 5		
2		RISCO Nº 6		RISCO Nº 8	
1	RISCOS Nº 2, 3 E 7				
	1	2	3	4	5
	P				

Figura 3.2: Mapa de Calor - Ensino

- Área de Pesquisa, Extensão e Inovação

MACROPROCESSO	OBJETIVO	SUBPROCESSOS	CONTROLE	IMPACTO	PROBABILIDADE	IXP	TIPO DE RISCO	RESPOSTA AO RISCO
Realizar abertura de Edital de Pesquisa e Extensão	Aprovação e concessão de bolsas de Pesquisa e Extensão para os alunos do Instituto	Lançamento de edital	Não existe	5	2	10	RISCO ALTO	Mitigar
			Acompanhamento	3	5	15	RISCO CRÍTICO	Mitigar
		Acompanhar a submissão de Trabalhos	Não existe	5	2	10	RISCO ALTO	Mitigar
		Coordenar a avaliação externa dos trabalhos	Acompanhamento	4	5	20	RISCO CRÍTICO	Mitigar
		Coordenar a avaliação interna dos trabalhos	Acompanhamento	1	1	1	RISCO PEQUENO	Aceitar
		Selecionar os bolsistas conforme os critérios previstos no Edital	Acompanhamento e cobrança	5	5	25	RISCO CRÍTICO	Mitigar
		Implementação das bolsas	Não existe	5	3	15	RISCO CRÍTICO	Mitigar
Convênios	Concessão de suporte para a formalização dos convênios	Recebimento e verificação do texto de convênio elaborado pelos campus	Não existe	5	5	25	RISCO CRÍTICO	Mitigar
Produção acadêmica	Apoio e apresentação de trabalhos acadêmicos em eventos científicos	Acompanhar a submissão feita pelo campus	Não existe	4	5	20	RISCO CRÍTICO	Mitigar
		Encaminhamento para a câmara de pesquisa e extensão	Não existe	5	1	5	RISCO MODERADO	Aceitar
		Realização do processo financeiro	Não existe	5	5	25	RISCO CRÍTICO	Mitigar

Quadro 3.3: Análise piloto de riscos - Pesquisa, Extensão e Inovação

I MATRIZ DE RISCOS - PROPEI					
5	RISCO Nº 10	RISCOS Nº 1 E 3	RISCOS Nº 7		RISCOS Nº 6, 8 E 11
4					RISCOS Nº 4 E 9
3					RISCO Nº 2
2					
1	RISCO Nº 5				
	1	2	3	4	5
	P				

Figura 3.3: Mapa de Calor - Pesquisa, Extensão e Inovação

- Área de Administração

MACROPROCESSO	OBJETIVO	SUBPROCESSOS	CONTROLE	IMPACTO	PROBABILIDADE	PXI	TIPO DE RISCO	RESPOSTA AO RISCO
Planejamento orçamentário	Garantir a sustentabilidade financeira da Instituição	Levantar as informações orçamentárias das unidades para elaboração da proposta orçamentária anual	Comunicação sistematizada e com antecedência através de reuniões colegiadas e câmaras sistêmicas	2	1	2	RISCO PEQUENO	Aceitar
		Consolidar as informações orçamentárias para elaboração da proposta orçamentária anual	Checar as informações antes da consolidação	2	1	2	RISCO PEQUENO	Aceitar
		Elaborar a proposta anual em consonância com o valor disponibilizado pela SETEC/MEC	Mapeamento do histórico de despesas executadas em exercícios anteriores para ajustes na proposta orçamentária de acordo com o valor disponibilizado	4	4	16	RISCO CRÍTICO	Mitigar
Execução orçamentária e financeira	Execução orçamentária eficiente e em consonância com o planejado	Execução orçamentária	Redefinição, em colegiado, do orçamento contingenciado	5	2	10	RISCO ALTO	Mitigar
		Execução financeira	Liberação de pagamento em ordem cronológica de acordo com as datas de liquidação das despesas	2	2	4	RISCO MODERADO	Aceitar
		Gerenciamento contábil	Conformidade contábil	2	1	2	RISCO PEQUENO	Aceitar
Licitações e Contratos	Atendimento das demandas da Instituição de forma a garantir o seu funcionamento	Planejamento das contratações	Monitoramento e controle das vigências	5	1	5	RISCO MODERADO	Aceitar
			Envolver pessoas qualificadas na contratação	5	1	5	RISCO MODERADO	Aceitar
		Executar os procedimentos de contratação	Realizar pesquisa de preço/mercado	2	1	2	RISCO PEQUENO	Aceitar
			Verificação das conformidades legais	2	1	2	RISCO PEQUENO	Aceitar
		Gestão e fiscalização de contrato	Capacitação para os gestores e fiscais de contratos	1	2	2	RISCO PEQUENO	Aceitar
			Monitoramento e controle das vigências	5	1	5	RISCO MODERADO	Aceitar
Gestão de bens e materiais	Gerenciamento dos bens patrimoniais e consumo de materiais	Controle de materiais de consumo	Ter procedimento diário de registros de entradas e saídas de materiais através do SUAP	3	1	3	RISCO PEQUENO	Aceitar
			Capacitação de toda a equipe para realização da função de controle de materiais	2	2	4	RISCO MODERADO	Aceitar
		Inventário anual de bens	Ter procedimento de atualização de informações dos bens do sistema de controle patrimonial	5	5	25	RISCO CRÍTICO	Mitigar
		Desfazimento de bens	Comissão para avaliar periodicamente os bens encaminhados para desfazimento	1	1	1	RISCO PEQUENO	Aceitar

Quadro 3.4: Análise piloto de riscos - Administração

I					
MATRIZ DE RISCOS - PROADM					
5	RISCO Nº 7, 8 E 12	RISCO Nº 4			RISCO Nº 15
4				RISCO Nº 3	
3	RISCO Nº 13				
2	RISCOS Nº 1,2,6,9 E 10	RISCOS Nº 5 E 14			
1	RISCO Nº 16	RISCO Nº 11			
	1	2	3	4	5
P					

Figura 3.4: Mapa de Calor – Administração

- Área de Desenvolvimento Institucional

MACROPROCESSO	OBJETIVO	SUBPROCESSOS	CONTROLE	IMPACTO	PROBABILIDADE	IXP	TIPO DE RISCO	RESPOSTA AO RISCO
Realização de obras de engenharia	Atender as demandas da instituição por espaço para oferta de novos cursos, atendimento de políticas internas e adaptação para atender a dinâmica do funcionamento de um determinado	Elaboração de informações técnicas para subsidiar edital público para contratação de terceiros	Aprovação do projeto antes de encaminhá-lo para realização do orçamento	1	1	1	RISCO PEQUENO	Aceitar
		Elaboração de planilha orçamentária	Critérios mais apurados para projetos e especificação técnica de forma a reduzir o número de serviços desconhecidos	2	3	6	RISCO MODERADO	Aceitar
		Elaboração de cronogramas	Não existe (contratação da obra por terceiros)	5	5	25	RISCO CRÍTICO	Mitigar
		Acompanhamento e fiscalização de obras	Critérios de seleção das empresas terceirizadas em edital	5	4	20	RISCO CRÍTICO	Mitigar
Planejamento e Gestão	Coordenar, assessorar, orientar e monitora o planejamento e a gestão do IFFluminense	Elaboração/Revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Capacitar os membros das Comissões Central, Temáticas e Locais de elaboração do PDI	4	3	12	RISCO ALTO	Mitigar
			Fomentar, junto à Pró-reitoria de Ensino, a realização de Seminários para atualização do PPI seis meses antes do início previsto para elaboração/revisão do PDI	4	4	16	RISCO CRÍTICO	Mitigar
			Comprometimento do reitor na solicitação de prioridade ao cumprimento dos prazos	3	4	12	RISCO ALTO	Mitigar
		Elaboração do Plano de Ação Anual (PAA)	Envolvimento do reitor na etapa de sensibilização e do Conselho de Campus no processo de elaboração e monitoramento do PAA	3	2	6	RISCO MODERADO	Aceitar
		Auxiliar na execução da Política de Gestão de Riscos	Capacitação dos gestores e servidores que compõe o Núcleo de Gestão de Riscos (NUGER)	5	3	15	RISCO CRÍTICO	Mitigar
Planejamento e Gestão no âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação	Gerenciar as atividades de Governança e Gestão de Serviços de TI no IFFluminense	Colaborar na produção e execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação bem como de seu plano de metas e ações	Engajamento da alta administração do instituto como principal stakeholder do processo	4	3	12	RISCO ALTO	Mitigar
			Comprometimento da alta gestão no fornecimento das necessidades de Tecnologia da Informação e Comunicação inerentes	4	3	12	RISCO ALTO	Mitigar
		Participar das discussões e deliberações do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação	Comparecimento assíduo às reuniões do Comitê Gestor de TIC	3	4	12	RISCO ALTO	Mitigar
		Promover o pleno alinhamento dos investimentos de TIC aos objetivos estratégicos do IFFluminense	Atuação efetiva das áreas de negócio na priorização dos projetos de TIC efetuada no Comitê Gestor de TIC	4	3	12	RISCO ALTO	Mitigar
		Assegurar a capacitação dos servidores de TIC para o desenvolvimento de competências	Plano de Capacitação fielmente executado	3	2	6	RISCO MODERADO	Aceitar

Quadro 3.5: Análise piloto de riscos - Desenvolvimento Institucional

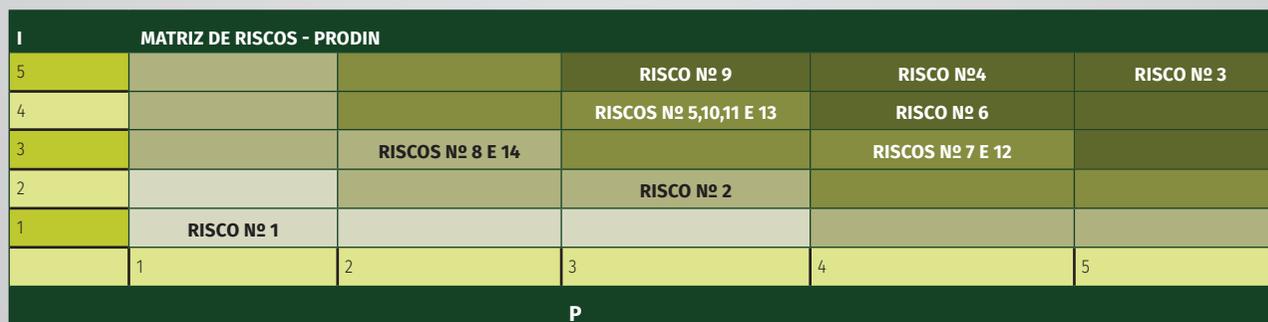


Figura 3.5: Mapa de Calor – Desenvolvimento Institucional

- Área de Gestão de Pessoas

MACROPROCESSO	OBJETIVO	SUBPROCESSOS	CONTROLE	IMPACTO	PROBABILIDADE	IXP	TIPO DE RISCO	RESPOSTA AO RISCO	
Execução de Concurso Público	Preencher os cargos vagos com servidores	Preparar o edital	Reavaliação antes da publicação	3	3	9	RISCO ALTO	Mitigar	
		Realização do concurso	Contratação da empresa para a realização do concurso	Verificação do histórico da empresa, caso não seja por modalidade de licitação	5	3	15	RISCO CRÍTICO	Mitigar
			Orientação à banca ou à empresa contratada		5	3	15	RISCO CRÍTICO	Mitigar
			Escolha da empresa adequada		3	3	9	RISCO ALTO	Mitigar
Pagamento de servidores	Remunerar os servidores por seus serviços prestados	Inclusão do servidor no SIAP e análise de todos os direitos que o servidor faz jus	Conferência e correção diante da ocorrência	4	2	8	RISCO ALTO	Mitigar	
		Lançamento na folha de pagamento cumprindo todas as exigências legais	Conferência e correção diante da ocorrência	3	2	6	RISCO MODERADO	Aceitar	
Aposentadoria e Pensões	Conceder aposentadoria para o servidor ou pensões para seus dependentes	Montagem do processo, análise e verificação das documentações do interessado	Capacitação do servidor	4	2	8	RISCO ALTO	Mitigar	
			Otimização das tarefas	3	3	9	RISCO ALTO	Mitigar	
		Elaboração da portaria de concessão, publicação no DOU e lançamento no sistema pessoal e TCU	Cumprimento das exigências do TCU dentro do prazo estabelecido	2	2	4	RISCO MODERADO	Aceitar	

Quadro 3.6: Análise piloto de riscos – Gestão de Pessoas

I					
MATRIZ DE RISCOS - PROGEP					
5				RISCOS Nº 2 E 3	
4			RISCOS Nº 5 E 7		
3			RISCO Nº 6	RISCOS Nº 1, 4 E 8	
2			RISCO Nº 9		
1					
	1	2	3	4	5
P					

Figura 3.6: Mapa de Calor – Gestão de Pessoas

- Área de Desenvolvimento de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas

MACROPROCESSO	OBJETIVO	SUBPROCESSOS	CONTROLE	IMPACTO	PROBABILIDADE	IXP	TIPO DE RISCO	RESPOSTA AO RISCO
Planejar e monitorar a execução da Política de Assistência ao Estudante	Garantir a implementação efetiva das políticas de assistência ao estudante	Levantamento do orçamento anual disponível para assistência estudantil	Participação de membros da DIPECE na comissão de orçamento; Solicitação da informação prévia e contínua em reuniões	3	5	15	RISCO CRÍTICO	Mitigar
		Levantamento das demandas de assistência estudantil nos campi	Solicitação contínua através de memorando e/ou email aos campi	5	1	5	RISCO MODERADO	Aceitar
		Planejamento de distribuição de recursos considerando os critérios de prioridade de atendimento	Levar a negociação da distribuição do orçamento para consenso na Câmara da DIPECE	1	1	1	RISCO PEQUENO	Aceitar
		Acompanhamento da execução dos editais de assistência estudantil nos campi	Utilização de recursos emergenciais para atendimentos as demandas	3	3	9	RISCO ALTO	Mitigar
Planejar, organizar e acompanhar as políticas esportivas	Promover a educação física como disciplina curricular e o esporte como inclusão dos alunos na Instituição	Organização dos Jogos Intercampi	Reformular a previsão de gastos do evento, reduzindo o custo	1	1	1	RISCO PEQUENO	Aceitar
		Levantamento e acompanhamento das demandas dos campi	Solicitação contínua através de memorando e/ou email para os representantes da Câmara de Esportes e Diretores Gerais dos campi	2	3	6	RISCO MODERADO	Aceitar
		Debater o conteúdo curricular da Educação Física na Instituição	Atuação dos representantes da Câmara de Esportes localmente, realizando ações de sensibilização	4	4	16	RISCO CRÍTICO	Mitigar
Formular, gerenciar e monitorar a Política Cultural do IFFLuminense	Garantir a atualização e execução do Plano Institucional de Cultura	Levantamento, acompanhamento e estímulo das ações e demandas culturais dos campi em atenção as metas estabelecidas no Plano de Cultura do IFFLuminense	Solicitação contínua através de memorando e/ou email para os representantes da Câmara de Arte e Cultura e Diretores Gerais dos campi	2	3	6	RISCO MODERADO	Aceitar
		Lançamento de Edital para aprovação e concessão de bolsas para Projetos Culturais e de Diversidade e Cidadania	Participação de membros da DIPECE na comissão de orçamento	5	1	5	RISCO MODERADO	Aceitar
		Institucionalização dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), Estudos sobre Gênero, Diversidade e Sexualidade (NUGEDIS) e Centros de Memória por meio da Política	Atuação dos representantes da Câmara de Arte e Cultura realizando ações de sensibilização	4	3	12	RISCO ALTO	Mitigar

Quadro 3.7: Análise piloto de riscos – Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas

I					
MATRIZ DE RISCOS - DIPECE					
5	RISCOS Nº 2 E 9				
4			RISCO Nº 10	RISCO Nº 7	
3			RISCO Nº 4		RISCO Nº 1
2			RISCOS Nº 6 E 8		
1	RISCOS Nº 3 E 5				
	1	2	3	4	5
P					

Figura 3.7: Mapa de Calor – Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas

Riscos à Integridade

Em atendimento ao Decreto Nº 9.203/2017 e à Portaria CGU Nº 1.089/2018, e com o objetivo de promover a adoção de medidas e

ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção, o IFFluminense publicou no ano de 2018 o seu Plano de Integridade⁴. Este plano, dentre outras ações, contempla a identificação, avaliação, resposta

e monitoramento aos riscos de integridade do IFFluminense, conforme o Quadro 3.9. O plano encontra-se em fase de atualização, com fito à revisão da análise de riscos realizada na primeira versão e inclusão de novos riscos e medidas de tratamento.

PROCESSO	Nº	IMPACTO	PROBABILIDADE	IXP	TIPO DE RISCO	FATORES DE RISCO	MEDIDAS DE TRATAMENTO	RESPOSTAS AO RISCO	RESPONSÁVEL	PRAZO	SITUAÇÃO
Prática Docente	1	3	3	9	RISCO ALTO	Deficiência de controle hierárquico; Ausência de planejamento estratégico e operacional	Campanhas educativas e Programa de Capacitação de docentes; Divulgação de forma ativa dos canais de denúncia	Reduzir	Pró-reitoria de Ensino em conjunto com a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas	Atividade Contínua	Em andamento
	2	5	2	10	RISCO ALTO	Deficiência de mecanismos de controle interno; Deficiência de controle hierárquico	Campanhas educativas; Divulgação de forma ativa dos canais de denúncia	Reduzir	Comissão de Ética	Atividade Contínua	Não iniciada
Prática da Gestão	3	4	1	4	RISCO MODERADO	Deficiência de segregação de funções sensíveis	Compartilhar decisões sensíveis com os órgãos de colegiados e de assessoramento da instituição	Compartilhar	Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional	Atividade Contínua	Em andamento
	4	2	1	2	RISCO PEQUENO	Desconhecimento ou não observância de legislação, normas ou procedimentos pelo servidor	Implementar o fluxo interno do IFFluminense para verificação de situações de nepotismo	Aceitar	Pró-reitoria de Gestão de Pessoas	A partir de junho de 2018	Em andamento
Processos Seletivos	5	4	3	12	RISCO ALTO	Deficiência de mecanismos de controle interno; Deficiência de controle hierárquico	Instituir a política de segurança da informação e as normas complementares da política; Divulgação de forma ativa dos canais de denúncia	Reduzir	Diretoria de Tecnologia da Informação	A partir de junho de 2019	Em andamento
	6	1	2	2	RISCO PEQUENO	Deficiência de mecanismos de controle interno	Suprimir critérios subjetivos e impessoais para Editais e Processos Seletivos	Aceitar	Pró-reitoria de Ensino em conjunto com a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão	Atividade Contínua	Não iniciada
Gestão da Frota	7	2	4	8	RISCO ALTO	Deficiência de mecanismos de controle interno	Utilização dos sistemas de controle de agendamento da frota; Monitoramento contínuo por parte da unidade de controle interno da instituição	Reduzir	Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional	Atividade Contínua	Em andamento
Licitações e Contratos	8	2	2	4	RISCO MODERADO	Desconhecimento ou não observância de legislação, normas ou procedimentos pelo servidor	Atualização periódica dos servidores sobre a publicação de novas normas; Divulgação ativa das leis e normas nos canais institucionais	Reduzir	Pró-reitoria de Administração	Atividade Contínua	Em andamento
	9	4	1	4	RISCO MODERADO	Deficiência de mecanismos de controle interno	Divulgação de forma ativa dos canais de denúncia; Monitoramento contínuo por parte da unidade de controle interno da instituição	Aceitar	Ouvidoria	Atividade Contínua	Em andamento
	10	2	3	6	RISCO MODERADO	Deficiência de mecanismos de controle interno	Ações permanentes de fiscalização dos contratos	Compartilhar	Pró-reitoria de Administração	Atividade Contínua	Em andamento

Quadro 3.9 – Análise Geral dos Riscos à Integridade do IFFluminense

Controles Internos no âmbito do IFFluminense

O controle interno é demonstrado pelo modelo das três linhas de defesa definidas pelo IFFluminense, conforme apresentado na Figura 3.9. A primeira linha de defesa está sob a responsabilidade de todos os servidores do Instituto que lidam diretamente com os processos dentro dos Departamentos, Coordenações e Setores do IFFluminense e, a partir de 2019, conforme previsto na Política de Gestão de Riscos, pelos gestores de riscos. Têm como incumbência implementar ações preventivas para resolver deficiências em processos e controles. A segunda linha de defesa é composta pelas Diretorias das diversas áreas e, futuramente, pelo Núcleo de Gestão de Riscos (NUGER) - assim que instituído por Portaria-, que tem como atribuições determinar as direções e oferecer garantias para controles internos, mapeamento dos riscos institucionais e melhoria dos processos, apoiando a primeira linha de defesa. A terceira linha de defesa é da competência da Unidade de Auditoria Interna que deve promover avaliações independentes dos controles internos. Os controles realizados na primeira e segunda linhas são acompanhados pelo Comitê Interno de Governança (composto pelo Reitor, Pró-reitores e Diretores Gerais), instância responsável pelo Controle Interno e Avaliação do Risco do IFFluminense. A Auditoria Interna realiza o trabalho de monitoramento dos controles existentes se reportando diretamente ao Conselho Superior.



Figura 3.9: Modelo 3 Linhas de Defesa do IFFluminense

1 <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2018/resolucao-33/view/++widget++form.widgets.arquivo/@@download/RESOLU%C3%87%C3%83O+N.%C2%BA+42%2C+DE+21+DE+DEZEMBRO+DE+2018.pdf>

2 Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), disponível em <<http://www.coso.org/>>

3 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP. Manual de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão. Assessoria Especial de Controles Internos – AECI. 31 de Janeiro de 2017.

4 <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2018/resolucao-30/view/++widget++form.widgets.arquivo/@@download/RESOLU%C3%87%C3%83O+N.%C2%BA+41%2C+DE+21+DE+DEZEMBRO+DE+2018.pdf>

CAP 04

RESULTADOS DA GESTÃO



Resultados Estratégicos Relacionados ao Ensino

O Ensino como Promotor da Inclusão

Tendo como objetivo estratégico **proporcionar formação ampla e qualificada**, através do desenvolvimento de políticas voltadas para uma educação profissional e cidadã fundamentada na articulação e integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, fomentando sua participação em atividades científicas, culturais, desportivas e artísticas, o IFFluminense vem promovendo ações de revisão dos currículos da educação básica profissional.

Tais ações se destinam a estabelecer currículos articulados ao plano e às políticas de acesso, permanência e êxito. Mais que produzir redução as taxas de evasão, estas políticas têm como base a inclusão e compreendem, na dimensão curricular, a identificação de públicos diversos que devem ser atendidos pela instituição, dadas suas condições de escolaridade e situação de trabalho, e as formas de acesso adequadas para seu ingresso na instituição. Além disso, o currículo deve ainda contemplar condições de aprendizagem compatíveis com esses públicos, que os ligam aos perfis profissionais estabelecidos para os egressos.

A fim de orientar à revisão, as Diretrizes sobre a educação de jovens e adultos, organização curricular por itinerários formativos e as orientações normativas acerca da educação profissional integrada ao nível médio foram elaboradas através de fóruns e grupos de trabalho com representação dos *campi* visando, sobretudo, melhorar o acesso, permanência e êxito dos estudantes. Em agosto de 2018, foi publicada a Resolução Nº 29, DE 14 de agosto de 2018 - Orientações Normativas para a Organização Curricular da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no IFF. Em novembro de 2018 publicou-se a Resolução N.º 36 - Diretrizes Institucionais acerca da Organização Curricular para oferta de Curso Técnico de Nível Médio por Itinerário Formativo no Instituto Federal Fluminense e em 28 de fevereiro de 2019 a Resolução/IFF Nº 07, de Diretrizes Institucionais de Articulação da Educação Profissional com Educação de Jovens e Adultos no Instituto Federal Fluminense.

Como iniciativas estratégicas que tratam da revisão curricular, os *campi* organizaram comissões internas que junto a suas comunidades acadêmicas vêm revisitando seus currículos de educação profissional integrada ao ensino médio, repensando a organização curricular, carga horária e a orientação político-pedagógica dos mesmos. Conforme foi estabelecido pela Resolução Nº 29, de 14 de agosto de 2018, os *campi* têm o prazo de agosto de 2019 para a revisão e submissão à aprovação dos colegiados e, portanto, espera-se que nesta data a meta de 12 currículos revisados para o ano de 2019 seja alcançada.

Da mesma forma instituiu-se um Grupo de Trabalho, designado pela Portaria N.º 1366, de 5 de outubro de 2018, para avaliar o acesso, o perfil dos estudantes e o currículo dos cursos concomitantes. O trabalho teve início em 2018 e continua sendo desenvolvido em 2019 e os representantes de cada *campus* do grupo realizam, atualmente, um levantamento do desempenho acadêmico e faixa etária dos estudantes de seus cursos e paralelamente, elaboram um questionário a ser respondido pelos estudantes a fim de se avaliar o perfil dos mesmos. Objetiva-se, pelo grupo, a elaboração de um relatório que aponte para o aprimoramento das políticas de acesso e dos currículos de cursos concomitantes.

Na perspectiva de **ampliar a abrangência de atendimento**, qualificando as políticas de acesso, ajustando a oferta de cursos, a organização curricular e os mecanismos de seleção para o atendimento das características fundamentais da instituição, o número de vagas do IFF foi ampliado, tendo em vista o início dos cursos: Engenharia Elétrica no *Campus* Macaê, 40 vagas Noite; Tecnólogo em Gastronomia no *Campus* Cabo Frio, 30 vagas Integral; Técnicos Concomitantes em Edificações e Automação Industrial no *Campus* Santo Antônio de Pádua, ambos com oferta de 35 vagas Noite.

Observa-se no infográfico abaixo as vagas ofertadas em 2017 e 2018 distribuídas por nível de ensino.

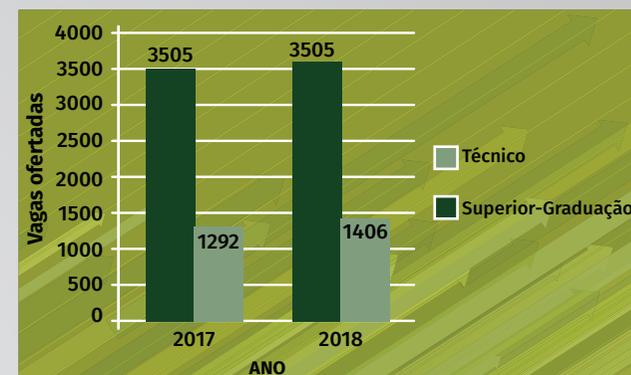


Figura 4.1 - Ampliação das ofertas de vagas em cursos técnicos e superiores (graduação)

As ofertas de cursos de formação inicial e continuada (FIC) também foram ampliadas em 2018, resultado que está fortemente associado às políticas implementadas que têm como objetivo a abrangência do atendimento. Os infográficos que seguem, apresentam um comparativo entre o percentual de estudantes matriculados em cursos, FIC, Técnicos e Superiores em 2017 e 2018. Destaca-se que o número de estudantes em cursos FIC foi ampliado de 1.177 para 1.740. Este resultado diretamente ligado às políticas que vêm sendo estruturadas pela Instituição e que visam ampliar a abrangência de atendimento através da diversificação da oferta.

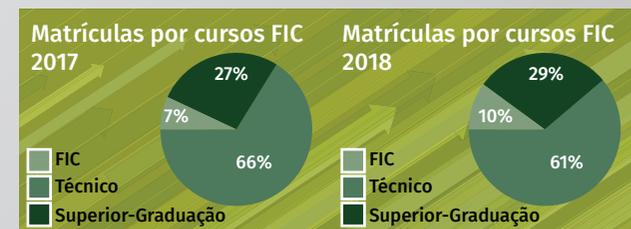


Figura 4.2 - Percentual de estudantes matriculados em cursos, FIC, Técnicos e Superiores em 2017 e 2018

Neste mesmo sentido, para além da oferta de novas vagas, as possibilidades de acesso aos jovens e adultos foram ampliadas através de ampla discussão pela PROEN junto aos *campi*, que se refletiu em novos arranjos curriculares de cursos já ofertados. Um exemplo desta ação são os cursos técnicos em Cozinha e Hospedagem do *Campus* Cabo Frio, que reorganizados por itinerários formativos, possibilitarão cursos com currículos mais flexíveis e dinâmicos para os trabalhadores da região.

Visando ampliar o atendimento dos *campi* a jovens e adultos, o IFFluminense promoveu, através da sua Pró-reitoria de Ensino, reuniões no Fórum-EJA, designado pela Portaria N.º 1.436, de 09 de outubro de 2017, que resultou na elaboração de um documento “Diretrizes Institucionais de Articulação da Educação Profissional com Educação de Jovens e Adultos no IFFluminense”. Este documento orienta à organização curricular e à ampliação das possibilidades de acesso àqueles que tiveram seus estudos interrompidos em sua trajetória escolar.

No ano de 2018, o Centro de Línguas do IFF (Celiff), ampliou o número de vagas para os cursos de inglês e espanhol nos *campi* nos quais está presente. Além do número de vagas ter sido ampliado, a oferta passou a contemplar, além de servidores e estudantes com matrícula ativa, o público externo tendo em vista que esta era uma demanda reconhecida pelos *campi*. Observa-se que comparado ao ano de 2017, onde o número de estudantes matriculados nos cursos de espanhol e inglês, respectivamente, foi de 182 e 893, uma ampliação para 255 e 920. Esta ampliação não se deu apenas pelo número de turmas, mas também pela ocupação das vagas ofertadas que antes ficavam ociosas.



Figura 4.3 - Ampliação do número de estudantes nos cursos de espanhol e inglês do Celiff

No sentido da **promoção do reconhecimento de saberes, certificação e qualificação profissional**, articulados com todos os níveis e modalidades da EPT e com os diferentes setores da sociedade, foram analisados junto aos *campi* projetos pedagógicos de cursos técnicos, considerando-se Itinerários Formativos ou trajetórias de formação, que possibilitam o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

Como resultado das iniciativas estratégicas para implementação de projetos pedagógicos alinhados à identidade institucional e as ofertas prospectadas em consonância com a demanda sócio-regional, o *Campus* Cabo Frio ofertou cursos FIC de Recepcionista de Eventos e Auxiliar de Cozinha e o *Campus* Avançado São João da Barra ofertou 60 vagas para o curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão e 30 vagas para o curso de Eletricista Industrial. Sendo estas ofertas delineadas na perspectiva da construção de currículos mais flexíveis, através de itinerários formativos, que permitam a formação em cursos técnicos.

Ainda objetivando a qualificação profissional e abrangência de atendimento, o *Campus* Campos Guarus, realizou em 2018, uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Campos. Nesta parceria, aos estudantes regularmente matriculados nas escolas municipais em 8ª e 9ª fases da EJA, foram ofertadas, no referido *campus*, 75 vagas entre os cursos de Balconista de Farmácia, Operador de Computadores e Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão.



Estudantes EJA-FIC em Balconista de Farmácia – Convênio entre a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e IFF



Estudantes EJA-FIC em Operador de computadores – Convênio entre a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e IFF



Estudantes EJA-FIC em Balconista de farmácia – Convênio entre a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e IFF

Formação Continuada Docente

Visando o aprimoramento do processo educativo, através do aumento da qualidade do ensino, o Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação do IFF executou as seguintes ações:

- Publicação da Resolução n.º 08 de 16 de março de 2018 que estabelece as diretrizes aplicadas em cursos e componentes curriculares ofertados na modalidade à distância, que não possuam recursos de fomento extraorçamentário e não

disponibilizem retribuição financeira aos servidores envolvidos.

- Elaboração e execução do curso de formação inicial e continuada para docentes do IFF na modalidade EaD através do “Programa de Qualificação de Professores para EaD”. Na primeira oferta foram preenchidas 40 vagas destinadas para professores do IFF.
- Fortalecimento da parceria do IFF com a Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes (SMECE) por meio do Programa “Educar é pra vida toda - Aprendizagem em Ciências da Natureza nos anos iniciais do Ensino Fundamental”. O resultado do fortalecimento desta parceira foi o aumento do número de cursistas, professores da rede municipal, que passou de 327 para 440 no ano de 2018. O projeto terá continuidade em 2019.

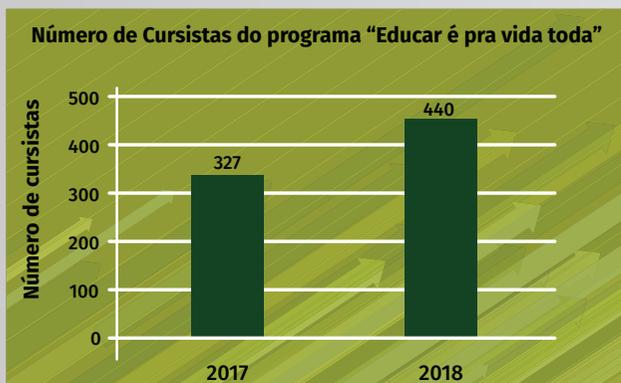


Figura 4.4 - Cursistas do programa “Educar é pra vida toda”

- O curso técnico em Segurança do Trabalho, financiado pelo Pronatec, contabilizou 285 matrículas. O curso finaliza em abril de 2019.
- No Ciclo de Formação de Docentes foram capacitados 85 professores servidores do IFF, sendo que destas, 25 vagas foram destinadas para o curso de qualificação de professores do IFF em *Design Thinking*; 20 vagas para capacitação de professores de língua estrangeira em parceria com o IFES – “Internacionalização do Currículo”; 40 vagas no Programa de Qualificação de Professores para EaD.



Figura 4.5 – Ciclo de Formação Docente



Capacitação para docentes – Internacionalização de currículo



Capacitação para docentes – Design Thinking



Capacitação para docentes – Formação de professores para EaD

Acesso, Permanência e Êxito

O IFFluminense buscou cumprir o objetivo estratégico de **aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito**, junto aos *campi*, através de estratégias de acolhimento e acompanhamento discente a partir do fortalecimento do planejamento e da avaliação das ações pedagógicas, tendo como objetivo aprimorar os processos que conduzem a permanência e êxito. Para atender a este objetivo, que prevê diminuição das taxas de evasão e aumento do percentual de alunos formados no ciclo regular, tem-se como iniciativa estratégica a implementação do Plano de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFF, articulando-se à assistência estudantil.

Observa-se no infográfico 4.6, um aumento da eficiência acadêmica em 2018, quando comparada à taxa verificada em 2017. Este resultado demonstra efetividade nas estratégias utilizadas pelos *campi* na promoção da permanência dos seus estudantes, iniciadas a partir do Plano de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFFluminense. Corroborando com este apontamento, com base nos dados da Plataforma Nilo Peçanha, a taxa de evasão por cursos, diminuiu de um modo geral, refletindo numa taxa de evasão global de 10,3%.

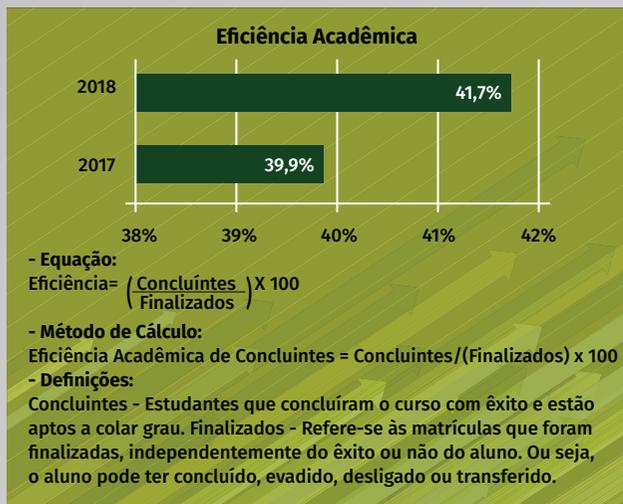


Figura 4.6 – Taxa de Eficiência Acadêmica

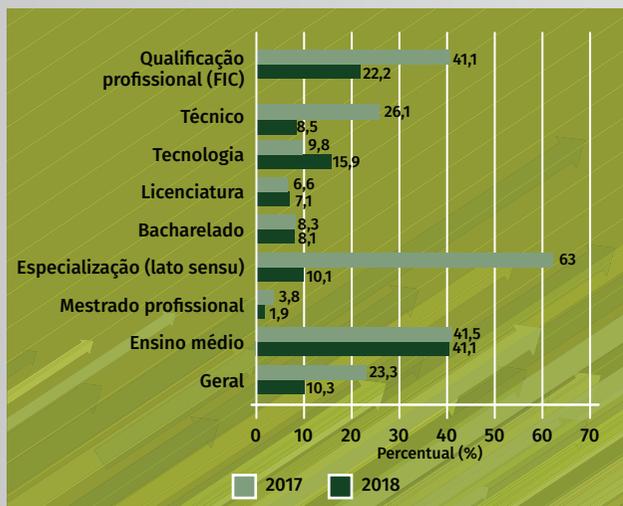


Figura 4.7 - Taxa de Evasão no IFF nos Anos de 2017 e 2018 – Análise Comparativa (Dados: PNP 2019 V.1)

As taxas obtidas retratam, ainda, o esforço institucional, em especial dos registros acadêmicos, no ajuste de dados no sistema acadêmico da instituição que resultaram nas informações extraídas do Sistec para a Plataforma Nilo Peçanha.

Quanto ao objetivo de **aprimoramento das políticas de acesso** foi realizado através da diversificação dos meios de comunicação, em articulação com a Assessoria de Comunicação Institucional. A fim de fortalecer o processo de ingresso, a Diretoria de Gestão Acadêmica e Políticas de Acesso, vinculada a PROEN, vem realizando estudos junto aos coordenadores de cursos, a Comissão de Processos Seletivos e os Diretores de Ensino dos *campi*, a fim de tornar os processos mais assertivos e inclusivos, fazendo alterações nas formas de seleção, nas notas de corte, na elaboração de provas, na forma de cálculo dos resultados e outros.

A implantação do Programa de Acompanhamento de Egressos (ação estratégica vinculada ao objetivo **desenvolver relacionamento com egressos**) vem sendo construída pelo Instituto, tendo como proposta geral a avaliação de egressos a partir de um questionário. Neste questionário, objetiva-se a avaliação quanto à inserção socioprofissional daqueles que concluíram seus cursos e ainda avaliação quanto às causas de evasão ou desligamento daqueles que não concluíram seus cursos.

Pós-graduação

O IFFluminense atuou, através da Diretoria de Pós-graduação, no fortalecimento institucional da pós-graduação em 2018. Foram submetidos a Capes os APCN's (propostas de cursos novos) do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e o Doutorado em Gestão de Recursos Hídricos. O Mestrado foi aprovado e formará a primeira turma no segundo semestre de 2019 e o Doutorado está em análise na Capes. Tivemos a primeira turma do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação. Foram lançados dois novos cursos *lato sensu*, Cultura, Patrimônio e Educação (Campus Pádua) e Arquitetura da Cidade: suas Demandas e Tecnologias (Campus Campos Centro) e a replicação do curso de Literatura no Campus Cambuci. Seguem os números da Pós-Graduação em 2018:

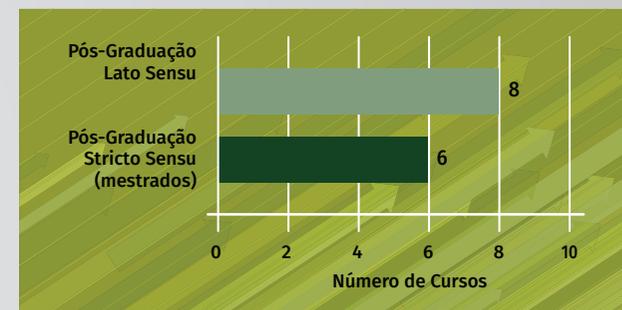


Figura 4.8 – Quantidade de cursos na Pós-graduação

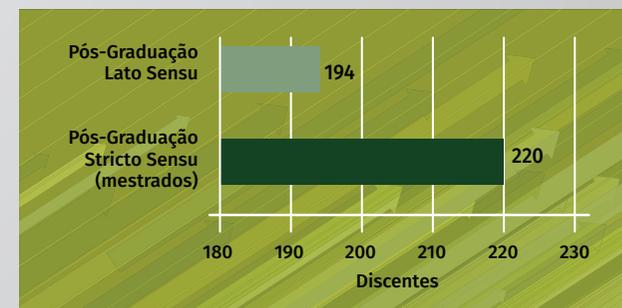


Figura 4.9 – Números de alunos na Pós-graduação

Indicadores de Desempenho: Metas x Resultados Alcançados

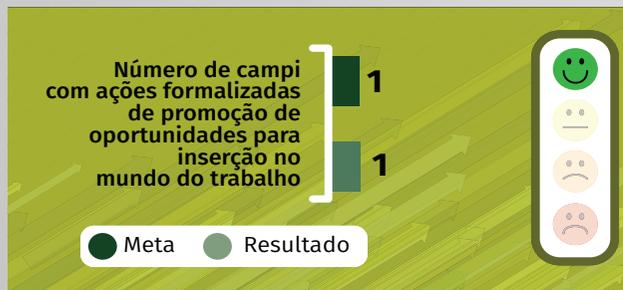
A elaboração do sistema de indicadores de desempenho institucional do IFFluminense, contido no planejamento estratégico, foi baseada na metodologia *Balanced Scorecard* (BSC). Dessa forma, os objetivos estratégicos são acompanhados por indicadores, metas e iniciativas estratégicas. A seguir, apresentam-se os indicadores, bem como as suas respectivas metas e resultados alcançados no ano de 2018, para os objetivos estratégicos relacionados ao ensino.

Objetivo: Proporcionar formação ampla e qualificada

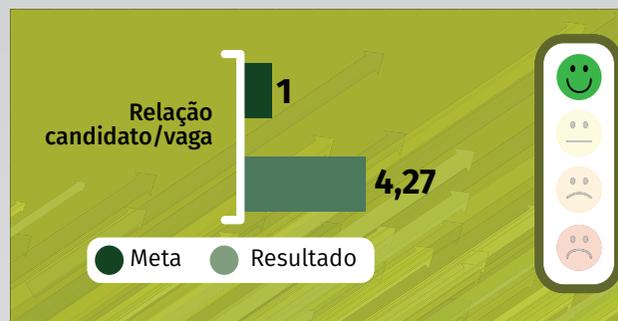


Os processos de revisitação dos currículos ainda estão em fase de implementação pelos *campi*. Visitas aos *campi* foram realizadas pela PROEN visando a socialização das diretrizes elaboradas que orientam a revisitação. O não cumprimento da meta é devido a dificuldades operacionais quanto a ida aos *campi* e devido a organização das comissões locais junto a suas comunidades (integrado de Cabo Frio).

Objetivo: Fortalecer a inserção sócio profissional do aluno e do egresso

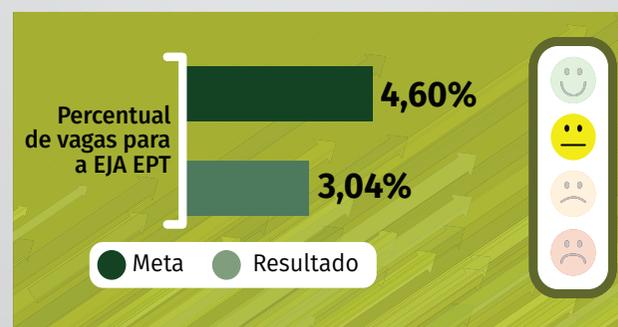


Objetivo: Fortalecer a Institucionalidade

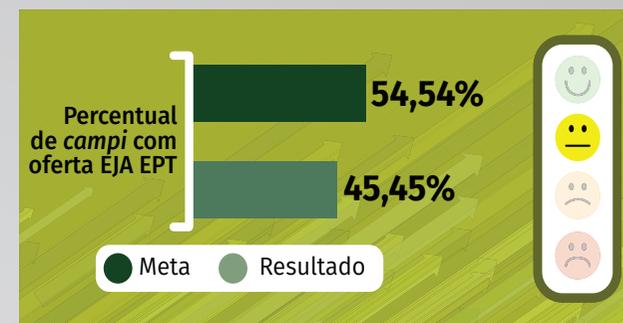


A meta indicava um valor mínimo, isto é, a meta é ter relação candidato/vaga maior que 1.

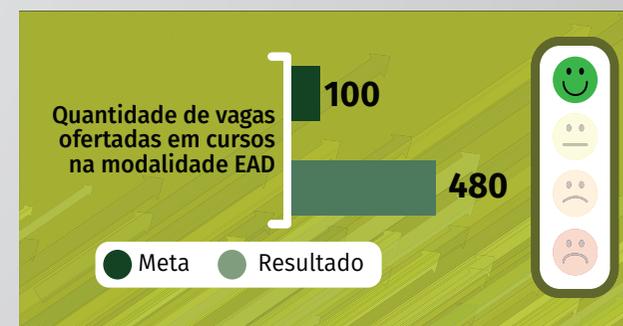
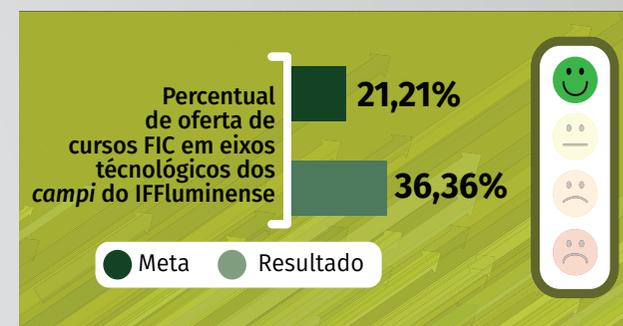
Objetivo: Ampliar a abrangência de atendimento, diversificando a oferta de cursos, considerando a demanda social regional



A oferta de vagas diminuiu temporariamente devido a perspectiva de elaboração de novos currículos para a educação de jovens e adultos.



Alguns *campi* retiraram a oferta de cursos PROEJA provocados pela possibilidade de implementação de cursos técnicos por itinerários formativos.

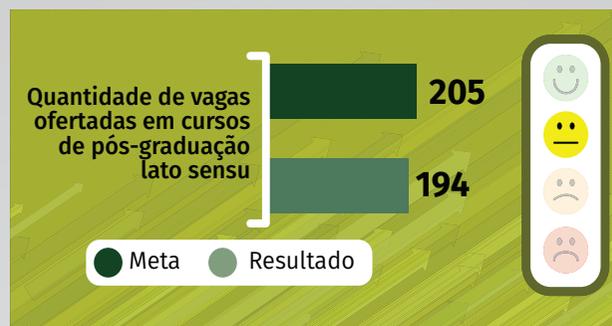
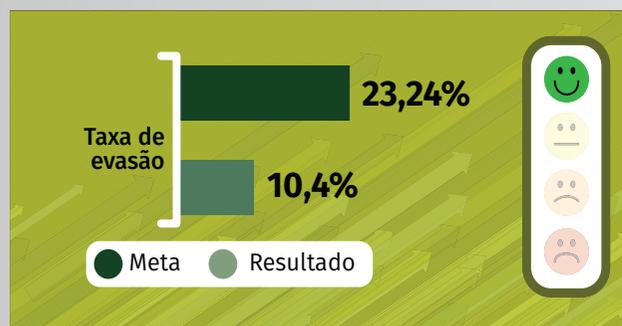


O resultado muito acima da meta foi decorrente de uma parceria firmada entre o IFF e a Secretaria Municipal de Educação de Campos (SMECE) para capacitação dos professores da rede. As metas projetadas para o período de 2019 a 2022 serão reavaliadas a partir desse resultado.

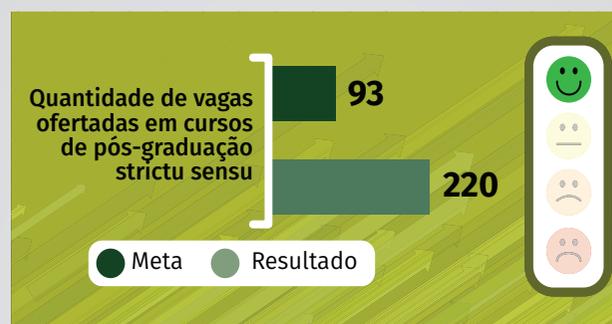
Objetivo: Promover o reconhecimento de saberes, certificação e qualificação profissional



Objetivo: Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito



A diferença de 11 alunos do previsto deve-se a evasão observada nos cursos de mestrado.



Principais Desafios e Ações Futuras

As políticas e as suas respectivas ações foram implementadas em 2018 e a expectativa para o ano de 2019 é a continuação da sua execução e o início das ações de avaliação das políticas já efetivadas através da Coordenação de Avaliação de Políticas Educacionais/PROEN.

A fim de atender a demanda dos estudantes com efetividade, junto às coordenações de curso, diretorias de ensino e registros acadêmicos, a atualização da regulamentação didático-pedagógica do IFF será realizada em 2019 visando ainda a orientação a toda comunidade acadêmica quanto as legislações educacionais e aos procedimentos acadêmicos.

Para a promoção da inserção socioprofissional dos estudantes, ações formalizadas serão implementadas junto aos *campi* para melhorar a articulação com o setor produtivo e o acompanhamento dos estagiários. Ainda no sentido da inserção socioprofissional dos egressos, na perspectiva da avaliação, uma pesquisa com egressos será elaborada com intuito de conhecer as suas percepções e relações entre o curso e a sua atuação profissional.

Outra ação futura importante é a consolidação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* do IFFluminense. Atualmente o IFFluminense possui 7 programas de mestrado, sendo três em rede e quatro próprios, com notas 3 e 4. A melhoria dos indicadores dos programas, da infraestrutura para abrigar as coordenações e pesquisadores vinculados e a consolidação do corpo docente se constituem em importantes estratégias neste processo.

A expectativa para o ano de 2019 é a continuação da implementação de algumas políticas iniciadas em 2018 e a iniciação de ações de avaliação das políticas já implementadas.



Resultados Estratégicos Relacionados à Pesquisa, Extensão e Inovação

Considerando as ações para o alcance dos objetivos de Pesquisa, Extensão e Inovação do IF Fluminense no ano de 2018, todas as atividades executadas estão alinhadas aos objetivos estratégicos e às iniciativas estratégicas, presentes no PDI 2018-2022.

Pesquisa e Extensão

Com o intuito de **incentivar as práticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura** e promover o Programa de Bolsas Institucionais de Incentivo à Pesquisa, Extensão e ao Empreendedorismo publicou-se o Edital 51/2018, de Seleção de Projetos de Pesquisa e Extensão e Seleção de Estudantes Bolsistas de Iniciação Científica, de Iniciação Tecnológica e Extensão, que contemplou 283 projetos com 309 bolsas distribuídas.

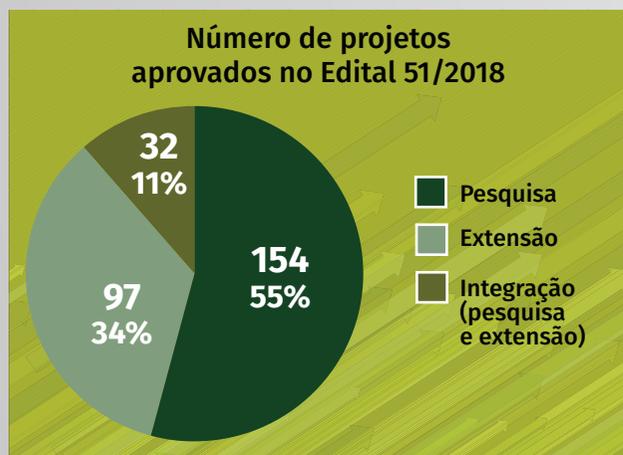


Figura 4.10 – Número de projetos aprovados no Edital 51/2018

As bolsas receberam fomento do IF Fluminense, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ. O gráfico abaixo demonstra o total de bolsas por fonte de recursos:

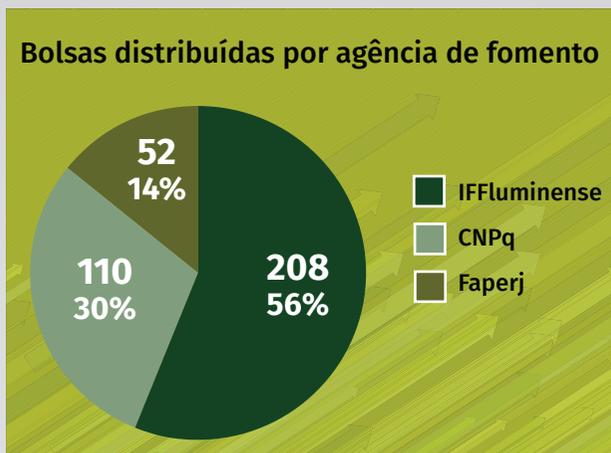


Figura 4.11 – Número de bolsas distribuídas por agência de fomento

Também foi publicado o Edital 90/2018, de seleção de estudantes empreendedores para participação do programa de pré-incubação da TEC-CAMPOS e apoio à Empresas Juniores, com 5 bolsas para a pré-incubação e 6 bolsas para empresas juniores. Outra ação a ser destacada, dentro deste objetivo estratégico, foi a aprovação de criação dos novos grupos de pesquisa APPA (Ateliê de Pesquisa da Paisagem) e Núcleo de Pesquisa em Telecomunicações.

A nova regulamentação da Pesquisa e Extensão foi uma ação enfatizada no ano de 2018 com discussões nas Câmaras de Pesquisa e Extensão e finalizada pela comissão no início de dezembro. O texto foi encaminhado para análise e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação ainda em 2018, com a aprovação do anexo referente à Pesquisa em 19 de dezembro.

Com a finalidade de **ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa, extensão e cultura**, as ações se voltaram para uma ampla divulgação dos editais do IF Fluminense, nos canais institucionais, e a garantia de manutenção do Programa de

Apoio à Produção Acadêmica com alocação de recursos no orçamento da Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação (ProPEI) em 2018 (R\$100.000,00).

Para ampliar a **captação de recursos extraorçamentários**, procurou-se fortalecer ações na busca de parcerias com instituições e empresas, como o incentivo à submissão de propostas a editais externos de fomento à pesquisa, extensão e inovação, assim como a prospecção ativa de parcerias e projetos para o Polo de Inovação. Ainda, tivemos 2 projetos no Edital Catedras do Brasil nas áreas de “Blockchains” e “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, aprovação de 2 bolsas, no valor de R\$ 400,00 no Edital “Viva Ciência” da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes/PMCG e 5 projetos, com valor de R\$ 5.000,00 no Edital de auxílio à Pesquisa para a Região Hidrográfica IX, do Comitê Bacia Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

A Diretoria de Políticas Sociais e Relações Empresariais, responsável por conduzir as políticas de Extensão, fez um trabalho junto à Fundação Pro-IFF na elaboração do Catálogo de Oportunidades, que trata da prestação de serviços tecnológicos pelos campi/unidades administrativas, com uma agenda de reuniões para o levantamento da possibilidade de oferta de serviços pelo IF Fluminense e para potenciais parcerias, além de coordenar a equipe de avaliação do relatório anual de atividades 2017.

Outra ação importante desta Diretoria foi a mobilização junto aos campi, através de reuniões e capacitações, para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAAF), através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Na busca de dar efetividade às ações, a Reitoria conta atualmente com uma equipe multidisciplinar para apoio e orientações para realização de Chamadas Públicas pelos campi. Essa equipe é responsável por orientar nos procedimentos e revisar as Chamadas, além de auxiliar na articulação com as entidades extensionistas locais.

RELAÇÃO ENTRE O RECURSO DESTINADO PARA O PNAE E O UTILIZADO PELO IFF PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Recursos Totais PNAE	R\$ 1.086.368,00
Recursos Utilizados	R\$ 721.841,22
Relação PNAE Utilizado/PNAE Total	66,44%

Tabela 4.1 – Relação entre o recurso destinado para o PNAE e o utilizado pelo IFF para aquisição de gêneros alimentícios

Os dados apresentados na tabela acima mostram a relação entre o montante disponibilizado pelo FNDE para gastos com gêneros alimentícios e o total utilizado pelo IFFluminense, onde conseguimos executar cerca de 66% do total. Este incremento se reverteu em um aumento significativo da oferta de alimentos mais frescos e saudáveis para os educandos, de acordo com a concepção do PNAE.

Ainda no sentido de ampliar a articulação com os produtores locais, realizamos o I Encontro com os agricultores familiares para lançamento da Chamada do PNAE do campus Campos Centro, durante a X Mostra de Extensão, onde fizemos a divulgação da chamada e tiramos as principais dúvidas dos agricultores.

Apesar das dificuldades que se apresentaram durante o processo, conseguimos realizar as chamadas públicas os seguintes campus: Campos Centro, Macaé, Cabo Frio e Quissamã. Em 2018, portanto, conseguimos executar este recurso, num total de R\$ 721.841,20 distribuídos da seguinte forma :

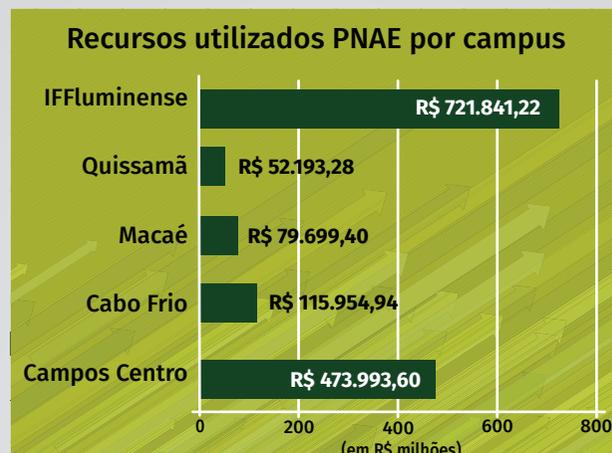


Figura 4.12 - Recursos utilizados PNAE por campus

Acesso ao Patrimônio Genético

Considerando a necessidade de adequação das ações de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do IFFLUMINENSE que envolvam acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, conforme disposto na Lei nº 13.123 de 2015, a Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação destacou para a comunidade os aspectos mais importantes a serem observados por meio da Portaria 1858 de 18 de Dezembro de 2018 e a publicação no Portal do Instituto de conteúdo relacionado ao tema.

Desta forma, enfatizamos a necessidade de atenção à esta comunicação pois a regularização é de responsabilidade do pesquisador e deveria ser realizada até 06 de novembro de 2018. A regularização das atividades de pesquisa é feita por meio de cadastro dos aces-

sos no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado – SisGen. Para tanto, houve a comunicação da necessidade de credenciamento dos pesquisadores por meio de e-mail institucional. As informações foram levadas ao conhecimento das Diretorias de Pesquisa e Extensão dos *campi*, que também auxiliaram na divulgação das informações junto aos pesquisadores. Paralelamente, a Pró-reitoria ofereceu um curso ministrado pela Coordenadora do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Oswaldo Cruz - IOC-Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. Dada a dificuldade de muitas instituições sem regularizar os acessos de todos os seus pesquisadores, o MMA ampliou a possibilidade de adequação das instituições por meio do Art. 2 da resolução 19/2018. Esta resolução amplia o prazo de adequação por um ano, a partir da assinatura do Termo de Compromisso para regularização das atividades de pesquisa, conforme os termos do ANEXO VII disponível na página do CGEN. O IFFluminense encaminhou este termo de compromisso em 05 de novembro de 2018 e aguarda o retorno deste documento assinado pelo MMA.

Eventos

A Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação promoveu e participou de diversos eventos no ano de 2018, fortalecendo os eventos técnico-científicos e culturais institucionais nas áreas de Pesquisa, Extensão, Inovação e Pós-Graduação, listados a seguir:

I CONPISUD – I Congresso de Pesquisa e Inovação do Sudeste – 08 a 10 de Maio de 2018, SESC Grussaí – São João da Barra-RJ



Folder do I CONPISUD

O Congresso de Pesquisa e Inovação do Sudeste (CONPISUD) foi um evento promovido pelas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Sudeste do Brasil, representada por um conjunto de 11 instituições. Contou com o apoio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério

da Educação (SETEC/MEC) e do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). A importância da realização do CONPISUD para o desenvolvimento e consolidação de atividades que envolvam a pesquisa e a inovação é reconhecida por toda a Rede Federal.

Neste primeiro evento, organizado pelo Instituto Federal Fluminense, a proposta foi reunir os trabalhos e bolsistas premiados nos eventos científicos e de inovação das instituições da Rede Federal EPT do Sudeste. A Inovação foi o tema em destaque neste evento, que contou com a participação do NitRio e com mesa redonda sobre os Polos de Inovação e de empresas da região.



Apresentação dos trabalhos orais e banner – I CONPISUD

X CONFICT – Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica



Folder do III CONPG e X CONFICT

Evento realizado em parceria com Universidade Estadual do Norte Fluminense Professor Darcy Ribeiro e a Universidade Federal Fluminense,

ocorreu em 25 a 29 de junho de 2018, no Centro de Convenções da UENF.

O Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica (CONFICT), em Campos dos Goytacazes (RJ), configurando um evento regional de grande relevância. Sob o tema “Ciência no nosso dia-a-dia”, o CONFICT 2018, reuniu o 23º. Encontro de Iniciação Científica da UENF, o 15º. Circuito de Iniciação Científica do IFFluminense e a 11ª. Jornada de Iniciação Científica da UFF. O congresso abordou pesquisas e reflexões sobre a importância da Ciência no nosso cotidiano e no desenvolvimento de uma sociedade justa e humana. Foram 1975 inscritos, com 629 resumos submetidos (147 do IFFluminense) e 17 minicursos ofertados.

III CONPG - Congresso Fluminense de Pós-Graduação

Outro evento que ocorreu conjuntamente ao X CONFICT, resultado da parceria que vem sendo construída entre a UENF, o IFF e a UFF e congregou a 18ª Mostra de Pós-Graduação da UENF, a 3ª Mostra de Pós-Graduação do IFF e a 3ª Mostra de Pós-Graduação da UFF. O evento reuniu discentes e docentes dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* das três instituições. Foram 965 inscritos com 731 resumos submetidos (84 do IFFluminense).



Trabalhos premiados – III CONPG

42ª REDITEC – Reunião anual dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Neste ano de 2018, a 42ª Reditec teve como tema principal “O Trabalho no Século XXI – Globalização, Inovação, Educação Profissional e Tecnológica: caminhos e desafios para inclusão”, e debateu a atuação da Rede Federal em sintonia com as demandas presentes e futuras da sociedade, do mundo do trabalho e suas transformações, nos 10 anos da Lei n.º 11.892/08, que instituiu a Rede e cria os Institutos Federais. Promovida pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação, o evento é direcionado para reitores, pró-reitores, diretores sistêmicos e diretores-gerais dos *campi* e foi sediado pelo IFFluminense, na cidade de Armação de Búzios., no período de 10 a 14 de Setembro.



Folder da 42ª REDITEC

Foram 907 inscritos e 566 trabalhos submetidos para a Mostra de Experiências Exitosas, 71 trabalhos de inovação submetidos para a primeira edição da Tenda Tecnológica, um espaço interativo voltado para divulgação dos projetos de inovação da Rede Federal e dos Polos de Inovação, os trabalhos premiados participaram do Congresso da Federação Mundial de Colleges e Politécnicos (WFCP), na sigla em inglês, de 8 a 10 de outubro de 2018, em Melbourne, na Austrália, com as despesas de passagens e diárias pagas pela organização da Reditec 2018.



Exposição de Trabalhos - Tenda Tecnológica, 42ª REDITEC

XXI ENMC – Encontro Nacional de Modelagem Computacional e IX Encontro de Ciência e Tecnologia de Materiais



Folder do XX ENMC e VII ECTM

A oportunidade de sediar este evento é de grande relevância para as áreas acadêmicas e científicas as quais estão relacionados, estando o ENMC na 21ª edição e o ECTM na 9ª edição, e, pela primeira vez sendo organizado por um Instituto Federal. Foram 322 inscritos e 351 trabalhos submetidos. O Encontro Nacional de Modelagem Computacional é um evento criado em 1998, pelo Instituto Politécnico da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, para proporcionar a interação dos pesquisadores e programas da área.

X MOSTRA DE EXTENSÃO – de 16 a 20 de Outubro de 2018, no Centro de Convenções da UENF.

Este evento teve como tema “A Ciência para redução das desigualdades”, tema principal da 15ª Semana Nacional de Ciência

e Tecnologia. Durante a Mostra de Extensão foram realizadas atividades acadêmicas, apresentação de trabalhos de extensão, palestras, mesas redondas, minicursos, oficinas, atividades de arte e cultura, exposições, cines e feira de ciências. Foram 1247 inscritos e 287 trabalhos (sendo 138 do IFFluminense).



Folder da Mostra de Extensão

Eventos paralelos da X Mostra de Extensão

- Encontro com os agricultores familiares para lançamento da Chamada do PNAE do CCC
- Ciência no Bar – 2 dias de programação
- Encontro do PROFNIT
- Encontro de Empresas Juniores
- Feira de Ciências no Jardim São Benedito

Essentia Editora

A Essentia Editora é uma coordenação subordinada à Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação. No ano de 2018, foi responsável pela Publicação das Revistas Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego e Vértices. Outra ação foram as publicações de anais dos seguintes eventos: V Seminário de Ecotoxicologia (2017); IX CONFLICT (2017); CONPG (2017); IV CONEPE (2017); XXI Encontro Nacional de Modelagem Computacional e IX Encontro de Ciência e Tecnologia de Materiais (2018). A Essentia Editora se fez presente em diversos eventos, como o 1º Simpósio Internacional de Produção Digital: a produção de periódicos e livros, a 42ª Reditec, além do X Conflict e X Mostra de Extensão, divulgando a instituição e os livros publicados pela Editora.

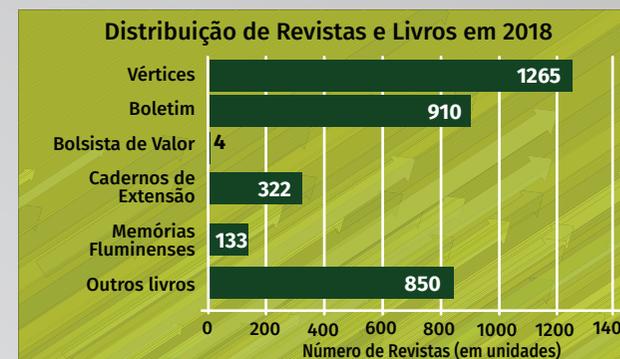


Figura 4.13 – Distribuição de Revistas e Livros em 2018 (em unidades)

Convênios e Parcerias

Além dos 23 convênios vigentes em 2018, foram celebrados novos convênios de estágio com a Synergix Consultoria e Projetos Ambientais e a Instituição Obra do Salvador, Acordo de Cooperação Técnica com a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana e Memorando de Entendimento (MOU) com o Instituto Superior Politécnico José Antônio Echeveria.

Foram mapeados os processos de celebração de convênio de estágio e acordo de cooperação técnica. Atualmente, todos os convênios do IFFluminense e estão disponíveis no Portal Institucional através do link Acesso à Informação.

Inovação e Empreendedorismo

Com o intuito de **fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso**, o IFFluminense, através da Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação, procurou ampliar, nos *campi*, ações que promovam oportunidades para alunos e egressos através do estímulo à criação de empresas juniores e incubação de empresas na TecCampos. Para fortalecer a atuação dos alunos nas Empresas Juniores e com a Incubadora de Empresas TecCampos, foram realizadas as seguintes ações:

- III Encontro de Empresas Juniores, evento integrante da X Mostra de Extensão, com 99 alunos inscritos de 5 *campi* (Campos Centro, Campos Guarus, Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna e Macaé) e membros de outras Empresas Juniores da região;



Folder do III Encontro de Empresas Juniores

- Incubação de 5 empresas de base tecnológica na TecCampos (1 com projeto EMBRAPII ativo, e outra com proposta enviada);
- 2 cursos de Plano de Negócios de 40h para comunidade (20 pessoas cada);
- 6 Empresas Juniores em funcionamento em 5 *campi* com cursos superiores;
- 1 ação de mini-empresa (Convênio com Junior Achievement - campus Maricá);
- Certificação CERNE 1 da TecCampos (ANPROTEC/Instituto Becker);
- Captação de Recursos para “Fortalecimento e ampliação da atuação da TecCampos como dinamizadora do empreendedorismo e da inovação em prol do desenvolvimento socioeconômico regional” (Edital FAPERJ 08/2018) – R\$ 218.463,34;
- Curso de extensão de Empreendedorismo para alunos de Graduação, repassando a metodologia pelo convênio SEBRAE (Itaperuna, Macaé, Bom Jesus do Itabapoana e Maricá);
- 5 Bolsas Empreendedorismo para o programa de pré-incubação (21 inscrições);

- 4 Bolsas Empreendedorismo para apoio à Empresa Júnior.

A Inovação foi desenvolvida a partir das seguintes ações:

- Captação de Recursos para Disseminação da Cultura da Inovação e Transferência de Tecnologia (Edital FAPERJ 09/2018) – R\$ 177.273,70;
- Implantação do CAPI – Comitê Avaliador de Propriedade Intelectual;
- Depósito de 5 patentes no INPI.

Para o **desenvolvimento da Pesquisa, Inovação e Extensão em articulação com outros atores** buscamos a iniciativa de fortalecimento de ações na busca de parcerias com instituições e empresas, realizada através da ampliação de parcerias com as empresas da região de abrangência com a prospecção de projetos do Polo de Inovação Campos dos Goytacazes e o reconhecimento deste junto à EMBRAPII (Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) com ampliação de área de atuação (Tecnologias para produção mais limpa P+L) e autorização para atuação na vertical de IoT (Internet das Coisas) e na vertical de Saúde. Além disso, tivemos 3 projetos EMBRAPII concluídos, 3 novos projetos assinados, 2 projetos aprovados no edital EMBRAPII/Capes, aprovação de projetos no Edital Cátedras do Brasil nas áreas de “*Blockchains*” e “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, aprovação de projetos no Edital “Viva Ciência” da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes/PMCG e no Edital de auxílio à Pesquisa para a Região Hidrográfica IX, do Comitê Bacia Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

As principais ações do Polo de Inovação Campos dos Goytacazes - PICG em 2018 foram:

- Ampliação da estrutura laboratorial – Ampliação do Bloco A;
- Criação da Sala de Ensaios;
- Ampliação do LabFoz;
- Espaço compartilhado dos Laboratórios de: Eletrônica, Instrumentação e Automação, Computação Científica,

Robótica e Telecomunicações;

- Criação do Laboratório de Prototipagem – CRIALAB;
- Ampliação da Área de Convivência;
- Reforma e ampliação do novo viveiro;
- Implantação de estufa de piscicultura;
- Telhado para treinamento fotovoltaico;

Internacionalização

No âmbito da Internacionalização, ações estratégicas foram desenvolvidas, junto as instituições do exterior, que buscaram **fortalecer a Internacionalização do IFFluminense**, a saber:

- Intercâmbio com o CICan *Scholarships for Brazilian IF Students* é um programa internacional desenvolvido pelo *Colleges and Institutes Canada* (CICan) em colaboração como Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), com o objetivo de selecionar cinco (5) estudantes brasileiros da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico para estudarem por 16 meses no Canadá, em instituições conveniadas (faculdades ou institutos). O programa é integralmente financiado pelo CICan e proporciona aos estudantes brasileiros de cursos de graduação em tecnologia (Tecnólogos) a oportunidade de melhorarem sua proficiência em língua estrangeira (inglês ou francês), além da oferta de complementação de sua formação acadêmica, através da mobilidade internacional em instituições canadenses;
- Embaixada Francesa no Brasil: Contemplação no Edital do Programa de Leitores Franceses (FLE) - campus Cabo Frio; Programa desenvolvido pela Embaixada da França em parceria com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica-Conif. Criado em 2011, o programa incentiva o ensino de idiomas, o intercâmbio cultural e a troca de conhecimentos e experiências para a consolidação de uma rede franco-

brasileira de educação profissional, além de promover a internacionalização das instituições da Rede Federal;

▪ Governo de Moçambique: 5 professores em programa de formação para ensino técnico (*campus* Bom Jesus do Itabapoana e *campus* Avançado Cambuci). O Programa de Formação de Formadores Moçambicanos foi instituído por meio de um protocolo de intenções assinado pelo Conif, Setec e ABC. O objetivo do Programa é viabilizar o intercâmbio entre Brasil e Moçambique no **âmbito da educação profissional**;

▪ MEC/MREx: Assinatura ao termo de adesão ao Programa PEC-G, para recepção de estudantes estrangeiros a partir de 2020;

▪ Duoc UC – Chile: Participação no PLA - Assinatura com Duoc UC (Chile) na REDITEC;

▪ Memorando de Entendimento (MOU) com o Instituto Superior Politécnico José Antônio Echeveria. Este Memorando de Entendimento trata da regulação das relações de cooperação acadêmica entre as partes que incluem promoção de intercâmbio institucional de servidores e discentes e desenvolvimento de atividades relacionadas às áreas de atuação do IFFluminense e da CUJAE, como cursos, eventos e troca de informações sobre pesquisas institucionais.

As ações visaram consolidar as atuais e ampliar as ações de políticas sociais do IFFluminense, fortalecer a interação com empresas e aprofundar a integração da instituição e sua comunidade com o mundo do trabalho.

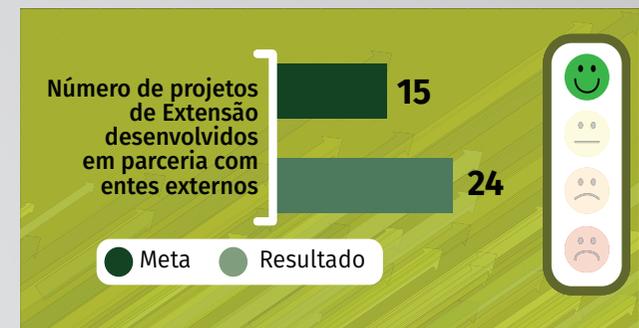
Indicadores de Desempenho: Metas x Resultados Alcançados

A seguir, apresentam-se os indicadores de desempenho relacionados à Pesquisa, Extensão e Inovação, bem como as suas respectivas metas e resultados alcançados no ano de 2018.

Objetivo: Desenvolver pesquisa, inovação e extensão em articulação com outros atores



Muitos convênios foram encerrados em 2018 e novas propostas estão em avaliação ou aguardando parecer da procuradoria do IFFluminense.

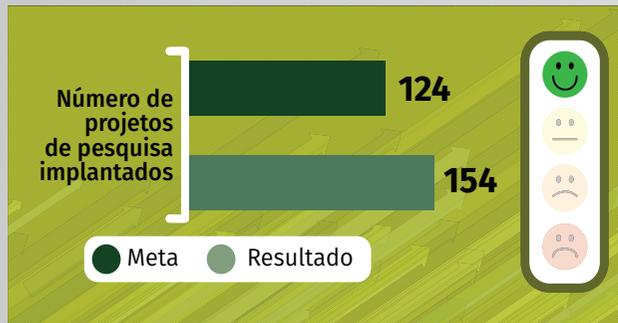
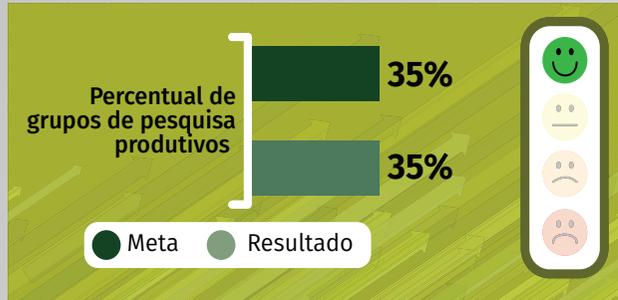


Objetivo: Fortalecer a Internacionalização do IFFluminense



Necessidade de fortalecimento da internacionalização no IFF a partir do estabelecimento de uma política e com aporte de recursos.

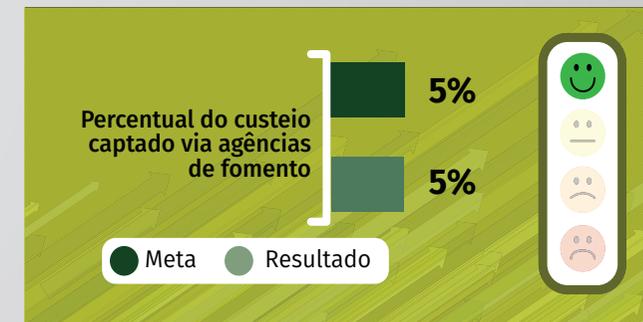
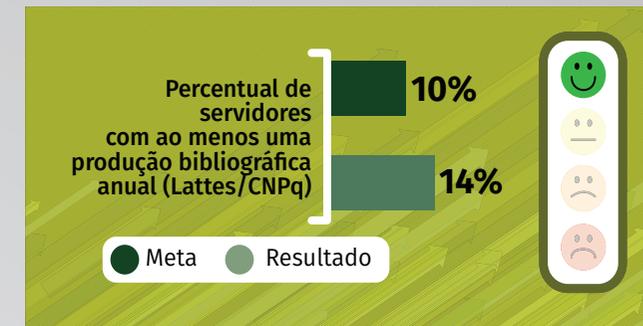
Objetivo: Incentivar as práticas de ensino, pesquisa, extensão e cultura



Objetivo: Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa, extensão e cultura



A modalidade "projetos integrados pesquisa e extensão" ainda é uma novidade para muitos servidores do IFFluminense. Necessidade de maior divulgação nas unidades do IFFluminense.



Principais Desafios e Ações Futuras

As restrições orçamentárias internas e externas se constituem atualmente em uma forte ameaça à consolidação da pesquisa, extensão e inovação no IFFluminense. Internamente, a manutenção do orçamento num mesmo valor desde 2016 e a dificuldade dos *campi* em contribuir com recursos para os editais, tem impossibilitado o avanço de propostas de fortalecimento tais como: pagamento de apoio a pesquisadores e extensionistas; ampliação ao apoio a produção acadêmica; fortalecimento dos grupos de pesquisa; e ampliação de oferta de bolsas de pesquisa e extensão para estudantes.

Externamente, os cortes orçamentários nos órgãos de fomento do estado (FAPERJ) e federal (CNPq, CAPES, FINEP) têm dificultado também avanços no que diz respeito à captação de recursos extraorçamentários para o fortalecimento institucional. Às dificuldades orçamentárias somam-se a falta de entendimento que o fortalecimento da pesquisa, extensão e inovação na instituição repercuta de forma positiva não só nos indicadores institucionais como também na formação dos estudantes.

Diante do cenário atual e de um futuro próximo de falta de recursos, cada vez mais a instituição deve buscar fontes externas para cumprir seu planejamento. Em se tratando da Pesquisa, Extensão e Inovação, os recursos extraorçamentários devem ser captados junto a órgãos de fomento tais como Capes, CNPq, Finep, Faperj, Sebrae entre outros, mas também em outras organizações como secretarias de estado, prefeituras, comitês de bacia. Uma estratégia importante é a divulgação interna sistemática entre os servidores quando do lançamento de editais e em demandas que surjam, via Fundação Pro-IFF, do setor produtivo.



Resultados Estratégicos Relacionados à Assistência Estudantil, Cultura e Esporte

Políticas de Assistência Estudantil

Em relação às *políticas de atendimento ao discente*, o esforço institucional de gestão deu-se prioritariamente, no ano de 2018, na execução da verba de assistência estudantil no atendimento a 11.278 estudantes e na organização dos processos e fluxos, em suas regulamentações, com vistas à ampliação da transparência, controle e supervisão por parte da Reitoria do IFFluminense e na perspectiva de garantir fundamentalmente que as ações vinculadas à assistência estudantil garantam a permanência e êxito dos estudantes.

Na perspectiva de promoção, formulação, coordenação e consolidação de políticas e ações **fortalecedoras da permanência e êxito** dos estudantes do IFFluminense, a Diretoria de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas (Dipec), por meio da Coordenação de Políticas Estudantis, em colaboração com a gestão dos *campi*, realizou, em 2018, um conjunto de ações apresentadas nos infográficos abaixo, com vistas a atender ao objetivo estratégico de **promover a política estudantil do IFFluminense**. Implantou e aperfeiçoou programas para assistência adequada ao estudante (PAE), priorizando inclusão, permanência e cidadania dos estudantes e aperfeiçoando as ações existentes, desenvolvendo ações que garantam a inclusão social das pessoas com deficiências e em vulnerabilidade social. Dentre essas, destacamos algumas ações no infográfico a seguir:



Figura 4.14 – Principais ações desdobradas da Política de atendimento ao discente

Políticas Culturais, Esportivas e de Diversidade

Em relação às *políticas culturais e diversidade e políticas esportivas*, o empenho institucional de gestão deu-se prioritariamente, no ano de 2018, no fortalecimento e na consolidação de núcleos de estudos (NEABI, NUGEDIS e Centros de Memória), na execução de 29 projetos culturais implantados, na execução dos jogos estudantis, na perspectiva de garantir fundamentalmente que as ações vinculadas à cultura e ao esporte contribuam para a permanência e êxito dos estudantes.

Com vistas a atender os objetivos estratégicos **Consolidar e ampliar as políticas culturais, inclusivas e afirmativas** e **Incentivar as práticas de ensino, pesquisa, extensão e cultura**, destaca-se algumas ações realizadas:



Figura 4.15 – Principais ações desdobradas das políticas culturais e diversidade e políticas esportivas

Principais Programas, Projetos e Iniciativas

- Plano de Cultura do IFFluminense;



Aprovação do Plano de Cultura do Instituto Federal Fluminense que orienta, como carta náutica, as diretrizes e estratégias das políticas culturais da instituição.

- Elaboração do Projeto do Espaço Cultural e Educacional Solar da Baronesa em parceria com Instituições e órgãos Municipais de Campos dos Goytacazes;



Visita técnica ao Solar da Baronesa com o Presidente da Academia Brasileira de Letras, Marco Lucchesi; o reitor do Instituto Federal Fluminense, Jefferson Manhães; o prefeito do município de Campos dos Goytacazes, Rafael Diniz; o autor do projeto de res-

tauração, Humberto Chagas; a presidente da FCJOL, Cristina Lima; o vice-presidente da Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos (Codemca), Marcel Cardoso; o secretário de Educação Cultura e Esporte, Brand Arenari; e o presidente Associação de Imprensa Campista (AIC), Vitor Menezes. Foto: Jean Barreto.

- Criação e realização da atividade paralela Ciranda Cultural da X Mostra de Extensão do IFFluminense, UFF e UENF;



Ciranda Cultural da X Mostra de Extensão teve por objetivo promover o diálogo entre os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), Núcleos de Estudos sobre Gêneros e Diversidade (NUGEDIS) e Centro de Memórias com órgãos e entidades municipais, ampliando as discussões das ações extensionistas e pesquisas realizadas pelos núcleos.

- Mostra de Cinema Indígena;



Mostra de cinema realizada pelo Projeto de Extensão Cineclubes Debates em mais de seis *campi* diferentes promovendo integração e extensão em meio às reflexões sobre temáticas indígenas e a linguagem audiovisual.

- Festival de Poesia do IFFluminense – Verão 2018;



O Festival de Poesia IFFluminense – Verão 2018 reuniu um público de cerca de 60 pessoas, entre poetas, servidores e veranistas na Biblioteca Municipal Nilo Peçanha, na orla da praia do Farol de São Thomé, em Campos dos Goytacazes. Promovido pelos projetos Teia Cultural e Festival de Poesia do Instituto Federal Fluminense, em parceria com a Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL), da Prefeitura Municipal de Campos.

- JINIFF (jogos intercampi do IFFluminense)



Fortalecendo as ações de permanência pelo esporte, aconteceu nos meses de abril a maio com a presença de 686 alunos dos diversos *Campi* o JINIFF (Jogos Inter *Campi* do Instituto Federal Fluminense).

- JIF (Jogos das Instituições Federais) etapa regional



De 26 a 01 de setembro, na cidade de Belo Horizonte, foi realizado o JIF (Jogos das Instituições Federais) Sudeste Etapa Regional, cerca de 1600 alunos e servidores de 09 Institutos e 01 CEFET disputarão vagas para a Etapa Nacional que em Fortaleza/ CE.

- JIF (Jogos das Instituições Federais) etapa nacional.

De 15 a 21 de outubro, na cidade de Fortaleza, JIF (Jogos das Instituições Federais) etapa Nacional, cerca de 1500 alunos e servidores de Institutos e CEFETS de todo o país se enfrentaram para a disputa de 11 modalidades esportivas.

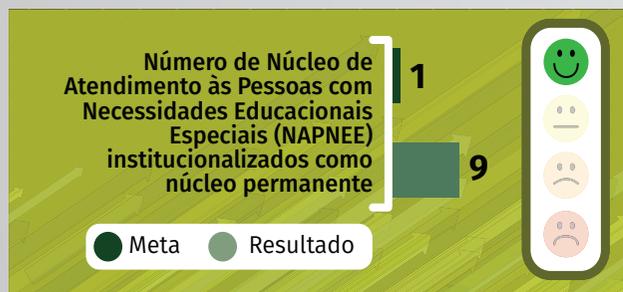




Indicadores de Desempenho: Metas x Resultados Alcançados

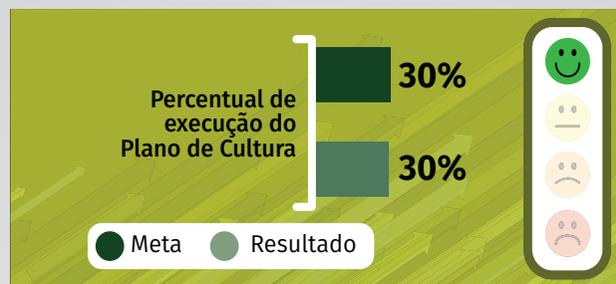
Em 2018, o IFFluminense desenvolveu ações de atendimento ao estudante focadas na manutenção dos auxílios e à promoção da inclusão e diversidade, à exemplo da instituição dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas e de Estudos sobre Gênero, Diversidade e Sexualidade e Afro-brasileiros e Indígenas, via edital, com vistas a consolidá-los a partir de 2019. Diversos eventos foram organizados, com intuito de se fortalecer as atividades culturais e esportivas. A seguir, apresentam-se os indicadores de desempenho relacionados à Assistência Estudantil, Cultura e Esporte, bem como as suas respectivas metas e resultados alcançados no ano de 2018.

Objetivo: Consolidar e ampliar as políticas culturais, inclusivas e afirmativas

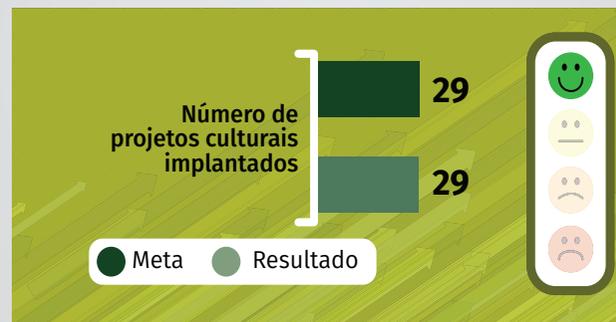


Em 2018, nove *campi* instituíram os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas por portaria. A DIPECE realizou uma expressiva compra para equipar as salas dos NAPNEE nos *campi* com tecnologias assistivas (impressoras braille e 3D, linha braille, lupas, scanners comum e de voz, calculadoras com voz, máquinas fotográficas, notebooks, mobiliário, cadeiras de rodas e livros). Em outubro de 2018 aprovamos o Programa de Acessibilidade Educacional - PROAE com objetivo de contribuir para a democratização do acesso, da permanência e da conclusão do curso dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação do IFFlumi-

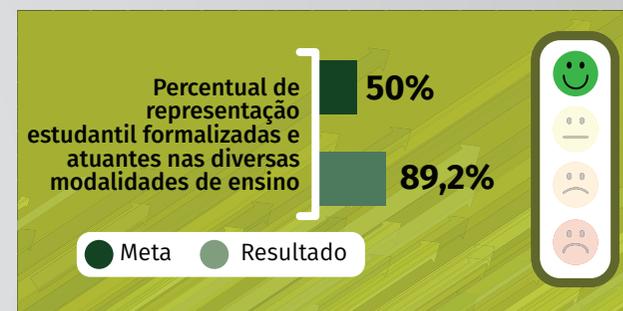
nense. Esse também Programa regulamentou a Flexibilização Curricular e a terminalidade específica para os estudantes PNE no IFF.



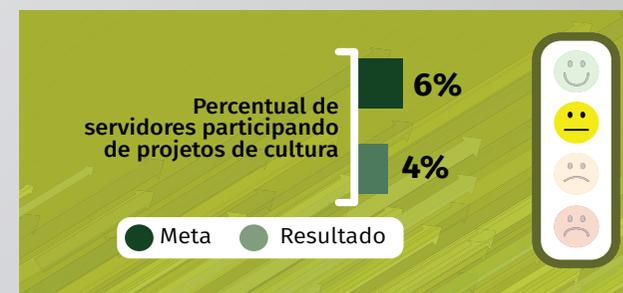
Objetivo: Incentivar as práticas de ensino, pesquisa, extensão e cultura



Objetivo: Promover a Política Estudantil do IFFluminense



Objetivo: Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa, extensão e cultura



A ampliação dos números dos projetos aprovados pelos editais de cultura e diversidade contribuirá para o aumento do número de servidores envolvidos com projetos de cultura, enquanto co-

ordenadores e colaboradores, bem como a qualificação e capacitação de servidores para atuarem na área cultural. A redução significativa de número de bolsas para estudantes não é um fator que motiva a participação dos servidores, considerando que sua atuação é de especial importância para a formação onmilateral do estudante.

Principais Desafios e Ações Futuras

As ações de Assistência Estudantil servem para promover a permanência e o êxito dos estudantes que se encontram em situações sócio econômicas vulneráveis, os quais dependem dos auxílios e bolsas para permanecerem na Instituição e realizarem o curso com êxito. O principal desafio é a restrição orçamentária e a não ampliação dos recursos da LOA para a verba da assistência estudantil, num cenário de ampliação do número de alunos que se encaixam no perfil de oriundo de escola pública e/ou com renda familiar per capita até 1,5 salário mínimo, público alvo da assistência, impossibilitando a ampliação dos auxílios e bolsas. Cenário também adverso e desafiador para ampliação de oferta de bolsas de cultura e diversidade para estudantes.

A expectativa para o ano de 2019 é de continuação de implementação das políticas de atendimento aos discentes, avaliação de tais políticas e melhorias na organização dos processos.



Análise Vertical dos Objetivos Estratégicos em 2018

Na análise vertical, o foco é demonstrar a consistência no alcance das metas estabelecidas. Essa análise é realizada através da avaliação equilibrada dos objetivos estratégicos, dispostos no mapa estratégico com as perspectivas encadeadas. Nesse sentido, analisa-se o alcance das metas, da parte inferior do mapa (base) para sua parte superior (topo), conforme a Figura 4.16.

Os objetivos estratégicos são avaliados de acordo com a média das proporções das metas alcançadas. Um objetivo estratégico terá média 100% quando todos os indicadores que o compõe atingir plenamente sua respectiva meta, sendo classificado como “alcançado”. É classificado como “quase alcançado” quando a média de desempenho de seus indicadores variarem de 66,67% a 99,99%, como “insuficiente” quando variar de 33,33% a 66,66% e “requer atenção” quando abaixo de 33,33%.

Como o PDI foi publicado no ano de 2018, a expectativa era que a base do Mapa Estratégico (perspectivas de “Pessoas, Infraestrutura Física e Tecnológica” e “Orçamento”) apresentasse níveis significativamente melhores de alcance de metas que o topo. Entretanto, observa-se um alcance equilibrado em todas as perspectivas, com desempenhos satisfatórios e insatisfatórios presentes em todas elas. Há que se ressaltar, que parte das metas que compõe os objetivos estratégicos ainda não estão definidas, a exemplo de “Aprimorar a eficiência dos gastos”, “Promover integração e sinergia no IFF”, “Promover a Qualidade de Vida no Trabalho”, “Desenvolver relacionamento com egressos”, “Ampliar e aperfeiçoar a comunicação interna e com a sociedade”, “Aprimorar as políticas de acesso” e “Proporcionar formação ampla e qualificada”. Tais objetivos, compostos, exclusivamente ou quase totalmente, de metas não definidas foram automaticamente classificados como “requer atenção”, uma vez que não seria possível aferir uma avaliação de seu desempenho.

Desta forma, no balanço geral da análise vertical, entende-se que, considerando-se que este ciclo encontra-se no seu estágio inicial de maturidade, o resultado geral do desempenho institucional foi considerado satisfatório. Dentre as metas já pactuadas, a instituição alcançou plenamente 53,2% e parcialmente (quase alcançadas) 11,3%, apresentando um índice de sucesso de 64,5%. A expectativa é que as metas ainda não estabelecidas sejam definidas e que as iniciativas estratégicas planejadas para o alcance dos objetivos da base sejam fortalecidas no ano de 2019.

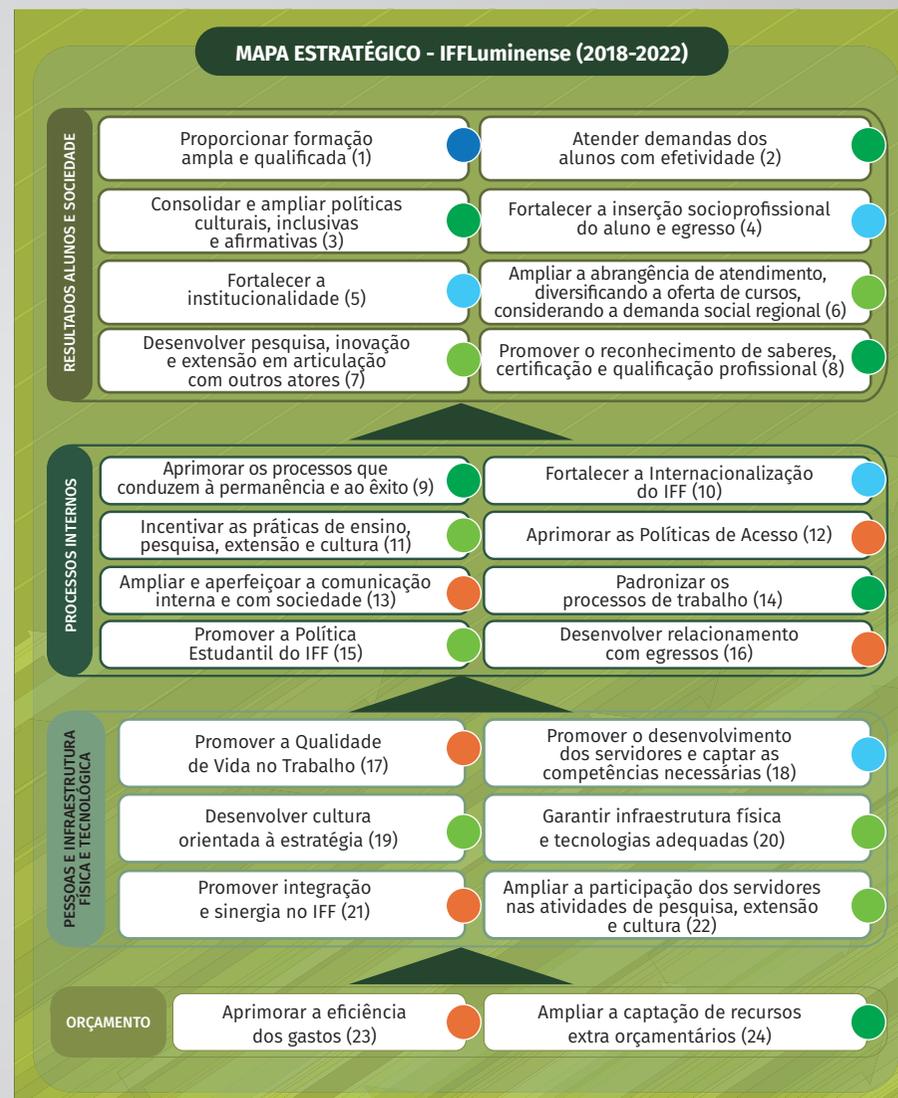
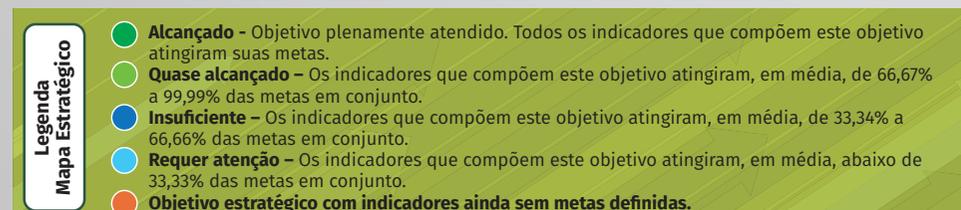


Figura 4.16 – Análise Vertical do desempenho institucional no ano de 2018

Acompanhamento dos Resultados

O monitoramento do planejamento estratégico é realizado por meio dos indicadores associados a cada objetivo estratégico. Cabe salientar que em 2018 ainda não foi possível mensurar uma parte deles, uma vez que um conjunto de indicadores ainda necessita de modelagem e definição do diagnóstico para projeção das metas.

O modelo de acompanhamento do desempenho institucional, representado na Figura 4.16, é cíclico, anual e gera como resultado um diagnóstico de “atingiu a meta”, “superou a meta” e “abaixo da meta”, sendo que para este último caso, uma justificativa para o resultado também deve ser formalizada.

Assim, é possível que cada Unidade Gestora tenha um panorama de acompanhamento das metas não atingidas sob sua responsabilidade com informações úteis para a tomada de decisão.

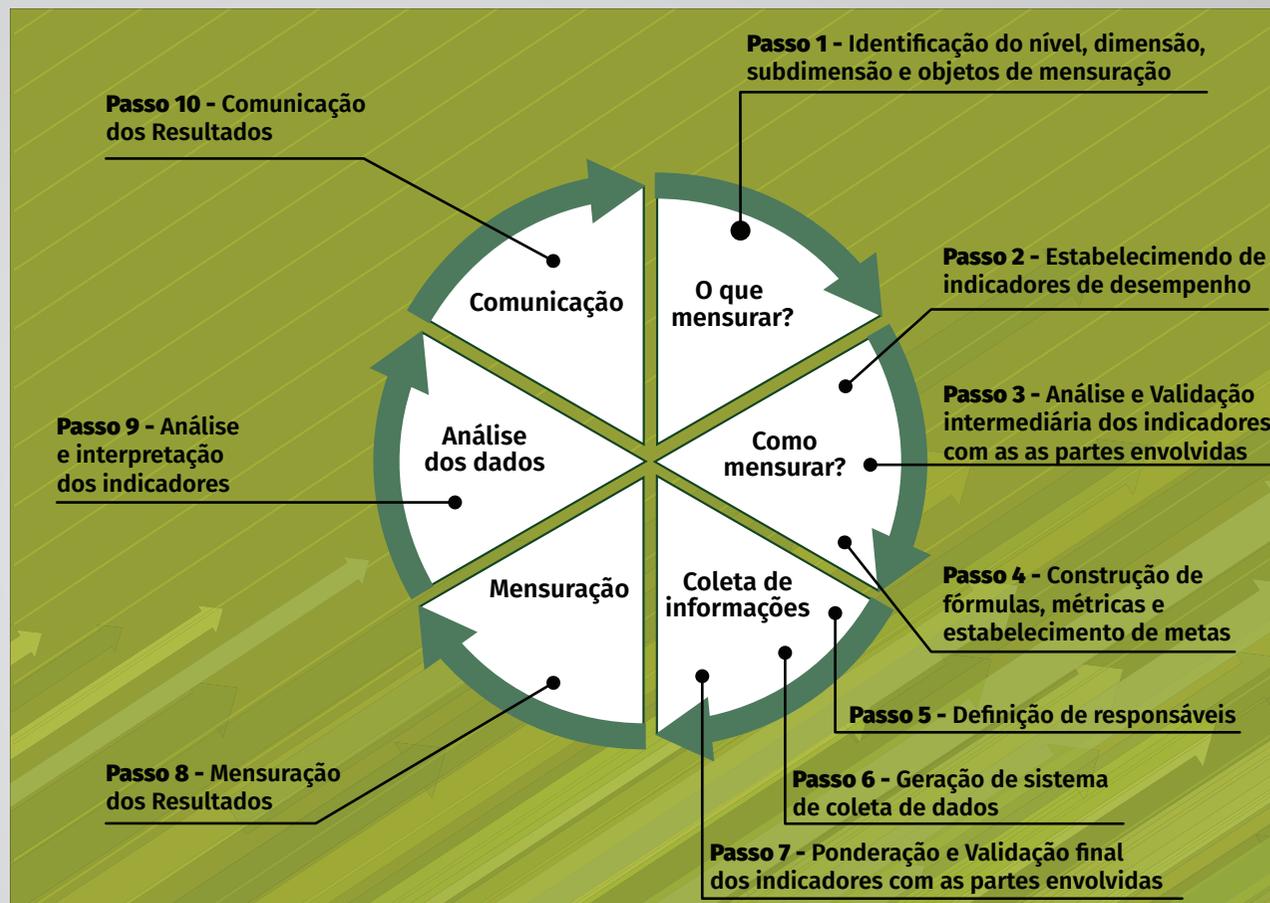


Figura 4.17 - Ciclo de Avaliação do Desempenho Institucional (Fonte: PDI 2018-2022; Adaptado de UCHOA, 2013)¹

1 UCHOA, C. E. Elaboração de indicadores de desempenho institucional. Desenho e elaboração, Coordenação Geral de Programas de Capacitação/DDG. _ Brasília: ENAP/DDG, 2013. 36p.

CAP 05

ALOCAÇÃO DE RECURSOS
E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO



Declaração do Pró-Reitor de Administração

A Pró-reitoria de Administração tem a função de planejar, coordenar e acompanhar as atividades e as políticas de administração e execução de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Federal Fluminense.

O IFFluminense possui uma estrutura *multicampi*, e a Pró-reitoria de Administração atua na articulação e integração, a fim de atender aos objetivos estratégicos estabelecidos no PDI 2018-2022 relacionados a capacidade e sustentabilidade financeira, que visa aprimorar a eficiência dos gastos e ampliar a captação de recursos extra orçamentários.

Considerando a redução do orçamento anual da Rede Federal ocorrida a partir do exercício 2016 e o congelamento do orçamento a partir do exercício 2017 disponibilizado para o funcionamento do IFFluminense, um grande esforço realizado para o exercício 2018 foi a definição de critérios para a distribuição orçamentária interna de recursos de custeio, a fim de garantir o funcionamento pleno de todas as unidades do IFFluminense. A metodologia adotada consistiu no levantamento das despesas fixas comuns, reservando recurso orçamentário para garantia do funcionamento básico das unidades do IF Fluminense e a outra parte do recurso foi distribuída proporcionalmente ao valor de matrículas ponderadas, considerando variáveis utilizadas na distribuição orçamentária da Rede Federal (carga horária de curso, peso de curso de acordo com o número de laboratórios e outros).

Guilherme Batista Gomes



Outra ação importante foi a definição da utilização dos recursos de investimentos no âmbito do IFFluminense, discutido em conjunto com os Dirigentes das unidades, e alinhado ao Plano Diretor estabelecido no PDI 2018-2022.

A conformidade e a confiabilidade de gestão deste capítulo encontram-se fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas gerenciais da Administração Pública, além do sistema gerencial interno do IFFluminense.

Concluindo, DECLARO que os padrões de gestão do IFFluminense atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

Gestão Orçamentária e Financeira

Neste item, será apresentada uma breve caracterização da execução orçamentária e uma síntese em torno da totalidade dos recursos executados da Lei Orçamentária Anual pela instituição.

A Lei Orçamentária Anual de 2018 – LOA/2018 consignou ao IFFluminense dotação orçamentária inicial de R\$ 384,6 milhões, que durante o exercício recebeu suplementações, tendo uma dotação atualizada de R\$ 412,9 milhões, sendo executado um montante final de R\$ 408,2 milhões. O valor executado/empenhado ficou abaixo do valor da dotação atualizada em virtude das despesas com pessoal terem ficado abaixo do valor previsto. Não está sendo considerado nestes valores executados os recursos extra orçamentários recebidos em destaque durante o exercício 2018 pelo IFFluminense.

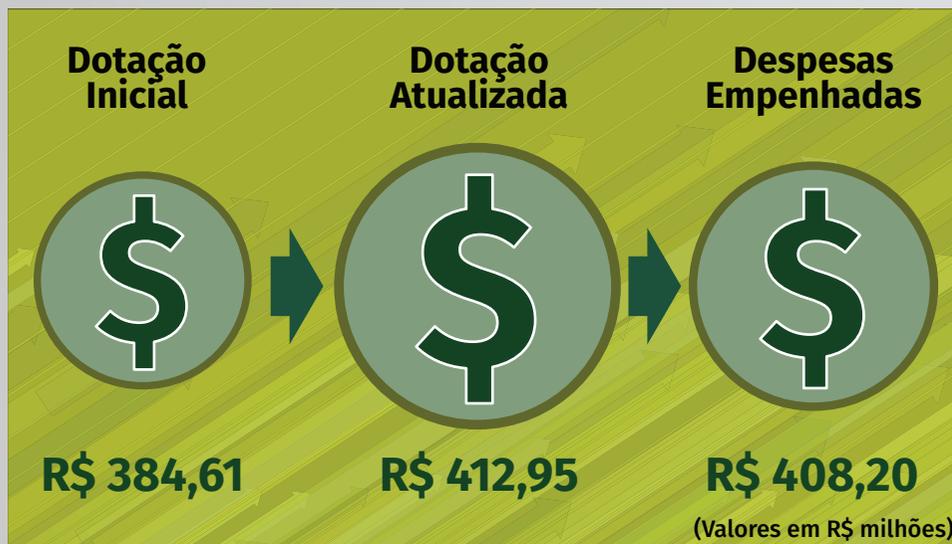


Figura 5.1 - Dotação Inicial, Atualizada e Despesas Empenhadas da LOA 2018

Fonte: Tesouro Gerencial

Execução Orçamentária e Financeira Total da LOA/2018 do IFFluminense

O IFFluminense possui uma gestão orçamentária mista, organizada com ações centralizadas e também descentralizadas, a exemplo da Gestão dos recursos de Pessoal e encargos, que são geridos pelo órgão central, a Reitoria, entre outras ações que, pela forma de contratação ou por necessidade organizacional, também têm seus controles e procedimentos de execução centralizados. Dos R\$ 408,20 milhões das despesas empenhadas, R\$ 393,43 milhões foram liquidadas e R\$ 359,64 milhões foram pagas.

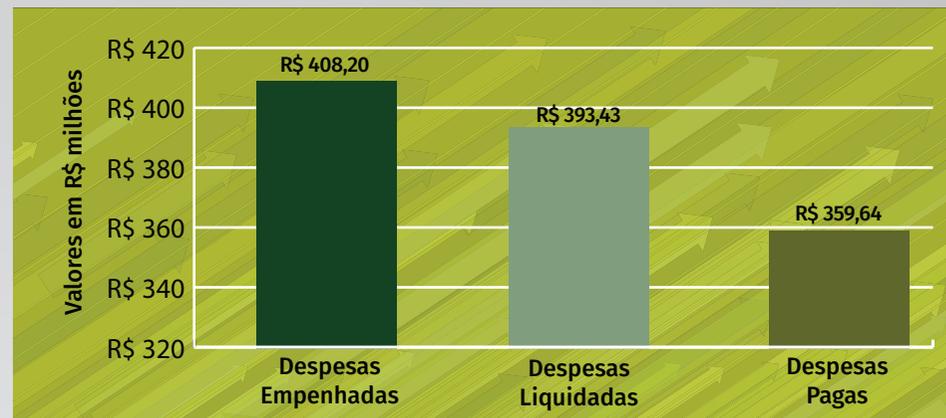


Figura 5.2 – Despesas empenhadas, liquidadas e pagas da LOA 2018

Fonte: Tesouro Gerencial

Valores Pagos da LOA – Despesas do IFFluminense

O valor pago em 2018 totalizou R\$ 359,64 milhões, dos quais a maior parte foi direcionada ao pagamento de despesas com gastos de pessoal, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Nesse montante, inclui-se gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral), benefícios, indenizações e ajudas de custo, além das despesas de pessoal e encargos sociais. Foram pagos em 2018 despesas de custeio, necessárias para o funcionamento das unidades do IFFluminense e também despesas com investimento com obras, instalações, equipamentos e material permanente. Em 2018, o pagamento de obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores (restos a pagar processados e não processados) totalizou R\$ 16,33 milhões, o que elevou a execução financeira total do exercício para o montante de R\$ 375,98 milhões, conforme constante na tabela abaixo.



Figura 5.3 – Despesas pagas

Fonte: Tesouro Gerencial

EXERCÍCIO 2018				
DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS E PROCESSADOS PAGOS
Gastos com Pessoal	R\$ 339.062.028,14	R\$ 339.062.028,14	R\$ 310.427.655,43	R\$ 22.651,65
Custeio	R\$ 61.447.279,19	R\$ 52.768.260,40	R\$ 48.357.461,16	R\$ 8.943.078,53
Investimentos	R\$ 7.694.848,12	R\$ 1.607.001,90	R\$ 858.514,46	R\$ 7.369.117,37
Total	R\$ 408.204.155,45	R\$ 393.437.290,44	R\$ 359.643.631,05	R\$ 16.334.847,55

Tabela 5.1 – Despesas com Pessoal, Custeio e Investimento

Fonte: Tesouro Gerencial

Evolução do Orçamento Total consignado na LOA do IFFluminense

O gráfico abaixo demonstra a evolução do orçamento do IFFluminense estabelecido na Lei Orçamentária Anual (Dotação Atualizada e Despesas Empenhadas, Liquidadas e Pagas) – período 2016-2018. Percebe-se um incremento de 14,32% da dotação orçamentária e conseqüentemente, uma evolução da sua execução, com crescimento de 14,30% nas despesas empenhadas, 14,43% das despesas liquidadas e 5,38% das despesas pagas.



Figura 5.4 – Evolução do orçamento do IFFluminense – Exercícios 2016, 2017 e 2018

Fonte: Tesouro Gerencial

Considerando os valores empenhados da LOA, podemos observar no gráfico abaixo um crescimento das despesas do IFFluminense no exercício 2018 de aproximadamente 14,31% comparado com o exercício 2016. As despesas com pessoal e encargos foram as que mais impactaram neste crescimento, resultante de aposentadorias que acarretou o ingresso de novos servidores, além dos

reajustes salariais e progressões de carreira. As despesas correntes incluem os gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral), benefícios, indenizações e ajudas de custo para servidores e despesas com o funcionamento das unidades do IFFluminense. O orçamento destinado para o funcionamento vem se mantendo no mesmo patamar de valores desde o exercício 2016, o que levou a Administração do IFFluminense no exercício 2018 discutir internamente a distribuição orçamentária, criando critérios que garantiram o pleno funcionamento de suas unidades. Os recursos de investimentos foram utilizados para ampliação das estruturas físicas (obras e instalações) e aquisição de equipamentos e materiais permanentes, alinhados ao Plano Diretor de Infraestrutura da Instituição. Os valores de investimentos vêm se mantendo no mesmo patamar em função de recursos de Emendas Parlamentares, que no exercício 2018 foi no montante total de 5,2 milhões, conforme objetivo estratégico de Captação de recursos extra orçamentários, estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional.



Figura 5.5 - Valores empenhados da LOA

Fonte: Tesouro Gerencial

Valores Orçamentários – Créditos Descentralizados - LOA 2018

Dos recursos da LOA 2018 destinados ao IFFluminense, R\$ 206.848,02 foram executados de forma descentralizada por outros Órgãos, com destaque para os recursos transferidos para custear despesas dos Jogos das Instituições Federais – JIF 2018 - Etapa Sudeste (R\$ 106.227,01), executado pelo CEFET/MG, órgão responsável pela organização do evento. Também deste montante destaca-se o valor empenhado de R\$ 82.391,67 referente a Sentenças Judiciais executado pelo Tribunal Regional Federal 2ª Vara, além de despesas relativas à capacitação de servidores realizada através da ESAF/RJ e pagamento de Instrutores.

UNIDADE EXECUTORA		OBJETO	VALOR EMPENHADO
090048	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REG.-PR. RPV	Sentenças Judiciais	R\$ 82.391,67
153015	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG	JIF – 2018	R\$ 106.227,01
170115	CENTRO REGIONAL DE TREINAMENTO DA ESAF/RJ	Capacitação de Servidores	R\$ 8.872,20
	Outras	Capacitação de Servidores	R\$ 9.357,14
Total			R\$ 206.848,02

Tabela 5.2 – Valores empenhados por Unidade Executora

Fonte: Tesouro Gerencial

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – LOA 2018 do IFFluminense

Os grupos representam a classe de gasto em que foi realizada a despesa do Governo Federal. Conforme o gráfico abaixo, o Grupo de Despesa 1- Pessoal e Encargos Sociais representou 79,23% dos valores empenhados e refere-se a despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, dentre outros, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas às entidades de previdência. O Grupo 3 - Outras Despesas Correntes correspondeu a 18,88% dos valores empenhados do recurso da LOA 2018 e refere-se a despesas orçamentárias com auxílios, benefícios e ajuda de custos de servidores, locação de mão de obra, outros serviços pessoa jurídica, material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa. O Grupo 4 - Investimentos refere-se a despesas orçamentárias com obras e instalações e com a aquisição de equipamentos e material permanente, e representou 1,89% dos valores empenhados do recurso da LOA 2018.

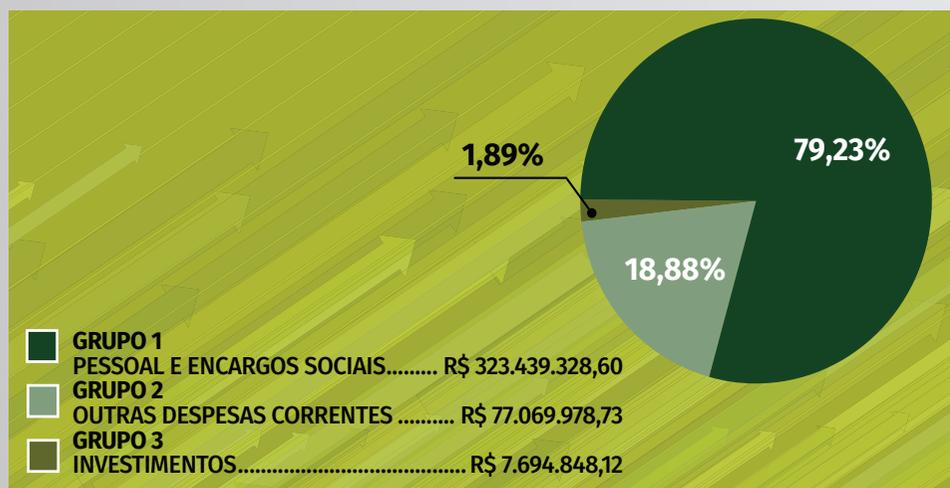


Figura 5.6 – Despesas por Grupo

Fonte: Tesouro Gerencial

As despesas empenhadas do Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais totalizou o montante de 323,44 milhões. O quadro abaixo relaciona os principais elementos de despesas deste Grupo, com destaque para os Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, que representou 64,18% do valor total empenhado para este Grupo.

ELEMENTO DE DESPESA		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
319001	Aposent.RPPS, reser.Remuner. E refor.Militar	R\$ 56.643.443,41	R\$ 56.643.443,41	R\$ 52.895.991,91
319003	Pensões do RPPS e do militar	R\$ 9.155.601,56	R\$ 9.155.601,56	R\$ 8.535.494,85
319004	Contratação p/tempo determinado	R\$ 4.839.586,47	R\$ 4.839.586,47	R\$ 4.543.074,52
319011	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	R\$ 207.597.566,19	R\$ 207.597.566,19	R\$ 185.200.350,27
319091	Sentenças judiciais	R\$ 1.885.245,22	R\$ 1.885.245,22	R\$ 1.726.721,19
319113	Obrigações patronais - op. Intra - orçamentárias	R\$ 41.138.546,84	R\$ 41.138.546,84	R\$ 41.138.546,84
	Outros elementos	R\$ 2.179.338,91	R\$ 2.179.338,91	R\$ 2.081.346,56
Total		R\$ 323.439.328,60	R\$ 323.439.328,60	R\$ 296.121.526,14

Tabela 5.3 – Principais Elementos de Despesa do Grupo Pessoal e Encargos Sociais

Fonte: Tesouro Gerencial

As despesas empenhadas do Grupo 3 – Outras Despesas Correntes totalizou o montante de 77,07 milhões. O quadro abaixo relaciona os principais elementos de despesas deste Grupo, com destaque para despesas com Locação de Mão de Obra, que representou 30,89% das despesas empenhadas para este Grupo.

ELEMENTO DE DESPESA		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
339018	Auxílio financeiro a estudantes	R\$ 10.418.464,87	R\$ 10.416.863,89	R\$ 9.562.808,33
339030	Material de consumo	R\$ 6.429.357,47	R\$ 3.728.606,18	R\$ 3.304.505,22
339037	Locação de mão-de-obra	R\$ 23.807.203,59	R\$ 20.914.781,19	R\$ 18.939.377,35
339039	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R\$ 15.553.479,12	R\$ 13.059.230,07	R\$ 12.137.945,08
339046	Auxílio-alimentação	R\$ 8.771.303,66	R\$ 8.771.303,66	R\$ 8.771.303,66
339093	Indenizações e restituições	R\$ 3.753.102,00	R\$ 3.753.102,00	R\$ 3.432.393,85
	Outros elementos	R\$ 8.337.068,02	R\$ 7.747.072,95	R\$ 6.515.256,96
Total		R\$ 77.069.978,73	R\$ 68.390.959,94	R\$ 62.663.590,45

Tabela 5.4 – Principais Elementos de Despesa do Grupo Outras Despesas Correntes

Fonte: Tesouro Gerencial

As despesas empenhadas do Grupo 4 – Investimentos totalizou o montante de 7,69 milhões. O quadro abaixo relaciona os principais elementos de despesas deste Grupo, com destaque para as despesas empenhadas com obras e instalações e para aquisição de equipamentos e material permanente.

ELEMENTO DE DESPESA		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
449051	Obras e instalações	R\$ 3.082.198,74	R\$ 107.553,33	R\$ 51.026,71
449052	Equipamentos e material permanente	R\$ 4.601.578,40	R\$ 1.495.444,57	R\$ 803.483,75
	Outros elementos	R\$ 11.070,98	R\$ 4.004,00	R\$ 4.004,00
Total		R\$ 7.694.848,12	R\$ 1.607.001,90	R\$ 858.514,46

Tabela 5.5 – Principais Elementos de Despesa do Grupo Investimentos

Fonte: Tesouro Gerencial

Recursos Extras Orçamentários Recebidos em 2018

O Instituto Federal Fluminense recebeu durante exercício 2018 recursos extras orçamentários para financiamento de objetos específicos, totalizando um montante de R\$ 7.089.754,92, distribuídos em valores de custeio e investimentos, conforme ilustrado no quadro abaixo.

ORÇAMENTO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Outras despesas correntes	3.315.973,99	1.846.159,81	1.846.159,81
Investimento	3.773.780,93	1.787.002,33	1.486.101,45
Total	7.089.754,92	3.633.162,14	3.332.261,26

Tabela 5.6 – Execução Orçamentária e Financeira do recurso extra recebido

Fonte: Tesouro Gerencial

Dos recursos disponibilizados, 77,43% foram descentralizados pelo Ministério da Educação, totalizando um montante de R\$ 5,49 milhões. Destes recursos foram adquiridos equipamentos e materiais permanentes para o Bloco “G” do campus Campos Centro (R\$ 1,75 milhões), valores de custeio e investimento para apoio ao Polo de Inovação (R\$ 534,65 mil), financiamento da REDITEC 2018 (R\$ 1,42 milhões), finalização da obra de Construção o Prédio de Laboratórios do campus Campos Guarus (R\$ 1,08 milhões), além das despesas empenhadas para retomada das Obras de Construção da Fábrica de Ração e Destilaria do campus Bom Jesus do Itabapoana (R\$ 679,02 mil).

O IFFluminense recebeu recursos extras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para financiamento de cursos a distância da Rede e-Tec Brasil (R\$ 677,30 mil), e para Programa

Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para aquisição de gêneros alimentícios para merenda e refeição dos alunos do IFFluminense (R\$ 721,84 mil).

Houve descentralização de recursos efetivada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com o objetivo de financiamento da ampliação do nível de escolaridade no Ensino Fundamental (anos iniciais) na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) de estudantes oriundos de Assentamentos da Reforma Agrária e Comunidades Rurais do Norte e Noroeste Fluminense (R\$ 200 mil).

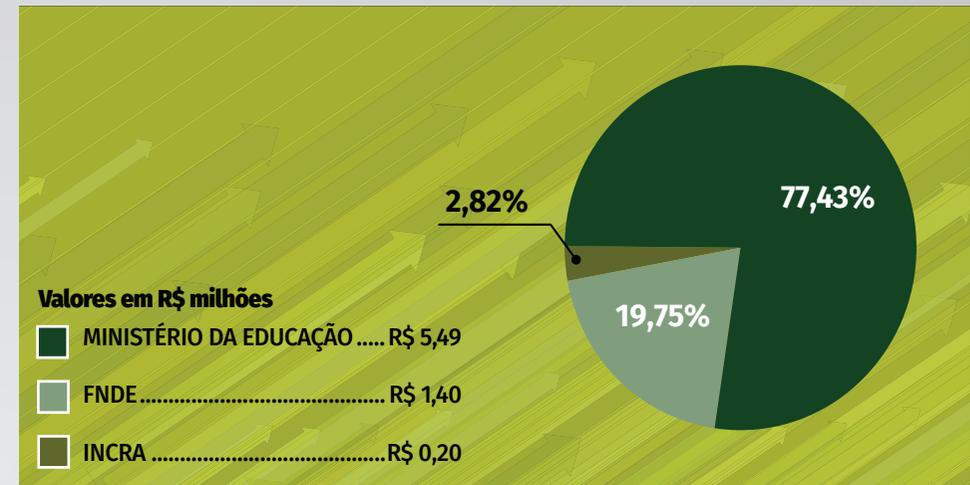


Figura 5.7 – Despesas Empenhadas do Recurso Extra por Órgão/Unidade Gestora

Fonte: Tesouro Gerencial

Total Executado no Exercício 2018 (LOA + Extra Orçamentário)

Considerando os valores executados da LOA 2018 e dos recursos extras orçamentários, o valor total empenhado do IFFluminense no Exercício 2018 foi de R\$ 415.293.910,37 milhões.

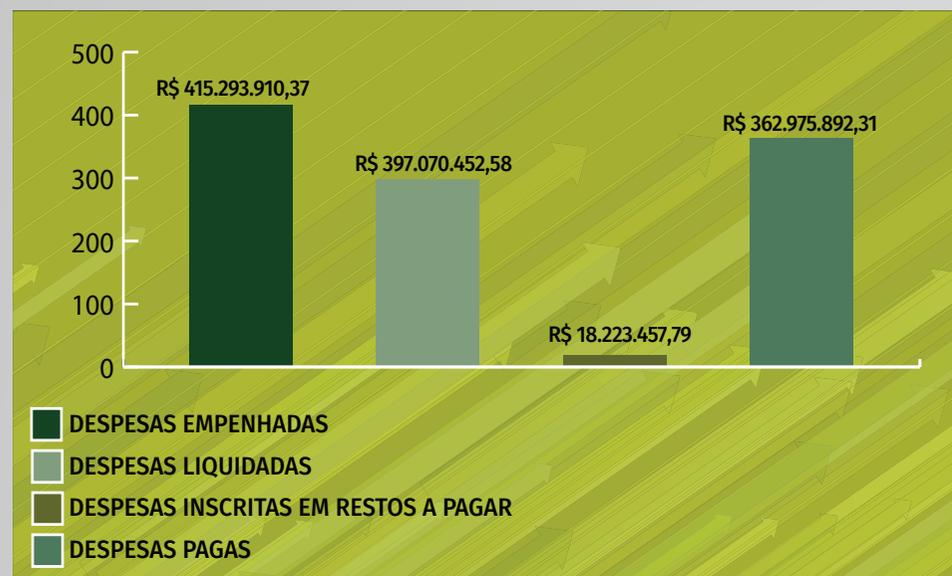


Figura 5.8 – Execução Orçamentária e Financeira Total - Exercício 2018

Fonte: Tesouro Gerencial

O valor total de despesas liquidadas correspondeu a um montante de 397,07 milhões, equivalente a 95,61% do valor total empenhado. Dos valores das despesas liquidadas, R\$ 362,98 milhões foram pagas, equivalente a 91,41% das liquidadas. As despesas inscritas em restos a pagar totalizaram R\$ 18,27 milhões, equivalente a 4,39% das despesas empenhadas.

Principais Desafios e Ações Futuras

- Garantir o pleno funcionamento das unidades do IFFluminense, considerando cenário de crise econômica e o limite de teto de gastos públicos estabelecidos por Lei.
- Aprimorar os critérios de distribuição orçamentária entre as unidades do IFFluminense.
- Aprimorar a eficiência dos gastos.
- Ampliar a captação de recursos extra orçamentários.

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal, o IFFluminense acompanha frequentemente a legislação de pessoal através das publicações das normas no Diário Oficial da União, bem como as demais normas publicadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia, órgão Central do SIPEC e o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo governo federal e órgãos de controle.

Um dos maiores desafios da Diretoria de Gestão de Pessoas é manter os servidores de todos os *campi* do IFFluminense devidamente atualizados com as normas de pessoal, de modo que os atos praticados estejam dentro dos parâmetros legais que a administração pública exige, dentre elas:

- a) Lei nº 8.112, de 11/12/90 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;
- b) Lei nº 8.745, de 09/12/93 - Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências;
- c) Lei nº 11.091, de 12/01/05 - Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências;
- d) Lei nº 12.772, de 28/12/12 - Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, dentre outras.

Apontamentos dos Órgãos de Controle

Aliado ao acompanhamento das publicações oficiais por meio de informações extraídas do SIAPE, são realizadas auditorias preventivas periodicamente, na folha de pagamento do IFFluminense, de forma a corrigir eventuais inconsistências, nas seguintes formas: pelo sistema da CGU de trilhas de auditoria; pelos auditores da CGU-RJ, sendo à distância ou em loco e pelo TCU, através de escritórios e sistema eletrônico e-Pessoal. Pela CGU, no ano de 2018, foi realizada auditoria de pagamento de RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) e RT (Retribuição por Titulação), não tendo sido identificada nenhuma inconsistência nas concessões. A auditoria do TCU feita pelo sistema e-Pessoal tratou de possíveis irregularidades referentes a indícios de acumulação indevida de cargos e excesso de carga horária. Foram encaminhados via sistema e-Pessoal, para análise da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), 78 (setenta e oito) indícios, sendo que 6 (seis) indícios foram procedentes e adotadas as medidas para regularização, 4 (quatro) indícios estão em fase de regularização e 68 (sessenta e oito) indícios estão em análise e monitoramento pelo TCU.

É realizada também pelo TCU, auditoria referente aos atos de admissão, desligamento, aposentadoria e pensão lançado no sistema e Pessoal. Esclarecemos que se trata de um sistema novo, implantado em março de 2018, ocasionando dúvidas no preenchimento de algumas informações, além de algumas inconsistências existentes no sistema, necessitando de constante contato dos usuários deste Instituto com os servidores do TCU, a fim de uma melhor adequação do sistema. Registra-se que, mesmo com algumas dificuldades, todos os atos foram registrados no sistema e-Pessoal, no prazo previsto.

Acompanhamos as diligências e apontamentos dos órgãos de controle (TCU e CGU) e cuidamos para que sejam dados os devidos atendimentos em tempo hábil.

Indicadores de Conformidade

A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada por meio dos indicadores a seguir:

1. Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda ou autorização de acesso;
2. Controle e Acompanhamento dos registros de informação no Sistema e-Pessoal;
3. Atendimento das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle;
4. Acompanhamento dos processos instruídos a título de Reposição ao Erário;
5. Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios.

Em 2018, todos os servidores que ingressaram no IFF entregaram a Declaração de Bens e Rendimentos ou autorizaram seu acesso, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10/11/1993.

Os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no e-Pessoal, conforme instrução Normativa TCU nº 78/2018.

Foram instaurados processos para reposição de valores recebidos indevidamente por servidores, aposentados e beneficiários de pensão civil, nos termos da Orientação Normativa SGP/MP nº 5, de 21/02/2013.

Avaliação da força de trabalho

A força de trabalho do IFFluminense é composta por:

- Servidores do quadro efetivo: Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE - Lei nº 11.191/2005) e Carreira de Magistério Federal do cargo de Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico e Magistério Superior (Lei nº 12.772/2012). Esclarecemos que o IFFluminense possui apenas um servidor do Magistério Superior oriundo da Universidade Federal Fluminense.
- Professor Substituto (regido pela Lei nº 8.745/93)
- Estagiários
- Contratados Temporariamente para atender alunos com deficiência

Apresentamos a seguir, informações extraídas do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) demonstrando o perfil do quadro de pessoal e da força de trabalho do IFFluminense:

SITUAÇÃO DO SERVIDOR	DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2017	DEZEMBRO 2018
Ativo Permanente	1.672	1.632	1.658
Aposentado	374	418	452
Cedido	1	1	1
Exercício Descentralizado de Carreira	1	1	1
Exercício Provisório	1	0	0
Colaborador do PCCTAE e do Professor EBTT	5	3	6
EXERC. §7º ART93 8112	14	16	16
Professor Substituto	46	103	89
Contrato Temporário	0	7	7
Estagiários	54	86	87
Beneficiário de Pensão	121	124	126
Total	2.289	2.391	2.443

Tabela 5.7 – Evolução do Quadro de Pessoal do Instituto Federal Fluminense

Fonte: SIAPE

Considerando o período de 2016 a 2018, observa-se uma redução do quantitativo de servidores ocupantes de cargo efetivo do quadro permanente, em maior número no ano de 2017 e uma recuperação no ano de 2018, com o provimento de novos concursados. Ocorreu um crescimento do número de servidores aposentados, em torno de 21%, considerando que 78 (setenta e oito) servidores se aposentaram no período, sendo influenciado fortemente pela previsão de reforma da previdência pelo governo federal. Esta situação teve como consequência o aumento do número de professores substitutos e contratos temporários (para atendimento aos alunos com deficiência), até que os cargos vagos sejam totalmente preenchidos com novos servidores.

Distribuição da Força de Trabalho por Tempo de Serviço, Faixa Etária e Sexo

TEMPO SERVIÇO	SEXO	FAIXA ETÁRIA									TOTAL
		14 a 18	19 a 21	22 a 25	26 a 30	31 a 35	36 a 40	41 a 50	51 a 60	>60	
<10	Masculino		5	21	93	185	167	149	54	23	697
	Feminino		7	44	88	191	166	128	41	6	671
10 a 15	Masculino				2	14	21	43	12	5	97
	Feminino				1	15	22	20	14	4	76
15 a 20	Masculino						1	2	1	1	5
	Feminino							4	1		5
20 a 25	Masculino							26	33	7	66
	Feminino							10	19	6	35
25 a 28	Masculino							22	43	11	76
	Feminino							14	22	6	42
28 a 30	Masculino							1	10	1	12
	Feminino							2	4		6
30	Masculino								2	2	4
	Feminino								1		1
31	Masculino								9	1	10
	Feminino								1	1	2
32	Masculino									2	2
	Feminino								3		3
33	Masculino								11	3	14
	Feminino								4		4
34	Masculino								1	3	4
	Feminino										0
35	Masculino								1	3	4
	Feminino								1		1
>35	Masculino								7	16	23
	Feminino								2	3	5
Totais-Gerais		0	12	65	184	405	377	421	297	104	1865

Tabela 5.8 – Força de Trabalho do IFFluminense por Tempo de Serviço, Faixa Etária e Sexo

Fonte: SIAPE - Dez/2018 (Incluída toda a força de trabalho ativa)

Servidores por sexo, em relação à força de trabalho total



45,63 %
(851 servidoras)



54,37 %
(1.014 servidores)

TIPO DE DEFICIÊNCIA	QUANTIDADE	CORRESPONDÊNCIA %
Física	8	0,75%
Auditiva	1	
Visual	5	
Total	14	

Tabela 5.9 - Distribuição dos servidores por deficiência

Distribuição dos servidores por situação funcional

O quadro de pessoal efetivo do Instituto Federal Fluminense é composto por servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) com o total de 714 (setecentos e quatorze), do cargo de Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Professor EBT) da carreira do Magistério Federal, num total de 943 (novecentos e quarenta e três) e 1 (um) servidor ocupante do cargo de Magistério Superior. Esclarecemos que o IFFluminense possui um servidor ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, oriundo da Universidade Federal Fluminense, sendo que após a vacância deste cargo, o mesmo será distribuído para o Ministério da Educação. Considerando o mês de dezembro/2018, o quantitativo de servidores do PCCTAE correspondeu a 43,06% da força de trabalho total dos servidores do quadro efetivo e os professores corresponderam a 56,94% da força de trabalho total dos servidores do quadro efetivo, distribuídos conforme as figuras abaixo:

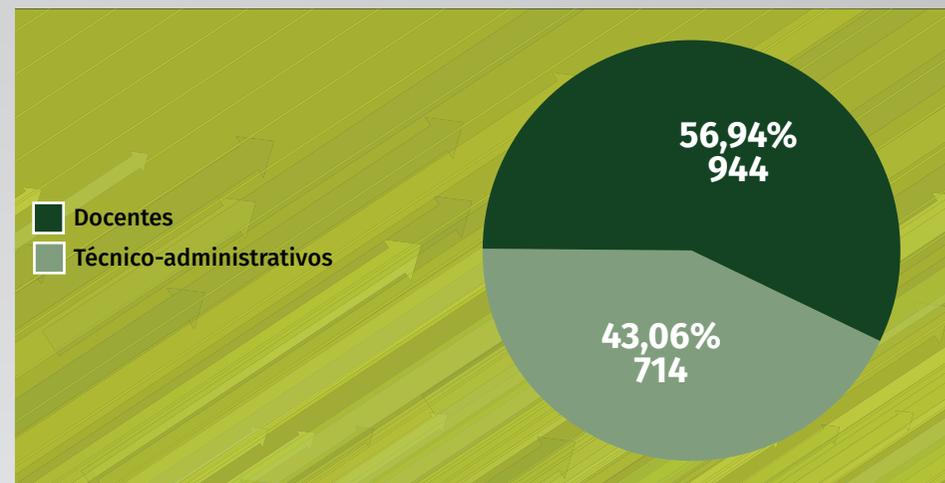


Figura 5.9 – Servidores ativos do IFF por carreira

Fonte: Siape Dez/2018

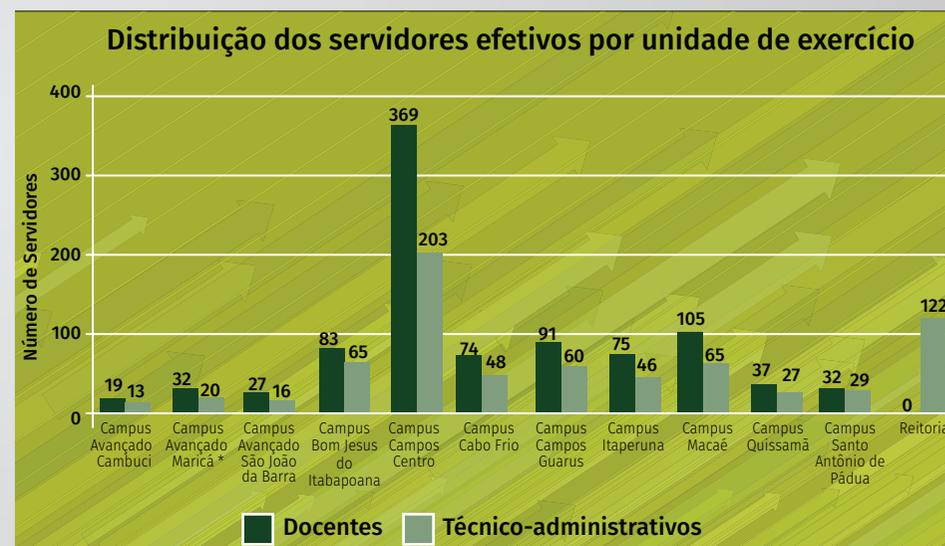


Figura 5.10 – Servidores efetivos do IFF por unidade

Fonte: SIAPE – Dez/2018

OBS: * Foram incluídos no campus Avançado Maricá, os servidores do campus Itaboraí que está em construção

**Não incluído os cargos vagos que estão com substitutos

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

O recrutamento e a seleção de pessoas para o provimento dos cargos efetivos do quadro permanente de servidores do IFFluminense ocorrem por meio de concurso público, mediante normas e condições estabelecidas na Constituição Federal/88, Lei 8.112/90, Decreto 6.944/2009, o Decreto N.º 7.311/2010 e o Decreto N.º 7.312/2010. Os concursos públicos são realizados através de provas objetivas (para todos os cargos) e práticas (apenas para cargos específicos) para os Cargos de Técnico-Administrativo em Educação-PCCTAE e de provas objetivas, de títulos e de desempenho didático para os Cargos de Professor de Ensino, Básico, Técnico e Tecnológico-PEBTT.

Nos Concursos Públicos, o IFFluminense reserva até 20% das vagas para Pessoas com Deficiência em cumprimento ao disposto no § 2.º do Artigo 5.º, da Lei N.º 8.112/1990, bem como na forma do Decreto N.º 3.298/1999 e 20% (vinte por cento) das vagas para candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, nos termos da Lei N.º 12.990, de 09 de junho de 2014, publicada no DOU de 10 de junho de 2014. A verificação da veracidade da autodeclaração dar-se-á em observância ao disposto na Orientação Normativa SEGEP/SEGRT N.º 3, de 1º de agosto de 2016, publicada no DOU de 02 de agosto de 2016.

No ano de 2018, tendo em vista dois concursos públicos em andamento, ingressaram no IFFluminense:

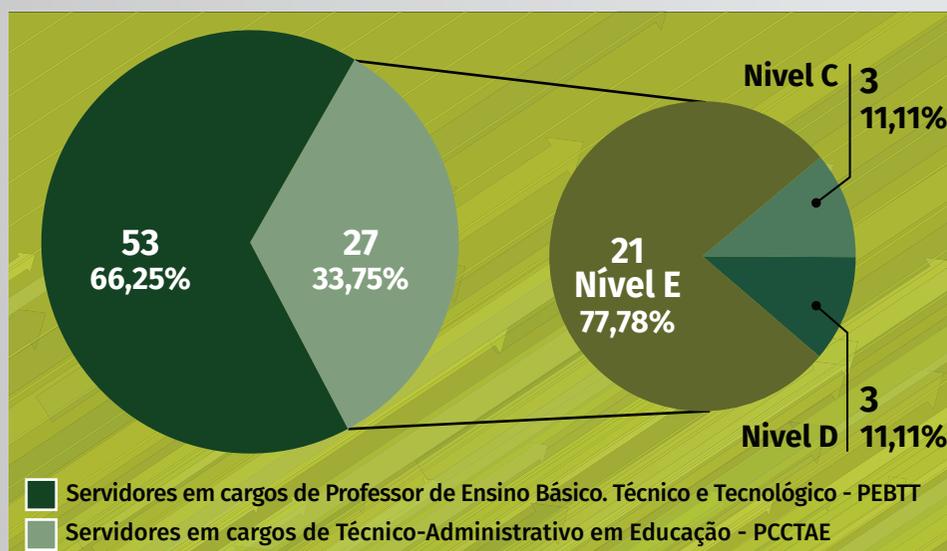


Figura 5.11 – Servidores que ingressaram em 2018, por carreira e níveis

A outra forma de ingresso no IFFluminense é por meio de contratação. Para contratação de professores substitutos e temporários, é realizado processo seletivo simplificado conforme previsto no inciso II do § 1º do Art. 2º da Lei 8.745, de 09/12/1993 e no Art. 14 do Decreto 7.485, de 18/05/201,

mediante provas de títulos e de desempenho didático. Para a contratação temporária de profissionais técnicos especializados em linguagens de sinais foi realizado processo seletivo autorizado pela Portaria interministerial N.º 102, de 20 de abril de 2017, publicada no DOU de 26 de abril de 2017, e da Portaria N.º 862, de 14 de Julho de 2017, publicada no DOU de 17 de julho de 2017, mediante análise de currículos e prova prática.

A alocação de pessoas é norteada pela Portaria N.º 246, de 15 de abril de 2016, aliada às necessidades de organização do trabalho e ao planejamento interno de cada unidade administrativa. O IFFluminense conta com uma política de remoção interna regulamentada pela Portaria IFF N.º 846/2012, alterada pela Portaria N.º 491, de 05/05/2016 e editais específicos de acordo com a disponibilidade de vagas.

Detalhamento da despesa de pessoal



Figura 5.12 – Evolução da despesa de pessoal

Fonte: Tesouro Gerencial

O aumento da despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista, do ano de 2017 para o ano de 2018, teve como reflexo a mudança de tabela salarial para os servidores ocupantes da carreira de Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, bem como o aumento da titulação de muitos servidores do quadro efetivo acarretando concessões de Incentivo à Qualificação para os técnicos-administrativos em educação e Retribuição por Titulação/Reconhecimento de Saberes e Competências para os professores. Com relação aos inativos, o acréscimo foi decorrente do aumento do número de

aposentadorias concedidas no ano de 2018, como consequência das novas regras previstas na reforma da previdência.

Demonstrativo do Custo Direto com Despesas de Pessoal Ativo, Inativo e Pensionista em 2018

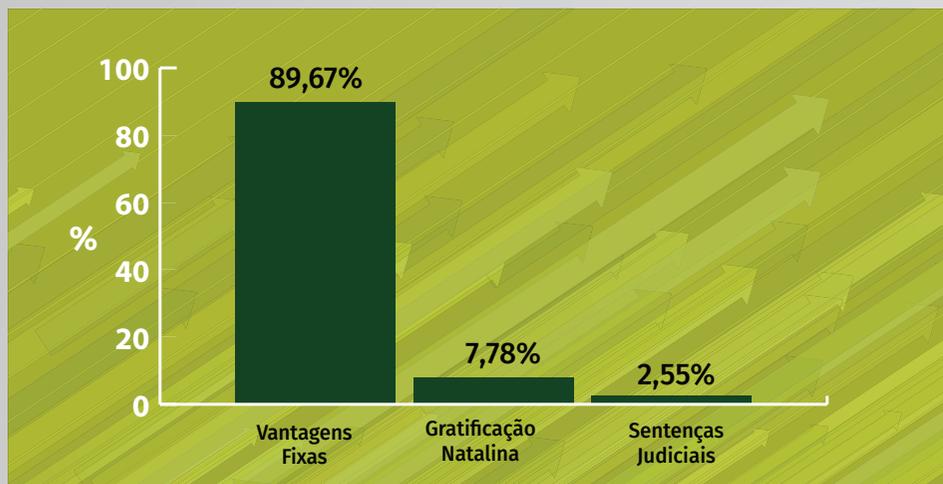


Figura 5.13 – Custo direto com despesas de Pessoal Inativo em 2018

Fonte: Tesouro Gerencial

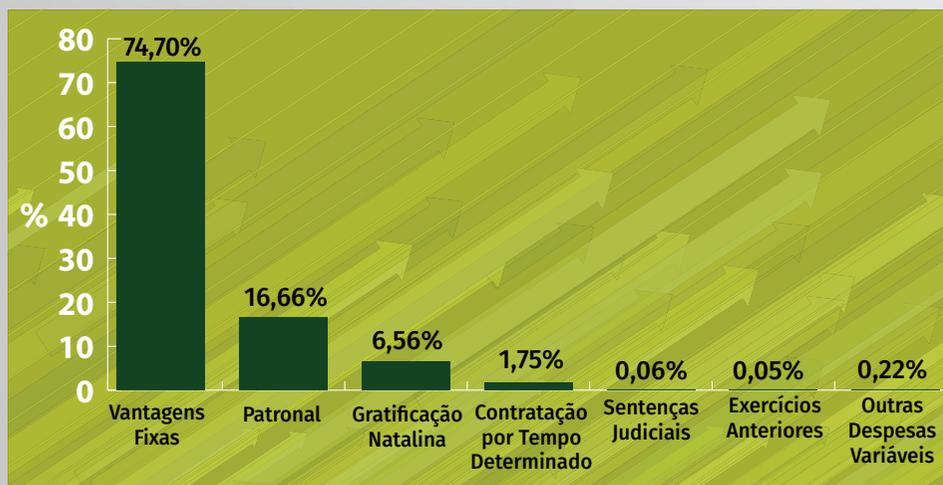


Figura 5.14 – Custo direto com despesas de Pessoal Ativo em 2018

Fonte: Tesouro Gerencial

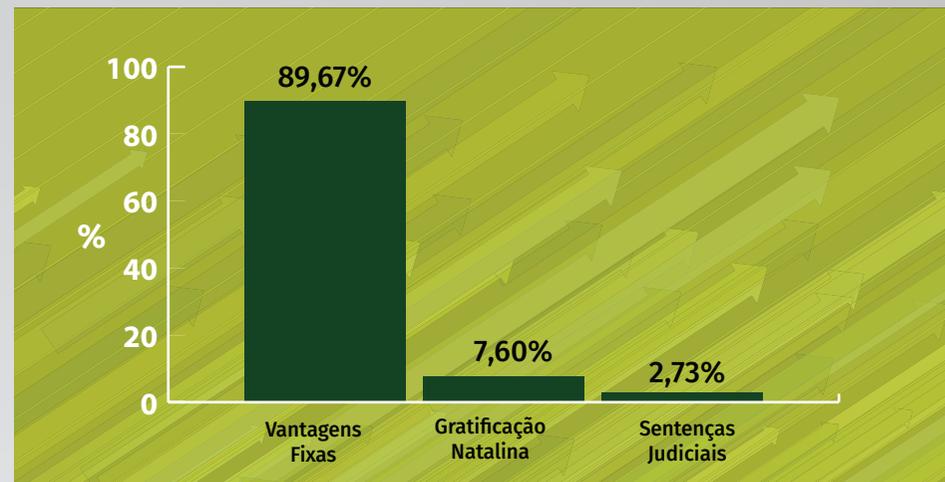


Figura 5.15 – Custo direto com despesas de Pensionistas em 2018

Fonte: Tesouro Gerencial

Avaliação de desempenho e remuneração

A avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos em Educação (PCCTAE) do Instituto Federal do Fluminense é realizada nos termos do inciso VII do artigo 3º do Decreto nº 5.825/06 e ocorre a cada 18 (dezoito) meses de efetivo exercício. No que se refere ao pessoal docente (PEBTT), esta se respalda no inciso II do § 2º do artigo 14 da Lei nº 12.772/12 e ocorre em períodos de 24 (vinte e quatro) meses. Em ambas as situações, a avaliação de desempenho se dá única e exclusivamente para efeito de progressão funcional.

Para o servidor do PCCTAE, há ainda a progressão por capacitação profissional que traz impacto na remuneração do servidor e que ocorre por nível de classificação de I a IV, em virtude de participação em cursos de capacitação com carga horária entre 60 e 180 horas. Além desta, há também o incentivo à qualificação que impacta na remuneração, onde é atribuído ao servidor do PCCTAE que possui uma titulação superior à exigida para o desempenho do cargo. A Lei nº 11.091/05 estabelece percentuais de incentivo à qualificação que variam de 10% a 75% sobre o vencimento básico do cargo e nível de classificação.

Para o servidor do PEBTT, o impacto na remuneração pode ser decorrente da progressão/promoção funcional por desempenho, da aceleração da promoção, da retribuição por titulação (RT) ou pelo reconhecimento dos saberes e competências (RSC). A progressão/promoção funcional se concretiza através da avaliação de desempenho e se confirma com a mudança de posicionamento vertical na tabela de remuneração. A aceleração da promoção ocorre através da mudança de uma classe para outra, quando o professor é possuidor de título de pós-graduação e já cumpriu o estágio probatório. A retribuição por titulação cujo pagamento se baseia na apresentação do título de pós-graduação

do professor, é paga independente da conclusão do estágio probatório e não acarreta mudança de posicionamento na tabela de remuneração, o impacto na remuneração resulta do pagamento correspondente a titulação. Assim, se o professor é especialista recebe a retribuição de especialista, se for mestre recebe a retribuição pelo título de mestre e, se for doutor recebe a retribuição pelo título de doutor.

- No que se refere à tabela de remuneração, a última tabela de vencimentos dos servidores das Instituições Federais de Ensino foi instituída pela Lei nº 13.325, de 29/07/2016 e consta em seus anexos.

Distribuição dos cargos gerenciais, comissionados e funções gratificadas

A quantidade de cargos gerenciais, comissionados e funções gratificadas do IFFluminense são as que constam dos quadros a seguir.

CARGOS DE DIREÇÃO	OCUPADOS
CD-0001	01
CD-0002	15
CD-0003	23
CD-0004	47
TOTAL	86

Tabela 5.10 – Quantidade de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos

Fonte: Siape Dez/2018

Desses 86 (oitenta e seis) Cargos de Direção (CD), somente 1 (um) CD-0004 é ocupado por servidor não efetivo do Instituto Federal Fluminense, que atua na chefia da procuradoria federal deste Instituto.

FUNÇÕES GRATIFICADAS	QUANTIDADE	OCUPADAS	LIVRES	OCUPANTES
FG-0001	60	60		PCCTAE e PEBTT
FG-0002	94	90	4	
FG-0004	49	43	6	
FG-0006	1	1		
FG-0007	3		3	
FG-0008	2		2	
Totais	209	194	15	

Tabela 5.11 – Quantidade de funções gratificadas ocupadas por servidores efetivos

Fonte: Siape Dez/2018

Todas as funções gratificadas são ocupadas, por servidores efetivos do Instituto Federal Fluminense. Diante do exposto, temos que os servidores efetivos ocupam o correspondente a 100% desses cargos. Os cargos vagos existentes em dezembro/2018 são situações temporárias decorrentes de mudança de estrutura e alteração dos responsáveis.

FUNÇÕES COMISSIONADAS	QUANTIDADE	OCUPADAS	LIVRES	OCUPANTES
FUC-0001	101	85	16	PEBTT

Tabela 5.12 - Quantidade de função comissionada de coordenação de cursos ocupados por servidores efetivos

Todas as 101 (cento e uma) Funções Comissionadas/FUC são ocupadas por servidores efetivos, o que corresponde a 100% (cem por cento).

Capacitação: estratégia e números

O IFFluminense busca promover o desenvolvimento de seus servidores, professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e técnico-administrativos em educação, ao longo de sua atuação oferecendo diversas possibilidades de formação, com uma política de qualificação que visa o aperfeiçoamento profissional e um desempenho cada vez mais qualificado. Ao começar suas atividades na instituição, o servidor é acolhido por meio do Programa de Recepção dos Novos Servidores, que pretende iniciar o processo de socialização e adaptação institucional, que ocorre em duas etapas: seminário de integração e curso de formação para os novos servidores (103h – semipresencial). Durante sua vida funcional, o servidor é incentivado a continuar se capacitando por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico-Profissional e à Formação Continuada dos Servidores do Instituto Federal Fluminense, regulamentado pela Resolução Nº 58/2016, das ações promovidas pela Escola de Formação Continuada dos Trabalhadores da Educação e das oportunidades de Formação Continuada dos Docentes.

a. Capacitações/atualizações (cursos/palestras/simpósios/congressos)

As capacitações/atualizações dos servidores IFFluminense são incentivadas nos *campi* por meio de bolsas de apoio ao desenvolvimento acadêmico-profissional para participação em congressos, cursos etc. Na Reitoria, são promovidas por meio da Escola de Formação Continuada dos Trabalhadores da Educação (PROGEP/REITORIA) que visa atender as necessidades institucionais com eficiência e economicidade previstas no Plano Anual de Capacitação, capacitando os servidores de todos os *campi* prioritariamente com a oferta de capacitações *in loco* e em parceria com a ENAP, ESAF e outras IF's.

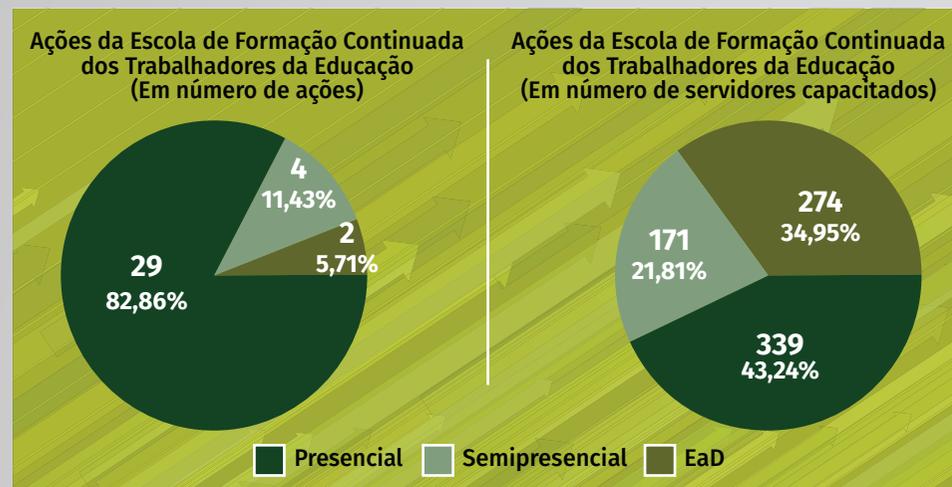


Figura 5.16 - Escola de Formação Continuada dos Trabalhadores da Educação (número e servidores capacitados)

b. Capacitação formal (graduação, pós-graduação *lato sensu* - especialização, pós-graduação *stricto sensu* - mestrado e doutorado)

A capacitação formal, que visa o desenvolvimento do servidor através da elevação da sua escolaridade, é incentivada por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico-Profissional e à Formação Continuada dos Servidores do IFFluminense que prevê editais para solicitações de bolsas de apoio à formação continuada.

CAMPUS	MODALIDADE	INVESTIMENTO	Nº SERVIDORES
Bom Jesus	Graduação	3.327,20	1
	Especialização	-	-
	Mestrado	55.017,72	6
	Doutorado	66.950,00	8
Cabo Frio	Graduação	7.249,32	2
	Especialização	-	-
	Mestrado	8.970,00	3
Cambuci	Doutorado	25.400,00	4
	Graduação	3.662,84	1
	Especialização	-	-
Campos Centro	Mestrado	13.422,10	2
	Doutorado	-	-
	Graduação	19.636,90	4
Campos Guarus	Especialização	5.908,80	2
	Mestrado	57.588,73	7
	Doutorado	306.916,00	19
	Graduação	9.000,00	1
Itaperuna	Especialização	-	-
	Mestrado	30.566,00	4
	Doutorado	33.750,00	4
Macaé	Graduação	8.931,69	3
	Especialização	197,50	1
	Mestrado	28.274,00	7
Maricá	Doutorado	45.290,00	5
	Graduação	10.248,33	5
	Especialização	-	-
Quissamã	Mestrado	7.020,00	2
	Doutorado	40.290,00	6
	Graduação	4.398,87	1
Quissamã	Especialização	970,00	1
	Mestrado	-	4
	Doutorado	13.320,00	1
Quissamã	Graduação	2.324,28	1
	Especialização	-	-
	Mestrado	47.225,82	4
	Doutorado	9.990,00	2

Reitoria	Graduação	-	-
	Especialização	1.516,06	1
	Mestrado	32.818,00	6
	Doutorado	-	-
Santo Antônio de Padua	Graduação	11.195,58	3
	Especialização	-	-
	Mestrado	34.704,00	4
	Doutorado	-	-
São João da Barra	Graduação	-	-
	Especialização	3.310,19	2
	Mestrado	59.160,00	4
	Doutorado	2.220,00	1
Total		1.010.769,93	132

Tabela 13 - Campus x Modalidade x Investimento x N° Servidores

Tendo em vista o objetivo de **Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias**, o IFFluminense atingiu a meta estabelecida para o ano 2018 no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI de cumprimento de 50% de execução do Plano Anual de Capacitação, capacitando os servidores do IFFluminense. Foi ofertado o curso Gestão por Competências da ENAP e o mapeamento das Competências teve início na Reitoria em 2018 e será dada continuidade no ano de 2019 por meio de uma parceria com a UFF.

No que se refere à capacitação formal, todos os servidores que solicitaram bolsa de apoio foram contemplados, especialmente em cursos de mestrado e doutorado. Visando atender aos interesses institucionais e dos servidores, destaca-se o lançamento da chamada pública, Edital 184/2018, para seleção de propostas para oferta de cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* aos servidores efetivos do Instituto, ação conjunta entre a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação, nas áreas de Educação/Ensino, Administração Pública e Engenharia Elétrica. Foram selecionadas as seguintes propostas, com previsão de início para o ano de 2019:

- PPCTE-Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação (CAPES Nota 5) – 10 vagas de doutorado;
- Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Telecomunicações – 7 vagas de mestrado e 5 de doutorado.

Com o objetivo de valorizar os saberes e experiências dos Professores Aposentados da instituição aliado ao interesse institucional, o IFFluminense, por meio Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação, promoveu o Edital n.º 221- Reitoria, programa de Professor Sênior Voluntário tem por objetivo incentivar a participação de servidores do IFFluminense aposentados nos cursos de Pós-

-Graduação *stricto Sensu* em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 9.608, de 18.02.98, obedecidas as condições estabelecidas no Termo de Compromisso.

Capacitações *in loco*



Curso sobre Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional - capacitação em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP (maio/2018)



Curso sobre Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos - capacitação em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP (junho/2018)



Capacitação em Adaptação Curricular para Alunos com Necessidades Específicas: da legislação à construção do plano educacional individualizado (PEI) – (setembro e outubro/2018)



Curso sobre Gestão por Competências - capacitação em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP (setembro/2018)



Capacitação em Propriedade Intelectual (dezembro/2018)

Programa de Recepção dos Novos Servidores



Curso de Liderança e Desenvolvimento de Equipes (Turma 1) – capacitação em parceria com a Escola de Administração Fazendária – ESAF (novembro/2018)



Curso Completo da Nova Planilha de Custos e Formação de Preços, de acordo com a Nova IN 05/2017 MPOG (outubro/2018)



Posse Coletiva (janeiro/2018)



Curso de Liderança e Desenvolvimento de Equipes (Turma 2) – capacitação em parceria com a Escola de Administração Fazendária – ESAF (novembro/2018)



Curso Gestão de Frotas de Veículos (novembro/2018)



Cerimônia de Posse Coletiva e Seminário de Integração (setembro/2018)



Cerimônia de Posse Coletiva e Seminário de Integração (setembro/2018)



Curso de Formação para Novos Servidores - 3ª turma – Encontro de Abertura (maio/2018)



Dia do campus na unidade do IFF Itaperuna - Novos servidores participam de atividade de integração, com a equipe de Gestão de Pessoas, em que foram apresentados a rotinas acadêmicas e administrativas do IFF.

Ações de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida do Servidor

Norteados pelo objetivo de Promover a Qualidade de Vida no Trabalho, o IFFluminense, por meio da Pró Reitoria de Gestão de Pessoas, promoveu ações de Qualidade de Vida, em conjunto com os campi, tais como: Jogos Intercampi dos Servidores e campanhas de atenção à saúde do servidor e iniciou a organização de outras ações para o ano 2019 como o Programa de Preparação para Aposentadoria – PPA e a sistematização das ações de Qualidade de Vida por meio do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do IFFluminense, que se encontra em fase de aplicação de instrumentos de avaliação aos servidores, análise e finalização do documento previstos para o ano de 2019.



Roda de Conversa sobre a prevenção ao câncer de mama – Outubro Rosa, na Reitoria (outubro/2018)



Já é tradição! Arraiá da Reitoria, momento de integração e descontração entre os servidores da Reitoria. (junho/2018)



Projeto Na Luta contra a Obesidade, conduzido por uma equipe multiprofissional, composta por médica, enfermeira, nutricionista, psicóloga, assistente social e profissionais da Educação Física. Participação de servidores de vários campi do IFF, inclusive aposentados. (1º semestre de 2018)



I Jogos Intercampi dos Servidores do IFF – Comissão Central (novembro/2018)



I Jogos Intercampi dos Servidores do IFF – Etapa Local – Voleibol Feminino – equipes do Campus Campos Guarus e Reitoria (outubro/2018)



I Jogos Intercampi dos Servidores do IFF – Etapa Local – Futsal Masculino– equipes dos campi Itaperuna e Bom Jesus do Itabapoana - (outubro/2018)



Curso de Informática para os Servidores Aposentados – ação faz parte do programa A Arte de Aposentar (1º semestre de 2018)



Evacuação do prédio da Reitoria – Simulação de incêndio



Confraternização de Natal dos Servidores da Reitoria (dezembro/2018)



Parceria com o Corpo de Bombeiros - treinamento de combate a incêndios nos campi do IFF (registro de treinamento no Campus Campos Guarus)



Encontro do Programa A Arte de Aposentar (abril/2018)



Registro de treinamento no Campus Avançado Cambuci

Indicadores de Desempenho: Metas x Resultados Alcançados

A seguir, apresentam-se os indicadores de desempenho, do nível estratégico, relacionados à Gestão de Pessoas, bem como as suas respectivas metas e resultados alcançados no ano de 2018.

Objetivo: Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias



Não foram registradas ações referentes ao ciclo de formação de docentes em 2018 devido ao deslocamento do responsável deste setor para outras ações. A formação de docentes foi conduzida pelo Centro de Referência do IFF.

Principais Desafios e Ações Futuras

Um dos principais desafios da área de gestão de pessoas no ano de 2108, foi a conclusão de dois concursos públicos, a realização da avaliação dos ambientes de risco e a emissão de laudos periciais dos diversos ambientes de todos os *campi* e reitoria deste IFFluminense, para o cumprimento da determinação legal de um novo sistema para o pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores deste Instituto, com a implantação do Módulo de Vigilância para Concessão dos Adicionais Ocupacionais, disponibilizado no SIAPE Saúde, bem como a implementação de diversos novos sistemas, de uso obrigatório nas rotinas administrativas de pessoal.

Muitas ações da área de gestão de pessoas necessitam de desenvolvimento para um melhor desempenho das políticas de pessoal. Destaca-se neste contexto: a implementação dos exames médicos periódicos; a ampliação e aperfeiçoamento de ações voltadas à política de saúde, segurança e qualidade de vida dos servidores; o redimensionamento da força de trabalho, aumento da eficácia das capacitações dos servidores aliada às necessidades institucionais; desenvolvimento do programa de mapeamento das competências; implementação de 100% do assentamento funcional digital e o aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação de desempenho e estágio probatórios dos servidores.



Contratações Realizadas

O IFFluminense possui em sua estrutura administrativa 11 *campi*, sendo 7 detentores de autonomia administrativa, financeira e orçamentária executando seu próprio orçamento e consequentemente realizando suas contratações e aquisições, com vistas a manter o ininterrupto funcionamento administrativo das suas unidades. As contratações e aquisições são realizadas por meio das modalidades Concorrência e Pregão Eletrônico, além das Contratações Diretas (Dispensa, Inexigibilidade e Suprimento de Fundos), sendo o Pregão Eletrônico o mais utilizado para compra de bens comuns, com base na Lei 10.520/02. O IFFluminense atua em regiões com identidade histórica, cultural, social e política diferenciadas, e considerando esta estrutura *multicampi*, a Pró-Reitoria de Administração tem realizado algumas contratações de forma compartilhada a fim de atender de forma integralizada as particularidades e necessidades de cada um dos *campi* da instituição.

PROCESSOS REALIZADOS PELAS UNIDADES DO IFFLUMINENSE EM 2018						
UNIDADE	UASG	PREGÕES	DISPENSAS	INEXIGIBILIDADE	CONCORRÊNCIAS	TOTAL POR CAMPUS
Campus Campos Centro	158274	76	142	34		252
Campus Itaperuna	158385	13	10	3		26
Campus Macaé	158384	9	23	5		37
Campus Bom Jesus	158387	23	6	3		32
Campus Campos Guarus	158386	5	17	8		30
Campus Quissamã	155851	5	24	5		34
Campus Cabo Frio	158468	22	30	8		60
Reitoria	158139	46	38	32	18	134
Total do IFF por Modalidade		199	290	98	587	605

Tabela 5.14 – Quantidade de processos de contratações efetivados em 2018 por unidade

Fonte – Painel de Compras do Governo Federal

EXERCÍCIO	2018		2017		2016	
	Despesa Executada	Despesa Paga	Despesa Executada	Despesa Paga	Despesa Executada	Despesa Paga
Modalidade de licitação	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$
Tomada de Preço	0,00	0,00	0,00	0,00	80.106,45	15.273,63
Concorrência	6.339.258,87	1.899.289,69	7.412.016,38	1.329.100,21	9.017.423,32	1.058.084,07
Dispensa de Licitação	15.690.655,03	12.911.201,86	10.236.102,70	8.389.011,92	6.983.904,57	6.254.900,76
Inexigibilidade	2.578.362,08	1.973.735,58	2.021.737,86	1.785.404,44	1.975.083,39	1.797.662,99
Não se aplica	353.173.320,17	323.157.121,09	330.128.921,93	329.704.596,34	302.790.226,07	302.352.598,73
Suprimento de fundos	43.357,06	43.357,06	43.176,14	43.176,14	46.444,24	46.444,24
Pregão	37.260.906,37	22.791.827,30	41.909.675,86	27.276.875,03	44.247.554,54	30.604.491,02
Total	415.085.859,58	362.776.532,58	391.751.630,87	368.528.164,08	365.140.742,58	342.129.455,44

Tabela 5.15 – Evolução das despesas executadas e pagas por modalidade

Fonte: Tesouro Gerencial

Concorrência

Dentre as contratações executadas na modalidade Concorrência destacam-se as despesas com obras e instalações, que totalizou o montante de R\$ 4,83 milhões, equivalente a 76% das despesas empenhadas nesta modalidade.

Pregão Eletrônico

Dentre as contratações executadas na modalidade Pregão Eletrônico destacam-se as despesas com locação de mão de obra (limpeza e conservação, vigilância, recepção, motorista, copeiragem, manutenção predial), que totalizou o montante de R\$ 16,28 milhões, equivalente a 43,69% das despesas empenhadas nesta modalidade.

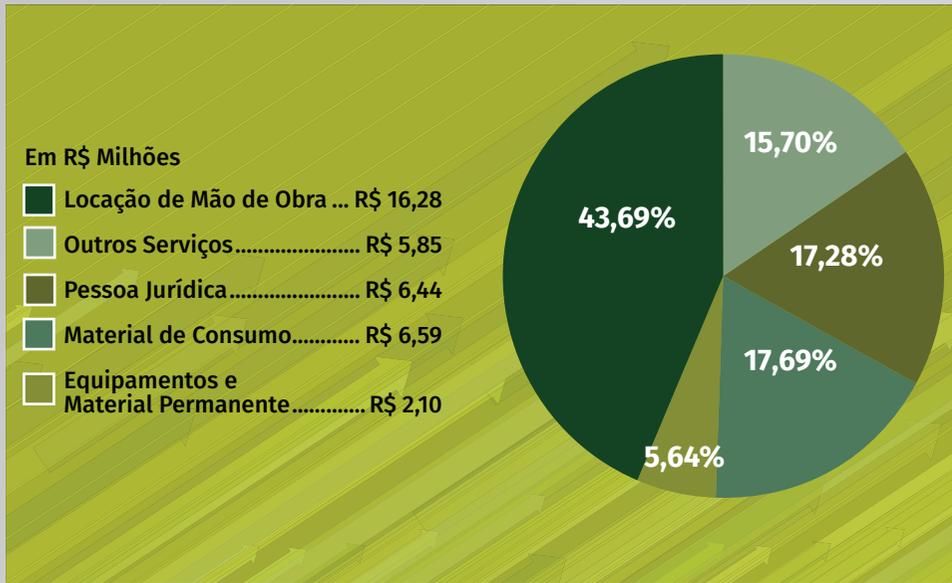


Figura 5.17 - Contratações executadas pela modalidade Pregão Eletrônico

Fonte: Tesouro Gerencial

Não se aplica

As principais despesas executadas em 2018, que não se aplicam modalidades de Licitação, referem-se a gastos com pessoal ativos, inativos e pensionistas, incluindo encargos sociais, auxílios, benefícios, indenizações e ajudas de custo, que totalizou o valor de R\$ 339,06 milhões, equivalente a 81,68% do valor total das despesas empenhadas no Exercício 2018.

Contratações Diretas - Justificativas

A Lei 8.666/93 prevê em seus artigos 24 e 25 a possibilidade de contratação direta entre Administração pública e particular sem o processo de licitação. Desta forma, em conformidade com a legislação vigente, o IFFluminense realizou contratações por meio de Dispensa e Inexigibilidade e os valores executados totalizaram o valor de R\$ 18,31 milhões.

Dispensa de Licitação

Entre as contratações diretas realizadas através de dispensa pelo IFFluminense, destaca-se a organização e realização de concurso público para provimento de cargos de professor e técnico-administrativos para as unidades do IFFluminense, com base no inciso XIII, do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, em função da necessidade de ampliar o quadro de servidores da instituição, representando um total de R\$ 1,33 milhão.

Ressalta-se ainda a contratação de remanescente, com base no artigo 24, Inciso XI, da Lei nº 8.666/1993, para continuidade dos serviços de vigilância e segurança patrimonial nas unidades do IFFluminense, em virtude da rescisão unilateral do contrato nº 22/2016, totalizando um montante de R\$ 5,17 milhões. O IFFluminense realizou ainda a contratação do remanescente para continuidade dos serviços de limpeza, conservação e apoio para o *campus* Cabo Frio e Avançado Maricá em virtude da rescisão unilateral do contrato nº 01/2014, totalizando um montante de R\$ 722 mil.

O IFFluminense contratou em caráter emergencial, com base no artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, para manutenção dos serviços de limpeza, conservação e apoio administrativo nas dependências dos *campi* Cabo Frio, Avançado Maricá, Itaperuna e Campos Guarus, em virtude de rescisões contratuais, totalizando um montante de R\$ 1,63 milhão.

Destaca-se ainda a contratação de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para alimentação escolar conforme Lei nº 11.947/2009 – PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Esta contratação foi realizada por meio de Chamada Pública, perfazendo o montante de R\$ 596 mil para contratação de agricultores familiares para o fornecimento de gêneros alimentícios.

Os serviços de publicações oficiais são contratados através de dispensa de licitação, Artigo 24, Inciso VIII, da lei 8.666/93, sendo empenhado para a Imprensa Nacional no exercício 2018 o valor total de R\$ 271 mil.

Os serviços de fornecimento Energia Elétrica também são contratados diretamente por dispensa, com base no Artigo 24, Inciso XXII, da Lei nº 8.666/1993, sendo empenhado o valor total de 5,46 milhões.

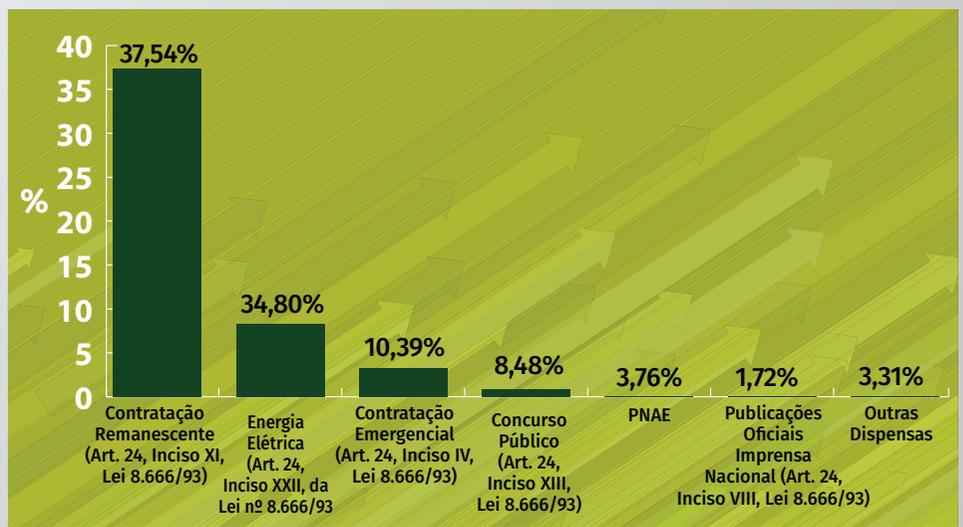


Figura 5.18 – Gastos em Contratações Diretas

Fonte: Tesouro Gerencial

Inexigibilidade

Os serviços de Água e Tratamento de Esgoto são contratados por Inexigibilidade, justificado pelo fornecimento exclusivo, com base no Artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/93, totalizando um montante empenhado no exercício 2018 de R\$ 1,26 milhão, que representou 48,84% do valor total contratado por Inexigibilidade.

As despesas com os serviços de manutenção e suporte do sistema acadêmico do IFFluminense (Artigo 25, Inciso I, da lei 8.666/93), Contrato nº 21/2015, totalizaram um montante de R\$ 170,6 mil, e representaram 6,59% do valor contratado por Inexigibilidade.

Suprimento de Fundos

Para atendimento das despesas eventuais ou de pequeno vulto o IFFluminense executou com Suprimentos de Fundos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF o valor total de R\$ 43.357,06.

Gastos por Finalidade

As despesas de funcionamento deram apoio e suporte operacional à consecução das atividades finalísticas do IFFluminense, e dentre estas destacam-se as despesas com locação de mão de obra (limpeza, vigilância, manutenção predial e outros), energia elétrica, água e tratamento de esgoto, serviços de telefonia e tecnologia da informação e outros, além de gastos com materiais de consumo de expediente, manutenção predial e outros.

Dentre as despesas classificadas como finalísticas, que tem por objetivo garantir a permanência e êxito dos estudantes, podemos citar aquelas relacionadas à assistência estudantil, merecendo destaque para a alimentação escolar com fornecimento de merendas e refeições, além de auxílios financeiros a estudantes, com disponibilização de bolsas de estudo em diferentes modalidades. Para as atividades finalísticas de pesquisa, extensão e inovação destacam-se as despesas para financiamento de projetos de estudo através de auxílio financeiro a estudantes.

As despesas com investimentos se resumem a gastos com aquisição de equipamentos para laboratórios, mobiliários, equipamentos de TI e outros, além das contratações de obras, com o objetivo estratégico de garantir a infraestrutura física e tecnologias adequadas, conforme estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional 2018 – 2022.

Outras despesas importantes para o fortalecimento Institucional foram executadas no exercício 2018. Dentre elas ressaltamos aquelas relativas à capacitação de servidores, que totalizou um montante de R\$ 1.469.480,10, e a organização da 42ª Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, ocorrida em Armação de Búzios/RJ, com o tema “O trabalho do século XXI: Globalização, Inovação, Educação Profissional e Tecnológica, Caminhos e Desafios”, envolvendo as 41

Instituições da Rede Federal, onde foram realizadas palestras, mesas redondas, apresentação de projetos e outras atividades.

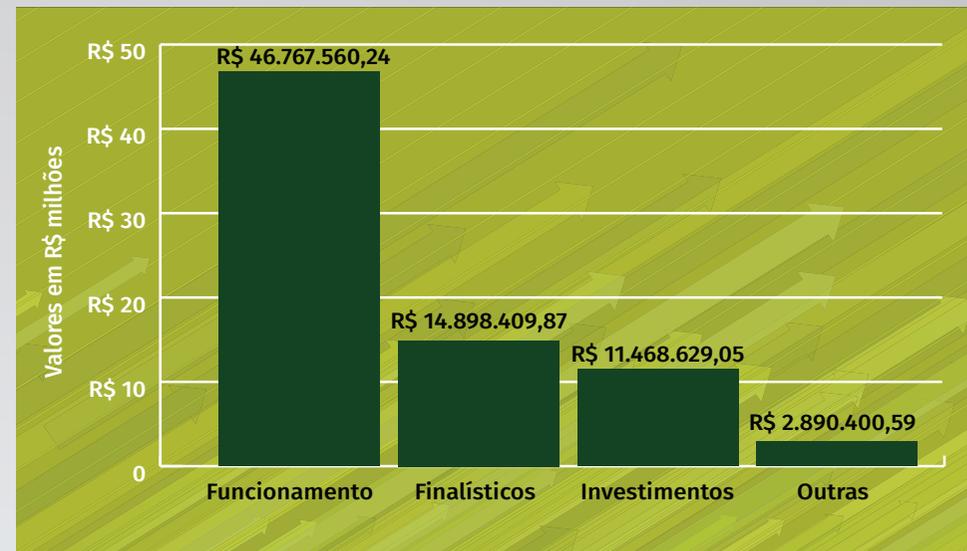


Figura 5.19 – Gastos por finalidade

Fonte: Tesouro Gerencial

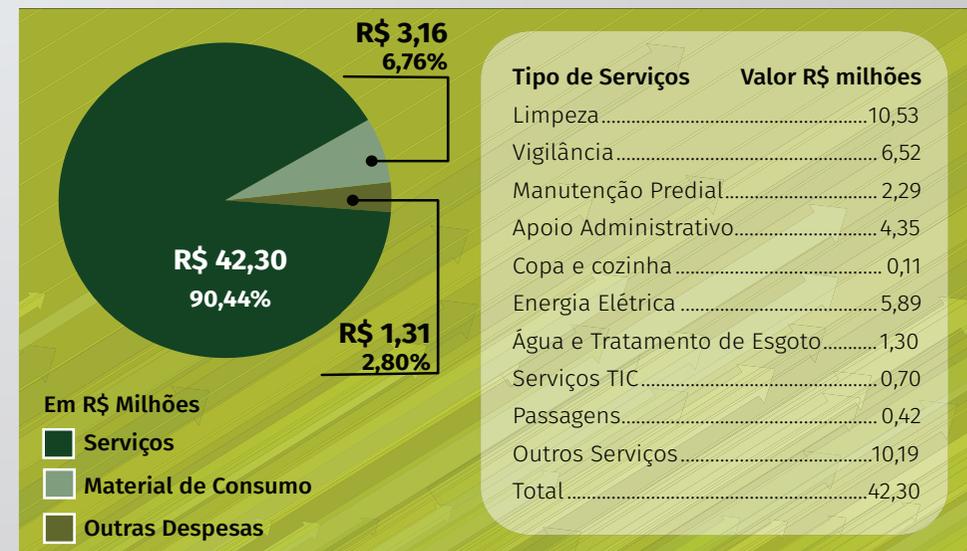


Figura 5.20 - Detalhamento das Despesas de Funcionamento

Fonte: Tesouro Gerencial

Contratações mais Relevantes

As contratações mais relevantes do IFFluminense no exercício 2018 foram as despesas com locação de mão de obra e investimentos em obras e aquisição de equipamentos/material permanente, que tiveram como principal objetivo proporcionar estrutura física adequada, garantindo o pleno funcionamento das suas Unidades.

LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	R\$ MILHÕES
Limpeza e Conservação	10,53
Vigilância	6,52
Apoio Administrativo	4,35
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	2,29
Copa e cozinha	0,11
Total	23,80

Tabela 5.16 - Gastos com contratação de mão de obra terceirizada em 2018

INVESTIMENTOS	R\$ MILHÕES
Obras e Instalações	4,84
Equipamentos e Material Permanente	5,93
Equipamentos de TIC	0,69
Total	11,46

Tabela 5.17 - Gastos com investimentos em 2018

Fonte: Tesouro Gerencial

Conformidade Legal

O IFFluminense é assessorado juridicamente pela Procuradoria Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, que garante a conformidade das contratações com as normas, com destaque para as Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, Decreto nº 7.892/13 e nº 9.488/18 e Instruções Normativas Ministério do Planejamento (MP), com destaque à IN 04/2014 (SEGES/MP) e a IN 05/2017 (STI/MP).

Objetivos Estratégicos

As contratações relevantes atuam como esforço institucional para apoiar o objetivo estratégico **garantir infraestrutura física e tecnologias adequadas** estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022. Estas contratações justificam-se para assegurar o funcionamento das 13 (treze) unidades do IFFluminense.

Desafios, Fraquezas e Riscos na Gestão das Licitações e Contratos / Principais Desafios e Ações Futuras

O IFFluminense desenha sua atuação em espaços geográficos diferenciados, a partir de suas identidades histórica, cultural, social e política. O principal desafio da gestão de licitações e contratos é atender de forma integralizada as particularidades e necessidades de cada um dos campi da Instituição. Entende-se que o processo de compras compartilhadas entre os campi resulta em consideráveis ganhos para a Administração Pública, como padronização e economicidade. O IFFluminense vem ampliando este processo de contratações de forma compartilhada e das contratações realizadas no Exercício 2018 neste modelo destacam-se: aquisições de materiais de expediente e materiais de consumo e permanente de TIC, serviço de limpeza e conservação, serviço de apoio administrativo, serviço de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis e manutenção de veículos, serviço de telefonia móvel e fixa e serviço de Link de Dados.

Outro desafio que pode ser apontado como dificuldade para gestão de contratos e licitações são as recorrentes atualizações das legislações que regem as licitações e contratos no âmbito da Administração Pública Federal.

O cenário de incerteza na liberação de limites orçamentários ao longo do exercício 2018 para custeio e investimento dificultou a execução orçamentária, prejudicando e retardando as contratações ao longo do exercício.



Investimentos em Infraestrutura e Equipamentos

No que tange à Infraestrutura, o ano de 2018 foi marcado por excelentes resultados nas ações relacionadas às obras e investimentos em equipamentos e mobiliários, melhorando significativamente as condições de trabalho e diminuindo as diferenças entre os *campi* originais, pré-existentes e os *campi* novos, classificados na fase de expansão da rede e que, por essa razão, apresentam carências, as quais constam detalhadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Foi investido, em 2018 o montante de R\$ 11,47 milhões em obras de construção e adaptações, aquisição de mobiliários, equipamentos de laboratórios, equipamentos TI e outros, conforme especificado nas tabelas abaixo. Dentre os valores investidos em material permanente, destacamos a equipagem de novas instalações prediais concluídas durante o exercício 2018, onde podemos citar o Restaurante, Salas de Aula e Auditório do *campus* Cabo Frio, Prédio de Laboratórios do *campus* Campos Guarus e Restaurante e Auditório do *campus* Itaperuna.

Desta forma, as ações realizadas no âmbito da infraestrutura física, buscaram atender ao objetivo estratégico **Garantir infraestrutura física e tecnologias adequadas** como forma de oferecer uma estrutura mais equalizada entre os *campi*.

Nesse contexto, a elaboração do Plano Diretor contido no PDI, estabeleceu metas nas quais a existência do conjunto Quadra Poliesportiva/ auditório/ refeitório, em cada *campus*, passou a configurar como objetivo estratégico prioritário de atendimento através dos recursos disponíveis na instituição. Além do balizamento de prioridades estratégicas, algumas obras de média e até longa duração, tiveram seus cronogramas de conclusão convergindo para 2018, concorrendo para o resultado positivo anunciado.

TOTAL DE INVESTIMENTO		R\$ 11,47 MILHÕES
Valor Investido em Equipamentos e Material Permanente		R\$ 6,63 milhões
Valor Investido em Obras e Instalações		R\$ 4,84 milhões

Fonte: Tesouro Gerencial

DETALHAMENTO DAS OBRAS - EXERCÍCIO 2018		
OBJETO	Valor Empenhado	Unidade/campus
Cercamento do campus	R\$ 253.620,33	Cabo Frio
Reforma da Casa Rosa	R\$ 136.213,31	Quissamã
Ampliação do Restaurante Estudantil do campus Quissamã	R\$ 588.466,14	Quissamã
Reforma da cisterna	R\$ 52.039,27	Avançado São João da Barra
Instalação de divisórias nas Salas do Registro Acadêmico e Direção do campus Avançado São João da Barra	R\$ 57.898,76	Avançado São João da Barra
Reforma dos laboratórios de Química, Física e Metalúrgica	R\$ 306.510,10	São João da Barra
Cercamento do Núcleo	R\$ 85.224,20	Núcleo Cordeiro
Construção do Protocolo e Reforma das Calhas	R\$ 133.467,84	Santo Antônio de Pádua
Reforma do Restaurante Estudantil	R\$ 190.121,10	Campos Guarus
Término da Construção do Prédio destinado a Destilaria	R\$ 361.504,93	Bom Jesus do Itabapoana
Término da Construção do Prédio destinado a Fábrica de Ração	R\$ 317.519,45	Bom Jesus do Itabapoana
Construção de Portaria	R\$ 209.400,64	Campos Centro
Reforma da Quadra Poliesportiva	R\$ 335.058,25	Macaé
Ampliação do Alojamento Masculino e reforma do Alojamento Feminino	R\$ 180.197,17	Avançado Cambuci
Construção de Bloco de Apoio	R\$ 194.580,98	Polo de Inovação
Reforma do Hall de Entrada e cafeteria	R\$ 70.295,20	Reitoria
Construção do Bloco de Apoio, Anexo de TI e Base do Concreto para mastros de bandeiras	R\$ 181.552,12	Reitoria
Término da Construção do Prédio de Laboratórios	R\$ 1.077.792,43	Campos Guarus
Término da Construção do Estacionamento	R\$ 12.282,12	Reitoria
Término da Construção do Almoxarifado	R\$ 39.804,37	Quissamã
Término da Construção de Salas de Aula	R\$ 26.466,84	Avançado Cambuci
Ampliação da rede elétrica do Novo Bloco de Salas de Aula e Auditório	R\$ 28.000,00	Cabo Frio
Total	R\$ 4.839.015,55	

Fonte: Tesouro Gerencial

Dessa forma, o *campus* Cabo Frio passou a contar com conjunto arquitetônico reunindo Restaurante Estudantil, Auditório, além de 22 novas salas de aula, incluso mobiliário e equipamentos pedagógicos e de refrigeração, ampliando sua capacidade de oferta de novas vagas, conforme demonstrado nas imagens a seguir.



Obras realizadas no campus Cabo Frio



Vista aérea do campus Cabos Frio após as obras finalizadas em 2018

Na mesma orientação, o *campus* Avançado Cambuci, um dos dois campus de natureza agrícola ligados ao IFFluminense, passou a contar com quadra poliesportiva e bloco com seis salas de aula e espaços administrativos para organização de sua oferta de vagas e melhoria das condições de trabalho dos seus servidores.



Obras realizadas no campus Avançado Cambuci

O *campus* Campos Guarus, que concentra ofertas na área da saúde com cursos de enfermagem e farmácia, superando expectativa de longa data com grande atraso na execução da obra em função de rescisão e recontração, passou a contar com bloco de laboratórios com espaços dimensionados para a melhoria das condições de formação dos estudantes.



Obras realizadas no campus Campos Guarus

Situado na região noroeste do Estado do Rio de Janeiro, o *campus* Itaperuna, passou a contar em 2018 com seu Restaurante Estudantil e também um Auditório, atendendo as prioridades estratégicas definidas no Plano Diretor, obras complementadas com equipamentos e mobiliários através de recursos decorrentes de emendas parlamentares.



Obras realizadas no campus Itaperuna

No que tange aos investimentos relativos à infraestrutura básica de funcionamento, o *campus* Macaé cujo terreno é acidentado e com elevações significativas, recebeu conjunto de armazenamento d'água, na forma de cisternas, corrigindo problema crônico que perdurava por muitos anos, provocado pela dificuldade de adução do castelo principal e distribuição eficiente dos sistemas hidráulicos internos.



Obras realizadas no campus Macaé

Ainda na linha da infraestrutura básica de funcionamento o *campus* Quissamã passou a contar com bloco edificado para Almojarifado, permitindo a organização de setores que até então funcionavam no improviso e na inadequação.



Obras realizadas no campus Quissamã

Situado no Município de Campos dos Goytacazes, porém em sítio diverso do utilizado pela Reitoria, o Polo de Inovação foi contemplado com a recuperação estrutural e Ampliação do Bloco A, espaço amplo e dotado de equipamentos de ponta adequado ao desenvolvimento das políticas institucionais relacionada com a Inovação.



Obras realizadas no Polo de Inovação Campos dos Goytacazes

Por fim, a Reitoria, sede administrativa do IFFluminense, passou a contar com amplo estacionamento melhorando as condições de trabalho e conforto para os servidores e também para o público em geral.



Obras realizadas na sede administrativa do IFFluminense

Desfazimento de Ativos, Mudanças e Desmobilizações Relevantes

O IFFluminense possui como regulamento patrimonial a Portaria nº 360/2015 que aprova o Manual de Administração Patrimonial dos Bens Móveis Permanentes. No referido documento, há algumas orientações sobre como deverá ser realizado o desfazimento de bens inservíveis no Instituto.

A Comissão de Avaliação e Desfazimento *multicampi* nomeada pela Portaria nº 913/2015 e alterada posteriormente pela Portaria nº 204/2017 tem como atribuição realizar a avaliação e desfazimento dos bens móveis integrantes do Patrimônio do Instituto Federal Fluminense. Após levantamento dos veículos inservíveis, a comissão determinou o método de avaliação dos veículos, e elaborou laudo de avaliação dos veículos em Dezembro/2018 com auxílio de servidores do IFFluminense com formação específica em Mecânica. O referido laudo foi apreciado pelo Reitor do IFFluminense, o qual aprovou a indicação da Comissão de Avaliação e Desfazimento de Bens em realizar o desfazimento de tais veículos através da modalidade Leilão, a ser realizado no exercício 2019.

Locação de Imóveis e Equipamentos

Atualmente os *campi* do IFFluminense estão instalados em prédios próprios ou cedidos por município e União, não tendo portanto executado despesas de locação de imóveis no exercício 2018.

Importante destacar que o IFF adota a terceirização dos serviços de impressão conforme recomendação do Ministério do Planejamento à Administração Pública. A contratação engloba atividades de impressão, cópia e digitalização de documentos, com locação de equipamentos, serviços de manutenção e fornecimento de insumos, apresentando proeminentes vantagens à Instituição, tais como redução de custos, padronização do parque de impressão, melhor gerenciamento, dentre outros.

Conformidade Legal

O IFFluminense é assessorado juridicamente pela Procuradoria Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, que garante a conformidade da gestão de infraestrutura e patrimônio, com destaque para as Lei nº 4.320/64, Decreto-lei nº 200/67, Decreto nº 9.373/2018, Instrução Normativa SEDAP nº 205/88, Instrução Normativa SPU nº 02/2017, na Instrução Normativa SPU nº 22/2017, Lei Complementar nº 101/200, Lei 8.429/92 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

Principais desafios e ações futuras

Dentre os principais desafios para a Gestão Patrimonial do IFFluminense destacam-se:

- Implantação do sistema de controle patrimonial SIADS conforme determinação do Governo Federal;

- Dar continuidade a realização dos procedimentos de desfazimento de ativos inservíveis, antieconômicos e ociosos;
- Dar continuidade da normatização dos fluxos internos de trabalho a fim de padronizar os procedimentos de gestão de bens patrimoniais móveis e imóveis no âmbito do IFFluminense;
- Execução do Plano Diretor de Infraestrutura, diante das restrições orçamentárias de investimento.

Conformidade Legal da Gestão de TI

De maneira a corroborar a conformidade legal da gestão da TI, o IFFluminense utiliza uma série de diretrizes e boas práticas delineadas e/ou estabelecidas pelo Governo Federal, órgãos de controle e *frameworks* internacionais de gerenciamento de serviço de TI, bem como suas próprias normativas internas concernentes à Tecnologia da Informação e Comunicação. Desta forma, os setores de TIC possuem como elementos norteadores a busca pelo crescimento contínuo da maturidade de governança de TI e agregação de valor a todas as áreas de negócio do instituto, ao seu corpo discente e comunidade externa.

Modelo de governança de TI

O modelo de governança de TIC do IFFluminense, associado intrinsecamente aos padrões mais relevantes de mercado nesta seara, possui como principal colegiado o Comitê Gestor de TIC. Tal instância, de natureza consultiva e propositiva, está vinculada à Reitoria e desfruta de atuação autônoma, no âmbito de sua competência, em relação aos demais conselhos e órgãos colegiados existentes no IFFluminense. Além disso, é responsável por alinhar as ações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com os objetivos estratégicos do instituto constantes no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além de auxiliar na seleção e priorização dos projetos de TIC a serem atendidos, recomendando, sempre que necessário, atualizações e ajustes nos mesmos.

Além do colegiado supracitado, a gestão de TIC do IFFluminense possui na sua estrutura a Câmara de TI, a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação e as coordenações/direções de TI dos campi. A Câmara de Tecnologia da Informação é um órgão colegiado de natureza consultiva vinculada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional que tem como finalidade colaborar tecnicamente para o desenvolvimento das políticas e ações do IFFluminense na âmbito da TIC, conforme disposto nos Artigos 3º e 6º da Resolução nº 04/2011 do Conselho Superior. A mesma é composta pela DGTI e pelos Coordenadores/Diretores de Tecnologia da Informação dos campi. A Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI) é uma diretoria sistêmica subordinada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e que possui como responsabilidade fomentar e supervisionar o planejamento, execução e avaliação de políticas e ações inerentes à Tecnologia da Informação e Comunicação no Instituto Federal Fluminense. As coordenações/direções de TI dos campi, segundo o modelo institucional, não estão diretamente associadas organizacionalmente à DGTI, e possuem, portanto, sua própria autonomia. Todavia, seguem as diretrizes e processos que são deliberados pela DGTI e Câmara de TI.

No âmbito dos planos de TIC, o IFFluminense teve seu primeiro PDTIC elaborado por um grupo de trabalho composto por membros das equipes de TI dos campi e abrangeu os anos de 2012/2013. Após este período, houve tentativas de elaboração para os anos subsequentes, mas diante de certas dificuldades existentes não foi possível dar continuidade ao trabalho com o grupo originalmente instituído. Desta forma, optou-se inicialmente por trabalhar mais profundamente questões operacionais e posteriormente o planejamento e a governança dentro da área de TIC para então começar a elaboração do PDTIC 2019/2020 de forma mais madura e com um grupo de trabalho inerente a essa finalidade.

Sendo assim, já como parte de uma das atividades de produção do PDTIC supracitado, durante o ano de 2018 foram realizadas entrevistas de diagnóstico com as direções gerais, equipes de TI dos campi, pró-reitorias e diretorias sistêmicas a fim de angariar informações gerais sobre a realidade de TI da instituição, e também a redação em si do documento que será publicado até abril/2019, e que consistirá num grande marco norteador das ações estratégicas de TI no instituto.

Montante de recursos aplicados em TI

Nesta seção são apresentadas as informações acerca dos gastos de TI no ano de 2018. Os dados foram obtidos no Sistema Tesouro Gerencial. Foi verificado, na consolidação das informações, que algumas despesas de investimento foram classificadas equivocadamente em naturezas de despesas distinta e o serviço de Cópias e Impressão relativo ao contrato 55/2013 - LEMGRUBER E FERNANDES LTDA (00.344.026/0001-57) consta na natureza de despesas 33.90.39.12, que não é específica para bens e serviços de TI, sendo, portanto, necessário efetuar a ressalva para melhor compreensão das informações apresentadas.

MONTANTE DE RECURSOS APLICADAS EM TI – 2018			
Grupo de Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Investimento	R\$ 700.209,36	R\$ 362.866,17	R\$ 283.668,22
Custeio	R\$ 1.639.447,60	R\$ 1.459.112,94	R\$ 1.428.377,48
TOTAL	R\$ 2.339.656,96	R\$ 1.821.979,11	R\$ 1.712.045,70

GASTOS DE TI POR NATUREZA DE DESPESAS			
Natureza de Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Material de Consumo	R\$ 327.356,48	R\$ 246.378,09	R\$ 231.782,95
Manutenção Corretiva/Adaptativa e Sustentação Softwares	R\$ 175.559,57	R\$ 159.963,68	R\$ 159.963,68
Manutenção e Conservação de Equipamentos	R\$ 5.422,35	R\$ 5.422,35	R\$ 5.422,35
Serviço de Cópias e Impressão	R\$ 613.213,31	R\$ 579.753,23	R\$ 579.753,23
Comunicação de Dados e Redes em Geral	R\$ 517.895,89	R\$ 467.595,59	R\$ 451.455,27
Melhoria,Manutenção e Suporte de Equipamentos	R\$ 4.186,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Aquisição de Software	R\$ 6.884,00	R\$ 4.004,00	R\$ 4.004,00
Material Permanente de TIC	R\$ 171.225,44	R\$ 73.911,10	R\$ 73.911,10
Equipamentos -Ativos de Rede	R\$ 150.149,90	R\$ 33.955,95	R\$ 0,00
Equipamentos -Computadores	R\$ 290.362,98	R\$ 226.311,00	R\$ 197.811,00
Equipamentos -Impressoras	R\$ 77.400,06	R\$ 24.684,12	R\$ 7.942,12
TOTAL	R\$ 2.339.656,96	R\$ 1.821.979,11	R\$ 1.712.045,70

Contratações mais relevantes de recursos de TI

A seguir são descritos os serviços contratados com maior custo, e estes totalizam R\$ 1.287.968,77.

SERVIÇO: CÓPIAS E IMPRESSÕES			
Empresa	Processo	Descrição	Valor
LEMGRUBER E FERNANDES LTDA	55/2013	Serviços de cópia e impressão com fornecimento de máquinas fotocopadoras digitais, impressoras e seus acessórios, suprimentos, insumos/consumíveis (toner, cilindro, grampos, etc.), assistência técnica/ manutenção (com fornecimento de peças e componentes), exceto papel	R\$ 613.213,31

SERVIÇO: INTERNET E LINKS PONTO A PONTO			
Empresa	Contrato	Descrição	Valor
Forte TELECOM Serviços de Informática LTDA	01/2014	Link de dados ponto a ponto para conexão entre o Datacenter da Reitoria e o prédio da Reitoria	R\$ 438.695,89
Forte TELECOM Serviços de Informática LTDA	22/2013	Link de dados ponto a ponto e acesso à internet para a Reitoria e os campi Bom Jesus, Itaperuna, Macaé, Cabo Frio e Quissamã	
VER TV COMUNICAÇÕES S/A	21/2013	Link de dados ponto a ponto e acesso à internet para a Reitoria e os campi Guarus, São João da Barra e UPEA	R\$ 79.200,00

SERVIÇO: MANUTENÇÃO E SUPORTE DO SISTEMA ACADÊMICO			
Empresa	Processo	Descrição	Valor
FRJ Informática Ltda	21/2015	Serviços de manutenção e suporte do sistema acadêmico a todos os campi do IFFluminense	R\$ 156.859,57

Principais Iniciativas e Resultados na Área de TI por Objetivo Estratégico do IFFluminens

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) NA ÁREA DE TI	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Ampliar e aperfeiçoar a comunicação interna e com a sociedade (13)	- Realização da migração de todas as notícias do antigo para o novo portal institucional, mantendo-se a referência de links para imagens e atos oficiais tais como portarias, ofícios, processos de seleção, resultados e outros desdobramentos para criação de um banco de notícias institucional.	- Manutenção da memória do Instituto e de seu histórico de acontecimentos com garantia da disponibilidade de acesso ao conteúdo legado do portal institucional para a comunidade por tempo indeterminado e permanente.
Aperfeiçoar os processos de trabalho (14)	- Implantação do Módulo de Frota do SUAP para gerenciar viagens, abastecimento e manutenção de veículos oficiais.	- Melhoria do gerenciamento de registros e agendamento de viagens e controle de abastecimento, proporcionando maior celeridade no tempo de resposta a informações solicitadas e emissão de relatórios e otimização das rotinas de trabalho da Coordenação de Transportes.
	- Desenvolvimento e implantação do Módulo de Produção Gráfica do SUAP para realizar e acompanhar solicitação de cópia de documentos ao setor de produção gráfica	- Otimização do fluxo operacional do serviço de solicitação de cópias com melhoria da eficiência no atendimento às solicitações e possibilidade de padronização do fluxo de trabalho nas gráficas por meio da disponibilização do módulo para implantação em todos os campi.
	- Realização de melhorias no Módulo de Patrimônio do SUAP, com criação de funcionalidade de correção de entradas de materiais permanentes.	- Manutenção da integridade de informações sobre bens patrimoniados.
	- Implantação dos Módulos SUAP de Processo Eletrônico e Documento Eletrônico	- Elaboração de documentos e tramitação de processos de forma eletrônica entre setores institucionais e órgãos externos proporcionando maior agilidade na resolução de demandas com redução de custos financeiros e ambientais associados à impressão.
	- Desenvolvimento e implantação do Módulo SUAP de Calendários Acadêmicos para adicionar informações, gerar, consultar, comparar, aprovar e dar publicidade a dados relativos aos calendários acadêmicos letivos de cada campus.	- Aumento da celeridade e redução de erros de análises gerenciais, facilitando a busca e localização de dados consolidados sobre calendários acadêmicos dos campi.
Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias (18)	- Elaboração e aprovação do Plano de Capacitação de TI (PCTI) 2018-2019, por meio da publicação da Portaria N.º 1802, de 12 de dezembro de 2018	- Diagnóstico da capacidade técnica das equipes de TI da Reitoria e dos campi, norteamento do planejamento de capacitação para estes servidores e apontamento das diretrizes para qualificá-los de acordo com os objetivos institucionais, promovendo o desenvolvimento de competências técnicas pertinentes à execução de suas atividades no ambiente de trabalho.

Desenvolver cultura orientada à estratégia (19)	- Implantação do Módulo de Avaliação Integrada do SUAP para auxiliar a condução dos processos de avaliação internos, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP por meio de autoavaliação e avaliação externa.	- Celeridade, amplitude de abrangência e segurança da informação dos dados para avaliação institucional; levantamento de indicadores e aspectos que contribuam para melhoria do processo de gestão e que tragam subsídios concretos para avaliação do PDI e do Plano de Ação Anual e outros diagnósticos eventualmente necessários para a Instituição.
	- Implantação de sistema para gerenciamento do planejamento estratégico.	- Possibilidade de acompanhamento e monitoramento dos objetivos estratégicos, indicadores e metas do PDI e dos Planos de Ação desenvolvidos pela Reitoria e pelos campi.
	- Mapeamento de fluxos de trabalho das áreas de negócio	- Melhoria na qualidade dos entregáveis de TI, tornando os projetos, serviços e sistemas desenvolvidos mais próximos dos fluxos de trabalho e do objetivo estratégico da instituição.
Garantir infraestrutura física e de tecnologias adequadas (20)	- Provimento de infraestrutura e sistema para gerenciamento e realização do evento Reditec	- Plena realização do evento.
	- Implantação de rede wireless unificada WIFF	- Disponibilização de rede sem fio unificada proporcionando aos usuários mobilidade institucional e facilidade de uso, sem necessidade de alteração de credenciais de autenticação ao visitar os campi da instituição.
	- Renovação de editais de link de dados	- Ampliação da banda de internet, redução de custos com contratos e readequação da oferta do serviço de internet à realidade de usuários nos campi.
	- Renovação editais de outsourcing de impressão	- Renovação e atualização do parque de impressão da instituição, proporcionando readequação da quantidade de impressoras às necessidades institucionais, inclusive reduzindo custos com a criação de novas ilhas de impressão e melhorando os SLAs de atendimento.
	- Inventário de ativos de TI da Reitoria	- Garantia do controle e acompanhamento do ciclo de vida dos softwares e hardwares, além de antecipação a problemas e planejamento de soluções.

Principais Sistemas

Sistema Unificado de Administração Pública

Projeto de código aberto idealizado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e que possui cooperação técnica firmada com o IFFluminense desde 2012, visando ao seu aprimoramento e desenvolvimento de novos módulos e funcionalidades. Dividido em módulos, seu principal objetivo é de informatizar e otimizar os processos administrativos da instituição.

Q-Acadêmico – Sistema de Gestão Acadêmica

Sistema utilizado para o gerenciamento de processos acadêmicos, e possui como funcionalidades principais: lançamento de notas, faltas, ocorrências disciplinares, decisões de conselhos de classe, atividades complementares, projetos finais/monografias, bolsas, estágios, colação de grau, emissão de documentos (diários, boletim, histórico), etc.

Sophia – Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas

Sistema para automação, gerenciamento e empréstimos de coleções e acervos bibliográficos que disponibiliza na web pesquisa do acervo disponível nas bibliotecas do instituto.

Sistema de Gerenciamento de Inscrições

Sistema utilizado para gestão de processos de seleção para ingresso discente no IFFluminense, e possui como funcionalidades principais: cadastro de candidatos, inscrição nos processos de seleção, solicitação e registro de condições especiais no certame (sistema de cotas, isenção da taxa de inscrição, atendimento especial para realização da prova, etc.), alocação de candidatos em salas, geração de material de identificação (listagens de salas, candidatos e malotes), leitura e correção automática das provas, classificação dos candidatos, publicação de resultados das etapas definidas em edital, emissão de relatórios gerenciais e geração de gráficos estatísticos.

Portal IFF

Portal institucional que provê informações gerais sobre a reitoria, os campi, cursos, notícias e links para acesso a serviços/sistemas institucionais.

Segurança da Informação

O IFFluminense, por meio da Portaria N.º 1767, de 6 de dezembro de 2018, aprovou a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC), uma declaração formal da instituição acerca do seu compromisso com a proteção das informações de sua propriedade e/ou sob sua guarda, devendo ser cumprida por todos os seus servidores, colaboradores, consultores externos, estagiários, prestadores de serviço e estudantes. O documento dispõe de 18 diretrizes gerais sobre segurança da informação, versando sobre temas como uso de e-mail, acesso à internet, classificação das informações, auditoria de dados, dentre outros.

Vale destacar ainda a Portaria N.º 1795, de 7 de dezembro de 2018, que determinou a Regulamentação do Uso das Listas de Comunicação Oficial de e-mail Institucional e Normatização das Regras para Funcionamento, com objetivo de definir a política sobre sua utilização, estabelecendo, assim, as diretrizes básicas a serem seguidas pelos usuários, moderadores e administradores dessa ferramenta, com o intuito de garantir a exclusividade de sua destinação às finalidades institucionais.

Também ficou instituída por meio da Portaria N.º 1794, de 7 de dezembro de 2018, a Regulamentação do Uso do Correio Eletrônico Institucional que trata sobre o fornecimento e manutenção das contas de e-mail e condições gerais de utilização da ferramenta, além de orientar sobre os deveres e responsabilidades do usuário institucional.

Além do acima exposto, a DGTI lançou o Portal da Tecnologia da Informação com objetivo de agregar em um único lugar todas as informações relevantes e inerentes de TIC do instituto. Uma das áreas de destaque do referido portal são as “Dicas de Segurança”, por meio da qual são disseminadas boas práticas de segurança no ambiente de trabalho institucional na tentativa de reduzir riscos e se proteger durante a navegação na internet.

Principais Desafios e Ações Futuras

Na fase de diagnóstico realizada como parte de elaboração do PDTIC, especificamente na atividade denominada “Analisar a organização da TI”, ficou evidente que a impossibilidade de contratação e reposição de recursos humanos está dentre os principais desafios de TI e isto revela diversas adversidades, tais como:

- Capacidade operacional insatisfatória em relação às expectativas de atendimento;
- Alongamento do prazo na execução de projetos;
- Sobrecarga para integrantes das equipes de TIC;
- Sobrecarga às chefias de TIC, fato este que acarreta ainda na dificuldade em estabelecer lideranças para a área e desmotivação por parte dos pares de trabalho.

Outro importante desafio enfrentado pela TIC está na implantação de ações de governança de TI, fato este que tem relação direta com o nível de maturidade da governança corporativa institucional. Por ambas serem inter-relacionadas e dependentes, vem sendo trabalhada uma cultura orientada à estratégia para que possam se desenvolver mutuamente.

A limitação financeira para aquisição de bens e contratação de serviços de TI no decorrer do ano de 2018 mostrou-se outra relevante adversidade. Suas consequências se apresentam preocupantes principalmente quanto à falta de recursos para execução de ações de melhoria do parque tecnológico, em atendimento às necessidades acadêmicas e para estabelecimento de espaços adequados para infraestrutura de TIC.

A TI do IFFluminense enfrenta ainda um problema crítico, que consiste na falta de uma infraestrutura de *datacenter* adequada aos serviços digitais prestados à toda comunidade do Instituto. Esta é uma ameaça real e que expõe a TI a diversos riscos que dizem respeito à disponibilidade dos serviços, impossibilidade de lançamento de novos serviços digitais e à incapacidade de manutenção e ampliação dos existentes, fatos estes que

podem gerar consequências de grande impacto aos processos de negócios do Instituto.

Por último, é importante destacar a necessidade de maximizar as ações de TIC de forma alinhada à visão estratégica institucional. Com o objetivo de minimizar os riscos de tomadas de decisões pouco assertivas e a possibilidade de retrabalho em soluções apresentadas, é necessário fazer com que a área de TI auxilie nas soluções estratégicas para a instituição, estando presente inclusive desde o levantamento de problemas das áreas de negócio até a avaliação de possíveis alternativas para a sua resolução.

O desenvolvimento e implantação de um sistema de custo na Administração Pública Federal tem sido um desafio, pois depende de uma mudança cultural necessária para prover informações com qualidade aos usuários internos e externos.

O registro dessas informações é efetuado no momento da liquidação das despesas, indicando a alocação desses gastos por unidades administrativas, conforme a Estrutura Organizacional do Órgão, possibilitando a emissão de relatórios que proporcionariam a estimativa de custos por área de atuação no IFFluminense.

Os setores de contabilidades do IFFluminense encontraram dificuldades no registro desses gastos, pois as características das informações constantes nos processos de despesas não possibilitam os registros dos gastos efetuados para aquisição de bens e serviços por Unidade Administrativa.

Um exemplo a ser observado é o processo de despesas da folha de pagamento, pois, nos relatórios emitidos pelo SIAPE, não constam informações sobre a alocação de servidores em cada unidade administrativa, impossibilitando o detalhamento do custo.

Diante disso, o desafio deste Órgão é obter informações com qualidade que subsidiem uma estimativa de custos por área de atuação. Para isso, é necessário aperfeiçoar os procedimentos internos com a adoção de ações voltadas para o alcance desse objetivo. Abaixo, seguem ações a serem implementadas pelo IFFluminense:

- Integração entre setores do IFFluminense, a fim de padronizar os procedimentos, considerando sua estrutura institucional, pois o Órgão é constituído por 11 *campi*, um Polo de Inovação, um Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação e a Reitoria, sediado em 10 municípios do Estado do Rio de Janeiro de regiões diferentes (Norte, Noroeste e Região dos Lagos);
- Composição de uma equipe multidisciplinar com conhecimentos, habilidades e responsabilidades para prover informações sobre os gastos incorridos no órgão na aquisição de bens e serviços;
- Inserir nos processos de despesas informações adequadas que promovam o devido registro na Aba Centro de Custo;
- Alocar os servidores no sistema SIAPE em cada Centro de Custo, ou seja, conforme unidade

administrativa no SIORG;

- Efetuar as baixas de estoque do Almoarifado por unidade de centro de custo.

Custo por programa, Ação de Governo, Unidade Gestora e Unidade Orçamentária

No ano de 2018 foi constatado que todos os gastos consumidos no órgão foram direcionados para manutenção das atividades dos *campi*. Assim, observa-se que o programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação apresentou um custo de 67,98%, que engloba as ações de capacitação, remuneração, auxílio, encargos, ajuda de custo de moradia e benefício de pessoal.

PROGRAMA		VALORES R\$ MILHÕES
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	67.541.670,54
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	82.391,67
0910	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	72.688,00
2066	REFORMA AGRÁRIA E GOVERNANÇA FUNDIÁRIA	199.999,58
2080	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	61.530.515,63
2109	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	274.398.015,90
Total		403.825.281,32

Tabela 5.18 – Custo por Programa de Governo

Fonte: Tesouro Gerencial

Em relação ao custo por ação, o custo mais elevado foi da ação 20TP que é o valor pago a título de remuneração de servidores ativos estatutários e contratados.

AÇÃO GOVERNO		VALOR EM R\$ MILHÕES	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)
00PI	APOIO A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA (PNAE)	721.841,22	0,18
00PW	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES NACIONAIS SEM EXIGÊNCIA DE PROGRAMA	72.688,00	0,02
0005	SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATÓRIOS)	82.391,67	0,02
0181	APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	67.541.670,54	16,73
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚB FEDERAIS	41.138.546,84	10,19
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	3.684.546,52	0,91
20RH	GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO	1.420.920,49	0,35
20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	1.623,53	0,00
20RL	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	48.845.821,71	12,10
20RW	APOIO A FORMAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	677.297,61	0,17
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	214.676.719,55	53,16
210T	PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	199.999,58	0,05
212B	BENEFÍCIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES	11.941.053,14	2,96
216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA A AGENTES PÚBLICOS	57.877,06	0,01
2994	ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	10.989.640,00	2,72
4572	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	1.478.352,30	0,37
6380	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	294.291,56	0,07
Total		403.825.281,32	100,00

Tabela 5.19 – Custo por Ação de Governo

Fonte: Tesouro Gerencial

O custo da unidade gestora da Reitoria foi de R\$358.383.283,28. O valor é devido à centralização na Reitoria do pagamento dos servidores estatutários e contratados de todas as unidades e também da execução orçamentária e financeira dos campi Santo Antônio de Pádua e Avançados Cambuci, São João da Barra e Maricá e o Polo de Inovação.

UG EXECUTORA		VALOR R\$ MILHÕES	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)
155851	INST. FED. FLUMINENSE/CAMPUS QUISSAMÃ	2.380.423,02	0,60
158139	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	358.383.283,28	88,88
158274	INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CAMPOS-CENTRO	18.851.870,76	4,70
158384	INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS MACAÉ	5.053.626,50	1,08
158385	INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS ITAPERUNA	4.352.025,74	1,08
158386	INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS GUARUS	4.421.904,35	1,10
158387	INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS B.JESUS DO ITABAPOANA	5.866.374,71	1,45
158468	INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CABO FRIO	4.515.772,96	1,12
Total		403.825.281,32	100,00

Tabela 5.20 – Custo por Unidade Gestora Executora

Fonte: Tesouro Gerencial

O quadro a seguir refere-se aos custos do IFFluminense por Unidade Orçamentária. Constatam os custos do IFFluminense de recursos orçamentários da sua LOA e aqueles disponibilizados da LOA demais órgãos, conforme descrito abaixo:

UNIDADE GESTORA		VALOR R\$ MILHÕES	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)
20201	INSTIT.NAC.DE COLONIZ.E REF.AGRÁRIA - INCRA	199.999,58	0,05
26298	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	1.399.138,83	0,35
26101	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	1.715.212,05	0,42
26434	INST. FED. ED. CIENT. TEC. FLUMINENSE	400.509.307,33	99,18
26245	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	1.623,53	0,00
	TOTAL	403.825.281,32	100,00

Tabela 5.21 - Custo por Unidade Orçamentária

Desenvolvimento Institucional

O ano de 2018 foi marcado por muitas conquistas, realizações e avanços no IFFluminense. Os resultados positivos decorreram, principalmente, do fortalecimento de uma gestão mais estratégica e do envolvimento da comunidade acadêmica em prol da elaboração e do alcance dos objetivos institucionais.

No âmbito do desenvolvimento institucional, o IFFluminense persistiu no aprimoramento dos mecanismos de planejamento, a partir de uma atuação *multicampi*, o que resultou na aprovação do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que passará a orientar as ações estratégicas da instituição até o ano de 2022 (Figura 5.21). A participação dos servidores e alunos na elaboração desse plano reforça a gestão participativa da instituição.

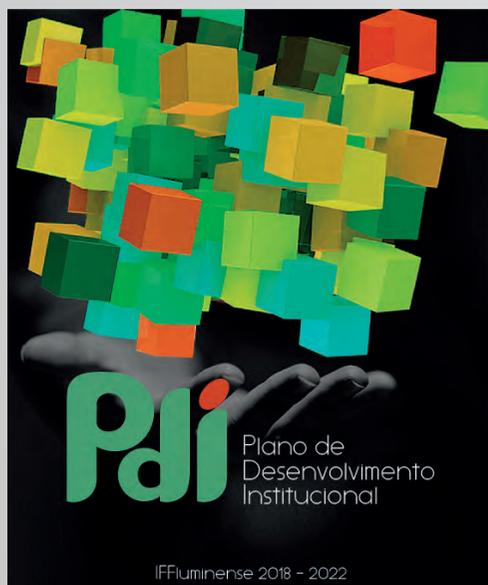


Figura 5.21 - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2022

Como forma de aprimorar as ações de acompanhamento do desenvolvimento institucional, em 2018, foi utilizado o sistema integrado de avaliação institucional. Esse sistema é parte integrante do Sistema Unificado de Administração Pública (Suap), permitindo que o processo de avaliação ocorra de forma mais integrada e com maior eficiência. Nesse sentido, a autoavaliação institucional – de caráter processual, qualitativo, dialógico e participativo – assume um caráter estratégico e basilar para o levantamento de indicadores e aspectos que contribuam para o aprimoramento do processo de gestão e que tragam subsídios concretos para identificação dos pontos focais de melhorias.



Novo Processo de Avaliação Institucional:

- ✓ mais ágil;
- ✓ mais transparente;
- ✓ mais abrangente;
- ✓ mais seguro;
- ✓ de maior qualidade.

Figura 5.22 – Divulgação da Avaliação Integrada no SUAP

Dado o exposto, pode-se afirmar que em 2018 o IFFluminense desenvolveu ações integradas e estratégicas no sentido de fortalecer a Missão Institucional e de atingir a Visão Institucional, aperfeiçoando as ações de gestão no que tange à definição e proposição dos objetivos estratégicos e das políticas educacionais. Estas ações continuam em andamento, tendo como próximos passos aproximar os servidores e alunos do PDI 2018-2022.

Esta ação estratégica associada ao objetivo “Desenvolver cultura orientada à estratégia” terá seu início em 2019, e se dará através de visitas da equipe gestora e apresentação do documento em todas as unidades do IFFluminense.

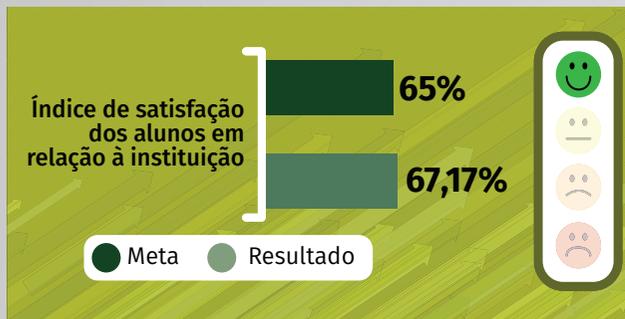
Espera-se assim que, com o aperfeiçoamento contínuo do processo de planejamento, a instituição possa cada vez mais utilizar com qualidade os seus recursos, em prol do desenvolvimento de programas, projetos e ações que possibilitem o alcance dos seus objetivos estratégicos.

Parte dos indicadores de desempenho, contidos no Plano Estratégico, ainda se encontram em fase de avaliação da viabilidade e implantação, assim como avaliação de ferramentas de coleta de dados e fontes de informações. A implantação de um módulo de acompanhamento do PDI, no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), prevista para 2019, possibilitará o acesso à base de dados estruturado, o qual contribuirá para o processo de composição e monitoramento dos indicadores.

Indicadores de Desempenho: Metas x Resultados Alcançados

A seguir, apresentam-se os indicadores de desempenho relacionados ao Desenvolvimento Institucional, bem como as suas respectivas metas e resultados alcançados no ano de 2018.

Atender as demandas dos alunos com efetividade

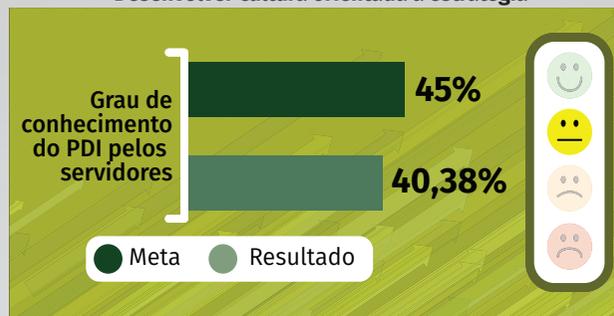


Padronizar os processos de trabalho



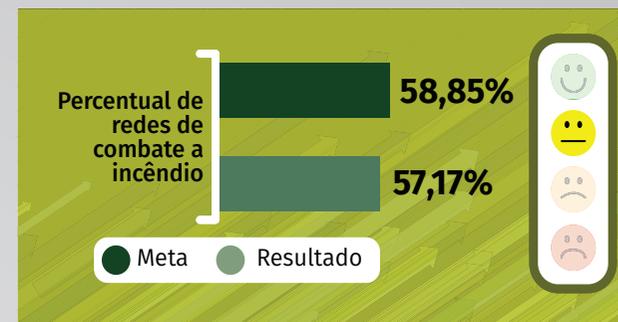
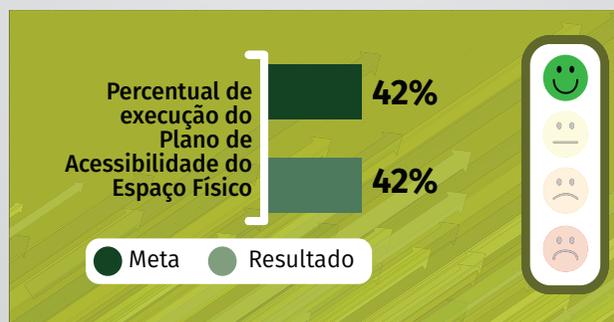
Houve grande adesão dos servidores para elaboração dos fluxos dos documentos internos. Ao mesmo tempo a plataforma utilizada tornou-se mais amigável, permitindo um maior avanço na informatização dos processos.

Desenvolver cultura orientada à estratégia



As ações de divulgação e apresentação do PDI, publicado em 2018, serão iniciadas, junto aos *campi*, em 2019. Acredita-se que a partir dessas ações o grau de conhecimento dos servidores tenha um acréscimo considerável.

Garantir infraestrutura física e de tecnologias adequadas



Atraso na contratação da execução das instalações de combate à incêndio no campus Campos Centro, o maior campus do IFF, com necessidade de adequação do edital.

Sustentabilidade Ambiental

Para reverter displicência identificada no tratamento do presente tema ao longo dos anos, foi instituído por meio da portaria nº 1135 de 23 de agosto de 2018 o Núcleo de Sustentabilidade, com atuação no âmbito do IFFluminense, vinculado à Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, com propósito inicial de constituir comissões e servir como ponto de convergência para as inúmeras experiências autônomas existentes nas diversas unidades administrativas que compõem o Instituto.

Entre os objetivos previstos na implantação do Núcleo encontram-se as ações de sustentabilidade no IFF, com foco em gestão de resíduos, eficiência energética e conscientização ambiental, trazendo propostas de formação para tomada de decisões em prol de um futuro sustentável, além de investigação de soluções, paradigmas e valores que sirvam uma sociedade sustentável, e a adequação dos *campi* com modelos e exemplos práticos de sustentabilidade à escala local/regional.

Na condição de objetivo institucional, as ações de sustentabilidade passaram a figurar no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2018-2022), onde o objetivo estratégico 23 versa sobre implantação de modelo de gestão sustentável de modo a garantir a eficiência na aplicação de recursos financeiros. Inicialmente estão presentes no PDI os seguintes indicadores:

I - Índice de consumo de energia elétrica – Estipular metas a serem alcançadas com relação ao kwh/usuário (alunos e servidores) - No ano de 2018, foi realizado um estudo de opção tarifária e contratos de demandas com expectativa de reduzir 5% no custo da energia elétrica. Pretende-se reduzir em 5% anuais até o ano de 2022 com o uso de energia fotovoltaica, e implementação de ações (modo de uso e substituição de equipamentos) que visem o uso eficiente de energia elétrica por meio do Núcleo de Sustentabilidade e Plano de Logística Sustentável (PLS).

II - Índice de consumo de água – Estipular metas a serem alcançadas com relação ao m³/ m² de área construída - Pretende-se reduzir 5% na relação m³/m² em 2019, e nos anos seguintes mais 3% ao ano, tendo em vista a substituição de

equipamentos para mais eficientes e a utilização de águas cinzas, por meio de ações do núcleo de sustentabilidade e do PLS.

As metas para estes indicadores ainda não estão estabelecidas, sendo necessário o levantamento e conhecimento da situação atual para que, a partir de 2019, as metas possam ser estimadas.

Crítérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Em função do reduzido período de funcionamento, ainda em fase de estruturação e regulamentação, ainda não foi possível relacionar intervenções nos editais com o propósito de definir critérios de sustentabilidade, entretanto, foi planejado para o ano de 2019, a elaboração do plano de logística sustentável (PLS) do IFF, atendendo assim os decretos nº 7.746, de 5 de junho de 2012 e nº 9.178, de 23 de outubro de 2017.

Os temas a serem tratados no PLS são: infraestrutura, equipamentos eficientes, materiais de consumo, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratações, e uso de energia renovável.

- As proposições elencadas no PLS buscarão metas a serem alcançadas de investimento e retorno de redução do custeio, possibilitando assim melhor utilização dos recursos da instituição tornando esta referência de gestão sustentável.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

Por sua vez, as ações originais se deram neste quesito onde em 2018, foi realizado um estudo de opção tarifária nos contratos de demandas de energia elétrica dos *campi* e das demais unidades, que possibilitou maior eficiência quanto gestão da energia comprada *versus* a utilizada. Esta ação trouxe considerável economia, possibilitando o uso mais eficiente dos recursos públicos, evitando o pagamento de valores extras na forma de multas por baixo fator de demanda conta de energia elétrica.

Também em 2018 foi colocada em prática, como política de manutenção a substituição gradativa de lâmpadas fluorescentes por Lâmpadas LED, que apresentam maior eficiência energética e integra as ações constante no guia para eficiência energética nas edificações públicas do Ministério de Minas e Energia.

Na mesma linha e também como política de manutenção, passou a ser realizada a substituição dos aparelhos de ar condicionado antigos por aparelhos classe A de eficiência no programa de etiquetagem do Inmetro. Esta ação foi iniciada no Polo de Inovação, unidade ligada à Reitoria do IFF, também em atendimento ao guia para eficiência energética nas edificações públicas do Ministério de Minas e Energia.

No campo da Energia Renovável, a gestão do IFF decidiu participar do processo licitatório em Regime Diferenciado de Contratações (RDC), sob o número RDC Nº 003/2018, realizado pelo IFSULDEMINAS, que prevê o Registro de preço para futura e eventual contratação integrada de pessoa jurídica especializada na tecnologia de produção de energia sustentável, para elaboração dos projetos básico e executivo, com fornecimento de materiais e equipamentos, construção, montagem e colocação em operação, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, em módulos de Geradores de Energia Solar Fotovoltaicos.

Nesse edital estão previstas a instalação de um ou mais sistemas fotovoltaicos de 18,48 kwp para os *campi* Macaé, São João da Barra, Itaperuna, Campos Guarus e Reitoria, todos eles voltados para redução do consumo e apoio ao custeio da instituição.

Outra ação de impacto na sustentabilidade é a transformação dos processos impressos em digitais através do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) instituindo o Processo Eletrônico Nacional (PEN) é uma iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública, com o intuito de construir uma infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônicos, objetivando a melhoria no desempenho dos processos do setor público, com ganhos em agilidade, produtividade, transparência, satisfação do usuário e redução de custos, contribuindo para sustentabilidade ambiental e econômica do IFFluminense.

Redução dos resíduos poluentes

Embora faça parte do conjunto de ações previstas no PLS, não foi possível apresentar em 2018, medidas concretas sobre este tema.

Comunicação

Com vistas ao atendimento das diretrizes colocadas pela Política de Comunicação do IFFluminense e em consonância com as demandas por informação e interação mediadas pelas novas formas de comunicação entre organizações e públicos, a Diretoria de Comunicação Social do Instituto Federal Fluminense definiu como objetivos estratégicos, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2018-2022), **Fortalecer a institucionalidade** e **Ampliar e aperfeiçoar a comunicação interna e com a sociedade**.

No ano de 2018, com o intuito de cumprir os objetivos estratégicos propostos, o IFFluminense desenvolveu, através da sua Diretoria de Comunicação, diversas atividades, dentre as quais destacam-se:



Encontro IFFluminense com a imprensa

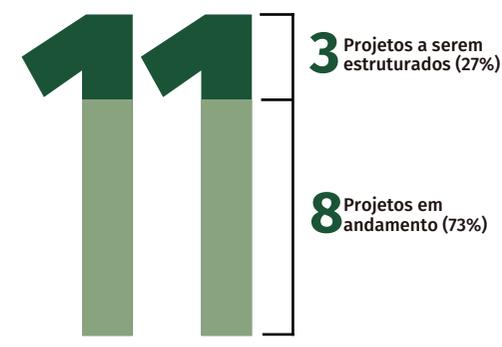
Teve por objetivo fortalecer a interlocução com os profissionais de imprensa, dotá-los de informações necessárias e adequadas ao seu trabalho, esclarecendo conceitos, estruturas e apresentando possibilidades de pautas, bem como de promover um *feedback* do atual trabalho realizado pela assessoria de imprensa do IFFluminense. A ação ainda fez parte das atividades comemorativas dos 10 anos dos Institutos Federais em todo o Brasil.



Construção do Banco de Fontes do IFFluminense

O objetivo é o cadastro de servidores interessados em colaborar com a instituição e a imprensa, por meio de entrevistas, levando-se em consideração que eles são fontes em potencial na divulgação de temas das diversas áreas do conhecimento e de interesse geral. A ação contribui para dar mais visibilidade aos conhecimentos produzidos na instituição, bem como agilizar o trabalho de resposta às demandas dos veículos de comunicação.

Total de Ações Previstas



Organização e realização da 42ª Reunião Anual dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec)

Este evento reuniu durante uma semana cerca de 1000 gestores de todo o Brasil e, neste ano, também convidados internacionais, para discutir e refletir sobre os rumos da educação profissional.

É também no ano de 2018 que a Diretoria de Comunicação implantou a rotina de construção de um Planejamento Estratégico e a cultura entre os seus servidores sobre a importância de conhecer seus processos e poder direcioná-los para o alcance de objetivos relevantes para a Diretoria. Dessa forma, incorporou-se à prática do setor a elaboração de indicadores e a realização de relatórios de acompanhamento e análise.

Ao término do ano, do total de 11 ações previstas nas iniciativas estratégicas do PDI, oito projetos estavam em andamento (73%) e três projetos a serem estruturados (27%), quais sejam:

Ação: Promover ações de comunicação integrada	Status: Contínuo
Descrição: Planejar de forma articulada ações, estratégias e produtos de comunicação com o objetivo de divulgar informações sobre a instituição, sua missão, objetivos e seu funcionamento de forma a consolidar sua imagem institucional para o maior número de pessoas, promovendo transparência de seus atos, identificação e reconhecimento/pertencimento por parte da comunidade onde está inserida.	

Ação: Orientar e desenvolver o planejamento estratégico de comunicação para ações institucionais	Status: Concluído
Descrição: Reuniões periódicas com o Fórum dos Comunicadores do IFF a fim de alinhar as ações de comunicação para que o Instituto Federal Fluminense seja reconhecido em todo o território de ocupação dos seus campi; Participação do grupo de trabalho para a construção do Plano de Comunicação do Conselho Nacional dos Institutos Federais (Conif), com contribuição da Política de Comunicação do IFF, além do planejamento e execução de ações e eventos para marcar os 10 anos dos Institutos Federais.	

Ação: Gerir e fortalecer o uso da marca IFF nos serviços e produtos de comunicação	Status: Concluído
Descrição: Redesign do material institucional e orientação aos servidores quanto ao uso adequado da marca.	

Ação: Promover o relacionamento com a imprensa e construção de agenda positiva	Status: Concluído
Descrição: Envio periódico de releases sobre ações e eventos; Indicação de fontes para notícias diversas; Agendamento de Entrevistas; Realização do Encontro IFFluminense com a Imprensa 2018 que, além de integrar as ações comemorativas dos 10 anos dos Institutos Federais, teve por objetivo estreitar o relacionamento com instituições parceiras e a imprensa e apropriá-las de informações a respeito do IFF, esclarecendo conceitos e estruturas, bem como apresentar possibilidades de pautas e parcerias.	

Ação: Apoiar ações de integração que envolvam a comunidade interna e externa	Status: Concluído
Descrição: Planejamento e realização da Reditec 2018. A Diretoria de Comunicação foi responsável pelo planejamento e realização das ações de comunicação do evento, executando: produção; coberturas jornalística, audiovisual e fotográfica, no site oficial e redes sociais oficiais envolvidas no evento; transmissão ao vivo do evento; comunicação interna; suporte e apoio ao evento nas atividades da programação.	

Ação: Promover campanhas sistêmicas de ingresso de estudantes e servidores	Status: Concluído
Descrição: planejamento de produção das campanhas de ingresso para Processo Seletivo e Vestibular 2018.1 e 2018.2, cursos de Pós-graduação, Concurso Público 2018, editais para Professor substituto, entre outros.	

Ação: Elaboração/Aprimoramento e manutenção de Produtos/Canais de Comunicação	Status: Contínuo
Descrição: Apoiar e desenvolver meios e instrumentos de aprimoramento dos canais de comunicação visando à interação social para que as informações se tornem acessíveis e compreensíveis ao maior número de pessoas, bem como para promover uma relação dialógica com a comunidade. A Diretoria de Comunicação do IFF promove, constantemente: o aprimoramento de seus canais de relacionamento, por meio da produção adequada de conteúdos tendo em vista seu caráter informativo, de transparência e de gestão; o monitoramento das reações e respostas de seus públicos para avaliação de cada canal; e a visibilidade das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Entre as ações, destacam-se: (a) mapeamento e gerenciamento de redes sociais na internet – Facebook, Instagram, Twitter, IFFtube, Flickr; (b) a gestão do site oficial – Portal do IFF – e do Portal de Seleções, envolvendo a produção e disponibilização de conteúdos, bem como o cuidado visual para facilitar a experiência do usuário; a produção audiovisual para divulgação de assuntos de interesse geral; e a atualização periódica de seu banco de imagens e vídeos.	

Ação: Implantar, consolidar e divulgar a Política de Comunicação	Status: Concluído
Descrição: O processo de implantação da Política de Comunicação do IFF tem como iniciativas a realização de ações que promovam uma comunicação dinâmica, integrada, sistêmica e transparente no âmbito do Instituto, seja com seu público interno ou externo. Entre as ações realizadas em 2018, destacam-se: Encontro IFFluminense com a Imprensa, com o objetivo de fortalecer a relação dialógica da instituição com os profissionais de veículos de comunicação; a criação do Banco de Fontes, com o registro de todos os servidores que podem contribuir em sua área de atuação com pautas sugeridas à imprensa ou solicitadas por ela; e a admissão de uma nova jornalista para o quadro de servidores ativos da Reitoria, tendo em vista a estruturação dos setores de Comunicação, também preconizada pela Política de Comunicação.	

Em 2019, com o objetivo de promover o processo contínuo de crescimento e fortalecimento da Comunicação no IFFluminense de forma eficiente, o conjunto de indicadores, metas e iniciativas continuarão a ser monitorados e avaliados.

CAP 06

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Declaração do Contador

A Coordenação de Contabilidade compõe a estrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense- IFF. O escopo desta declaração leva em consideração as demonstrações contábeis consolidadas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, tendo como base as seguintes unidades gestoras:

1. Reitoria
2. Campus Campos Centro
3. Campus Guarus
4. Campus Macaé
5. Campus Cabo Frio
6. Campus Itaperuna
7. Campus Quissamã

A conformidade contábil das unidades gestoras é realizada pelos Contadores, lotados em cada Campus descentralizado, sendo que a Reitoria é responsável pela execução orçamentária e financeira dos Campi não descentralizados (Campus Avançado Maricá, Campus Avançado Cambuci e Campus Avançado São João da Barra), Polo de Inovação, Centro de Referência e Reitoria. Dessa forma, a conformidade contábil do órgão é realizada pela Coordenadora de Contabilidade da Reitoria. Este procedimento tem o objetivo de certificar, se os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) está em conformidade com as Normas Contábeis aplicadas ao Setor Público, a Lei n. 4320/64, Lei complementar n. 101/2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público- NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público 7ª edição- MCASP e o Manual do SIAFI.

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFF estão elencadas abaixo:

- I. Balanço Patrimonial
- II. Balanço Orçamentário
- III. Balanço Financeiro
- IV. Demonstração dos Fluxos de Caixa
- V. Demonstração das Variações Patrimoniais

Assim sendo, a análise realizada nas demonstrações contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro, Patrimonial, e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidas pela Lei 4320/64, referente ao exercício de 2018 do Órgão 26434, refletem adequada-

Lilia Lourenço Ramos Rocha



mente a situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial, EXCETO no tocante as ressalvas apresentadas abaixo por unidades gestoras:

UG: 158139

- a. 315 - Falta/Restrição Conform. Registros de Gestão;
- b. 634 – Falta Avaliação de bens Móveis/Imov/Intang/Outros;
- c. 641 – Bens Imóveis não classificados como uso especial;
- d. 642 – Falta/Evolução Incompatível Dep. AT. Imobilizado;
- e. 643 – Falta/Evolução Incompatível Amortização. AT. Intangível.

Providências tomadas para sanar as inconsistências: a) A restrição 315 foi detectada em eventuais dias dos meses de janeiro (09), fevereiro (09), julho (03) e dezembro (11, 19 e 26) do exercício de 2018, indicando que foram lapsos esporádicos. Mesmo assim, a Diretoria de Administração, Orçamentária, Financeira e Contábil foi informada da ocorrência e orientada da eficácia do instrumento do registro diário da conformidade de gestão no controle de qualidade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora, conforme disposto no Ofício-Circular nº 22/2014/GAB/SPO/SE/MEC;b), d) ee) Quanto às restrições: 634 – Falta Avaliação de bens Móveis//Imov/Intang/Outros, 642 – Falta/Evolução Incompatível Dep. AT. Imobilizado e 643 – Falta/Evolução Incompatível Amortização. AT. Intangível, tratam inconsistências detectadas pelas ausências do procedimento de reavaliação dos bens móveis (Macrofunção 02.03.35), do registro incompatível da depreciação dos bens móveis e da amortização dos ativos intangíveis do IFF (Macro função 02.03.30). Diante disso, encontram-se andamento as providências para sanar as falhas apontadas com: (1) a instituição de Grupo de Trabalho Interdisciplinar (Portaria nº 1349 de 26 de setembro de 2017), que visa aprimorar, rever os procedimentos administrativos e o sistema informatizado voltado à gestão e controle dos bens Patrimoniais; (2) o processo de implantação do sistema de controle de bens patrimoniais (SUAP), na fase de desenvolvimento do Módulo “Mapa de Depreciação Mensal” e; (3) a previsão de implantação do SIADS a partir do exercício de 2019, disciplinada na portaria nº 385 de 28/11/2018, do Ministério do Planejamento,

Desenvolvimento e Gestão;c) Quanto à restrição, 641 – Bens Imóveis não classificado como uso especial, o instituto editou a Portaria nº 1894, de 27 de dezembro de 2017, regulamentando os procedimentos relativos à gestão de imóveis. Em decorrência disso, durante o exercício de 2018 foram efetuados registros com vistas a compatibilização dos dados registrados no sistema de patrimônio imobiliário da união (SPIUNET) e o SIAFI, ficando o saldo remanescente, causa da restrição apontada, a ser regularizado no exercício de 2019.

UG: 158274

- a. Restrição 634 - Falta Avaliação Bens Móveis/Imóveis,Intang./Outros;
- b. Restrição 642 - Falta/Evolução Incompatível Dep. At. Imobilizado;

Na Declaração do Contador dos exercícios de 2016 e 2017 foi informada a Restrição 606 Sld. Along./ Ind. Contas Trans. At. Circulante (Saldo de R\$ 10.329,30) na conta 1.13.81.12.00 Cred. aReceber por Cessão de Pessoal referente ao servidor Walter Luiz de Mello Loureiro CPF 617.867.137-72 conforme 2005NL000020 UG 153008 Gestão 15205;d) Restrição 606 também na conta 1.11.12.20.01 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS, possui conta corrente referente a Pgtº de Pessoal que não deveria ter valor, tais como: F 0100000000 310 R\$ 55,73 – F 0112000000 310 R\$ 20.993,44 e F 0312000000 310 R\$ 1.962,50; Em se tratando dos itens “c” e “d”, será solicitado a Contabilidade da Reitoria a verificação e regularização, visto que se trata de Pessoal (servidor).

UG: 158384

- a. 315 – Falta/Conformidade de Registro de Gestão
- b. 634 – Falta Avaliação de bens Móveis
- c. 640 – Saldo Contábil Bens Móveis não confere com RMB
- d. 642 – Falta/Evolução Incompatível Dep. AT. Imobilizado
- e. 674 – Saldo Alongado/indevido contas transit. Passivo Circulante

Quanto às restrições apontadas, seguem as seguintes considerações: a) A restrição 315, trata-se das ausências detectadas nos registros diários da conformidade de gestão ao longo do exercício de 2018, especificamente nos meses de: Janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, setembro, novembro e dezembro de 2018. Assim, visando atenuar a ocorrência desta falha apontada, à luz do Ofício-Circular nº 22/2014/GAB/SPO/SE/MEC, a Diretoria de Administração de Tecnologia da Informação foi orientada sobre a eficácia do instrumento do registro diário da conformidade de gestão no controle de qualidade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora; b e c) As restrições 634 – Falta Avaliação de bens Móveis e 640 – SD Contábil Bens Móveis não confere com RMB – foram causadas pela ausência do procedimento na avaliação dos bens móveis (Portaria STN 548/2015) doados para o Campus Macaé pela FUNDACAO IBGE-ADMINISTRACAO CENTRAL/RJ (114601 / 11301), registrado no SIAFI2018 através da 2017PA000040. Em decorrência disso, os bens doados não foram avaliados e não foram registrados no sistema de controle patrimonial (SUAP), causando a divergência entre o saldo do RMB e o SIAFI2018, especificamente na conta contábil 123.11.02.01 – Equipamento de Tecnologia da Infor

Comunicação/TIC. Dessa forma, o Campus Macaé aguarda a adoção do procedimento de avaliação de bens móveis pelo Órgão (IFF) para sanar a falha apontada, encontrando-se em fase de implementação com a instituição de um grupo de trabalho que visa analisar, revisar, aprimorar e padronizar os procedimentos a serem executados pelas gestões patrimoniais de cada campi descentralizados (Portaria nº 1349, de 26 de setembro de 2017); d) Quanto à restrição, 642 – Falta/Evolução Incompatível Dep. AT. Imobilizado, trata-se de inconsistências detectadas no registro incompatível da depreciação acumulada dos bens móveis transferidos para UG 158384, Campus Macaé, através das requisições nº 437, 458, 476, 553 e 720 através da UG 158139 - Reitoria. Dessa forma, para que a falha apontada seja sanada, se faz necessário o registro no SIAFI da depreciação acumulada dos bens móveis transferidos (item 5.5.4 da Macrofunção 02.11.34). No entanto, o sistema de Controle Patrimonial (SUAP) adotado pelo Órgão, o IFF, encontra-se em fase de desenvolvimento no módulo de “Mapa de Depreciação mensal”, sendo demanda apresentada para o grupo de trabalho que visa analisar, revisar, aprimorar e padronizar os procedimentos a serem executados pelas gestões patrimoniais de cada campi descentralizados (Portaria nº 1349, de 26 de setembro de 2017) instituído pelo IFF; e) A restrição 674, encontra-se no saldo alongado na conta contábil 213110400, referente a contratação de serviços de pessoa física por meio do processo de despesa 23044000824/2012. Dessa forma, para sanar a falha apontada foi instaurada Sindicância, conforme portaria nº 1730 de 30 de novembro de 2017, que visa apurar os elementos que envolveram a contratação da despesa na época e decidir pelo pagamento ou anulação do saldo.

UG: 158385

- a. 315- Falta/Restrição Conformidade de Registro de Gestão;
- b. 603- Saldo Contábil do Almoxarifado não confere c/ RMA
- c. 625 - Falta Reg./ Atualização Ajuste para Perdas Prováveis dos Bens Móveis.
- d. 642- Falta/Evolução Incompatível da Depreciação AT. Imobilizado;
- e. 674- Saldo Alongado/Indevido contas transitórias do Passivo Circulante.

Providências tomadas para sanar as inconsistências: a) Ausência de Conformidade de Gestão em dias esporádicos dos seguintes meses: janeiro, fevereiro, março, abril, maio, julho, setembro e novembro. Foi informada ao gestor a importância da tarefa diária da execução da Conformidade de Gestão conforme a Macrofunção 02.03.14;b) A restrição foi apontada nos meses de março a outubro de 2017. No entanto com as devidas atualizações no Sistema Informatizado de Controle de Estoque (SUAP- Sistema Unificado Administração Pública) e as regularizações necessárias feitas no SIAFI, não houve inconsistência entre o saldo contábil e o saldo constante no RMA no mês de dezembro/2018;c) A restrição referente à falta de Registro do ajuste para Perdas Prováveis dos Bens Móveis, esta em andamento o fornecimento das informações sobre as perdas de estoque junto com o setor de controle de almoxarifado; d) A restrição referente à Falta de Atualização e Registro da Depreciação dos Bens Móveis, esta em andamento o fornecimento das informações sobre a depreciação junto ao setor de patrimônio do Campus; e) A restrição foi apontada nos meses de abril, maio, junho, julho, outubro e novembro de 2017. No entanto foram feitas todas as regularizações necessárias e a mesma não apresentou inconsistência no mês de dezembro/2018.

UG: 158386

- a. 315 – Falta/Restrição Conform. Registro de Gestão;
- b. 603 – Saldo Contábil do Almox. não confere c/ RMA;
- c. 604 - Falta de Atualização de Ativo Circulantes;
- d. 634 – Falta Avaliação de bens Móveis;
- e. 640 – SD Contábil Bens Móveis não confere com RMB;

As providências adotadas e ou adotadas para sanar as inconsistências estão a cargo da Direção Administrativa e da Coordenação de Contabilidade e Finanças, assim, é de inteira responsabilidade da gestão os instrumentos de controles internos e externos adotados pela autarquia, pois os apontamentos do conformista contábil servem apenas de RECOMENDAÇÕES ficando a critério das chefias mediatas e imediatas tomarem as providências que julgarem adequadas. Observações: 315 – Em alguns dias ao longo do ano, a conformidade de gestão deixou de ser efetuada, sendo informado pela gestão que já adequou no cadastro de usuários o conformista substituto para evitar novas ocorrências; 603 e 604 – as divergências detectadas entre o saldo do RMA e SUAP já são de conhecimentos da gestão, que informaram que estão atualizando os respectivos saldos no sistema; 634 e 640 – A gestão informou que providenciará a realização da avaliação dos bens o mais breve possível.

UG: 158387

- a. 632 – Saldo Alongado/Indevido Contas Trans. Ativo Não Circulante Imobilizado;
- b. 634 – Falta Avaliação de bens Móveis;
- c. 642 – Falta/Evolução Incompatível Dep. AT. Imobilizado.
- d. 653 – Saldo Alongado/indevido Contas Controle
- e. 315 – Falta/Restrição Conform. Registro de Gestão.

Providências tomadas para sanar as inconsistências: a) 632 – A restrição se refere às contas contábeis: Semoventes e Obras em Andamento; Semoventes – Solicitado o relatório de Semoventes ao setor responsável para análise; Obras em Andamento – Aguardando informação das obras finalizadas para transferência de saldo para Reitoria para posteriormente incorporar ao bem; b) 634 – Foi comunicado aos gestores que o prazo para realização deste já está expirado e a citada restrição consta na conformidade contábil, solicitando que esta avaliação seja realizada o mais breve possível; c) 642 – A depreciação Acumulada não está em conformidade com os bens registrados por causa da ausência de prévia avaliação dos bens registrados anteriormente a 2010 que não estão sendo depreciados por este motivo, mas é alegado que resolvendo a restrição anterior estes bens serão incluídos no sistema SUAP atualizados e serão depreciados; d) 653 – A presente restrição refere-se à ausência de relatório de controle da produção em que se originam as receitas sendo que foi informado a necessidade do citado relatório aos setores responsáveis; e) 315 – Foi passada a informação da observância da assiduidade da Conformidade de registro de Gestão aos responsáveis.

UG: 158468

- a. 315 – Falta/Restrição Conform. Registro de Gestão;
- b. 634 – Falta Avaliação de bens Móveis;
- c. 642 – Falta/Evolução Incompatível Dep. AT. Imobilizado.

Providências tomadas para sanar as inconsistências: a) Ausência de conformidade de gestão em dias esporádicos dos seguintes meses: janeiro a junho e agosto a novembro. Foi informado ao gestor sobre a importância da tarefa diária da execução da Conformidade de Registro de Gestão, conforme Ofício-Circular nº 22/2014-GAB/SPO/SE/MEC e macrofunção do Siafi nº 020314 – Conformidade de Registro de Gestão; b) Considerando o item 4.1 da macrofunção Siafi 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável em que é mencionado que as reavaliações devem ser feitas pelos menos anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado mudem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, e a cada quatro anos, para as demais contas ou grupos de contas; a partir da competência de novembro de 2018 foi lançada a restrição nº 634. Foi solicitada à Diretoria de Administração do Campus providências quanto à reavaliação dos bens móveis e redução ao valor recuperável conforme memorando 11/2018 da Coordenação contabilidade do campus Cabo Frio, de 18/12/2018; c) O valor da Depreciação Acumulada apresenta inconsistência, pois consta pendente a transferência da depreciação acumulada referente aos bens transferidos pela UG 158139, por meio dos seguintes documentos hábeis 2017PA000084, 2018PA000008, 2018PA000051, 2018PA000056, 2018PA000063 E 2018PA000066. A contabilidade da Reitoria informou que não efetuou as transferências das depreciações acumuladas, pois o módulo “DEPRECIACÃO” do sistema SUAP apresenta inconsistências.

UG: 155851

- a. 302 – Atraso de remessa do RMA;
- b. 315 – Falta/Restrição Conform. Registro de Gest;
- c. 603 – Saldo Contábil do Almox. não confere c/ RMA;
- d. 642 – Falta/Evolução Incompatível Dep. AT. Imobilizado.

Providências tomadas para sanar as inconsistências: a) A servidora responsável pelo envio do Relatório de Movimentação de Almoxarifado foi informada da necessidade de entrega do mesmo de forma tempestiva; b) A servidora responsável pela Conformidade de Gestão foi informada da necessidade em se atentar a esses registros para que futuras restrições não ocorram em meses subsequentes; c) As devidas regularizações foram tomadas e sanadas com o setor do almoxarifado; d) Devido à reatualização do SUAP, os valores de Mapa de Depreciação não estavam atualizados, impossibilitando que a depreciação fosse realizada no período. Aguardando posição dos setores responsáveis.

Campos dos Goytacazes (RJ), março de 2019

Lília Lourenço Ramos Rocha

CRC/RJ: 110193/O-3

Balço Patrimonial

ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	51.757.917,12	17.007.218,86	PASSIVO CIRCULANTE	35.587.280,28	3.099.699,31
Caixa e Equivalentes de Caixa	34.495.791,31	6.052.818,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e a pagar a Curto Prazo	26.414.924,34	
Créditos a Curto Prazo	41.506,80	41.506,80	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto	5.659.518,18	2.920.570,55
Créditos tributários a receber	41.506,80	41.506,80	Demais Obrigações a Curto Prazo	3.512.837,76	179.128,76
Demais Créditos e Valores de Curto	15.755.029,71	9.701.018,62	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	-	-
Estoques	1.465.589,30	1.211.875,44	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	35.587.280,28	3.099.699,31
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	396.120.935,35	207.560.035,92	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Ativo Realizável a Longo Prazo	-		Resultados Acumulados	412.291.572,19	221.467.555,47
Estoques			Resultado do Exercício	228.362.180,72	20.536.803,44
Investimentos	2.410,21	2.410,21	Resultado de exercícios anteriores	221.467.555,47	203.876.729,87
Participações Permanentes	2.410,21	2.410,21	Ajustes de exercícios anteriores	(37.538.164,00)	(2.945.977,84)
Demais Investimentos Permanentes			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	412.291.572,19	221.467.555,47
(-) Redução do Valor Recuperável			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO	447.878.852,47	224.567.254,78
Imobilizado	396.030.223,97	207.457.264,65			
Bens Moveis	63.670.335,98	59.637.000,22	<p>O Resultado do Exercício 2018 foi um superávit de R\$ 228.362.180,72 e Ajuste de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 34.592.186,16. Assim sendo, observa-se que houve um aumento no superávit de 1.011,96% em relação ao exercício de 2017, alavancado principalmente pela reavaliação de bens imóveis efetuados em 2018.</p>		
Bens Moveis	96.120.581,70	88.454.691,89			
(-) Depreciação, Exaustão e Acumuladas	-32.450.245,72	-28.817.691,67			
(-) Redução do Valor Recuperável					
Bens Imóveis	332.359.887,99	147.820.264,43			
Bens Imóveis	336.785.363,69	151.259.105,75			
(-) Depreciação, Exaustão e Acumuladas	-4.425.475,70	-3.438.841,32			
(-) Redução do Valor Recuperável					
Intangível	88.301,17	100.361,06			
Softwares	215.081,48	211.077,48			
Marcas, Direitos e Patentes	140	140			
Direito de Uso De Imóveis					
(-) Amortização Acumulada	-126.920,31	-110.856,42			
(-) Redução do Valor Recuperável					
TOTAL DO ATIVO	447.878.852,47	224.567.254,78			

Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2018	2017
Impostos, Taxas E Contribuições De Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração E Venda De Bens, Serviços E Direitos	2.798.936,70	1.248.524,62
Venda De Mercadorias	123.022,50	181.592,06
Exploração De Bens E Direitos E Prestação De Serviços	2.675.914,20	1.066.932,56
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	32,33	185,62
Juros E Encargos De Mora	32,33	185,62
Transferências Recebidas	457.484.916,24	437.509.871,39
Transferências Intra Governamentais	457.138.932,65	436.271.220,01
Outras Transferências e delegações recebidas	345.983,59	1.238.651,38
Valorização E Ganhos Com Ativos	238.727.579,13	186.803,05
Reavaliação De Ativos	238.670.375,48	-
Ganhos Com Desincorporação de passivos	57.203,65	186.803,05
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	223.613,90	62.643,61
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	223.613,90	62.643,61
Variações Patrimoniais Aumentativas	699.235.078,30	439.008.028,29

Verifica-se que o resultado patrimonial do exercício de 2018 foi positivo no valor de R\$ 228.362.180,72. Dessa forma, em comparação com o exercício anterior houve um aumento significativo de 1.011,97% no resultado. Esse resultado é em grande parte proveniente dos registros que visaram à regularização e reavaliação dos imóveis de Uso especial do instituto constante no SPIUNET.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2018	2017
Pessoal E Encargos	258.776.519,54	246.519.941,75
Remuneração A Pessoal	204.255.776,43	193.373.455,50
Encargos Patronais	42.666.293,42	40.453.094,10
Benefícios A Pessoal	11.831.738,13	12.659.025,82
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal E Encargos	22.711,56	34.366,33
Benefícios Previdenciários	68.001.066,48	57.257.428,73
Aposentadorias E Reformas	58.079.905,53	48.238.567,96
Pensões	9.813.576,52	8.930.490,53
Outros benefícios previdenciários e assistenciais	107.584,43	88.370,24
Uso De Bens, Serviços E Consumo De Capital Fixo	54.837.306,41	53.652.550,57
Uso De Material De Consumo	6.236.916,33	5.346.373,25
Serviços	44.262.269,74	42.576.331,28
Depreciação, Amortização E Exaustão	4.338.120,34	5.729.846,04
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	42.244,76	12.938,15
Juros E Encargos De Mora	42.244,75	12.938,15
Descontos Financeiros Concedidos	0,01	
Transferências Concedidas	49.611.105,31	46.737.221,76
Transferências Intra Governamentais	49.192.433,72	45.743.191,74
Transferências A Instituições Privadas	72.688,00	36.550,00
Outras Transferências e delegações concedidas	345.983,59	957.480,02
Desvalorização e Perda de Ativos	24.906.972,87	5.081,99
Reavaliação, redução e valor recuperável e ajustes p/ perdas	24.902.923,61	
Perdas Involuntárias	4.049,19	
Desincorporação de ativos	0,07	5.081,99
Tributárias	120.158,16	40.817,21
Impostos, Taxas E Contribuições De Melhoria	5.598,55	4.503,83
Contribuições	114.559,61	36.313,38
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	14.577.524,05	14.245.244,69
Incentivos	10.872.676,72	10.530.005,04
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.704.847,33	3.715.239,65
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	470.872.897,58	418.471.224,85
Resultado Patrimonial Do Período	228.362.180,72	20.536.803,44

Balço Orçamentário

RECEITAS (R\$ MILHÕES)						
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo		
Receitas Correntes	1.694.237,00	1.694.237,00	2.801.068,63	1.106.831,63		
Receita Tributária						
Receita de Contribuições						
Receita Patrimonial	227.519,00	227.519,00	223.916,63	-3.602,37		
Receita Agropecuária	166.245,00	166.245,00	123.022,50	-43.222,50		
Receita de Serviços	1.293.643,00	1.293.643,00	2.452.029,89	1.158.386,89		
Outras Receitas Correntes	6.830,00	6.830,00	2.099,61	-4.730,39		
Receita de Capital	-	-	-	-		
Total das Receitas Orçamentárias	1.694.237,00	1.694.237,00	2.801.068,63	1.106.831,63		
Resultado Orçamentário	Déficit		412.284.790,95	412.284.790,95		
Total	1.694.237,00	1.694.237,00	415.085.859,58	413.391.622,58		
DESPESAS (R\$ MILHÕES)						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Saldo
Despesas Correntes	376.765.261,00	405.256.792,00	403.617.230,53	393.470.427,82	360.431.916,67	1.639.561,47
Pessoal e encargos sociais	298.535.289,00	327.154.541,00	323.356.936,93	323.356.936,93	296.039.134,47	3.797.604,07
Outras Correntes	78.229.972,00	78.102.251,00	80.260.293,60	70.113.490,89	64.392.782,20	-2.158.042,60
Despesa de Capital	7.850.000,00	7.700.000,00	11.468.629,05	3.394.004,23	2.344.615,91	-3.768.629,05
Investimentos	7.850.000,00	7.700.000,00	11.468.629,05	3.394.004,23	2.344.615,91	-3.768.629,05
Total das Despesas Orçamentárias	384.615.261,00	412.956.792,00	415.085.859,58	396.864.432,05	362.776.532,58	-2.129.067,58

Das despesas executadas, observa-se uma execução de despesas no percentual de 99,60%, impulsionado pela execução das despesas com pessoal e encargos que apresentou uma execução de 98,84%.

Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EX ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DEZ DO EX.ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.755.053,63	9.619.815,36	7.439.156,04	7.295.260,35	860.663,00	3.218.945,64
Pessoal e encargos sociais						
Juros e encargos da dívida						
Outras despesas correntes	1.755.053,63	9.619.815,36	7.439.156,04	7.295.260,35	860.663,00	3.218.945,64
DESPESAS DE CAPITAL	7.314.987,20	11.150.619,06	10.480.972,53	9.753.635,67	5.270.943,21	3.441.027,38
Investimentos	7.314.987,20	11.150.619,06	10.480.972,53	9.753.635,67	5.270.943,21	3.441.027,38
Inversões financeiras						
Amortização da dívida						
TOTAL	9.070.040,83	20.770.434,42	17.920.128,57	17.048.896,02	6.131.606,21	6.659.973,02

Das despesas inscritas em restos a pagar não processados no exercício de 2018, 61,88% referem-se a investimentos, sendo grande parte relativa às obras do Instituto Federal Fluminense. Consta-se que 86% dos restos a pagar não processados cancelados referem-se a Investimentos, bem como 47% do saldo a liquidar e 53% são de outras despesas correntes.

Demonstrativo de execução dos restos a pagar processados e não processados liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EX ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EX. ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	235.134,73	2.012.886,00	2.010.270,65	58.033,43	179.716,65
Pessoal e encargos sociais					
Juros e encargos da dívida					
Outras despesas correntes	235.134,73	2.012.886,00	2.010.270,65	58.033,43	179.716,65
DESPESAS DE CAPITAL	35.408,29	810.409,29	689.909,29	476,22	155.432,07
Investimentos	35.408,29	810.409,29	689.909,29	476,22	155.432,07
Inversões financeiras					
Amortização da dívida					
TOTAL	270.543,02	2.823.295,29	2.700.179,94	58.509,65	335.148,72

Das despesas inscritas em restos a pagar processados no exercício de 2018, observa-se que 87,27% foram pagos, 1,89% foram cancelados e há um saldo de 10,83% a ser executado.

Demonstração do Fluxo de Caixa

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2018	2017
INGRESSOS	461.158.052,23	438.167.714,82
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2.801.068,63	1.311.353,85
Receita Patrimonial	223.916,63	251.240,84
Receita Agropecuária	123.022,50	181.592,06
Receita de Serviços	2.452.029,89	815.877,34
Outras Receitas derivadas e Originárias	2.099,61	62.643,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS	-	-
OUTROS INGRESSOS DAS OPERAÇÕES	458.356.983,60	436.856.360,97
Ingressos extraorçamentários	996.536,66	585.140,96
Transferências financeiras recebidas	457.138.932,65	436.271.220,01
Arrecadação de outra unidade	221.514,29	-
DESEMBOLSOS	(419.926.918,05)	(422.403.756,35)
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	(327.087.023,68)	(335.676.834,50)
Previdência Social	(63.022.392,11)	(57.773.455,31)
Educação	(264.064.631,57)	(277.903.379,19)
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	(42.650.423,99)	(40.391.412,66)
Intragovernamentais	(42.577.735,99)	(40.354.862,66)
Outras transferências concedidas	(72.688,00)	(36.550,00)
OUTROS DESEMBOLSOS DAS OPERAÇÕES	(50.189.470,38)	(46.335.509,19)
Dispêndios extra orçamentários	(997.036,66)	(592.317,45)
Transferências Financeiras concedidas	(49.177.974,57)	(45.743.191,74)
Demais pagamentos	(14.459,15)	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	41.231.134,18	15.763.958,47
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	(12.788.160,87)	(16.218.510,47)
Aquisição de Ativo Não Circulante	(12.784.156,87)	(16.200.491,83)
Outros desembolsos de investimentos	(4.004,00)	(18.018,64)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(12.788.160,87)	(16.218.510,47)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	28.442.973,31	-454.552,30
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	6.052.818,00	6.507.370,30
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	34.495.791,31	6.052.818,00

O fluxo de caixa no exercício de 2018 apresentou um aumento em 469,91% em relação ao exercício anterior, justificado pela nova sistemática de emissão de OB, que ocasionou a permanência de saldo financeiro destinados ao pagamento da folha de pagamento na conta Única da União em 31/12/2018, sendo somente repassados aos bancos em 02/01/2019.

O fluxo das atividades das operações apresentou saldo positivo de R\$ 41.231.134,18 e verificamos que os ingressos foram superiores aos desembolsos.

Balço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ReceitaOrçamentária	2.801.068,63	1.311.353,85	DespesaOrçamentária	415.085.859,58	391.751.630,87
Ordinária	2,00	35.153,20	Ordinária	336.684.869,55	121.908.074,89
Vinculada	2.891.893,82	1.276.200,65	Vinculada	78.400.990,03	269.843.555,98
Previdência Social(RPPS)	-	-	Educação	-	258.364.961,40
Recursos de ReceitasFinanceiras	-	-	Seguridade Social (ExcetoPrevidência)	12.839.288,95	-
Outros recursos vinculados a órgãos e programas	2.891.693,82	1.276.200,65	Previdência Social (RPPS)	50.787.273,17	-
(-) Dedução da receitaorçamentária	(90.827,19)	-	Recursos de ReceitasFinanceiras	5.195.189,06	-
			Operação de crédito	-	6.308.233,78
			Outros recursos vinculados a órgãos e programas	5.511.166,36	903.805,44
			Outros recursos vinculados a Fundos	4.068.072,49	4.266.555,36
TransferênciasFinanceirasRecebidas	457.138.932,65	436.271.220,01	TransferênciasFinanceirasConcedidas	49.177.974,57	45.743.191,74
Resultante da execuçãoorçamentária	427.445.449,99	403.816.637,54	Resultante da execuçãoorçamentária	39.102.917,02	39.433.556,87
RepasseRecebido	388.456.873,99	364.383.080,67	RepasseConcedido	114.341,02	
Sub-repasserecebido	38.988.576,00	39.433.556,67	Sub-repasseconcedido	38.988.576,00	39.433.556,87
Independente da ExecuçãoOrçamentária	29.693.482,66	32.454.582,47	Independente da ExecuçãoOrçamentária	10.075.057,55	6.309.634,87
Transferência recebidas para pagamento de RP	28.776.415,66	31.378.629,51	Transferência concedidas para pagamento de RP	9.750.269,88	6.274.481,67
Movimentação de saldospatrimoniais	917.067,00	1.075.952,96	Demaistransferênciasconcedidas	12.463,38	-
Aporte de RPPS	-	-	Movimento de saldospatrimoniais	312.324,29	35.153,20
Aporteao RGPS	-	-	Aporteao RPPS		
			Aporteao RGPS		
Recebimentos Extra-Orçamentários	53.527.377,95	23.808.607,75	Despesas Extra-Orçamentários	20.760.571,77	24.350.911,30
Inscrição de Restos a Pagar Processados	34.087.899,47	2.453.032,37	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	2.700.179,94	3.382.944,04
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	18.221.427,53	20.770.434,42	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	17.048.896,02	20.375.649,81
Depósitos restituíveis e valores vinculados	996.536,66	585.140,96	Depósitos restituíveis e valores vinculados	997.036,66	592.317,45
Outros recebimentosextraorçamentários	221.514,29	-	Outros pagamentosextraorçamentários	14.459,15	-
Arrecadação de outraunidade	221.514,29	-	Demaispagamentos	14.459,15	-
Saldo do Período Anterior	6.052.818,00	6.507.370,30	Saldo para o exercício seguinte	34.495.791,31	6.052.818,00
Caixa e equivalente de caixa	6.052.818,00	6.507.370,30	Caixa e equivalente de caixa	34.495.791,31	6.052.818,00
TOTAL	519.520.197,23	467.898.551,91	TOTAL	519.520.197,23	467.898.551,91

Base de Preparação das Demonstrações e das práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis do IFF são elaboradas conforme a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11) e Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

As demonstrações contábeis encontram-se consolidadas com as informações de todas as Unidades Gestoras do IFF tendo sido elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e baseadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC).

A estrutura e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Notas Explicativas.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Seguem elencados abaixo os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Estoques

Compreendem as mercadorias de almoxarifado, avaliadas inicialmente pelo seu valor de aquisição e suas saída e baixa foram avaliadas pelo Custo Médio Ponderado, conforme as orientações/recomendações da STN referentes aos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, constantes na Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

Considerando-se a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Contudo, tais práticas contábeis não estão totalmente implementadas, especialmente o registro de depreciação compatível com a vida útil do bem e a redução do valor recuperável e a reavaliação dos bens móveis.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP e a Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb: Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN/ MF (www.tesouro.gov.br) e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados:

- I. aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- II. houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- III. seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data

base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Redução ao valor recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb: Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN/MF (www.tesouro.gov.br).

No momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por irre recuperabilidade foi reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, efetuando lançamentos cuja contrapartida foi diretamente no patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por irre recuperabilidade do ativo é reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida diretamente o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por irre recuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo é ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as

características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão:

- I. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. empréstimos e financiamentos;
- III. fornecedores e contas a pagar;
- IV. obrigações fiscais;
- V. obrigações de repartições a outros entes;
- VI. provisões;
- VII. demais obrigações.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Notas Explicativas

Contexto Operacional

O Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma Instituição de educação superior, básica e profissional, vinculada ao Ministério da Educação e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Atualmente a estrutura institucional do IFF é composta por sete Unidades Gestoras: Campus Centro, Campus Macaé, Campus Itaperuna, Campus Guarus, Campus Bom Jesus de Itabapoana, Campus Cabo Frio e Campus Quissamã, todas são unidades orçamentárias e administrativas investidas do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios e descentralizados.

O IFF tem como missão promover a Educação Profissional e Tecnológica nacional e suas relações com a educação básica e superior a partir das regiões noroeste, norte e baixadas litorâneas do estado do Rio de Janeiro. Assim, sendo constituído por 12 campi, um Polo de Inovação, um Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação e a Reitoria, o instituto encontra-se situado em 12 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Nota 01 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2018, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense possuía saldo de R\$ 17.533.294,64, relativo às obrigações contratuais que serão executadas no exercício financeiro de 2018 e nos próximos exercícios.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos e a evolução em termos percentuais.

	31/12/2018	31/12/2017	AV (%)	AH (%)
Aluguéis	17.771,45	39.383,54	0,10	-54,87
Fornecimento de Bens	603.851,48	1.097.220,67	3,44	-44,96
Seguros		34.000,00	0,00	-100,00
Serviços	16.911.671,71	24.011.087,30	96,46	-29,57
Total	17.533.294,64	25.181.691,51	100,00	-30,37

Tabela 6.1 – Obrigações Contratuais – Composição - R\$ milhares (ou R\$)
R\$ milhares (ou R\$)

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017 e 2018.

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviços que representam

96,46% do total das obrigações assumidas pelo Órgão 26434 – IFF até 31/12/2018. Houve redução significativa nas Obrigações Contratuais em relação a dezembro de 2017, impulsionada por regularizações efetuadas pela Reitoria, UG 158139, nas contas relativas às obrigações contratuais, ajustando os saldos alongados constantes nas contas contábeis: 8.1.2.3.1.02.01 – Contratos de Serviços a Executar e 8.1.2.3.1.01.01 – Contratos de Seguros em Execução.

A seguir, apresenta-se tabela contendo valores por Unidade Gestora contratante na data base de 31/12/2018.

	31/12/2018	AV (%)
UG 158139	6.787.212,10	40,13
UG 158274	3.676.879,54	21,74
UG 158384	263.218,90	1,56
UG 158385	1.453.003,88	8,59
UG 158386	478.480,52	2,83
UG 158387	2.290.268,41	13,54
UG 158468	1.078.457,33	6,38
UG 155851	884.151,03	5,23
Total	17.533.294,64	100,00

Tabela 6.2 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante
R\$ milhares (ou R\$)

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018.

A unidade gestora 158139 (Reitoria) é responsável por 40,13% do total contratado, isso se deve principalmente pelo fato de registrar a sua execução de contratos e a dos contratos de seis Campi centralizados.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 06 (seis) contratos com valores mais significativos na data base de 31/12/2018.

	31/12/2018	AV (%)
Contratado A: Best Vigilância e Segurança Ltda	3.817.496,49	21,77
Contratado B: Ferthymar Empreendimentos e Participações LTDA	2.580.740,49	14,72
Contratado C: Liderança Limpeza e Conservação LTDA	1.559.841,27	8,90
Contratado D: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA	959.963,15	5,47
Contratado E: Locadora Sul LTDA - EPP	910.403,92	5,19
Contratado F: Total Clean Comércio e Serviços Eirelli	788.380,54	4,50
Demais	6.916.468,78	39,45
Total	16.274.946,96	100,00

Tabela 6.3 – Obrigações Contratuais – Por Contratado
R\$ milhares (ou R\$)

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018.

Em relação aos contratados A, B, C, D, E e F, estes representam 60,55% do total dos contratos. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

CONTRATO	OBJETO	VIGÊNCIA
14/2014	Prestação de serviço de vigilância patrimonial com dedicação exclusiva dos empregados de forma indireta e contínua nas dependências dos campi Itaperuna, Maricá e Santo Antônio de Pádua.	30/09/2019
07/2017	Execução de remanescente de serviços não integralmente executados, em virtude de rescisão unilateral do contrato nº 22/2016, oriundo do pregão nº 45/2016 – Processo Licitatório nº 23317.001237.2016-15, especializada para Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com dedicação exclusiva dos empregados, nos campi Campos Centro, Campos Guarus, Macaé, Quissamã, Cabo Frio, Bom Jesus do Itabapoana, Campus Avançado de Cambuci, Polo de Inovação Campos dos Goytacazes, Reitoria, Campus Avançado São João da Barra e Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação.	03/08/2019

(a) Contratado A: Best Vigilância e Segurança Ltda. - CNPJ: 05.234.289/0001-27.

CONTRATO	OBJETO	VIGÊNCIA
09/2014	Prestação de serviços de motorista para atender demanda de transporte dos Campi do Instituto Federal Fluminense.	31/07/2019
15/2018	Prestação de Serviços de apoio administrativo do Campus Campos Centro, Pregão nº 12/2018.	30/09/2019
02/2018	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação, nas dependências do Campus Itaperuna, Pregão nº 01/2018.	31/07/2019

(b) Contratado B: Ferthymar Empreend. e Participações LTDA - CNPJ: 04.635.778/0001-28.

CONTRATO	OBJETO	VIGÊNCIA
03/2016	Prestação de serviços de Agropecuária e Produção de Alimentos, com dedicação exclusiva dos empregados, nas dependências dos Campi Bom Jesus do Itabapoana e Cambuci	31/10/2019
03/2018	Prestação de serviços de recebimento, armazenamento, higienização, preparo e distribuição de alimentos, nas dependências do Campus Itaperuna.	31/07/2019

(c) Contratado C: Liderança Limpeza e Conservação LTDA– CNPJ: 00.482.840/0001-38

CONTRATO	OBJETO	VIGÊNCIA
12/2018	Prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento de combustíveis e prestação de serviços de gerenciamento e administração de despesas de manutenção automotiva em geral (preventiva e corretiva) do IFF	31/08/2019

(d) Contratado D: Prime Consultoria e Assessoria Emp. LTDA– CNPJ: 05.340.639/0001-30

CONTRATO	OBJETO	VIGÊNCIA
01/2017	Prestação de serviços de limpeza, conservação e apoio administrativo no Campus Macaé.	31/07/2019.
01/2017	Prestação de serviços de limpeza, conservação e apoio administrativo no Campi Bom Jesus do Itabapoana e Cambuci.	10/09/2019.

(e) Contratado E: Locadora Sul LTDA – EPP – CNPJ: 90.169.285/0001-81

CONTRATO	OBJETO	VIGÊNCIA
05/2015	Prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção predial e apoio administrativo (recepção), com dedicação exclusiva dos empregados, nas dependências do Campus Santo Antônio de Pádua.	31/01/2020

(f) Contratado E: Total Clean Comércio e Serviços Eirelli – CNPJ: 15.145.687/0001-2

Nota 02 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2018, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo em aberto de R\$ 5.659.518,18 relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo todas as obrigações de curto prazo e com fornecedores nacionais. A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Circulante	5.659.518,18	2.920.570,55	93,78
Fornecedores Nacionais	5.659.518,18	2.920.570,55	93,78
Total	5.659.518,18	2.920.570,55	93,78

Tabela 6.4 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição
R\$ milhares (ou R\$)

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017 e 2018.

Na sequência, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2018.

	31/12/2018	AV (%)
UG 158139 – Instituto Fed. de Educação, Ciência e Tec. Fluminense (Reitoria)	1.770.914,63	31,29
UG 158274 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Campos Centro	1.400.223,26	24,74
UG 158385 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Itaperuna	432.791,54	7,64
UG 158386 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Guarus	724.255,87	12,80
UG 158387 – Inst. Fed. Fluminense/ Campus Bom Jesus do Itabapoana	652.924,93	11,54
UG 158468 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Cabo Frio	289.767,17	5,12
UG 158384 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Macaé	215.050,66	3,80
UG 155851 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Quissamã	173.590,12	3,07
Total	5.659.518,18	100,00

Tabela 6.5 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante
R\$ milhares (ou R\$)

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018.

As unidades gestoras 158139 e 158274 são responsáveis por 56,03% do total a ser pago. A unidade gestora 158139, Reitoria do Instituto Federal Fluminense, apresenta um valor expressivo de obrigações a pagar, pois abrange a sua execução e a de seis Campi centralizados. Já a unidade gestora 158274, Campus Campos Centro é o maior Campus do Instituto.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os oito fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2018.

	31/12/2018	AV (%)
Fornecedor A: BEST VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	601.663,98	10,63
Fornecedor B: AMPLA ENERGIA e SERVIÇOS S.A	537.833,43	9,50
Fornecedor C: NASCIMENTO & FILHOS EMPREEN E NEGOCIOS IMOBILIA	300.900,88	5,32
Fornecedor D: MAZA COMERCIAL EIRELI - EPP	262.729,89	4,64
Fornecedor E: M. PAES SERVICOS LTDA	256.246,27	4,53
Fornecedor F: L. SUL LOCADORA DE SERVICOS - EIRELI	254.734,24	4,50
Fornecedor G: FERTHYMAR EMPREENDIMENTOS e PARTICIPAÇÕES	251.041,97	4,44
Fornecedor H: FLEXIMADE COMERCIO E SERVICOS DE MOVEIS LTDA	243.892,00	4,31
Demais	2.950.475,52	52,13
Total	5.659.518,18	100,00

Tabela 6.6 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

Valores em R\$

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018

Em relação aos fornecedores A, B, C, D, E, F, G e H eles representam 47,87% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

a. Fornecedor A: BEST VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

Contrato 14/2014: Prestação de serviço de vigilância patrimonial com dedicação exclusiva dos empregados de forma indireta e contínua nas dependências dos campi Itaperuna, Maricá e Santo Antônio de Pádua;

Contrato 07/2017: Prestação de serviço de vigilância patrimonial com dedicação exclusiva dos empregados de forma indireta e contínua nas dependências dos campi Campos Centro, Campos Guarus, Macaé, Quissamã, Cabo Frio, Bom Jesus do Itabapoana, Campus Avançado de Cambuci, Polo de Inovação Campos dos Goytacazes, Reitoria, Campus Avançado São João da Barra e Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação;

b. Fornecedor B: AMPLA ENERGIA e SERVIÇOS S.A

Serviço de energia elétrica em todos os Campi do IFF;

c. Fornecedor C: NASCIMENTO & FILHOS EMPREEN E NEGOCIOS IMOBILIA

Contrato 36/2016: Obra de Engenharia para conclusão da Construção do Prédio dos Laboratórios do Campus Guarus referente a Concorrência nº 09/2016;

d. Fornecedor D: MAZA COMERCIAL EIRELI – EPP

Contratos 02/2015 e 01/2016: Serviços de limpeza, conservação e apoio administrativo nas dependências dos Campus Cabo Frio e Campus Itaperuna;

e. **Fornecedor E:** M. PAES SERVICOS LTDA

Contrato 15/2017: Obra de Engenharia para Construção das salas de aulas de Cambuci referente a Concorrência nº 01/2017;

f. **Fornecedor F:** L. SUL LOCADORA DE SERVICOS - EIRELI

Contrato 01/2017- Prestação de serviços de limpeza, conservação, jardinagem e apoio administrativo (recepção), nas dependências do Campus Bom Jesus do Itabapoana e Campus Cambuci;

Contrato 01/2017: Prestação de serviços de limpeza, conservação, jardinagem e apoio administrativo (recepção), nas dependências do Campus Macaé;

g. **Fornecedor G:** FERTHYMAR EMPREENDIMENTOS e PARTICIPAÇÕES

Contrato 15/2018: Serviços de apoio administrativo do Campus Campos Centro, Pregão nº 12/2018. Processo nº 23318.005492/2018-99;

Contrato 02/2018: Prestação de serviços de Limpeza e Conservação, nas dependências do Campus Itaperuna, Pregão nº 01/2018. Processo nº 23322.000048.2018-18;

Contrato 09/2014: Prestação de Serviços de motorista dos Campi do Instituto;

h. **Fornecedor H:** FLEXIMADE COMERCIO E SERVICOS DE MOVEIS LTDA

Aquisição de mobiliário através de Adesão a Ata de Registro de Preço nº 22/2017, da UASG 160529. Processo nº 23317.004915.2018-83.

Nota 03 – Provisões.

Em 31/12/2018, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense não possuía saldo de Provisões a curto ou a longo prazo.

Nota 04 – Intangível

Em 31/12/2018, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$ 88.301,17 relacionados ao intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Intangível e a evolução em termos percentuais comparando o quartotrimestre de 2018 com o quarto trimestre de 2017.

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	204.657,58	204.657,58	0,00
Software com Vida Útil Indefinida	10.423,90	6.419,90	62,37
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Definida	140,00	140,00	0,00
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	0,00	0,00	0,00
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Determinado	0,00	0,00	0,00
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Indeterminado	0,00	0,00	0,00
Amortização Acumulada	(126.920,31)	(110.856,42)	14,49
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	0,00	0,00	0,00
Total	88.301,17	100.361,06	-12,01

Tabela 6.7 – Intangível – Composição

R\$ milhares

Fonte: Tesouro Gerencial 2018 e 2017.

No intangível, destaca-se o item Softwares com vida útil definida, que representa 95,09% do grupo. As adições de Softwares com vida útil definida se deram em novembro de 2016 e são referentes a novas aquisições.

Em virtude de adequação de sistema, somente se está registrando a Amortização dos softwares adquiridos antes de 2015, contudo estes representam 77,63%; maior parte dos softwares presentes no órgão (R\$ 158.873,84). Sendo que esta divergência do sistema está sendo trabalhado para se ajustar o quanto antes.

Complementarmente esclarecemos que todos os Ativos Intangíveis encaminhados para registro encontram-se contabilizados.

Nota 05 – Imobilizado.

Em 31/12/2018, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$ 396.030.223,97, referente ao imobilizado. O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado e a sua evolução em termos percentuais comparando o quarto trimestre de 2018 com o quarto trimestre de 2017.

	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	96.120.581,70	88.454.691,89	8,67
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. Bens Móveis	(32.450.245,72)	(28.817.691,67)	12,61
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	336.785.363,69	151.259.105,72	122
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. Bens Imóveis	(4.425.475,70)	(3.438.841,32)	28,69
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	
Total	396.030.223,97	207.457.264,65	90,90

Tabela 6.8 – Imobilizado – Composição

R\$ milhares

Fonte: Tesouro Gerencial 2018 e 2017.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26434 em 31/12/2018 totalizavam R\$ 63.670.335,98 distribuídos nas seguintes contas contábeis detalhadas na tabela a seguir.

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	33.993.985,71	33.155.309,77	2,53
Bens de Informática	25.735.933,96	24.083.459,19	6,86
Móveis e Utensílios	18.790.196,11	15.590.284,27	20,53
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	7.964.327,78	6.702.027,87	18,83
Veículos	9.533.913,31	8.849.402,41	7,74
Peças e Conjuntos de Reposição	0,0	0,0	0,00
Bens Móveis em Andamento	0,00	0,00	0,00
Bens Móveis em Almoarifado	0,00	0,00	0,00
Armamentos	0,00	0,00	0,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	37.543,93	14.667,48	155,97
Demais Bens Móveis	64.680,90	59.540,90	8,63
Depreciação / Amortização Acumulada	(32.450.245,72)	(28.817.691,67)	12,61
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	0,00
Total	63.670.335,98	59.637.000,22	6,76

Tabela 6.9 – Bens Móveis – Composição

R\$ milhares

Fonte: Tesouro Gerencial 2018 e 2017.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão que apresentam maior representatividade em relação ao total, 35,37% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas e 26,77% referem-se a Bens de Informática.

A variação positiva de 155,97% de Semoventes, 20,53% de Móveis e Utensílios e 18,83% de Material Cultural, Educacional e de Comunicação, explica-se pela aquisição desses bens distribuídos por todas as unidades do Órgão.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2018 totalizavam R\$ 332.359.887,99 e estão distribuídos em algumas contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Bens de Uso Especial	278.967.463,24	65.200.011,37	327,86
Bens de Uso Comum do Povo	0,00	0,00	0,00
Bens Dominicais	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis em Andamento	57.817.900,45	86.059.094,38	-32,82
Instalações	0,00	0,00	0,00
Demais Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	0,00	0,00	0,00
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	0,00
Depreciação / Amortização Acumulada	(4.425.475,70)	(3.438.841,32)	28,69
Total	332.359.887,99	147.820.264,43	124,84

Tabela 6.10 – Bens Imóveis – Composição

R\$ milhares

Fonte: Tesouro Gerencial 2018 e 2017.

Conforme tabela acima, os Bens de Uso Especial correspondem a 82,83% do valor bruto de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão, perfazendo um montante de R\$ 278.967.463,24 em 31/12/2018. A evolução desse grupo em relação ao mesmo período do exercício anterior, justifica-se pela reavaliação dos bens.

Os valores registrados a título de Bens Imóveis em Andamento correspondem a 17,17% do valor bruto de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial. Destacamos que parte desse valor refere-se a obras já finalizadas, mas que não foram baixadas no SIAFI para posterior inclusão no SPIUnet. Atualmente, o setor de contabilidade realiza trabalho em conjunto com os setores de Patrimônio e de Infraestrutura visando regularizar tal situação, trabalho este que já se encontra em andamento, podendo ser verificado pela redução de 32,82% dos valores contidos neste grupo.

	30/09/2018	30/12/2017	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	0,00	0,00	0,00
Terrenos, Glebas	0,00	122.082,33	-100,00
Aquartelamentos	0,00	2.532.124,50	-100,00
Imóveis de Uso Educacional	0,00	2.999.882,14	-100,00
Edifícios	0,00	11.313.777,02	-100,00
Complexos, Fábricas e Usinas	0,00	0,00	0,00
Imóveis Residenciais e Comerciais	0,00	0,00	0,00
Aeroportos, Estações e Aeródromos	0,00	0,00	0,00
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	278.967.463,24	48.232.142,38	478,38
Total	278.967.463,24	65.200.011,37	327,86

Tabela 6.11 – Bens de Uso Especial – Composição

R\$ milhares

Fonte: Tesouro Gerencial 2018 e 2017.

Os Bens de Uso Especial são constituídos de Outros Bens de Uso Especial – Autarquias e Fundações que correspondem a totalidade do grupo, devido orientações de reclassificação de contas pela equipe da SPU/RJ. Esse grupo apresentou evolução positiva de 327,86% e refere-se ao trabalho de reavaliação realizado pela Diretoria de Infraestrutura da Reitoria deste Instituto.

(a.) Reavaliação

O trabalho de reavaliação realizado pelo Órgão, com base na Portaria nº 1.894 de 27 de Dezembro de 2017 que regulamenta os procedimentos relativos à gestão de imóveis, gerou registros de “Valorização de Imóveis de Uso Especial no SPIUnet” em contrapartida com a conta de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) – “Reavaliação de Bens Imóveis” no total de R\$ 238.670.375,48, baseado em laudos de reavaliação individualizados para os campi: Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Campos Centro, Quissamã, Itaboraí, Maricá, São João da Barra, Guarus, Santo Antônio de Pádua, Macaé, Cabo Frio e Polo de Inovação. Entretanto, o mesmo trabalho de reavaliação, gerou de registros de “Desvalorização de Imóveis de Uso Especial no SPIUnet” em contrapartida com a conta de Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) – “Reavaliação de Bens Imóveis” no total de R\$ 24.902.923,61, baseado em laudos individualizados para o campus Cambuci e para um imóvel da Reitoria situado à Rua Mário Manhães. Vale ressaltar, que as ocorrências desses valores muito expressivos de reavaliação se deram pelo fato de ser o primeiro trabalho neste sentido realizado pelo Órgão.

Os bens imóveis foram reavaliados através do processo nº 23317.005150.2017-06.

(a.1) Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

O Órgão não realizou teste de recuperabilidade dos seus bens até o término do exercício de 2018. Passando-se a adotar os procedimentos, o órgão seguirá orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais), que também encontra-se descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020335, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.2) Depreciação, Amortização ou Exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

No órgão 26434 todos os bens imóveis estão registrados no SPIUnet.

A base de cálculo para a depreciação, amortização ou exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o computo da depreciação em fração menor do que um mês.

Os bens móveis adquiridos a partir de janeiro de 2015 até a presente data estão em um novo sistema (SUAP), onde o módulo “Depreciação” está em fase de ajustes finais pelo setor de TI, por isso até o 4º trimestre de 2018 o grupo Depreciação/Amortização Acumulada não contempla estes bens. Vale destacar que esforços serão efetuados para que, o mais breve possível, este módulo esteja em funcionamento.

Os bens móveis do Órgão 26434 ainda não sofreram a avaliação determinada até a presente data, porém o Instituto constituiu um grupo de trabalho através da Portaria nº 1.349, de 26 de setembro de 2017, com a finalidade de analisar e providenciar os ajustes que se façam necessários para as questões que envolvem o patrimônio.

(a.3) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 03/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Quanto aos registros da depreciação acumulada de bens imóveis, o Órgão apresenta o valor total de R\$ 4.425.475,70. Deste total, R\$ 182.505,52 foram registrados no quarto trimestre de 2018, tendo como contrapartida uma variação patrimonial diminutiva (VPD), apresentada nas demonstrações das variações patrimoniais (DVP). Cabe informar que os registros contábeis são realizados diretamente pela STN, tendo por base arquivos encaminhadas pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

(b) Ajustes de Exercícios Anteriores

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

O órgão 26434 efetuou Ajuste de Exercícios Anteriores com contrapartida da conta Obras em Andamento em virtude de baixas em obras com termo de recebimento definitivo de anos anteriores conforme processo: 23317.007606.2018-45 no montante de R\$ 34.446.276,81. Cabe ressaltar que esse trabalho ainda não foi concluído e terá continuidade no exercício de 2019.

Nota 06 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Em 31/12/2018, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresenta saldo na contábil 23711.03.00 – Ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 37.538.164,00. Assim, a tabela a seguir discrimina esses ajustes, de acordo com a sua natureza e sua representatividade em termos percentuais.

NATUREZA DOS AJUSTES	CONTA CONTÁBIL	31/12/2018	AV (%)
Obras em andamento	12321.0601	34.446.276,81	91,76
Adiantamento de férias	11311.0102	2.794.715,75	7,44
Depreciação	12381.0100	297.131,56	0,78
Estoques	11561.0100	39,88	0,01
Total		37.538.164,00	100,00

Tabela 6.12 – Ajustes Exercícios Anteriores– Composição

R\$ milhares (ou R\$)

Fonte: Siafi 2018.

Os ajustes efetuados na conta contábil 12321.06.01 – Obras em Andamento, representam 91,76% do total da conta contábil 23711.03.00 – Ajustes de Exercícios Anteriores e referem-se as baixas de obras com termo de recebimento definitivo de anos anteriores conforme processo: 23317.007606.2018-45 no montante de R\$ 34.446.276,81. Cabe ressaltar que esse trabalho ainda não foi concluído e terá continuidade no exercício de 2019 e tem como base a Portaria nº 1.894 de 27 de Dezembro de 2017 que regulamenta os procedimentos internos relativos à gestão de imóveis

Os ajustes efetuados na conta contábil 11311.0102 – Adiantamento de Férias, representam 7,44% do total da conta contábil 23711.03.00 – Ajustes de Exercícios Anteriores, e trata-se de uma conciliação de saldos efetuada conforme orientação da Mensagem 2018/1229780 emitida pela UG – 150003 e determinação de Acórdão da TCU 1322/2018.

Nota 07 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Em 31/12/2018, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou saldo total de Restos a Pagar Não Processados Inscritos de R\$ 29.840.475,25, dispostos da seguinte forma:

UNIDADE GESTORA	TOTAL INSCRITO	AV%
158139 - Instituto Fed. de Educação, Ciência e Tec. Fluminense (Reitoria)	17.867.926,44	59,88
158274 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Campos-Centro	2.886.838,85	9,67
158384 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Macaé	1.918.043,23	6,43
158385 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Itaperuna	1.111.279,97	3,72
158386 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Guarus	779.760,42	2,61
158387 - Inst. Fed. Fluminense/ Campus Bom Jesus do Itabapoana	2.598.468,65	8,71
158468 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Cabo Frio	2.408.358,94	8,07
155851 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Quissamã	269.798,75	0,91
TOTAL	29.840.475,25	100,00

Tabela 6.13 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos por Unidade Gestora

Valores em R\$

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018

Nota: A Coluna "Total Inscrito" representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos.

A UG 158139 (Reitoria) é responsável por 59,88% de todos os Restos a Pagar não Processados do órgão, que se justifica pelo fato de que a maioria das obras está sendo executadas na UG da Reitoria e porque ainda existem 6 (seis) unidades não descentralizadas.

O elevado saldo de despesas inscritas em restos a pagar não processados no Órgão 26434 – IFF se justifica pela existência de excepcionalidades legais quanto à validade destas despesas, conforme previa o artigo 68, §3º, II, do Decreto 93.872 de 23 de dezembro de 1986, onde disciplinava que as despesas voltadas a Manutenção e Desenvolvimento de Ensino inscritas em Resto a Pagar Não Processados permaneciam com seus saldos válidos após 30 de junho do segundo ano subsequente ao da sua inscrição. Vale destacar, que este Decreto foi alterado pelo Decreto 9.428 em 29 de junho de 2018, excluindo do rol das excepcionalidades as despesas voltadas para Manutenção e Desenvolvimento de Ensino.

Abaixo, apresenta-se o saldo total de Restos a Pagar Processados Inscritos de R\$ 3.093.838,31, dispostos da seguinte forma:

UNIDADE GESTORA	TOTAL INSCRITO	AV%
158139 - Instituto Fed. de Educação, Ciência e Tec. Fluminense (Reitoria)	1.122.984,27	36,30
158274 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Campos-Centro	902.867,19	29,18
158384 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Macaé	87.483,48	2,83
158385 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Itaperuna	43.150,22	1,39
158386 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Guarus	457.084,09	14,78
158387 - Inst. Fed. Fluminense/ Campus Bom Jesus do Itabapoana	172.031,29	5,56
158468 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Cabo Frio	268.257,40	8,67
155851 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Quissamã	39.980,37	1,29
TOTAL	3.093.838,31	100,00

Tabela 6.14 – Restos a Pagar Processados Inscritos por Unidade Gestora - Valores em R\$

Fonte: Siafi, 2018. Nota: A Coluna "Total Inscrito" representa a soma dos Restos a Pagar Processados Inscritos e Reinscritos.

A unidade gestora 158139 (Reitoria) é responsável por 36,30% de todos os Restos a Pagar Processados do órgão, isso se deve, principalmente, ao fato de que a maioria das obras está sendo executadas na UG da Reitoria e porque ainda existem 6 (seis) unidades não descentralizadas.

Assim, de acordo com a tabela 3, que apresenta a Execução dos Restos a pagar não processados por unidade gestora, é possível constatar que do total de despesas inscritas em restos a pagar não processados, 60,05% foram liquidadas, 57,13% foram pagas e 20,55% canceladas. Dos empenhos inscritos em restos a pagar não processados há um saldo de 19,39% a ser executados.

UG	INSCRITOS	EM LIQUIDAÇÃO	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
158139	17.867.926,44		8.721.542,52	8.063.040,84	5.393.868,07	3.752.515,85
158274	2.886.838,85		2.515.157,29	2.489.823,24	121.183,03	250.498,53
158384	1.918.043,23		1.271.938,06	1.271.938,06	271.491,18	374.613,99
158385	1.111.279,97		1.036.722,16	932.298,65	9.300,32	65.257,49
158386	779.760,42	4.001,00	527.766,75	454.672,57	12.280,99	235.711,68
158387	2.598.468,65		1.392.255,95	1.382.376,82	273.168,08	933.044,62
158468	2.408.358,94		2.204.048,54	2.204.048,54	43.726,19	160.584,21
155851	269.798,75		250.697,30	250.697,30	6.588,35	12.513,10
TOTAL	29.840.475,25		17.920.128,57	17.048.896,02	6.131.606,21	5.784.739,47

Tabela 6.15 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados por Unidade Gestor - Valores em R\$

Fonte: Siafi, 2018. Nota: A Coluna "Total Inscrito" representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos.

A tabela 4 apresenta a execução dos restos a pagar não processados por grupo de despesa. Verifica-se que do total inscrito, 61,88% referem-se a investimentos, sendo grande parte relativa às obras do Instituto Federal Fluminense. Constata-se que R\$ 5.270.943,21 (86%) de restos a pagar não processados cancelados referem-se a Investimentos. Do saldo a liquidar 47% são investimentos e 53% são de outras despesas correntes.

GRUPO DE DESPESA	INSCRITO	%	CANCELADO	%	LIQUIDADO	%	PAGO	%	SALDO	%
Outras despesas correntes	11.374.873,03	38,12%	860.663,00	14%	7439156,04	41,51%	7.295.260,35	43%	3.075.049,95	53%
Investimentos	18.465.602,26	61,88%	5.270.943,21	86%	10480972,53	58,49%	9.753.635,67	57%	2.713.690,52	47%
TOTAL	29.840.475,25	100%	6.131.606,21	100%	17.920.128,57	100%	17.048.896,02	100%	5.788.740,47	100%

Tabela 6.16 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados por grupo de despesa

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018

Nota: A Coluna "Total Inscrito" representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos.

Já a tabela 5 apresenta a execução dos restos a pagar processados. Verifica-se que 87,27% dos restos a pagar processados foram pagos, 1,89% foram cancelados e há um saldo de 10,83% a ser executado. A Reitoria deste Instituto com o apoio de todas as unidades também vem realizando um trabalho de análise e cancelamento de saldos que não serão utilizados referentes aos Restos a Pagar Processados.

UG	INSCRITOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
158139 – Inst. Fed. Fluminense/Reitoria	1.122.984,27	937.727,24	12.755,05	172.501,98
158274 – Inst. Fed. Fluminense/ Campus Campos-Cent	902.867,19	833.676,05	1.306,00	67.885,14
158384 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Macaé	87.483,48	28.000,00	44.377,80	15.105,68
158385 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Itaperuna	43.150,22	43.150,22	-	-
158386 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Guarus	457.084,09	431.285,62	-	25.798,47
158387 - Inst. Fed. Fluminense/ C. Bom Jesus Itabapo	172.031,29	118.173,84	-	53.857,45
158468 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Cabo Frio	268.257,40	268.186,60	70,80	0,00
155851 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Quissamã	39.980,37	39.980,37	-	-
TOTAL	3.093.838,31	2.700.179,94	58.509,65	335.148,72

Tabela 6.17 – Execução dos Restos a Pagar Processados por Unidade Gestora

Valores em R\$

Fonte: Siafi, 2018

Nota 08 – Receitas Correntes

Em 31/12/2018 o Instituto Federal Fluminense apresentou no final do quarto trimestre de 2018 um excesso de arrecadação nas Receitas próprias do Instituto, de aproximadamente 165,33%, constada pela diferença entre a previsão da receita corrente própria (R\$ 1.694.237,00) em relação a sua realização (R\$ 2.801.068,63). A seguir, seguem as seguintes observações:

Receita de Serviços

Este grupo de receita impulsionou o excesso de arrecadação na Receita Corrente Própria do Instituto, tendo em vista sua previsão na ordem de R\$ 1.293.643,00 e a sua realização no exercício de 2018 foi de R\$ 2.452.029,89, o que corresponde à realização de 189,54 % da Receita de Serviços prevista para o exercício. Este excesso de arrecadação justifica-se pela realização de Concurso público no primeiro trimestre.

Receita Agropecuária

Este grupo de Receita corrente própria apresentou uma frustração em sua arrecadação no exercício de 2018, pois teve uma realização na ordem de R\$ 123.022,50, correspondente a 74% da receita prevista para o exercício (R\$ 166.245,00). Esta frustração na arrecadação desta receita, observada no exercício de 2018 é proveniente da baixa produção dos insumos agrícolas desenvolvidos pelo Campus Bom Jesus (158387).

Receita Patrimonial

Este grupo de receita corrente própria apresentou um saldo de arrecadação de R\$ R\$ 223.916,63 que corresponde a 98,42% de realização da receita em relação à receita prevista para o exercício de 2018, que foi na ordem de R\$ 227.519,00.

Outras Receitas Correntes

O grupo de Outras Receitas Correntes representa 0,07% do total da receita arrecadada e apresentou uma frustração em sua arrecadação, pois foi realizada uma receita no valor de R\$ 2.099,61, o que corresponde a 30,74% do total da receita prevista para o exercício de 2018 (R\$ 6.830,00). Informo ainda, que sua arrecadação é caracterizada pela aplicação de Multas Contratuais.

CAP 07

OUTRAS
INFORMAÇÕES



Determinação da Materialidade das Informações do Relatório Integrado

A estrutura do documento e os temas nele abordado, em regra, seguem o roteiro definido na Portaria TCU, 369/2018, com balizamento fornecido, tanto pela Cartilha disponibilizada no site do Tribunal, como pelas NOTAS EXPLICATIVAS.

A integração das informações se dá através da classificação e organização das ações de natureza finalísticas, ligadas à cadeia de valor desta IFEs, no caso ações ligadas ao ensino, pesquisa, extensão e inovação e, na outra ponta, as ações de apoio, fruto do esforço institucional ou da realização de despesas e investimentos para que essas ações finalísticas pudessem ocorrer.

A materialidade das informações guarda relação direta com o Plano de Desenvolvimento Institucional, através da conferência das metas e objetivos ali estabelecidos, além de consulta a documento e regulamentos internos que definem a forma de funcionamento do IFFluminense, e, embora existam referências relativas a tamanho dos arquivos nos documentos explicativo mencionados, convencionou-se que o limite do relato seria aquele suficiente para o entendimento pleno da ação sob esclarecimento



Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Sistemática de acompanhamento das orientações, recomendações e determinações

Com relação à sistemática de tratamento das determinações e recomendações do TCU, foi adotada orientação, neste Instituto, de que todas as suas unidades administrativas são responsáveis pela consolidação e o envio ao TCU, no prazo por este estipulado, das respostas às informações solicitadas, bem como, eventual solicitação de prorrogação de prazo.

As unidades administrativas do IFFluminense deverão, ainda, encaminhar cópia à Unidade de Auditoria Interna das solicitações e encaminhamentos de documentos oriundos do TCU, para fins de conhecimento e acompanhamento. Tal procedimento visa à consolidação em uma unidade administrativa de todas as demandas do controle externo para possibilitar o efetivo acompanhamento e cumprimento pelas áreas responsáveis.

Durante o exercício de 2018, o Tribunal de Contas da União deliberou 2 (dois) Acórdãos/Ofícios ao IFFluminense, que estão em fase de atendimento.

Das demandas recebidas do TCU durante o exercício de 2018

Para o exercício de 2018, as deliberações do TCU para este órgão foram compostas pelo Acórdão n.º 1178/2018 - TCU Plenário, que teve como objetivo avaliar o cumprimento das normas relativas à transparência na gestão de recursos públicos no relacionamento entre as fundações de apoio e as Instituições Federais de Ensino Superior-IFES e os Institutos Federais - IF e o Ofício n.º 0358/2018 TCU/Semag, comunicando o Acórdão 2512/2018 TCU-Plenário, que trata de Relatório Sistemático sobre Transparência Pública.

Sobre o Acórdão n.º 1178/2018 TCU-Plenário, o Gabinete da Reitoria encaminhou à Pro-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação para as devidas providências. A Unidade de Auditoria Interna incluirá nos próximos planos anuais de atividades (PAINT) ativi-

dades relacionadas ao cumprimento dos requisitos relativos à transparência, conforme determinado no item 9.5.1 do referido Acórdão.

Sobre o Ofício n.º 0358/2018 TCU/Semag, a Unidade Auditoria Interna encaminhou ao Gabinete da Reitoria e às áreas responsáveis (DIRCOM, PRODIN, DGTI) o Memorando n.º 58/2018 AUDINT/REIT/IFFLU, comunicando o Acórdão 1.943/2018-TCU-Plenário (Transparência Ativa e Passiva), para fins de conhecimento e providência quanto às recomendações e determinações do TCU.

Os resultados dos trabalhos serão informados nos próximos relatórios de gestão anuais, no item geral "Atuação da unidade de auditoria interna" da seção "Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos", conforme determinado no item 9.5.2 do Acórdão n.º 1178/2018 - TCU Plenário.

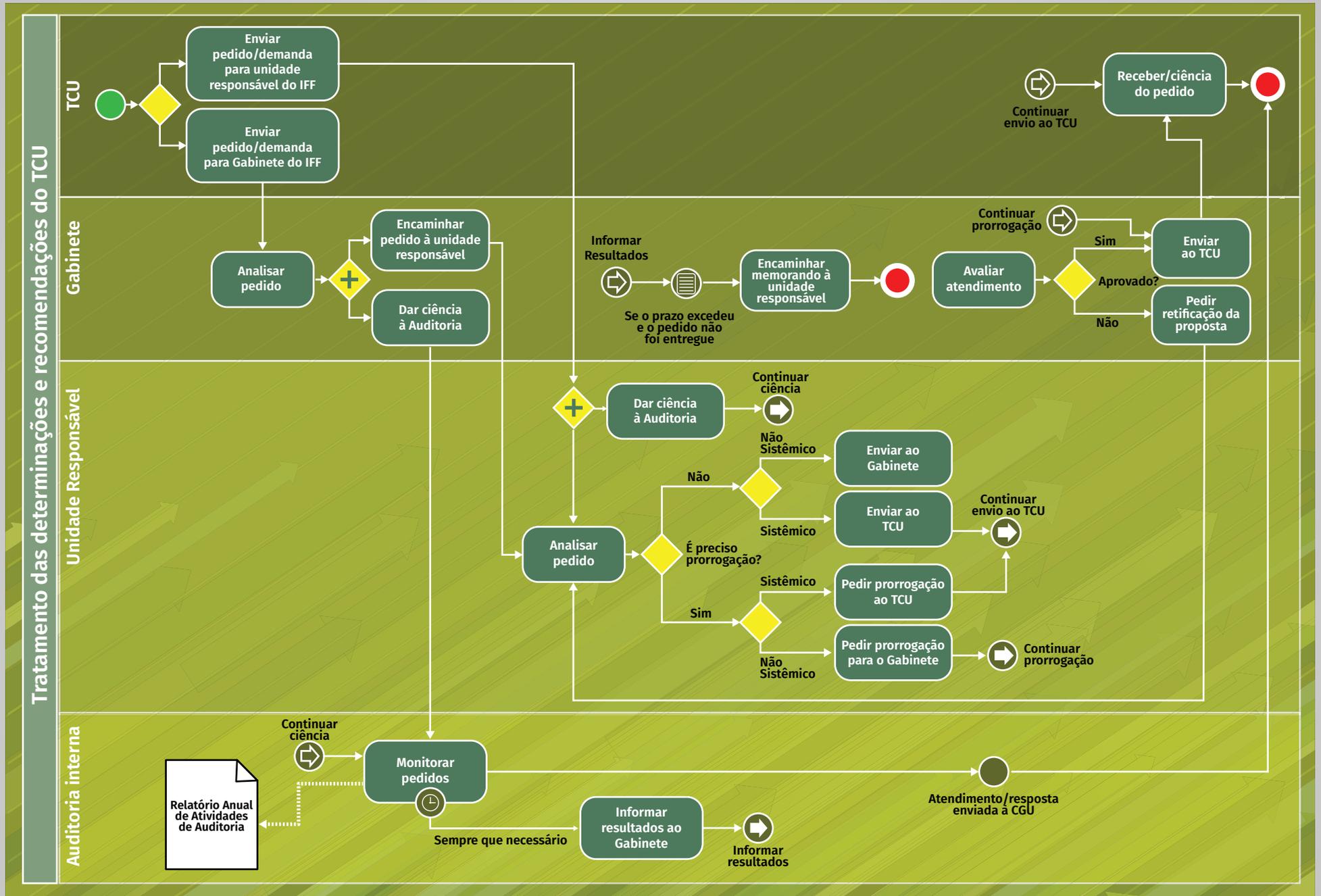


Figura 7.1 – Fluxo do Tratamento de Determinação e Recomendação do TCU



Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Sistemática de acompanhamento das orientações e recomendações

Com relação à sistemática de tratamento de orientações e recomendações do órgão de controle interno, foi emitida a Portaria nº 464, em 29 de março de 2019, normatizando os procedimentos relativos ao acompanhamento de demandas oriundas da Controladoria Geral da União - CGU, no âmbito do IFFluminense.

De acordo com a normativa interna, o Gabinete da Reitoria encaminhará a demanda à unidade administrativa responsável pelo atendimento, enviando também cópia do documento à AUDINT, para fins de conhecimento e acompanhamento.

Os gestores das unidades administrativas inserem as manifestações e a documentação comprobatória da implementação da recomendação no Sistema Monitor, sendo responsáveis também pelo monitoramento dos prazos estabelecidos pela CGU para cada uma das recomendações formuladas.

O Gabinete da Reitoria, após a revisão, faz o encaminhamento,

via sistema Monitor, da manifestação sobre a implementação de recomendação ou de solicitação de prorrogação de prazo à CGU.

A Unidade de Auditoria Interna monitora o estágio de implementação de recomendação e, quando necessário, faz a cobrança de pendências. Embora, a Unidade de Auditoria Interna do IFFluminense ainda não possua sistema informatizado para controle das recomendações expedidas pela própria AUDINT e pelos órgãos de controle, quanto às oriundas da CGU, utiliza o sistema monitor para fins de acompanhamento das recomendações.

Das demandas recebidas da CGU durante o exercício de 2018

No exercício de 2018, a Controladoria Geral da União realizou alguns trabalhos relativos ao IFFluminense, que objetivavam analisar:

a política de Educação a Distância no âmbito do IFF (OS nº 201702585-Processo nº 00218.100487/2018-11);

a concessão da Retribuição de Titulação - RT e do Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC no âmbito do IFF (OS nº 201801649 - Processo nº 00218.100819/2018-68); e,

o atendimento das recomendações da CGU (OS nº 201802037 - Processo nº 00218.100925/2018-41.

As recomendações relativas aos trabalhos de auditoria acima mencionados foram atendidas mediante inserção, tempestiva, de manifestação e documentos no sistema monitor. Quanto ao item "b", foi solicitado prorrogação de prazo, visando o atendimento integral à recomendação.

Das demandas recebidas da CGU de exercícios anteriores, ainda pendentes

Informamos que todos as recomendações de exercícios anteriores foram atendidas, sendo submetidas à análise da CGU, com exceção de 3 (três), em que foi solicitada a prorrogação de prazo, para viabilizar a finalização do atendimento.

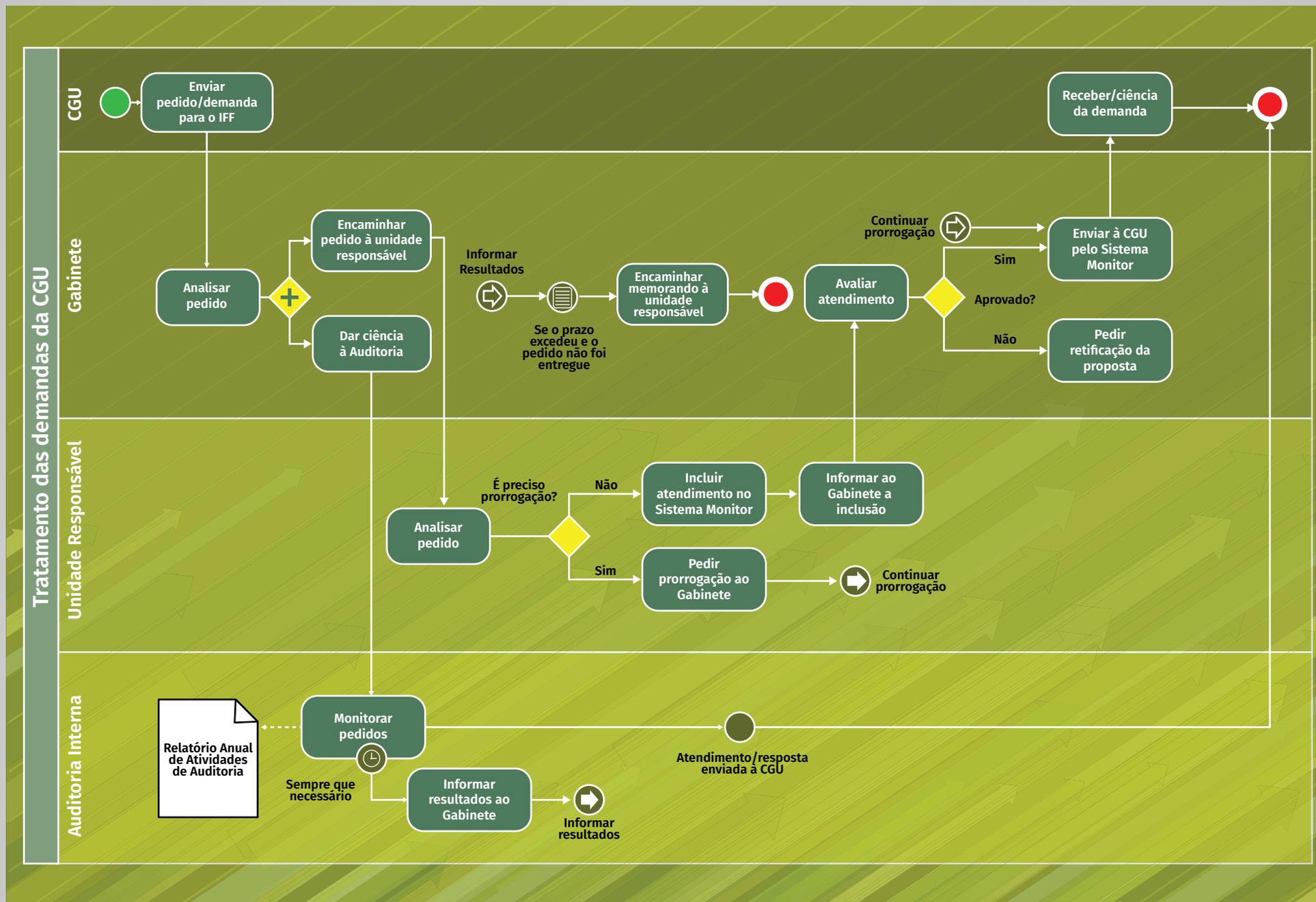


Figura 7.2 – Fluxo do Tratamento de Determinação e Recomendação da CGU



Responsáveis pela elaboração do Relatório de Gestão

Reitor

Jefferson Manhães de Azevedo

Pró-reitor de Administração

Guilherme Batista Gomes

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

José Luiz Sanguedo Boynard

Pró-reitora de Gestão de Pessoas

Aline Naked C. Falquer

Pró-reitor de Pesquisa, Extensão e Inovação

Vicente de Paulo S. de Oliveira

Pró-reitor de Ensino

Carlos Artur de C. Areas

Diretor de Políticas Estudantis, Culturais e
Esportivas

Carlos Márcio Viana

Diretora de Comunicação

Juliana Lima Gomes Cardoso

Auditora Interna

Vaneska Tavares Prestes

Ouvidor

Vinícius Chrisóstomo Silva

Responsável pela estruturação do Relatório de Gestão

Diretoria de Planejamento Estratégico

Alline S. Cordeiro Morais

Edição

Projeto gráfico

Carlos Henrique Morellato

Diagramação

Lionel Mota

Infográficos

Bruno Leite e Lionel Mota

Fotos

Carlos Henrique Morellato e Rodrigo Otal

Tratamento de imagens

Carlos Henrique Morellato e Lionel Mota

